



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**DINHEIRO TRAZ FELICIDADE? POBREZA E BEM-ESTAR:  
ASSOCIAÇÕES E MEDIDAS**

**Autora: Priscila Pereira Santos**

**Brasília, 2020**



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**DINHEIRO TRAZ FELICIDADE? POBREZA E BEM-ESTAR:  
ASSOCIAÇÕES E MEDIDAS**

Autora: Priscila Pereira Santos

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Sociologia sob orientação da Professora Doutora Ana Cristina Murta Collares.

Brasília, 2020

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

PS237dd Pereira Santos, Priscila  
Dinheiro traz felicidade? Pobreza e bem-estar:  
associações e medidas / Priscila Pereira Santos; orientador  
Ana Cristina Murta Collares. -- Brasília, 2020.  
277 p.

Tese (Doutorado - Doutorado em Sociologia) --  
Universidade de Brasília, 2020.

1. Pobreza. 2. Bem-estar. 3. Satisfação com a vida. I.  
Cristina Murta Collares, Ana , orient. II. Título.



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**DINHEIRO TRAZ FELICIDADE? POBREZA E BEM-ESTAR:  
ASSOCIAÇÕES E MEDIDAS**

Autora: Priscila Pereira Santos

Orientadora: Professora Doutora Ana Cristina Murta Collares (UNB)

Banca:

Prof. Dra. Danielle Cireno Fernandes (UFMG)

Prof. Dra. Ana Maria Nogales Vasconcelos (UNB)

Prof. Dr. Emerson Ferreira Rocha (UNB)

Prof. Dr. Sadi Dal-Rosso (UNB)

**Priscila Pereira Santos**

**DINHEIRO TRAZ FELICIDADE? POBREZA E BEM-ESTAR:  
ASSOCIAÇÕES E MEDIDAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da  
Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do  
título de Doutor em Sociologia sob orientação da Professora  
Doutora Ana Cristina Murta Collares

**Comissão Examinadora**

---

Professora Dra. Ana Cristina Murta Collares.  
Orientadora (PPGSOL-UNB)

---

Professora Dra. Danielle Cireno Fernandes  
Membro externo (UFMG)

---

Professora Dra. Ana Maria Nogaes Vasconcelos  
Membro interno-fora do PPGSOL (UNB)

---

Professor Dr. Emerson Ferreira Rocha  
Membro interno (PPGSOL-UNB)

---

Professor Dr. Sadi Dal-Rosso  
Membro interno-suplente (PPGSOL-UNB)

## DEDICATÓRIA

*Às minhas sobrinhas Ana Clara, Maria Júlia, Cecília e meu sobrinho Luiz Filipe por me darem a certeza de que o amor pode se multiplicar mesmo se dividindo.  
À minha mãe por não ter desistido.*

## AGRADECIMENTOS

*Vinicius costuma dizer que Deus tem uma ligeira preferência por mim em relação ao demais e isso já virou motivo de risada em casa com ele repetindo essa ideia e eu discordando veementemente. Entretanto, ao pausar o turbilhão de tarefas envolvidas na finalização desse trabalho para escrever esses agradecimentos percebo que de fato sou uma pessoa abençoada, rodeada de pessoas e oportunidades que me fazem ser grata, as quais eu registro aqui.*

*Agradeço a minha família pelo suporte e cuidado demonstrado em suas diversas formas. Meus irmãos Jairo, Filipe e Saulo pela experiência da irmandade e do compartilhar mesmo na escassez. À minha mãe agradeço por ser exemplo de força, de determinação, cuidado, por sua persistência em lutar pelo seu trabalho e sua formação intelectual. Só nós sabemos o quanto foi difícil, mas vencemos, e eu tenho muito orgulho disso. Por todo amor a nós sempre dispensado, mesmo quando tudo parecia perdido. Às minhas sobrinhas Ana Clara, Maria Júlia, Cecília e meu sobrinho Luiz Filipe por serem fonte de amor e renovação de laços. À minha avó Leonor pelas orações, cuidados e ensinamentos ao longo da vida.*

*Agradeço às amigas Thais, Cinthia, Maria Cláudia, Iara, Yulena e Carmelita por terem sido lar para mim em Brasília.*

*Agradeço a Ana Cristina minha orientadora pela parceria nesse trabalho e pela generosidade em ensinar, compartilhar e fazer junto mesmo nos momentos de turbulência. Muito obrigada.*

*Agradeço aos membros da banca examinadora por aceitarem contribuir com sugestões e críticas ao aprimoramento desse trabalho mesmo em uma quinta-feira de Carnaval. Em especial agradeço à Professora Danielle Cireno pela generosidade desde o início da minha formação e pelas atitudes inspiradoras.*

*Às instituições agradeço ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) pelo período em que pude me afastar das atividades laborais para me dedicar a esse trabalho. No INEP agradeço em especial aos colegas da Coordenação Geral de Instrumentos e Medidas Educacionais pelas trocas e torcida por esse desfecho. Agradeço à Universidade de Cardiff em especial a Professora Sin Yin*

*Cheung, Professor Trevor Jones, Shailen Nandy, Sara Delamont e Marco Pomati que me acolheram e me orientaram durante o doutorado-sanduiche financiado pelo Programa Erasmus+International Credit Mobility ao qual também agradeço.*

*Ao Vinicius pelo amor e suporte. Por tratar esse trabalho como seu e discutir as questões envolvidas em sua elaboração de maneira sempre tão inteligente e generosa. Muito obrigada por estar comigo nessas e em outras jornadas sei que não foi fácil para você estar ao meu lado nesse processo. Perdoa-me pelas minhas intempéries, obrigada por ser calma em meio as minhas tempestades e por ser uma das razões da minha felicidade e bem-estar.*

## RESUMO

A relação entre a ampliação do conceito tradicional de pobreza e as consequências desse alargamento para a mensuração do fenômeno tem sido estudada em inúmeros trabalhos como por exemplo Codes (2008); Santos (2010); Fahel *et al.* (2016) e outros autores que se dedicaram a discutir a multidimensionalidade da pobreza e as consequências dessa compreensão para a elaboração de indicadores que retratassem o fenômeno. O foco desses estudos anteriores apoiou-se no entendimento de que as concepções importam, ou seja, o conceito que se adota para a definição de um determinado fenômeno é importante para a caracterização do mesmo. Esses estudos já demonstraram que a adoção de diferentes concepções de pobreza, tais como a concepção monetária, uma concepção baseada em necessidades básicas insatisfeitas e um conceito multidimensional afetam a mensuração do que é chamado de pobreza e conseqüentemente a definição daqueles que são considerados pobres e passíveis de serem beneficiários de políticas públicas para o seu combate. Entretanto, pouco se é sabido acerca do impacto da adoção de cada uma dessas perspectivas de pobreza para a compreensão das consequências do fenômeno em si, em especial as consequências da pobreza no bem-estar dos sujeitos. Tomando essa lacuna como ponto de partida, o trabalho se dedica a testar a relação entre diferentes perspectivas de pobreza e o bem-estar dos indivíduos, aqui discriminado entre bem-estar físico, mental e a satisfação com a vida.

*Palavras-chave: Pobreza; Bem-estar; Satisfação com a vida.*

## ABSTRACT

The relationship between the expansion of the concept of poverty and the consequences of this extension for the measurement of the phenomenon has been studied in works like Codes (2008); Santos (2010); Fahel *et al.* (2016) and other authors who dedicated themselves to discussing the multidimensionality of poverty and the consequences of this understanding for the development of indicators that portray the phenomenon. The focus of these previous studies was based on the understanding that conceptions matter, that is, the concept that is adopted for the definition of a certain phenomenon is important for its characterization. These studies have already demonstrated that the adoption of different conceptions of poverty, namely monetary, unsatisfied and multidimensional basic needs, affect the measurement of what is called poverty and consequently the definition of those who are considered poor and likely to be beneficiaries of public policies for your combat. However, little is known about the impact of adopting each of these poverty perspectives to understand the consequences of the phenomenon, especially on the subjects' well-being. Taking this gap as a starting point, the work is dedicated to testing the relationship between different perspectives of poverty and its consequences for physical well-being, mental well-being and life satisfaction.

*Keyword: Poverty; Well-being; Life satisfaction.*

## RÉSUMÉ

La relation entre l'expansion du concept traditionnel de pauvreté et les conséquences de cet élargissement pour la mesure du phénomène a été étudiée dans d'innombrables ouvrages tels que Codes (2008); Santos (2010); Fahel *et al.* (2016) et d'autres auteurs qui se sont consacrés à discuter de la multidimensionnalité de la pauvreté et des conséquences de cette compréhension pour le développement d'indicateurs qui dépeignent le phénomène. L'objectif de ces études précédentes était de comprendre que les conceptions sont importantes, c'est-à-dire que le concept adopté pour la définition d'un phénomène donné est important pour sa caractérisation. Ces études ont déjà démontré que l'adoption de différentes conceptions de la pauvreté, comme la conception monétaire, une conception basée sur des besoins de base non satisfaits et un concept multidimensionnel affectent la mesure de ce qu'on appelle la pauvreté et par conséquent la définition de ceux qui sont considérés comme pauvres et responsables bénéficiaires des politiques publiques pour les combattre. Cependant, on sait peu de choses sur l'impact de l'adoption de chacune de ces perspectives de pauvreté pour comprendre les conséquences du phénomène lui-même, en particulier les conséquences de la pauvreté sur le bien-être des sujets. Prenant cet écart comme point de départ, le travail se consacre à tester la relation entre les différentes perspectives de la pauvreté et le bien-être des individus, ici décomposé entre bien-être physique et mental et satisfaction de la vie.

*Mots-clés: Pauvreté; Bien-être; Satisfaction de vivre.*

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Dimensões e indicadores que compõe o Índice de Pobreza Multidimensional ..	49
Figura 2 - Dimensões do Índice de Pobreza Multidimensional do México.....	50
Figura 3 – Pobreza Multidimensional no Brasil (2000-2010).....	51
Figura 4 - Índice Multidimensional de pobreza: evolução temporal no Brasil (1993, 1998 e 2003) .....	52
Figura 5- Modelo de Lin-Teoria do Capital Social .....	66
Figura 6 - OCDE: modelo conceitual de bem-estar.....	96
Figura 7- Modelo para compreensão do bem-estar .....	97
Figura 8 - Fluxo de construção de um sistema de indicadores.....	117
Figura 9 - Esquema ilustrativo sobre relações estabelecidas em Modelo de Equações Estruturais.....	141
Figura 10 - Elementos gráficos básicos utilizados na modelagem de equações estruturais e seus significados .....	142
Figura 11 - Modelo 1- Perspectiva monetária .....	146
Figura 12 - Modelo 2- Necessidades básicas insatisfeitas .....	147
Figura 13 -Modelo 3- Pobreza Multidimensional .....	148
Figura 14– Perspectiva Monetária (Modelo 1).....	184
Figura 15 – Perspectiva das Necessidades Básicas Insatisfeitas (Modelo 2).....	190
Figura 16 – Perspectiva da Pobreza Multidimensional (Modelo 3) – Não Padronizado...	196

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Distribuição do referente conceitual da felicidade na amostra.....	104
Tabela 2 – Caracterização da Amostra .....	110
Tabela 3 - Rendimento Médio Mensal no Trabalho Principal da População Ocupada de 16 anos ou mais de idade, por Sexo-2015-valores em Reais .....	127
Tabela 4 - Rendimento Médio Mensal no Trabalho Principal da População Ocupada de 16 anos ou mais de idade, por sexo e raça-2015-valores em Reais.....	128
Tabela 5- Regressão pobreza monetária e satisfação com vida- sem variáveis de controle .....	156
Tabela 6 - Estatísticas de ajuste- regressão pobreza monetária e satisfação com vida- sem variáveis de controle .....	157
Tabela 7- Regressão pobreza monetária e satisfação com vida- com variáveis de controle .....	157
Tabela 8-Estatísticas de ajuste-regressão pobreza monetária e satisfação com vida- com variáveis de controle .....	158
Tabela 9 - Probabilidades marginais - pobreza monetária e satisfação com a vida .....	159
Tabela 11 - Estatísticas de ajuste-regressão pobreza por necessidades básicas insatisfeitas e satisfação com vida- sem variáveis de controle .....	160
Tabela 12 - Regressão pobreza por necessidades básicas insatisfeitas e satisfação com vida- com variáveis de controle.....	161
Tabela 13 - Estatísticas de ajuste regressão pobreza por necessidades básicas insatisfeitas e satisfação com vida- com variáveis de controle .....	161
Tabela 14 - Regressão pobreza multidimensional e satisfação com vida- sem variáveis de controle.....	162
Tabela 15 - Estatísticas de ajuste-regressão pobreza multidimensional e satisfação com vida- sem variáveis de controle .....	162
Tabela 16 - Regressão pobreza multidimensional e satisfação com vida- com variáveis de controle.....	163
Tabela 17 - Estatísticas de ajuste- regressão pobreza multidimensional e satisfação com vida- com variáveis de controle.....	163
Tabela 18 - Regressão pobreza monetária e bem-estar físico sem variáveis de controle ..	164

Tabela 19 - Estatísticas de ajuste- regressão pobreza monetária e bem-estar físico sem variáveis de controle .....	164
Tabela 20 - Regressão pobreza monetária e bem-estar físico com variáveis de controle..	165
Tabela 22 - Probabilidades marginais-pobreza monetária e bem-estar físico.....	166
Tabela 23 - Regressão pobreza por necessidades básicas insatisfeitas e bem-estar físico- sem variáveis de controle .....	166
Tabela 24 - Estatísticas de ajuste regressão pobreza por necessidades básicas insatisfeitas e bem-estar físico- sem variáveis de controle .....	167
Tabela 25 - Regressão pobreza por necessidades básicas insatisfeitas e bem-estar físico- com variáveis de controle.....	167
Tabela 26 - Estatísticas de ajuste-regressão pobreza por necessidades básicas insatisfeitas e bem-estar físico- com variáveis de controle.....	167
Tabela 27 - Probabilidades marginais-pobreza por necessidades básicas insatisfeitas e bem-estar físico .....	168
Tabela 28 - Regressão pobreza multidimensional e bem-estar físico- sem variáveis de controle.....	169
Tabela 29 - Estatísticas de ajuste regressão pobreza multidimensional e bem-estar físico- sem variáveis de controle .....	169
Tabela 30 - Regressão pobreza multidimensional e bem-estar físico- com variáveis de controle.....	170
Tabela 31 - Estatísticas de ajuste-regressão pobreza multidimensional e bem-estar físico- com variáveis de controle.....	170
Tabela 32 - Probabilidades marginais-pobreza multidimensional e bem-estar físico .....	171
Tabela 34 - Estatísticas de ajuste-regressão pobreza monetária e bem-estar mental sem variáveis de controle .....	172
Tabela 35 - Regressão pobreza monetária e bem-estar mental com variáveis de controle	172
Tabela 36 - Estatísticas de ajuste -regressão pobreza monetária e bem-estar mental com variáveis de controle .....	173
Tabela 37 - Probabilidades marginais-pobreza monetária e bem-estar mental.....	174
Tabela 38 - Regressão pobreza por necessidades básicas insatisfeitas e bem-estar mental- sem variáveis de controle .....	175

Tabela 39 - Estatísticas de ajuste-regressão pobreza por necessidades básicas insatisfeitas e bem-estar mental- sem variáveis de controle .....	175
Tabela 40 - Regressão pobreza por necessidades básicas insatisfeitas e bem-estar mental-com variáveis de controle.....	175
Tabela 41 - Estatísticas de ajuste-regressão pobreza por necessidades básicas insatisfeitas e bem-estar mental- com variáveis de controle.....	176
Tabela 42 - Probabilidades marginais pobreza por necessidades básicas insatisfeitas e bem-estar mental.....	177
Tabela 44 - Estatísticas de ajuste regressão pobreza multidimensional e bem-estar mental-sem variáveis de controle .....	178
Tabela 45 - Regressão pobreza multidimensional e bem-estar mental com variáveis de controle.....	178
Tabela 46 - Estatísticas de ajuste-regressão pobreza multidimensional e bem-estar mental com variáveis de controle.....	179
Tabela 47 - Probabilidades marginais pobreza multidimensional e bem-estar mental.....	179
Tabela 48 - Compilação dos resultados da análise de regressão .....	180
Tabela 49 – Parâmetros da Regressão - Modelo 1-Perspectiva Monetária.....	181
Tabela 50 – Covariâncias - Modelo 1 .....	182
Tabela 51 – Estatística Qui-Quadrado - Modelo 1 .....	183
Tabela 52 – Medidas de Qualidade do Ajuste - Modelo 1.....	183
Tabela 53 – Efeitos padronizados - Modelo 1.....	184
Tabela 54 – Correlações Múltiplas ao Quadrado - Modelo 1 .....	186
Tabela 55 – Parâmetros da Regressão - Modelo 2 .....	187
Tabela 56 – Covariâncias - Modelo 2 .....	188
Tabela 57 – Estatística Qui-Quadrado – Modelo 2 .....	189
Tabela 58 – Medidas de Qualidade do Ajuste – Modelo 2.....	189
Tabela 59 - Efeitos Padronizados-Modelo 2.....	190
Tabela 60 – Correlações Múltiplas ao Quadrado - Modelo 2 .....	192
Tabela 61 – Parâmetros da Regressão - Modelo 3 .....	193
Tabela 62 – Covariâncias - Modelo 3 .....	194
Tabela 63– Estatística Qui-Quadrado – Modelo 3 .....	195
Tabela 64 – Medidas de Qualidade do Ajuste – Modelo 3 .....	195

Tabela 65- Efeitos Padronizados-Modelo 3 .....	196
Tabela 66 – Correlações Múltiplas ao Quadrado - Modelo 3 .....	198

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Tipologia: referente conceitual da felicidade .....	103
Quadro 2 - Comparação entre os métodos tradicionais de análise da pobreza e características desejáveis em um método de análise relacional .....	114
Quadro 3- Variáveis que compõem o bem-estar físico e mental.....	130
Quadro 4 - Questão relativa à satisfação com a vida .....	133
Quadro 5 - Questões relativas à perspectiva de necessidades básicas insatisfeitas.....	134
Quadro 6 - Questões relativas à perspectiva da pobreza multidimensional.....	135
Quadro 7 – Polaridade das medidas.....	137

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Análise de correspondência: pobreza monetária, bem-estar físico e mental e satisfação com a vida .....	202
Gráfico 2 - Projeção das dimensões: pobreza monetária, bem-estar físico e mental e satisfação com a vida .....	203
Gráfico 3- Análise de correspondência: necessidades básicas insatisfeitas, bem-estar físico e mental e satisfação com a vida .....	204
Gráfico 4 - Projeção das dimensões: necessidades básicas insatisfeitas, bem-estar físico e mental e satisfação com a vida .....	205
Gráfico 5- Análise de correspondência: pobreza multidimensional, bem-estar físico e mental e satisfação com a vida .....	206
Gráfico 7 - Análise de correspondência: pobreza monetária, necessidades básicas insatisfeitas, pobreza multidimensional, bem-estar físico e mental e satisfação com a vida .....	207
Gráfico 8 - Projeção das dimensões: pobreza monetária, necessidades básicas insatisfeitas, pobreza multidimensional, bem-estar físico e mental e satisfação com a vida.....	208

## Sumário

INTRODUÇÃO.....	22
Delimitação do problema .....	24
Estruturação do trabalho.....	27
1.CONCEPÇÕES DE POBREZA: DA AUSÊNCIA DE RENDA EM DIREÇÃO A UMA ABORDAGEM MULTIDIMENSIONAL.....	29
<b>1.1 Perspectiva monetária</b> .....	29
Usos da perspectiva monetária .....	33
Limitações do enfoque monetário.....	34
<b>1.2 Necessidades básicas insatisfeitas</b> .....	36
Usos da abordagem das necessidades básicas insatisfeitas .....	38
Limitações da abordagem de necessidades básicas insatisfeitas .....	39
Método integrado de mensuração da pobreza .....	41
<b>1.3 Vulnerabilidade social</b> .....	42
Usos da perspectiva da vulnerabilidade social .....	45
Limitações da perspectiva da vulnerabilidade social.....	46
<b>1.4 Pobreza multidimensional</b> .....	47
Usos da perspectiva de pobreza multidimensional .....	48
2.DIMENSÕES IMATERIAIS DA POBREZA .....	53
<b>2.1 Pobreza e vergonha</b> .....	53
<b>2.2 Pobreza e estigma</b> .....	58
<b>2.3 Pobreza e sociabilidade</b> .....	60
<b>2.4 Pobreza e redes sociais</b> .....	61
<b>2.5 Pobreza e exclusão social</b> .....	67
<b>2.6 Pobreza e isolamento social</b> .....	70
<b>2.7 Pobreza e bem-estar</b> .....	75

3.BEM-ESTAR.....	77
<b>3.1 Bem-estar e pobreza</b> .....	78
<b>3.2 Bem-estar físico</b> .....	80
<b>3.3 Bem-estar e sociabilidade</b> .....	87
<b>3.5 Bem-estar mental</b> .....	91
<b>3-6 Bem-estar como satisfação com a vida</b> .....	93
<b>3.7 Bem-estar: usos e medidas</b> .....	94
4.METODOLOGIA.....	100
<b>4.1 Opções de quantificação: o desafio de transformar conceitos em medidas</b> .....	100
<b>4.2 Fonte de dados</b> .....	107
<b>4.3 Análise Descritiva</b> .....	110
<b>4.4 Por que modelagem utilizando análises de regressão e de equações estruturais?</b> .....	111
<b>4.5 Variáveis e construção dos indicadores utilizados</b> .....	122
4.5.2 Religião.....	124
4.5.3 Raça .....	124
4.5.4 Sexo .....	125
4.5.5 Bem-estar físico e mental .....	130
4.5.6 Satisfação com a vida .....	132
4.5.7 Necessidades básicas insatisfeitas .....	133
4.5.7 Pobreza multidimensional.....	134
<b>4.6 Descrição das Técnicas de análise</b> .....	137
4.6.1 Regressões logísticas .....	137
4.6.2 Modelagem de equações estruturais.....	138
4.6.3 Análise de correspondência .....	149
5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....	156

<b>5.1 Análise multivariada das relações entre bem-estar e pobreza</b> .....	156
5.1.1 Satisfação com a vida .....	156
5.1.2 Bem-estar físico.....	164
5.1.3 Bem-estar mental.....	171
<b>5.2 Modelo hipotético das relações diretas e indiretas entre bem-estar e pobreza</b> .....	181
5.2.1 Modelagem de equações estruturais-modelo 1 .....	181
5.2.2 Modelagem de equações estruturais-modelo 2 .....	187
5.2.3 Modelagem de equações estruturais- modelo 3 .....	193
<b>5.3 Análise não paramétrica das categorias de bem-estar e pobreza</b> .....	200
5.3.1 Modelo 1- Pobreza Monetária.....	201
5.3.2 Modelo 2 - Necessidades Básicas Insatisfeitas .....	203
5.3.3 Modelo 3- Pobreza multidimensional.....	205
5.3.4 Modelos 1, 2 e 3 .....	207
<b>6 CONCLUSÃO</b> .....	210
<b>7 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	225
<b>8 - APÊNDICES</b> .....	263
APÊNDICE A - ANÁLISE DESCRITIVA .....	263
APÊNDICE B-ANÁLISE DE REGRESSÃO.....	263
APÊNDICE C- TABELAS DE RESULTADOS DA ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA .....	272

## INTRODUÇÃO

A relação entre pobreza e as consequências desse alargamento para a mensuração do fenômeno tem sido estudada em trabalhos como Codes (2008); Santos (2010); Fahel *et al.* (2016) que se dedicaram a discutir a multidimensionalidade da pobreza e as consequências dessa compreensão para a elaboração de indicadores que retratassem o fenômeno. O foco no estudo dessa relação apoia-se no entendimento de que as concepções importam, ou seja, o conceito que se adota para a definição de um determinado fenômeno é importante para a caracterização do mesmo.

Esses estudos já demonstraram que a adoção de diferentes concepções de pobreza, a saber, monetária, necessidades básicas insatisfeitas, vulnerabilidade social e multidimensional afetam a mensuração do que é chamado de pobreza e conseqüentemente a definição daqueles que são considerados pobres e passíveis de serem beneficiários de políticas públicas para o seu combate. Entretanto, pouco se é sabido acerca do impacto da adoção de cada uma dessas perspectivas de pobreza para a compreensão das consequências do fenômeno, em especial das implicações imateriais tais como o bem-estar dos sujeitos. Tomando essa lacuna como ponto de partida o trabalho a ser desenvolvido aqui se dedicará a testar a relação entre diferentes perspectivas de pobreza e as consequências imateriais da pobreza tais como bem-estar e satisfação com a vida. As duas questões a serem respondidas por essa análise são: 1- existe relação entre pobreza e bem-estar? e 2- diferentes concepções de pobreza ensejam distintas consequências em termos de bem-estar?

A literatura apresenta algumas evidências que buscam ilustrar a relação entre a pobreza e bem-estar. O estudo de Diener *et al.* (1993) encontrou correlações significativas entre bem-estar subjetivo e renda familiar. Pesquisa conduzida por Sandivk *et al.*(1993) indica que o bem-estar é um estado que varia de acordo com a renda. Entretanto, essa relação parece estar para além do atendimento das necessidades de subsistência, visto que o efeito da renda sobre o bem-estar parece ficar mais fraco à medida que se avança na escala de renda (Diener *et al.*1993).

Corbi e Menezes-Filho (2006) em análise para um conjunto de países, entre eles o Brasil, encontraram que a renda aumenta o nível de bem-estar subjetivo. No Brasil, o nível de renda e a posse de emprego são bons preditores do bem-estar.

Frey e Stutzer (2002), analisando os períodos de 1972 a 1974 e 1994 a 1996, também identificaram uma associação positiva entre renda e felicidade nos Estados Unidos. O trabalho de Oswald (1997) corrobora esses achados para o contexto europeu, entretanto, assim como Diener *et al.* (1993), identifica que a renda não aumenta o bem-estar infinitamente, mas apresenta uma utilidade marginal decrescente em relação ao bem-estar (HELLIWELL, 2001). Nessa linha, Rojas (2005) afirma que a renda por si só não é um bom preditor do bem-estar. A relação entre os indicadores econômicos tradicionais tais como renda e consumo existe, mas apresenta uma correlação fraca com o bem-estar subjetivo.

É possível perceber pelos trabalhos apresentados anteriormente que a relação entre renda e bem-estar, em especial a de baixa renda, já foi bem estabelecida. Esses estudos utilizam a renda como medida de pobreza, entretanto quando avançamos no processo de compreensão da pobreza como um fenômeno mais amplo que envolve uma multiplicidade de dimensões para além da renda passa-se a questionar o quão restritivo é estabelecer a relação entre pobreza e bem-estar calcada apenas na renda.

Trazendo essa questão para a discussão em torno da pobreza como um fenômeno multidimensional poderíamos levantar a hipótese de que a razão pela qual essa correlação é fraca está associada a definição de pobreza quando esta é medida apenas pela renda. Sendo assim, uma maneira de testar essa hipótese seria relacionar o bem-estar com a pobreza, mas utilizando medidas de pobreza mais ampla que não considerem apenas a renda, mas também outras dimensões de privação. Se a fraca correlação entre pobreza e bem-estar fosse devido à insuficiência da medida de pobreza monetária, o estabelecermos dessa relação através de medidas multidimensionais tornaria essa correlação, por suposto, mais forte.

Nesse aspecto esta tese se propõe a avançar na compreensão da relação entre pobreza e bem-estar testando como essa relação se estabelece não apenas considerando a renda como marcador de pobreza, mas alargando essa concepção a partir da perspectiva da pobreza multidimensional.

Diener *et al.* (1993) identificam que a compreensão dos fatores associados ao bem-estar é uma agenda de pesquisa ainda pouco explorada em especial no que se refere ao bem-estar subjetivo e questões tais como status e outras necessidades mais complexas do que apenas a satisfação material.

### Delimitação do problema

Ao se pensar em pobreza, uma correlação imediata que geralmente vem à cabeça é a questão da renda ou, melhor definindo, a ausência desta. A renda tem sido a variável predominantemente utilizada tanto para mensurar a pobreza como para explicar as suas consequências, tais como dificuldades enfrentadas pelos indivíduos classificados como pobres para se alimentar, ter moradia e acessar serviços básicos, como educação, saúde e possuir outros elementos que caracterizam o ideário de bem-estar na modernidade. É inegável que, no contexto da sociedade capitalista e monetizada, a renda de que o indivíduo dispõe possibilita acesso a um conjunto de produtos e serviços e previne uma série de limitações que são colocadas diante daqueles que não possuem esse recurso.

Entretanto, tem se consolidado o entendimento de que além da renda é importante considerar uma gama mais ampla de variáveis que tornem possível a compreensão da pobreza, dando ao objeto um olhar menos obtuso, o entendendo como um fenômeno complexo, multidimensional e dinâmico, cujas as causas e consequência estão imbricadas e se situam além da esfera material.

Nesse sentido, o argumento central no qual se baseia a análise a ser empreendida nesse trabalho é que a renda em si mesma é um marcador insuficiente para compreender a pobreza e suas facetas. Esse argumento foi sendo construído a partir de dois movimentos que são simultâneos. O primeiro deles é a ampliação do que se compreende como pobreza, como citado. Na prática, isso significa a incorporação de novas dimensões e ângulos de análise. O segundo movimento trata da necessidade de compreender a pobreza como um fenômeno relacional, ou seja, como um processo que está associado com a maneira como os indivíduos interagem e percebem a sua condição de vida, mais que uma condição estanque atribuída aos indivíduos, baseada em um menor poder aquisitivo.

Nessa direção Marques (2009) afirma que a adoção de uma perspectiva relacional não tem como objetivo desconsiderar o papel das variáveis econômicas e tampouco a importância da ação individual que são elementos cruciais para a análise da pobreza. A proposta, porém, é integrar a

[...] dimensão da sociabilidade e redes aos constrangimentos econômicos mais amplos e às escolhas individuais para avançar na superação da dicotomia entre estrutura e ação que marca a maior parte das interpretações sobre o tema. Esse tipo de análise possibilita a construção de um ponto de partida não apenas econômico para o estudo da pobreza, inserindo nesse fenômeno a dimensão nos processos sociais que o cercam. (MARQUES, 2009, p.472-473)

O estudo da pobreza sob a perspectiva multidimensional ampliou o número de fatores a serem levados em conta na compreensão do processo de se tornar pobre ou se encontrar em estado de pobreza, e suas consequências. Essa perspectiva relativiza a forma como se entende a pobreza e os pobres, situando esse estado em um contexto que implica em outras categorias e/ou fatores que não apenas a ausência de renda suficiente para a subsistência, ou o estar abaixo ou acima de uma “linha de renda” previamente especificada. O status relativo de um indivíduo em relação aos demais em seu contexto, atributos como educação e acesso a recursos públicos que gerem bem estar, entre outros, são fatores que passam a fazer parte da equação que define quem são os pobres. Nessa perspectiva, em que a avaliação subjetiva da própria posição social relativa passa a ser importante, o chamado “bem-estar”, aferido através de análises que consideram a avaliação dos indivíduos em relação a sua vida, se torna um conceito relevante tanto na compreensão do fenômeno da pobreza como de suas consequências. Baseado nas discussões que propõem um conceito ampliado de pobreza por um lado, e por outro naquelas que estabelecem uma relação entre renda e percepções subjetivas de bem-estar ou felicidade (por exemplo, RIBEIRO, 2015), o presente trabalho propõe-se a testar que impacto teriam diferentes mensurações da pobreza baseadas em diferentes concepções do fenômeno na relação da pobreza com o bem estar ou a felicidade. Ou seja, dado que a literatura estabelece uma relação entre renda e bem-estar/felicidade, e propõe que a pobreza seja entendida como mais do que renda insuficiente para o bem-estar, buscamos investigar se uma concepção ampliada de pobreza permitiria um entendimento melhor da relação desta com o bem-estar. Não temos como objetivo principal mensurar a pobreza, mas sim compreender e analisar a relação desse fenômeno com o bem-estar compreendendo este como um desfecho importante da condição de pobreza que inclusive pode atuar como um mecanismo de reprodução da mesma. Porém buscamos argumentar que esta relação depende da forma como tanto a pobreza como o bem estar podem ser mensurados, e que diferentes concepções de ambos os fenômenos possuem implicações relevantes para propostas de erradicação da pobreza.

Gael *et al.* (2013) ao discutirem a noção de desenvolvimento humano e a importância das relações sociais nesse contexto apontam que destacar a dimensão relacional não significa minimizar a importância da satisfação das necessidades básicas e da renda, mas significa incorporar essas dimensões como um meio utilizado pelos sujeitos

para atender as suas demandas relacionais. Nesse sentido, o argumento suportado aqui é que a pobreza é uma experiência marcada não apenas pela realidade material, mas também é vivenciada por meio de situações menos tangíveis que também irão formatar o bem-estar dos indivíduos.

Este trabalho busca contribuir empírica e teoricamente para o entendimento de aspectos multidimensionais da experiência de pobreza e permitir a compreensão desse fenômeno como uma teia mais ampla de privações que são marcadas por aspectos materiais, mas que sobrepujam esses aspectos refletindo no bem-estar dos sujeitos de maneira mais ampla.

Além das dificuldades de se medir a pobreza como um fenômeno social, também existem obstáculos consideráveis para captar o que seria o bem-estar dos sujeitos, tanto dentro de uma perspectiva subjetiva (percepção de bem estar e felicidade), quanto objetiva (atributos que conferem bem estar como saúde, conforto material, equilíbrio psicológico etc.). Assim, além de testar a relação entre diferentes conceitos de pobreza e o bem estar, testamos também a força dessa relação em referência a diferentes atributos do que seria considerado o bem estar, tais como a ausência de depressão, a saúde física, e uma percepção subjetiva de felicidade. Ribeiro (2015), em artigo que buscou descrever a distribuição de bem-estar subjetivo entre a população brasileira utiliza o conceito de felicidade e bem-estar subjetivo como intercambiáveis ao longo de todo o seu trabalho, e na defesa da importância do tema como objeto de análise afirma que

[...] a felicidade pode ser considerada um dos fins últimos de uma vida boa e, portanto, um objetivo que o país deveria considerar como fundamental para sua população e assim parece ser de suma importância desenvolver estatísticas sociais nesta área. (RIBEIRO, 2015, p.40).

Contrapondo a essa importância dada por Ribeiro (2015), Veenhoven (2008) identifica que o bem-estar subjetivo não é um objeto de estudo recorrente na Sociologia. O último aponta duas possíveis razões para essa ausência, uma de ordem mais pragmática e outra de natureza teórica. Na dimensão prática, Veenhoven (2008) indica que os sociólogos estão mais interessados no que as pessoas fazem do que no que elas sentem, assim o interesse estaria em explicar o comportamento social. O bem-estar seria no máximo mais uma das variáveis nesse contexto. Do ponto de vista teórico, os sociólogos tenderiam a enxergar o bem-estar, em especial o bem-estar subjetivo, como dependente de uma avaliação que envolve comparações sociais em relação a um dado padrão que é vago e variável, sendo assim um estado mental que não seria um objeto de estudo de interesse.

Relativamente a essa discussão, ressaltamos neste trabalho a importância, do ponto de vista sociológico, de se compreender as relações entre bem-estar e pobreza, não para precisar uma relação causal propriamente, mas para compreender melhor as dinâmicas de ambos os fenômenos. Apoiamo-nos na premissa de que as diferentes dimensões da dinâmica social tais como as abordadas aqui fornecem elementos que são determinantes para compreender o bem-estar e o comportamento humano, sumarizada na questão colocada por Horwitz explicitada assim:

[...] que tipos de arranjos sociais podem otimizar a felicidade e minimizar o sofrimento? Entende-se que as desigualdades sociais se expressam também nos marcadores biológicos e estados mentais e que as diferentes lentes teóricas providas pela Sociologia são um instrumental poderoso para análise dessas expressões. (HORWITZ, 1999, p.19)

### Estruturação do trabalho

Apesar do foco desse trabalho não recair exclusivamente sobre o desenvolvimento de medidas para a mensuração da pobreza é fundamental apresentar aqui as diferentes formas de compreensão do fenômeno e conseqüentemente as variações na maneira de medi-lo. Codes (2008), ao apresentar a trajetória do pensamento científico sobre a pobreza identifica que esse tem caminhado em direção à uma visão mais complexa enfatizando que a pobreza é um fenômeno multidimensional que tem incorporado um conjunto cada vez mais amplo de dimensões e variáveis necessárias à sua compreensão.

Entende-se que demarcar esse percurso é fundamental para os objetivos propostos por esse trabalho, dado que foi com o alargamento da compreensão acerca das dinâmicas envolvidas no processo de empobrecimento que a dimensão do bem-estar emergiu como um componente importante de análise. Desse modo, esse trabalho dedica-se em um primeiro momento em apresentar as diferentes concepções de pobreza e suas formas de mensuração. Parte-se do enfoque monetário, passando pela abordagem das necessidades básicas insatisfeitas, a de vulnerabilidade social, e por fim a perspectiva multidimensional, as quais explicitaremos na próxima seção. O segundo capítulo procurou explorar o conjunto de dimensões imateriais associadas a pobreza que não foram explicitamente exploradas no primeiro capítulo. Assim, o capítulo 2 foi estruturado para ser complementar ao capítulo 1, mas ao mesmo tempo funcionar como preâmbulo ao capítulo 3, um elo de conexão entre esses. O capítulo 3 fecha esse eixo teórico do trabalho discutindo o conceito de bem-estar desde o seu uso senso-comum, passando pelo jargão publicitário assim como

discutindo as principais abordagens teóricas em torno do tema. Procuramos de algum modo na análise teórica e empírica separar uma ideia de “bem-estar” já implícita dentro de um alargamento da concepção de pobreza, e um conceito de bem-estar tomado separadamente, que independe até certo ponto do ser ou não pobre, a fim de estabelecer uma relação mais clara entre a primeira e o segundo.

Posteriormente o foco recai sob a metodologia. No capítulo 4, que é o capítulo metodológico, buscamos discutir os desafios associados à mensuração dos fenômenos sociais e os potenciais e limites existentes quando transitamos da discussão puramente conceitual para o processo de construção de medidas. Feita essa discussão passamos para apresentação das técnicas de análise empregadas, qual sejam, as regressões logísticas adaptadas ao tipo de variável resposta utilizada (logística, multinomial e o logito ordenado), a modelagem de equações estruturais e a análise de correspondência. Esse capítulo também conta com uma seção dedicada a descrever a base de dados utilizada no trabalho: *Pesquisa Dimensões Sociais das Desigualdades*, assim como os indicadores construídos a partir dessa base e os modelos que são testados. O capítulo 5 apresenta e discute os resultados oriundos do emprego dessas técnicas de análise na tentativa de responder as questões acerca da relação entre pobreza e bem-estar representado em termos de bem-estar físico, mental e satisfação com a vida, e se divide em três subtópicos: um para os modelos logísticos, um para a modelagem de equações estruturais e um para a análise de correspondência. O sexto e último capítulo é dedicado as conclusões. Nesse espaço retomamos em linhas gerais os principais suportes teóricos colocados ao longo do trabalho, examinamos novamente as questões de pesquisa e buscamos respondê-las de acordo com os resultados encontrados. Tal capítulo é encerrado fazendo novas perguntas passíveis de serem incorporadas na agenda de pesquisa e apontando no sentido de aprimoramentos teóricos e reformulações na abordagem metodológica.

## **1. CONCEPÇÕES DE POBREZA: DA AUSÊNCIA DE RENDA EM DIREÇÃO A UMA ABORDAGEM MULTIDIMENSIONAL**

As concepções acerca da pobreza têm caminhando de uma noção mais estreita calcada apenas na renda, em direção a concepções mais amplas que buscam incorporar mais dimensões para o estudo desse fenômeno. Diante disso organizamos este capítulo de maneira a situar esse processo de complexificação da compreensão da pobreza que avança de uma perspectiva unidimensional para uma abordagem multidimensional.

É importante ressaltar que a identificação da trajetória das diferentes concepções de pobreza não deve ser percebida a partir de um viés evolutivo em que as novas compreensões acerca do fenômeno da pobreza se sobrepõem e substituem as perspectivas anteriores. Essa identificação busca apenas situar historicamente cada uma dessas visões acerca do processo de empobrecimento explicitando os efeitos dessas diferentes concepções na forma de mensurar o fenômeno e consequentemente no desenvolvimento de estratégias para a sua superação.

Parte-se da descrição do enfoque monetário que tem a renda como sua principal variável de interesse e é uma das abordagens de pobreza das mais difundidas. Posteriormente serão apresentados o enfoque das Necessidades Básicas Insatisfeitas (NBI) que alarga o escopo da pobreza para além da renda e incorpora variáveis de cunho mais estrutural tais como acesso à escola, moradia adequada etc. Já a terceira e a quarta seções desse capítulo debruçam-se sobre discussão da perspectiva da vulnerabilidade social e da pobreza como constructo multidimensional. Tais perspectivas são ainda mais amplas que a NBI e apresentam uma série ainda maior de pontos de vista analíticos.

### **1.1 Perspectiva monetária**

Desde o início do capitalismo, a compreensão da pobreza tem despertado interesse tanto acadêmico quanto político. Em período anterior a Revolução Industrial já se era possível identificar movimentos de ajuda para aqueles que enfrentavam algum tipo de carência material, geralmente, tais iniciativas eram feitas por instituições locais tais como igrejas e associações de bairro (CODES, 2005). Com a Revolução Industrial, essas iniciativas passaram a ser insuficientes visto que a pobreza aumentava na classe

trabalhadora urbana. A pobreza, assim, passa a ser a ordem do dia na esfera política, despertando interesse na compreensão das suas causas.

Com a expansão do comércio e a valorização das cidades, a pobreza torna-se uma questão incômoda, compreendida como um risco social. A Lei dos Pobres é conhecida como uma das primeiras fases da evolução das políticas sociais. Criada na Inglaterra, essa lei instituía a “caridade”, implicando a criação de um fundo público em que o imposto para ajudar aos pobres era recolhido pelos municípios e tinha como objetivo tirá-los das ruas. A lei vigorou em grande parte dos países europeus entre os séculos XVII e XIX, apresentando variações na forma. A Lei dos Pobres era de natureza caritativa e se expressava por meio da assistência pública àqueles considerados pobres (CODES, 2008).

No campo político existiam pressões para que fossem definidos padrões nutricionais mínimos para que se identificasse a pobreza e em resposta a essas pressões foram desenvolvidos estudos nutricionais na Alemanha, Estados Unidos e Inglaterra que tiveram grande influência nas pesquisas acerca da pobreza (CODES, 2008).

Charles Booth e Seebhom Rowntree (1889 *apud* LADERCHI, 2003) são pioneiros no trabalho de mensurar a pobreza. As pesquisas desses autores são seminais e servem de referência para pesquisadores que se dedicam tanto à mensuração como ao debate teórico sobre o tema. Merece destaque o esforço que é empreendido nesses trabalhos na direção da operacionalização da noção de pobreza em detrimento da discussão mais analítica (teórica) do tema. Assim, a pobreza era compreendida como consumo e renda baixos, e desse modo, seria possível estabelecer medidas monetárias homogêneas que permitiriam, independente da diversidade entre indivíduos, captar níveis de bem-estar por meio da renda (LADERCHI; SAITH; STEWART, 2003).

Na esteira desse corpo de estudos, o trabalho de Booth (1887), que teve como motivação verificar a afirmação socialista de que em Londres um terço das pessoas era pobre, traçou um mapa da pobreza da cidade no final do século XIX. Na pesquisa, o autor coletou informações junto à “*school board visitors*” – profissionais responsáveis por identificar domicílios em que residiam crianças pobres e garantir que essas tivessem educação adequada de acordo com o ato educação compulsória de 1877 (LADERCHI; SAITH; STEWART, 2003).

Booth (1887) a partir desses e de outros dados elaborou ao longo de quase vinte anos um inventário minucioso acerca das condições de vida e de trabalho em Londres. Em

seu trabalho o autor coletou informações junto à “*school board visitors*” – profissionais responsáveis por identificar domicílios em que residiam crianças pobres e garantir que essas tivessem educação adequada de acordo com o ato educação compulsória de 1877 (LADERCHI; SAITH; STEWART, 2003). Nesse amplo esforço, o autor identificou oito classes sociais: quatro abaixo e quatro acima da “linha de pobreza”. A análise tinha como objetivo não só estabelecer a “linha de pobreza”, mas também distinguir qualitativamente as diferenças entre as classes sociais, e deixou claros os limites entre a dimensão do trabalho e da moradia para caracterizar a condição de pobreza.

Por sua vez, Rowntree (1899), na cidade de York, conduziu o primeiro *survey* realizado sobre pobreza. O objetivo era estimar, a partir dos padrões nutricionais mínimos, a linha de pobreza primária: construída a partir de padrões nutricionais mínimos acrescidos de custos com roupas e moradia. Em sua pesquisa, Rowntree utilizou uma amostra de 2/3 dos domicílios existentes na cidade de York, sendo que os pesquisadores contratados por Rowntree foram orientados a, durante a pesquisa, observar os domicílios que, mesmo declarando uma renda suficiente, apresentavam evidências de “pobreza secundária”, tais como condições de moradia precária, ausência de alguns bens duráveis tais como refrigerador e televisor, por exemplo. Rowntree (1899) diferenciou a pobreza primária da secundária distinguindo as diferentes causas para os dois tipos de pobreza, assim como a dimensão relativa a ser incorporada na sua mensuração (BRONZO, 2005).

Os dois autores citados anteriormente são considerados os primeiros estudiosos da pobreza sob a perspectiva monetária ou econômica que ainda é bastante prevalente nas pesquisas sobre o tema. O enfoque econômico utiliza como variável central os rendimentos auferidos pelos indivíduos e famílias como medida representativa de pobreza. Em linhas gerais, a perspectiva monetária apoia-se na noção de “subsistência” que é balizada pelos estudos nutricionais, ou seja, tem como referência tais parâmetros nutricionais que são traduzidos em uma cesta de consumo com os itens básicos necessários a sobrevivência de um indivíduo. Essa cesta permite a construção das linhas de pobreza/indigência.

O argumento central que sustenta teoricamente a utilização da renda no estabelecimento de linhas de pobreza e como meio de aferir o nível de vida de uma dada população é a forte correlação entre o nível de renda e os indicadores de bem-estar físico. O enfoque monetário tem sido predominante nos estudos da pobreza, e tal perspectiva considera a pobreza a partir das variáveis de renda e de consumo dos indivíduos e famílias.

Pela abordagem monetária são considerados pobres aqueles indivíduos ou agregados familiares que são incapazes de auferir a quantidade de renda suficiente para atender as suas necessidades. A aferição assim é realizada utilizando valores de referência para perceber os níveis de bem-estar dos indivíduos (nesse caso tomado como satisfação das necessidades básicas dos indivíduos e, conseqüentemente, implicando na definição da linha de pobreza), e são considerados pobres aqueles que estão abaixo dos valores de referência definidos de forma absoluta ou relativa (ROCHA, 2006).

Na mensuração da pobreza pelo enfoque monetário, uma distinção importante refere-se à diferenciação entre pobreza absoluta e relativa. As linhas de pobreza absolutas são construídas tomando como base um conjunto de necessidades básicas a serem satisfeitas e o custo para satisfação de cada uma dessas necessidades, independente dos padrões de consumo e renda vigentes na sociedade. A pobreza absoluta relaciona-se diretamente às dimensões de sobrevivência física consideradas vitais, mínimas. Como destaca Olavarría (2001) a partir da observação da pobreza absoluta, um domicílio é considerado pobre quando os seus rendimentos são inferiores ao valor equivalente ao necessário para a sobrevivência.

Já as linhas relativas são calculadas a partir da distribuição de renda e dos padrões de consumo que são observados na sociedade estando associadas à noção de privação relativa, sendo chamada por autores como Thurow (1969) de níveis de vida considerados adequados pela maioria da sociedade. O conceito de pobreza relativa incorpora uma medida de desigualdade que aponta para a percepção da pobreza como carência de recursos para satisfazer as necessidades materiais, mas destacando que essas necessidades são construídas socialmente. Desse modo, a pobreza absoluta possibilita comparação entre diferentes contextos. Já a pobreza relativa não viabilizaria essa comparabilidade, devido à variação nesses padrões em distintas sociedades.

O argumento da linha de pobreza relativa pode ser encontrado no trabalho seminal de Smith (1852). Segundo o autor a linha de pobreza é o valor mínimo que possibilita a aquisição de todas as necessidades definidas cultural e historicamente.

Assim como a pobreza absoluta, a pobreza relativa é operacionalizada por meio de linhas de pobreza e indigência. É importante destacar que as tipologias que são apontadas para classificar as linhas de pobreza (objetiva, subjetiva, absoluta ou relativa) também se aplicam as linhas de indigência.

Em termos gerais a diferença entre a linha de indigência e de pobreza está na extensão de itens de consumo que cada uma dessas linhas abarca, isto é, a linha de indigência é sensível a captar a condição de vida das pessoas que conseguem adquirir apenas uma cesta de alimentos com a quantidade de calorias mínimas para a sua sobrevivência. As pessoas que estão abaixo desse valor são consideradas indigentes ou extremamente pobres (SERGUEI, 2009).

Já a linha de pobreza corresponde ao valor da linha de indigência adicionado de valor monetário referente a outras despesas básicas, tais como vestuário, transporte e moradia. É conveniente destacar, que construídos dessa maneira, as pessoas que vivem em condição de indigência são um subconjunto das pessoas que vivem em condição de pobreza, ou seja, o indivíduo que é considerado indigente também é considerado pobre.

As linhas de pobreza podem ser classificadas em subjetivas e objetivas, sendo que as linhas objetivas são aquelas pautadas nos níveis de renda identificados na sociedade em análise. Já as linhas de pobreza subjetivas são aquelas em que os limiares de pobreza são construídos a partir da percepção dos indivíduos e comunidades acerca da sua condição de vida (SERGUEI, 2009).

#### Usos da perspectiva monetária

O enfoque monetário tem sido majoritariamente operacionalizado via linhas de pobreza e indigência, ou seja, através da definição de valores de corte para essas linhas e a observação da proporção de indivíduos ou famílias que estão abaixo e acima desses valores. Explicando melhor, determina-se um critério para se organizar a população de forma binária entre aqueles pobres e não pobres.

Comin e Bagolin (2002) apontam algumas razões para a disseminação do uso da perspectiva monetária, entre elas: a relativa facilidade de operacionalização e inteligibilidade, forte correlação entre a ausência de renda e outros atributos de privação, baixa disponibilidade de outros indicadores sociais que captem outras dimensões além da renda, ausência de consenso quanto aos métodos estatísticos de agregação das variáveis para além da renda e também a necessidade de estabelecer medidas que sejam comparáveis tanto ao longo do tempo quanto em diferentes espaços.

No Brasil, o desenho e a implementação de algumas políticas públicas, em especial as de recorte social, adotam a perspectiva monetária. O Programa Bolsa Família, por

exemplo, adota a renda *per capita* como o principal critério de elegibilidade, assim como o acesso a renda é o principal benefício entregue pelo Programa.

O Benefício de Prestação Continuada (PBC) apesar de ter um desenho distinto também toma a renda como um dos critérios de elegibilidade. Nessa lógica de atuação, a renda funciona como o principal marcador para a identificação daqueles que serão alvo de intervenção das políticas sociais, definindo assim de forma mais “objetiva” aqueles que são e aqueles que não são pobres.

A renda também tem sido utilizada em estudos e relatórios de organismos internacionais tais como Organização das Nações Unidas e Banco Mundial que divulgam essas informações com o objetivo de caracterizar a realidade social de um país, muitas vezes fazendo comparações entre esses países. Em 2018, por exemplo, o Banco Mundial divulgou o relatório denominado *Piecing Together Poverty Puzzle* em que apresenta, entre outros indicadores para diferentes países, a proporção de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza calculada a partir do valor de \$1,90 por pessoa por dia. Na esteira desses relatórios a Comissão Económica para América Latina e Caribe (CEPAL) divulgou em 2007 um documento que buscou analisar a pobreza nas áreas rurais em países da América Latina lançando mão de indicadores de pobreza monetária.

É possível perceber pela análise dos dois relatórios exemplificados que o uso da perspectiva monetária permite traçar comparações entre diferentes locais do mundo e em períodos de tempo distintos ao estabelecer um valor de referência comum.

Atualmente, tanto no Brasil como na América Latina como um todo a perspectiva monetária ainda tem sido amplamente utilizada operacionalizada via indicadores que tomam como base as linhas de pobreza e indigência, especialmente aquelas calculadas pelo método das necessidades nutricionais mínimas.

### Limitações do enfoque monetário

A perspectiva monetária é predominante nos estudos da pobreza, entretanto, como qualquer outra construção teórica nas Ciências Sociais, é sabido que tal perspectiva padece de limitações. Em linhas gerais, essas limitações podem ser organizadas em dois eixos: um de natureza mais técnico-operacional e o outro que podemos denominar de teórico-conceitual.

Do ponto de vista teórico, a principal limitação do enfoque monetário é que esse é operacionalizado através de medidas construídas com base no consumo e na renda e esses indicadores referem-se aos meios para acessar o bem-estar, mas não traduzem necessariamente a situação do bem-estar em si.

Os estudos de Laderchi, Saith e Stewart (2003) identificam uma segunda dimensão que fragiliza o enfoque de renda, que é a consideração da pobreza individual de maneira homogênea, independente das características dos indivíduos. As necessidades individuais, de acordo com o ciclo de vida em que se encontra cada um, se alteram consideravelmente. Não apenas pelo ciclo de vida, mas variam também em relação às condições de saúde. Por exemplo: para um deficiente, ou uma pessoa com uma doença crônica, uma determinada renda não representa o mesmo valor que para outro que não tem gastos com remédios ou um tipo específico de locomoção.

Outra importante limitação do enfoque monetário diz respeito ao nível de mensuração: por razões práticas, muitas vezes a renda e o consumo são mensurados por famílias e assim não captam as variações intrafamiliares (KABEER, 1991; HADDAD, KANBUR, 1990)<sup>1</sup>.

Mideplan (2002) aponta que uma questão importante a se observar é o fato de que a abordagem monetária se guia pelo pressuposto de que os rendimentos auferidos pelos indivíduos, ou pelo grupo familiar, serão convertidos em bem estar para o domicílio sendo empregados para a aquisição de alimentos, vestuário, bens de conforto doméstico e etc. Porém, sabe-se que, no seio das famílias, esse processo nem sempre se dá de forma igualitária, apresentando variações de acordo com o gênero e idade, por exemplo.

No que diz respeito à dimensão mais técnica-operacional, a perspectiva monetária é muitas vezes elogiada por sua objetividade, entretanto, como explicitado por autores tais como Sonia Rocha (2003), ao se utilizar a renda como variável de análise são necessários diferentes ajustes técnicos que envolvem juízos de valor. Assim, coberto sob o véu da objetividade, o enfoque monetário, por vezes, contém fortes componentes discricionários e subjetivos.

Nesse aspecto, Codes (2008) destaca que uma questão fundamental ao utilizar a perspectiva monetária diz respeito aos deflatores de renda. Os deflatores são índices utilizados para que seja possível comparar os diferentes níveis de renda ao longo do tempo.

---

<sup>1</sup> Esse é o caso dos dados empíricos utilizados nesse trabalho que lidam com os dados agregados no nível domiciliar.

Atualmente estão disponíveis diferentes índices: Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), Índice Geral de Preços (IGP-DI) e outros, entretanto cada um desses deflatores apoia-se em princípios metodológicos distintos de modo que a opção entre um ou outro não é trivial e tem implicações significativas para a estimação dos parâmetros de pobreza.

Outro desafio do ponto de vista metodológico no uso da renda é a possibilidade de superestimação de seu valor. Isso pode ocorrer em razão da dificuldade de se considerar outras fontes de rendimento além do trabalho, tais como os benefícios sociais públicos e acesso a outros bens fora do mercado formal (MIDEPLAN, 2002). Em domicílios rurais, por exemplo, é possível a existência de algum tipo de produção para o próprio consumo e desse modo apenas alguns alimentos são realmente comprados, o que faz com que o gasto monetário dessa família em alimentação seja menor. O mesmo ocorre com acesso a alguns serviços que não são conseguidos via aquisição direta, mas se dão no contexto de trocas entre os indivíduos. Esses processos impactam as condições de vida dos sujeitos, porém, a abordagem monetária é insensível para captação dos mesmos.

Arriagada (2005) e Mideplan (2002) apresentam outra limitação da abordagem monetária que diz respeito aos erros de declaração de renda presentes nas pesquisas domiciliares. Os erros mais comuns são a subnumeração da renda (omissão de outras fontes de renda que não do trabalho como, por exemplo, pensões, benefícios sociais, aluguéis etc.) e não resposta a essa questão em alguns domicílios, em especial em famílias mais abastadas.

## **1.2 Necessidades básicas insatisfeitas**

Townsend (1993) entende que a abordagem monetária é bastante restrita para a análise de estruturas sociais mais ampla, bem como dos determinantes da pobreza dentro destas. O autor advoga assim a necessidade de abordagens mais abrangentes acerca da pobreza. Codes (2008), ao descrever a evolução do pensamento científico sobre a pobreza, afirma que as críticas às limitações da perspectiva monetária fizeram emergir outras abordagens que buscassem dar conta da ampliação do conceito de pobreza. E entre elas está a perspectiva das Necessidades Básicas Insatisfeitas (NBI).

Em linhas gerais, a abordagem das necessidades básicas insatisfeitas foca em avaliar as condições de vida dos indivíduos e famílias por meio da observação da

satisfação ou não de certas necessidades. Townsend (1993) ressalta a importância de tal perspectiva dado que ela considera o contexto mais amplo de desenvolvimento econômico e social da sociedade, não se limitando a observar apenas o mínimo para subsistência, mas padrões de dignidade. Assim, observa-se a satisfação das necessidades calóricas e incorpora o acesso a saneamento básico, vestuário, habitação, entre outras.

Rocha (2003) aponta que a abordagem das necessidades básicas insatisfeitas contempla, basicamente, dois elementos: o primeiro deles trata da delimitação de padrões mínimos de consumo privado tais como, alimentação, moradia e vestuário. Por sua vez, o segundo elemento lança o olhar sobre o acesso a serviços essenciais tais como saneamento básico, transporte público, educação, cultura dentre outros.

Nessa discussão, Salama e Destremau (2001) enfatizam o valor da abordagem NBI ao contextualizar as necessidades a serem atendidas e assim apresentar um forte componente relativo que enriquece a análise da pobreza. O acesso a rede geral de esgoto nas áreas rurais e urbanas é um dos exemplos dados pelos autores para ilustrar esse componente. Na zona urbana, o acesso à rede geral de esgoto é uma necessidade fundamental e a sua ausência denota um forte componente de privação. Por outro lado, na área rural o escoamento do esgoto para a rede geral é bem menos importante, dada a possibilidade desse escoamento ser feito via fossa séptica.

Na perspectiva das necessidades básicas satisfeitas fica claro que a definição do que seria uma necessidade básica e qual o parâmetro para o atendimento dessa necessidade é bastante amplo variando em relação ao tempo e ao lugar. Essa característica impõe a necessidade de um conhecimento mais aprofundada da natureza da privação presente em determinados contextos e a relação entre essa privação e o bem-estar.

Machado (2007) identifica uma aproximação entre a abordagem das necessidades básicas insatisfeitas e a ideia embutida no cálculo da linha de pobreza no que diz respeito à definição de valores de corte para separar os pobres e não pobres. Porém, a sua operacionalização se dá por meio de indicadores sociais específicos que retratam dimensões particulares dessas necessidades.

A perspectiva das necessidades básicas opõe-se à linha de pobreza em pelo menos dois aspectos. Primeiro, porque abandona a renda como variável fundamental de análise, ampliando o olhar para outros indicadores. Em segundo lugar, a abordagem das necessidades básicas dá ênfase ao caráter multidimensional da pobreza, reconhecendo que

existe uma correlação entre as diversas formas de carência. Tal abordagem utiliza-se de indicadores de privação, identificando como pobres aqueles indivíduos ou famílias que enfrentam dificuldades de suprir as suas necessidades básicas. Sendo assim, são pobres aqueles indivíduos incapazes de alcançar os padrões de mínimos estabelecidos para um conjunto de indicadores associados à pobreza.

#### Usos da abordagem das necessidades básicas insatisfeitas

No que diz respeito ao uso, a perspectiva das necessidades básicas insatisfeitas passou a ser utilizada pelos organismos internacionais a partir da década de 1970, na busca por substituir a renda como categoria central para a análise da pobreza. Como destaca Beccarí *et al.* (1997), a perspectiva das necessidades básicas tem sido amplamente utilizada na América Latina com o objetivo de traçar diferentes perfis de pobreza por meio de dados de acesso a bens e serviços básicos.

A Cepal foi pioneira, no início dos anos 80, na utilização da metodologia das NBI, elaborando indicadores a partir dos dados disponíveis dos censos de população e pesquisas domiciliares. Giusti (1988) aponta que a metodologia NBI teve um papel fundamental no aprofundamento da exploração de dados censitários para a elaboração de mapas de carências.

A abordagem das necessidades básicas buscou desenvolver instrumentos de análise que permitissem estabelecer comparações entre os países e acompanhar a evolução no atendimento das necessidades básicas ao longo do tempo em uma determinada população. Nesse sentido, como aponta Beccarí *et al.*, (1997) uma das características que favoreceu a rápida disseminação dessa abordagem foi a sua capacidade em produzir indicadores agregados por zonas geográficas específicas permitindo a construção de mapas de pobreza.

Nesse sentido, um conjunto de estudos foram desenvolvidos aplicando a perspectiva das necessidades básicas insatisfeitas e buscando analisar o fenômeno da pobreza, em especial nos centros urbanos. Lopes (1993) elaborou um indicador de necessidades básicas insatisfeitas compostas por seis variáveis, que tinha como foco comparar dois grupos: aqueles com as necessidades básicas satisfeitas e aqueles com as necessidades básicas insatisfeitas.

Ao realizar essa comparação Lopes (1993) identificou que os domicílios com as necessidades básicas satisfeitas eram os mesmos cujo chefe domiciliar apresentava menor

probabilidade de possuir algumas características associadas à pobreza tais como analfabetismo, ser não branco, ter ocupações agrícolas e empregos sem carteira assinada.

Lustosa e Petetta (1998) também desenvolveram um trabalho que teve como foco operacionalizar a abordagem das necessidades básicas insatisfeitas. No estudo os autores se dedicaram a comparar as cidades de Buenos Aires e São Paulo. Diante dos entraves encontrados nessa empreitada, os estudiosos desenvolveram estratégias metodológicas para contornar esses obstáculos, criando assim o enfoque das necessidades básicas insatisfeitas-restringido e o enfoque das necessidades básicas insatisfeitas generalizado.

O enfoque restringido considera um número limitado de indicadores e é mais utilizado na construção de mapas de pobreza buscando identificar para um dado território características mais específicas. Segundo os autores, tal abordagem é adequada para captar carências materiais, mas não é sensível para captar outras dimensões de pobreza.

#### Limitações da abordagem de necessidades básicas insatisfeitas

A abordagem das necessidades básicas tem ganhado centralidade (GHAI *et al.*, 1979), porém a sua operacionalização e tradução em ações práticas têm encontrado limitações. As duas principais limitações da abordagem das necessidades básicas insatisfeitas, segundo documento de trabalho da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (2006), são a não diferenciação de pesos dos diferentes indicadores utilizados e o foco excessivo que se dá aos indicadores de caracterização do domicílio.

A mensuração das necessidades básicas é um desafio, pois a operacionalização dessa abordagem tem sido feita muitas vezes através de variáveis que caracterizam as condições do domicílio (material predominante nas paredes, piso, cobertura), abastecimento de água, coleta de lixo, destino do esgoto, acesso aos serviços de saúde, educação (LUSTOSA; PETETTA, 1998). A limitação ocorre porque dá ao indicador um caráter excessivamente estrutural, ou seja, limita-se a caracterizar as fragilidades físicas dos domicílios.

Nesses termos, Beccaría *et al.* (1997) apontam que a escolha das necessidades básicas e a seleção do conjunto de bens e serviços utilizados para avaliar o nível de satisfação não têm considerado argumentos conceituais, mas sim a disponibilidade de dados. Os autores destacam que a moradia é um claro exemplo disso. Tal dimensão tem

sido considerada a mais importante e geralmente é analisada a partir de três variáveis que descrevem as condições do domicílio, a saber, a qualidade dos materiais de construção, a disponibilidade de serviços básicos tais como acesso a água potável e destino do esgoto e o número de moradores na residência.

Uma segunda crítica refere-se a questão da diferenciação de pesos dos diferentes indicadores utilizados. A não diferenciação de pesos para as distintas variáveis que compõem o indicador de necessidades básicas é complexa, visto que existe pouca referência no que diz respeito a essa distribuição de pesos. Justificar um maior peso à dimensão educacional, por exemplo, pressupõe um conhecimento profundo acerca da importância dessa dimensão para caracterizar a população em estudo. Argumenta-se que o peso das diferentes dimensões de pobreza deve variar de acordo com o contexto específico em que é realizada a análise (MIDEPLAN, 2002).

Desse modo, é importante estar atento à seleção dos indicadores de privação. É necessário preocupar-se com a real importância do que é medido em cada um dos indicadores selecionados. A relevância dos indicadores escolhidos deve ser estatisticamente testada para que se possa perceber em que medida esses estão mesmo associados à privação, do mesmo modo que a renda ou a ausência dela está associada à pobreza.

Uma questão também relevante diz respeito à redundância entre os diferentes indicadores escolhidos para compor o índice de necessidades básicas insatisfeitas. É preciso estar atento para que a seleção dos indicadores esteja “equilibrada” no sentido de contemplar as diferentes dimensões de privação, mas sem que haja dimensões sobrerrepresentadas por mais de um indicador ou variável e que também não ocorra a omissão de alguma dimensão relevante.

Lustosa e Petetta (1998) postulam pela importância de que a seleção dos indicadores que compõem a análise seja feita de maneira parcimoniosa, no sentido de contemplar as diferentes dimensões de privação, mas sem que haja dimensões sobrerrepresentadas por mais de um indicador ou variável e que também não ocorra a omissão de alguma dimensão relevante.

Townsend (1993), por sua vez, aponta limitações que são inerentes à perspectiva das necessidades básicas; a principal delas diz respeito a sua insensibilidade em captar e lidar

com as condições de grupos mais específicos de cidadãos, tais como minorias étnicas, idosos e mulheres, por exemplo.

Mideplan (2002) destaca que uma limitação importante inerente a NBI é a baixa de comparabilidade visto que as comparações ao longo do tempo, entre localidades, por exemplo, podem não fazer sentido dada as realidades específicas de cada país ou região e mudanças de conjuntura social e econômica. Essa característica é própria de toda medida que seja sensível a dimensão contextual.

### Método integrado de mensuração da pobreza

O Centro de Investigação em Economia Política e Comunicação (México) em relatório publicado em 2010 cujo objetivo foi apresentar os principais métodos para medir a pobreza e sua aplicação na América Latina, e se identificou o que se chamou de método integrado de mensuração da pobreza. Tal método pode ser definido como uma combinação entre a perspectiva monetária operacionalizada via linhas de pobreza e a abordagem das necessidades básicas insatisfeitas, tendo como pressuposto a tentativa de superar as limitações encontradas nesses dois métodos de mensuração.

Boltvinik (1990) aponta que a integração entre o método da linha de pobreza e a de necessidades básicas insatisfeitas pressupõe uma ampla revisão de cada uma dessas metodologias de mensuração com vistas a eliminar as possíveis sobreposições entre elas e caminhar em direção a complementariedade.

Feres e Mancero (2001) destacam que para a completa aplicação do método integrado da mensuração da pobreza é necessário que as fontes de dados utilizadas sejam capazes de gerar informações acerca do acesso a serviços públicos, a propriedade de ativos de consumo duráveis, tempo disponível para descanso e lazer. Nesses termos seria possível delimitar claramente esses âmbitos de mensuração sendo que o NBI seria responsável por captar o acesso a serviços de água, esgoto, nível de instrução dos adultos e frequência escolar dos menores, eletricidade, habitação e tempo livre de lazer. Já a linha de pobreza mensuraria as necessidades que são satisfeitas via consumo corrente tais como alimentação, vestuário etc. (FERES; MANCERO 2001).

A combinação entre a perspectiva de renda e necessidades básicas gera uma tipologia para a identificação de distintas situações de pobreza que se organiza em torno de quatro categorias que descrevem situações distintas, a saber: **pobreza crônica**: quando a

renda percebida é inferior a linha de pobreza com ao menos uma necessidade básica insatisfeita; **pobreza inercial**: renda superior à da linha de pobreza e ao menos uma necessidade básica insatisfeita; **pobreza recente**: rendimentos inferiores à linha de pobreza e ao menos uma necessidade básica insatisfeita; e **não-pobreza**: renda acima da linha de pobreza e satisfação de todas as necessidades básicas.

Conveniente destacar que o método integrado de mensuração da pobreza não deve ser tratado como mais uma concepção de pobreza, mas como uma metodologia de operacionalização que busca cobrir lacunas de mensuração existentes na perspectiva monetária e na abordagem de necessidades básicas insatisfeitas.

### 1.3 Vulnerabilidade social

O surgimento do conceito de vulnerabilidade social tem sido associado a trabalhos de órgãos internacionais tais como Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Organizações das Nações Unidas (ONU) e Banco Mundial (SANCHEZ, 2000; BUSO, 2002). Esses trabalhos se dedicaram a ampliar a concepção de carências para além da renda buscando estabelecer a relação entre pobreza e vulnerabilidade social.

Busso (2002) identifica dois elementos importantes que ajudam a compreender a emergência do conceito de vulnerabilidade social. O primeiro deles está associado ao fenômeno da globalização e aos impactos que essa dinâmica ensejou no padrão de desenvolvimento e que, conseqüentemente, transbordou para outras esferas da vida do que apenas o mercado e afetou a relação entre a sociedade e o Estado na provisão de bens sociais. Associado a esse ponto o autor chama a atenção para o processo de manutenção – e, em alguns países, até o agravamento da desigualdade social e pobreza denotando assim a baixa capacidade dos instrumentos de proteção social em reverter essa situação.

Na tentativa de delimitar o conceito de vulnerabilidade social Sojo (2003) afirma que “a vulnerabilidade se refere a resistência ao choque, à probabilidade de que o risco se traduza em declínio do bem-estar, essa resistência é medida, antes de tudo, pela existência de ativos da Família e mecanismos de seguro e proteção social existentes” (SOJO, 2003, p. 12).

O conceito de vulnerabilidade social é amplo e polifacetado, mas é passível de ser organizado em três eixos de análise, a saber: abordagem de riscos, modos de vida e

portfólio de ativos. A abordagem de riscos conceitua risco como situações que tem a capacidade de reduzir o bem-estar dos indivíduos. Tais situações podem ser de origem natural tais como terremotos, vulcões etc., podendo também ser construídas socialmente. Por essa perspectiva, todos os indivíduos estão sujeitos a risco, entretanto, a capacidade de enfrentá-los varia de acordo com o estoque de ativos de cada um. Esse estoque seria menor em sujeitos pobres, o que debilitaria a sua capacidade de gerenciá-los adequadamente e, assim, escapar dos seus efeitos negativos.

Sposati (2009) coaduna com tal percepção ao afirmar que, embora as contingências sociais são passíveis a todos, a capacidade de resposta a essas contingências varia em razão das condições de vida de cada. Nessa lógica, alguns sujeitos ficarão profundamente marcados pelo enfrentamento desses riscos sociais e muitas vezes não terão ativos o suficiente para se livrar de tais marcas.

Alinhada a essa perspectiva está a conceituação elaborada por Mideplan (2002) e Busso (2002). Para a primeira, a vulnerabilidade social pode ser compreendida como um processo multifacetado que diz respeito a probabilidade de um indivíduo ou grupo de indivíduos serem lesados em decorrência de situações externas e/ou internas. Busso (2002) entende a vulnerabilidade social como um somatório de situações de risco, relacionados com a habilidade dos indivíduos em responder adequadamente a essas situações.

O segundo eixo denomina-se enfoque dos modos de vida e considera um conjunto amplo de agentes, fatores, dimensões e estratégias que são utilizadas pelos indivíduos para lidar com a pobreza (MURRAY, 2001). Essa abordagem enfatiza a capacidade desses sujeitos em detrimento de suas carências e debilidades, buscando perceber a multiplicidade de elementos que intervêm nas condições de vida desses indivíduos e de suas famílias (BRONZO, 2005).

Moser (1998) incorpora a essa discussão o terceiro enfoque que se denomina portfólio de ativos composto por dois aspectos, a saber sensibilidade e resiliência. A resiliência e a capacidade que os indivíduos possuem de se recuperar de situações de estresse e de pressão, enquanto a sensibilidade refere-se ao nível de ‘permeabilidade’ dos indivíduos e da comunidade à pressão dos fatores externos. Dessa maneira o foco se desloca da renda e recai sobre as estratégias e os outros tipos de recursos que os pobres manejam na tentativa de lidar com as situações de carência.

Segundo essa lógica Moser (1998) desenvolve uma tipologia de ativos organizados no nível individual, familiar e comunitário. No plano individual, os principais ativos são o trabalho e o capital humano, no nível familiar os ativos seriam caracterizados pela moradia dos indivíduos e suas relações familiares. Já no plano comunitário, os ativos podem ser identificados através da observação das redes de reciprocidade e laços de confiança entre vizinhos e amigos.

Chambers (1989) apresenta um conceito de vulnerabilidade social que faz uma síntese dos principais aspectos apresentados até o momento, nas palavras do autor a vulnerabilidade social é definida como a “exposição as contingências e ao estresse acompanhada da dificuldade de lidar com isso. A vulnerabilidade apresenta dois lados: o lado externo que diz respeito aos riscos e choques aos quais o indivíduo ou agregado familiar está sujeito e um lado interno que se refere aos meios para lidar com esses riscos sem sofrer danos” (CHAMBERS, 1989, p.1, tradução nossa).

Segundo Kaztman *et al.* (1999) a análise da vulnerabilidade social deve-se pautar em pelo menos três dimensões, sendo elas: a qualidade e a estabilidade da inserção no mercado de trabalho, a força das suas relações sociais e a regularidade e qualidade de acesso aos serviços públicos. Pautados nessa compreensão os autores apontam uma tipologia das formas de capitais existentes e suas principais características. O primeiro deles é o capital físico que diz respeito a posse de bens duráveis tais como moradia, terra, animais, meios de transporte etc., ou capital financeiro que são recursos envolvendo poupança e crédito. O segundo tipo de capital é o humano, essa dimensão inclui o trabalho como ativo principal e o valor agregado a esse pelos investimentos em saúde e educação. Já o capital social é formado por redes de reciprocidade e apoio mútuo formadas por membros de um mesmo bairro, por familiares, grupos religiosos etc.

Kaztman (2000) e Filgueira (2001) incorporam a esse debate a importância de se considerar as estruturas de oportunidade. Essas estruturas podem ser definidas como:

As estruturas de oportunidades definem-se em termos de oportunidades de acesso a bens, serviços ou atividades que incidem sobre o bem-estar dos domicílios, seja porque os fazem usar seus próprios recursos mais facilmente, seja porque lhes possibilitam outros, úteis para que integrem a sociedade por meio dos canais existentes. (KATZMAN; FILGUEIRA, 2006, p.6 )

As três principais estruturas de oportunidade estão alocadas no mercado, no Estado e na sociedade e assim segundo Kaztman (2000) a vulnerabilidade social seria resultado da

deficiência ou desencaixe entre os requisitos de acesso as estruturas de oportunidade e a posse de ativos que permita que os indivíduos usufruam dessas oportunidades. “Cada uma destas ordens institucionais oferece oportunidades de acesso aos recursos, às facilidades e à proteção que, em cada lugar ou momento histórico que são consideradas necessárias para que se participe ativamente da vida em sociedade” (KATZMAN; FILGUEIRA 2006, p.8).

Filgueira (2001), ao esmiuçar o conceito de vulnerabilidade social em componentes, considera, além da estrutura de oportunidades, um segundo elemento que se refere a posse e a capacidade de mobilização de recursos tanto materiais como simbólicos que possibilite ao indivíduo se desenvolver na sociedade. Como exemplo de tais recursos o autor indica o capital financeiro, a experiência de trabalho e o nível educacional.

Além dos recursos pessoais, mais associados a questões materiais, Kartzman (2000) chama atenção também para o papel dos recursos de direitos e as relações sociais. Recursos de direito caracterizam-se pela posse de garantias fundamentais tais como liberdade, dignidade e condições mínimas de vida. Já os recursos em relações sociais dizem respeito ao capital social, relacionado a redes de relacionamento e participação em associações comunitárias e grupos de solidariedade.

#### Usos da perspectiva da vulnerabilidade social

A perspectiva da vulnerabilidade social foi bastante promovida pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) que lançou em 1999 o livro intitulado *Ativos e Estruturas de Oportunidades: estudos sobre as raízes da vulnerabilidade social no Uruguai*. Esse trabalho apresenta as bases conceituais dessa perspectiva que se propõem a ampliar a noção de pobreza superando a noção binária de pobres e não pobres e conformando assim o seu caráter multidimensional.

No que diz respeito a utilização da perspectiva da vulnerabilidade social é possível observar a incorporação dessa abordagem, tanto em estudos com um caráter mais acadêmico quanto em trabalhos elaborados pelo Poder Público.

Garcia e Matos (2007) se dedicaram a elaboração de um indicador social das famílias, com o objetivo de mapear a ocorrência desse fenômeno no nível municipal. A vulnerabilidade foi considerada a partir de três eixos, a saber, inserção educacional, grau de inserção econômica local e o grau de inserção habitacional.

Em 2003, a Secretaria de Assistência Social de São Paulo solicitou ao Centro de Estudos da Metrópole do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEM/CEBRAP) um estudo que focou em caracterizar o perfil da vulnerabilidade social no município. Tal trabalho considerou um conjunto amplo de variáveis tais como: nível de renda, escolaridade dos chefes do domicílio, número de filhos, percentual de famílias chefiadas por mulheres, idade do responsável pelo domicílio e o acesso à infraestrutura e aos serviços.

Outro exemplo vem da Política Nacional de Assistência (PNAS- MDS, 2004). A PNAS estabeleceu as diretrizes e normativas que servem de base para o reordenamento de todo o sistema de assistência brasileiro, explicita a necessidade de que as políticas públicas, em especial as de recorte social, incorporem o conceito de vulnerabilidade social em seu desenho e implementação.

#### Limitações da perspectiva da vulnerabilidade social

A perspectiva da vulnerabilidade social foi sendo cunhada a partir das críticas à unidimensionalidade da abordagem monetária, mas também pela compreensão da insuficiência da perspectiva das necessidades básicas. Assim a vulnerabilidade caminhou no sentido de contemplar um maior número de dimensões e conseqüentemente, variáveis. Entretanto, é importante pontuar que, apesar do inegável avanço alcançado com a abordagem da vulnerabilidade social, proporcionado pela compreensão da pobreza de forma mais ampla, o enfoque da vulnerabilidade social também recebe críticas.

Contraditoriamente, uma das principais críticas recebidas diz respeito ao seu grande alcance, ou seja, por contemplar muitas dimensões que traduzem um conjunto muito vasto de privações. Em razão de sua amplitude, o enfoque é criticado como não sendo capaz de gerar medidas que apoiem a elaboração de estratégias que possam combater a pobreza de forma mais focada.

Mesmo diante de algumas críticas, da perspectiva da vulnerabilidade social, extraem-se pelo menos duas conseqüências principais. A primeira aponta para a possibilidade de transformar efetivamente recursos em ativos e está associada à estrutura de oportunidades disponibilizada pelo mercado, Estado e sociedade. A segunda conseqüência é que nesse enfoque a análise de variáveis microsociais tais como renda domiciliar dos indivíduos e suas estratégias de mobilização de recursos não são

independentes da análise de variáveis macrossociais que dizem respeito às características das estruturas de oportunidade disponíveis.

#### 1.4 Pobreza multidimensional

A revisão teórica apresentada até aqui demonstrou o processo de complexificação da análise da pobreza que, teve como ponto de partida, a noção de subsistência avançando na compreensão do fenômeno para além da renda. Nesse aspecto, a pobreza passa a ser entendida para além da dimensão material e, assim, não podendo ser definida apenas pela renda, mas deve considerar a pluralidade de carências que vai desde o precário acesso a bens e serviços passando por dimensões subjetivas que afetam a sociabilidade dos indivíduos e a maneira como esses se relacionam entre si e com a comunidade. Estudo conduzido por Narayan *et al.* (2000) identifica também pessoas que citam experiências de indignidade, vergonha e humilhação como componentes dolorosos de sua condição de privação. A metodologia empregada no estudo Vozes dos Pobres (NARAYAN *et al.*, 2000) foi qualitativa e participativa baseando-se em uma compreensão multidimensional da pobreza.

Segundo Mestrum (2002 *apud* CODES, 2008) a perspectiva multidimensional dá suporte também ao entendimento de que a superação das condições de privação está além da responsabilidade individual baseada na capacidade do sujeito em auferir renda, mas incorpora o papel das estruturas de oportunidade e a reformatação da ideia de ciclo vicioso da pobreza. Nesse mesmo aspecto, Marques (2009) argumenta pela superação da concepção atomista de pobreza e pela adoção de uma perspectiva mais ampla, relacional, que incorpore dimensões supra individuais.

Codes (2008) traz para o debate o modelo de análise construído por Chambers ao analisar a pobreza rural que foi denominado como “armadilha da privação” (*deprivation trap theory*). A natureza da “armadilha da privação”, segundo o autor, estaria calcada em cinco eixos, a saber, insuficiência material, fragilidade física, isolamento, falta de poder e vulnerabilidade. Esses elementos se correlacionam de forma interdependente atuando ao mesmo tempo tanto como causa como consequências da pobreza (SALLES; TUIRÁN, 2002, p. 67 *apud* CODES, 2008).

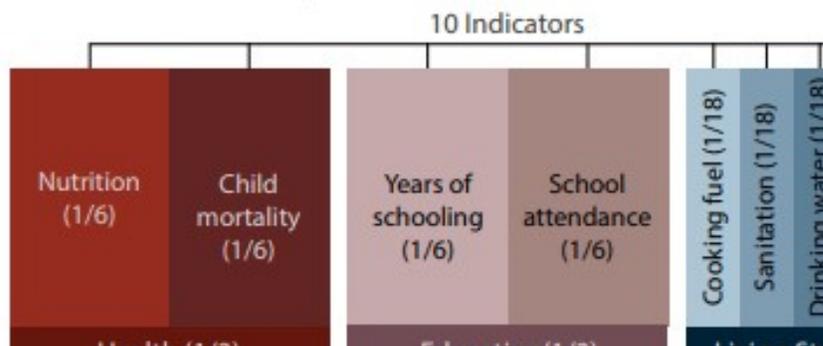
### Usos da perspectiva de pobreza multidimensional

É importante esclarecer aqui as razões pelas quais separou-se uma seção especificamente para discutir os usos da perspectiva multidimensional dado que, grosso modo, toda concepção de pobreza que utiliza mais de uma dimensão de análise tais como necessidades básicas insatisfeitas e vulnerabilidade social por exemplo já seriam abordagens multidimensionais. A existência desta seção se justifica pelo fato de que a partir da ampliação do escopo do que foi sendo entendido como pobreza foram sendo criadas medidas que contemplaram não só mais de uma dimensão de análise, mas que também incorporam a noção de multidimensionalidade a sua fundamentação teórico-analítica, inclusive incorporando o adjetivo multidimensional à nomenclatura dos indicadores utilizados. Desse modo, são apresentados aqui exemplos de usos da perspectiva de pobreza multidimensional que se guiaram por essa orientação mais especificamente.

Diante da necessidade de gerar informações que alimentassem a agenda de desenvolvimento social, em meados da década de 1990, foi criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) o Índice de Pobreza Humana (IPH). Em linhas gerais, esse indicador era composto por três dimensões: expectativa de vida, educação e nível de vida digno. A criação do IPH impulsionou a elaboração de outras medidas mais amplas de pobreza e, em 2010, o PNUD em parceria com a Universidade de Oxford, lançou o Índice de Pobreza Multidimensional de (IPM).

O Índice de Pobreza Multidimensional (ilustrado pela Figura 1) é um índice sintético composto por dez indicadores agrupados em três dimensões: educação, saúde e condições de moradia. A metodologia de cálculo para criação da medida foi criada por Alkire e Santos (2010) e vem sendo replicada em vários países como parte de um amplo projeto que visa possibilitar a criação de indicadores sociais que tenham comparabilidade internacional de forma robusta.

Figura 1 - Dimensões e indicadores que compõem o Índice de Pobreza Multidimensional



Fonte: Oxford Poverty e Human Development Initiative. Disponível em: <https://ophi.org.uk/multidimensional-poverty-index/>. Acesso em: 03 jun. 2019.

Outro exemplo de uso da perspectiva multidimensional da pobreza pode ser encontrado no México que, em 2009, promoveu intenso processo de investigação e análise que contou com um grande número de especialistas a fim de dispor uma medição tecnicamente rigorosa e transparente da pobreza multidimensional. Como explicitado no documento de Coneval (2009) é necessário que a metodologia para a medição da pobreza esteja sustentada em premissas teóricas e conceituais rigorosas que permitam a elaboração de diagnósticos que consigam favorecer a avaliação das políticas públicas em andamento e beneficiar a elaboração de novos projetos.

Essa metodologia desenvolvida adota o enfoque dos direitos sociais, incorporando os indicadores de atraso educacional, acesso a serviços de saúde, acesso a serviços de seguridade social, qualidade da habitação, acesso a alimentação, a renda corrente *per capita* e o grau de coesão social. A medida permite identificar a população em situação de pobreza multidimensional e também a população vulnerável por carências e vulnerável economicamente. Segundo definição de Coneval (2009), estão em situação de pobreza multidimensional aquelas pessoas que têm os seus direitos de desenvolvimento social violados e seu rendimento é insuficiente para adquirir bens e serviços para satisfação das suas necessidades (FIGURA 2).

A partir dessa definição passa-se a determinar quais seriam os critérios para a identificação desses sujeitos multidimensionalmente pobres. O método foi desenvolvido para atender a alguns dos preceitos da Lei Geral de Desenvolvimento Social (LGDS), de 20 de janeiro de 2004, que estabelece os objetivos da Política Nacional de Desenvolvimento Social do país.

Figura 2 - Dimensões do Índice de Pobreza Multidimensional do México



Fonte: Medición de la pobreza en México y en las Entidades Federativas 2016, Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social (CONEVAL). Disponível em: [https://www.coneval.org.mx/Medicion/MP/Documents/Pobreza\\_16/Pobreza\\_2016\\_CONEVAL.pdf](https://www.coneval.org.mx/Medicion/MP/Documents/Pobreza_16/Pobreza_2016_CONEVAL.pdf), Acesso em: 03 jun. 2019.

Inspirados na metodologia de cálculo da pobreza multidimensional proposta pela Coneval, Cobo, Athias e Mattos (2014) desenvolveram um indicador para captar esse fenômeno do Brasil. Os autores entendem que tal metodologia, ao analisar a pobreza de maneira mais ampla com foco na busca pela garantia de direitos humanos possibilita um novo olhar para indicadores que já são utilizados no Brasil de maneira isolada, mas se mostram relevantes para compor uma medida de pobreza multidimensional, tais como defasagem educacional, habitações inadequadas, falta de proteção social e baixos rendimentos.

É possível perceber pela análise da Figura 3 que reproduz tabela elaborada pelos autores supracitados que no Brasil, no período de 10 anos, houve uma redução do conjunto de carências que afetavam a população brasileira. Entretanto, a sociedade brasileira ainda apresenta 27,5% dos seus cidadãos vivendo em condições de pobreza multidimensional. A pobreza multidimensional passou de 31,9% em 2000 para 27,5% em 2010, uma redução de 13,7 pontos percentuais em 10 anos.

Figura 3 – Pobreza Multidimensional no Brasil (2000-2010)

– BRASIL 2000/2010

POPULAÇÃO TOTAL, CARÊNCIAS E VULNERABILIDADES	2000	2010
População total	168.450.492	189.450.492
<b>Carências</b>		
Atraso educacional (%)	41,0	36,0
Acesso à seguridade social (%)	27,3	27,3
Densidade de moradores por dormitório (%)	27,5	27,5
Acesso aos serviços básicos (%)	46,5	46,5
<b>Ao menos uma carência (%)</b>	<b>75,8</b>	<b>69,8</b>
Rendimento inferior a 60% da mediana (%)	33,4	33,4
<b>Pobreza multidimensional (%)</b>	<b>31,9</b>	<b>25,9</b>

Fonte: Cobo, Athia e Mattos (2014) a partir dos dados do Censo Demográfico IBGE (2000 e 2010).

Focados também na realidade brasileira, Machado, Golgher e Antigo (2014) tomam como referência as formulações do economista Amartya Sen (1999) para desenvolverem um índice de pobreza multidimensional para a área urbana do Brasil no período de 2003 a 2008. Esse índice levava em consideração quatro dimensões, a saber: saúde, escolaridade, condições do domicílio e inserção no mercado de trabalho. Os dados analisados apontam redução da pobreza multidimensional por volta de 6 pontos percentuais no país entre os anos de 2003 e 2008.

Outro exemplo do uso da abordagem multidimensional da pobreza no contexto brasileiro pode ser encontrado no trabalho de Barros, Carvalho e Franco (2006) que identificam seis dimensões de pobreza que são especificadas por grupos de indicadores que buscam melhor caracterizá-las. Baseada na revisão da literatura as dimensões de análise elencadas são vulnerabilidade, falta de acesso ao conhecimento, inserção no mercado de trabalho, escassez de recursos, desenvolvimento infantil e condições habitacionais.

Observando os dados apresentados na Figura 4 é possível perceber que, de acordo com o indicador sintético, a pobreza multidimensional no Brasil entre 1993 e 2003 reduziu em 5 pontos percentuais. É interessante notar que, desagregando essa medida sintética nas diferentes dimensões que a compõem, é possível perceber que os avanços demonstrados pelo indicador sintético não refletem o comportamento de todas as dimensões que o compõem. As dimensões acesso ao conhecimento, desenvolvimento infantil e condições de

moradia apresentaram progressos durante o período analisado ao passo que no que se refere a dimensão acesso ao trabalho não ocorreram avanços entre os anos de 1993 e 2003.

Figura 4 - Índice Multidimensional de pobreza: evolução temporal no Brasil (1993, 1998 e 2003)

TABELA 5  
**Índice multidimensional de pobreza: evolução temporal no Brasil**

Dimensão	1993	1998	2003
Indicador sintético	30	27	25
Vulnerabilidade	27	26	24
Acesso ao conhecimento	49	47	37

Fonte: Barros, Carvalho e Franco (2006) a partir dos dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios dos anos de 1993, 1998 e 2003.

É possível perceber a partir do conjunto de exemplos de usos da perspectiva multidimensional da pobreza que esse tipo de abordagem produz avanços na sua compreensão e permite adequadamente caracterizá-lo como um fenômeno que envolve mais aspectos do que apenas a renda. Entretanto, como destaca Santos (2019), mesmo em abordagens multidimensionais o componente monetário não deve ser relativizado, chamando a atenção para o fato de que mesmo o PNUD (2010) ao propor o índice de pobreza multidimensional entende que essa medida é complementar a medidas monetárias.

Feita essa ponderação é importante ressaltar que o uso dessas medidas multidimensionais é interessante, pois sintetiza um conjunto de dimensões e as apresenta em uma só cifra, em um só número que busca retratar a magnitude do fenômeno. Essa característica pode ser uma importante ferramenta para comunicar uma dada situação e inclusive chamar a atenção para ela, colocá-la na agenda. No exemplo específico da medida sintética de pobreza multidimensional destaca-se a importância de outras variáveis para que a análise do fenômeno seja feita para além da renda, e iluminando assim outras questões na agenda de políticas públicas. Partindo dessa perspectiva optamos por incluir na análise empregada neste trabalho, uma medida que, dentro do que foi possível a partir dos dados empregados, busca representar a pobreza enquanto fenômeno multidimensional, a fim de compará-la com uma medida baseada no conceito de pobreza enquanto necessidades insatisfeitas, e com uma medida de pobreza monetária.

## 2. DIMENSÕES IMATERIAIS DA POBREZA

O capítulo anterior se dedicou a apresentar a trajetória do pensamento científico em relação à pobreza apresentando as principais abordagens que vêm sendo utilizadas como modelos conceituais para caracterizar o fenômeno da pobreza. Foram apresentadas não só as diferentes conceituações de pobreza, mas também as suas formas de mensuração, não deixando de ponderar também acerca das limitações dessas medidas.

Já aqui o foco recai na discussão das dimensões que denominamos de imateriais. E por que razão imateriais? Nomeio essas dimensões de imateriais na tentativa de demarcar a diferença entre estes aspectos (vergonha, estigma, exclusão, isolamento social etc.) e os domínios explorados no capítulo anterior nas diferentes perspectivas de pobreza.

Assumo que a delimitação dessas fronteiras não pode ser feita com linhas contínuas, mas com linhas pontilhadas que permitam que essas dimensões se entrecruzem. Nesse sentido, o esforço analítico feito neste capítulo foi o de destacar essas dimensões imateriais e demarcar, mesmo que de modo fluído, as suas especificidades para a compreensão da dinâmica da pobreza.

### 2.1 Pobreza e vergonha

A questão da pobreza e suas figurações simbólicas e formas narrativas nos parecem apropriadas para pensar os processos de conformação dos estigmas sociais. Fernandez (2000) aponta que o simples fato de receber ajuda/assistência já é por si só degradante. Baseado nos estudos de Simmel (1987, 2002) o autor entende que beneficiar-se de um programa social identificado como um programa de combate à pobreza institucionaliza o beneficiário como pertencente à categoria dos pobres e isso tem impacto na formação da identidade, na dimensão da moral desses indivíduos e na forma que esses se relacionam com os demais membros da sociedade.

Assim “a marca e o estigma se conformam, portanto, como uma identidade social”, do mesmo modo que ocorre com os loucos nos estudos de Goffman (1978) “o pobre é associado imediatamente com os comportamentos ou características presentes nas representações sociais do pobre” (COURA, 2009, p.7).

A abordagem de Simmel oferece um quadro analítico interessante para analisarmos a percepção do indivíduo acerca da sua condição de pobreza. O autor manifesta uma visão sociológica da pobreza destacando a construção social dessa categoria. Os pobres segundo essa perspectiva seriam definidos como tal a partir de sua inclusão nos sistemas de assistência social. Simmel afirma que a “pobreza não pode ser definida como um estado quantitativo em si mesmo, mas tão somente a partir da reação social que resulta dessa situação específica” (SIMMEL, 2002, p. 32).

Nesse sentido, nota-se a centralidade dada pelo autor às dimensões relacionais e os aspectos mais sociológicos subjacentes à construção social da pobreza. Na caracterização das condições de pobreza estão presentes “elementos simbólicos de natureza subjetiva, relacionados à discussão clássica da sociologia sobre a constituição e manutenção da ordem social (identidade, valores e crenças, normas e padrões sociais)” (BRONZO, 2005 p.126).

É conveniente destacar que considerar a subjetividade como elemento importante para a compreensão da pobreza significa dizer que, nas situações de carência, estão envolvidos aspectos relativos a valores, condutas e atitudes, que acabam por reforçar a manutenção de situações de vulnerabilidade e destituição (RACZINSKY, 2002).

Desse modo, baixa autoestima, perspectivas limitadas quanto à vida futura, resignação, subalternidade etc. são dimensões não materiais que acabam por cercear as oportunidades que as pessoas pobres possuem de darem rumos a suas vidas e trilharem caminhos de saída para a situação de privação a que estão expostas. É importante deixar claro que tais dimensões de ordem subjetiva, de natureza psicossocial, são construídas nas relações que os indivíduos estabelecem com vizinhos, família, comunidade e instituições.

Sen (2000) argumenta que a pobreza tem tanto aspectos materiais como sociais. O autor considera a capacidade de viver a vida sem vergonha como uma variável nuclear para a compreensão do fenômeno da pobreza. A privação material incide também na vergonha de aparecer em público e de participar integralmente da vida em comunidade. Sen chama atenção para a complexidade envolvida na definição dos elementos necessários para viver a vida sem humilhação. Tais elementos variam em diferentes períodos do tempo e culturas.

Walker (2014) argumenta que a pobreza e a vergonha se entrecruzam de modo que exacerbam a dureza das condições de vida. O autor aponta que mulheres e crianças estão mais vulneráveis a esse processo. Em estudo realizado em sete lugares do mundo (Uganda,

Índia, China, Paquistão, Coreia do Sul, Grã-Bretanha e Noruega) o autor conclui que a vergonha associada à pobreza é presente em todas as sociedades e é reforçada pela prestação de proteção social.

Nesse aspecto Walker (2014) aponta que a vergonha associada à pobreza é uma ferida psicológica que pode nunca se curar. Ele identifica em seu estudo falas de pessoas que relatam as constantes dores, humilhações e constrangimentos a que são submetidas. São narradas também uma série de estratégias que essas pessoas se utilizam para evitar essas situações e manter as aparências de que tudo está bem, entre essas estratégias está a tomada de empréstimos que muitas vezes se transformam em dívidas impagáveis. Outra estratégia utilizada é evitar situações que possam expor as condições de privação que o sujeito vive o que pode levá-lo a evitar momentos de convivência com amigos, parentes ou até mesmo a comunidade em que ele está inserido. O autor destaca que, nesse processo, a vergonha pode levar as pessoas a depressão, ao abuso de drogas e até mesmo ao suicídio.

Estudo conduzido por Narayan *et al.* (2000) identifica também pessoas que citam experiências de indignidade, vergonha e humilhação como componentes dolorosos de sua condição de privação e assim postula que a compreensão da pobreza precisa avançar no sentido de captar processos mais subjetivos associados a essa condição.

Jo (2012) examina as dimensões psicossociais da pobreza com foco na vergonha e propõe um quadro teórico no qual a relação pobreza e vergonha é construída socialmente. A autora argumenta que os elementos associados à pobreza tais como vergonha, estigma, impotência, desrespeito etc. são de natureza predominantemente relacional. Assim, sendo a vergonha é uma emoção eminentemente social isso implica que a compreensão das suas origens não pode ser interpretada fora do contexto social específico em que ocorre.

A vergonha atua como um mecanismo de exclusão social (SEN, 2000), como uma barreira social sistêmica que prejudica a participação e leva a marginalização social (BARRY, 2002). Em sua forma extrema, a vergonha associada à pobreza tem sido o surgimento de doenças mentais patológicas, como a depressão crônica (GILBERT, 1998, 2000; GRAY, 2005; PERESE, 2007).

Jo (2012) afirma que, um elemento fundamental para a compreensão da relação pobreza vergonha é a natureza concorrencial do sistema capitalista. O processo competitivo típico do capitalismo separa os indivíduos em vencedores e perdedores tendo como base para essa avaliação a quantidade de riqueza material que esses possuem. Essas

avaliações, quer favoráveis ou desfavoráveis, proporcionam uma base para a formação de relações sociais e hierarquias (BARKOW, 1989; GILBERT, 1989, 1997) ordenando os indivíduos de acordo com seu status econômico.

Desse modo, a posse de bens materiais torna-se não apenas um sinal de status, mas uma fonte de auto orgulho, já a pobreza por outro lado torna-se fonte de vergonha em um contexto em aqueles que estão nessa condição chegaram nessa situação através de suas próprias inadequações. A noção de mobilidade social sustenta esse processo dado que postula que a sociedade é aberta e que aqueles que se esforçam são capazes de melhorar a sua condição de vida (JO, 2012).

Entretanto, como destaca Lister (2004) na sociedade em que a estrutura de classes se consolida a desigualdade social permanece de modo que os vencedores continuam a ser vencedores assim como os seus filhos, já os perdedores permanecem perdedores o que ocorre também com a sua prole.

Adicionalmente, uma característica marcante da sociedade capitalista é a sua propensão a celebrar e exacerbar a diferença entre as pessoas durante todo o seu processo competitivo, criando assim uma distância emocional entre os indivíduos. Essa diferenciação fica visível quando observamos aqueles que possuem os “melhores” empregos, os maiores níveis de rendimento e educação, melhores condições de habitação etc. (WILKINSON; PICKETT, 2010). Essas diferenças entre os indivíduos em termos de aparência, conhecimento formal, ocupação, padrão de consumo e estilo de vida podem exacerbar o sentimento de disparidade e evocam um agudo sentido de distância social. A distância emocional inevitavelmente gera uma tensão incômoda entre indivíduos e proporciona o terreno para a vergonha (FROMM, 1956).

Outro elemento importante a se considerar para o entendimento da relação pobreza e vergonha refere-se ao discurso social predominante, como destaca Jo (2012) os discursos carregam em si influências sociais, políticas, culturais e econômicas que se tornam verdades e até mesmo normas regulamentadoras (FOUCAULT, 1975, 2001; BERNSTEIN, 1990; BUTLER, 1990). É importante destacar que o discurso dominante em relação à pobreza muitas vezes é construído por aqueles que não vivem em condição de pobreza (LISTER, 2004).

Assim a ligação entre vergonha e pobreza emerge não dos indivíduos em situação de pobreza, mas do discurso dominante refletindo a sociedade que envergonha aqueles que

estão sujeitos a ela. Uma característica adicional desses discursos colocada por Jo (2012) é que tais narrativas tendem a ser construídas por aqueles que tem interesse em manter o seu status e poder. Munt (2007) afirma que a vergonha da pobreza é causada pelas ideias dominantes que idealizam as normas.

Miller (1998) em sua tipologia da pobreza apresenta como distintas culturas variam em suas interpretações de pobreza e exclusão social e demonstra que os juízos de valor presentes nos discursos acerca da pobreza impactam não apenas a políticas, mas também os resultados da pobreza.

Lister (2004) destaca ainda que quando a privação financeira converge com outros atributos socialmente estigmatizantes tais como raça, desemprego, ser mãe solteira etc., a distância entre aqueles que atendem as expectativas sociais e aqueles que a frustram ampliam ainda mais o sentimento de vergonha. Esse argumento converge com o trabalho de Howard (1995) que propõe que as mulheres e os negros são mais propensos a ter vergonha de si mesmos em razão da valorização do sexo masculino e de pessoas de pele branca.

Nesse complexo processo que promove a associação entre vergonha e pobreza Jo (2012) destaca o papel das instituições de políticas sociais, a autora aponta que, em muitos casos, o desenho da política social assim como as instituições que a administram incorporam em suas práticas discursivas e simbólicas elementos que reforçam o estigma de pobreza.

Desse modo ao longo do tempo, o discurso gerado e difundido torna-se uma ferramenta política que pode ser usada para envergonhar as pessoas na pobreza (SCHRAM, 1995). Pedir auxílio, nesse contexto, pode tornar-se emocionalmente difícil dado que receber os benefícios de políticas de bem-estar significa a admissão vergonhosa do fracasso de ser capaz de viver de forma independente conforme as normas ocidentais de individualidade (RANK, 1994).

Nessa discussão outra questão que emerge diz respeito ao merecimento ou não de ajuda. É comum que sejam criadas hierarquias entre aqueles que recebem ajuda e de fato a merecem, e aqueles que não são merecedores da mesma, de modo que, aqueles considerados não merecedores são alvos de hostilidade e estigmatização (MORRIS, 2009).

Outro elemento importante diz respeito à interação entre aqueles que pedem ajudam e os responsáveis por operar esses benefícios, estudos relatam experiências

constrangedoras e degradantes que ocorrem com pessoas em situação de pobreza por ocasião dessas buscarem acessar benefícios. O questionamento acerca da veracidade da declaração de necessidade feita pelo indivíduo também é um componente nesse processo, muitas vezes nessa dinâmica são solicitadas uma série de comprovações que buscam atestar essa necessidade (HENDRICKSON, AXELSON, 1985; DREW *et al.*, 2010; IRVINE *et al.*, 2010).

## 2.2 Pobreza e estigma

É possível identificar estudos realizados nos Estados Unidos que se dedicam a compreender o fenômeno denominado de *welfare stigma* que seria o estigma gerado pela exposição pública da participação do indivíduo em programas de bem estar, ou seja, a vergonha, o constrangimento, embaraço e a desaprovação social que afeta o beneficiário de um programa de bem estar que é observado por outras pessoas (BESLEY, COATE, 1992; YANIV, 1997; BARR, 2000; STUBER, SCHLESINGER, 2006; MANCHESTER, MUNFORD, 2009).<sup>2</sup>

Grande parte da sociedade norte-americana, sobretudo em função dos valores da cultura protestante, percebe a pobreza como uma forma de desvio social, conseqüentemente pessoas que necessitam de assistência pública são rotuladas como preguiçosas, desprovidas de ambição, indolentes e até mesmo maus pais (RAINWATER, 1982; SOSS, 2000).

Walker (2014) aponta que as políticas de combate à pobreza deliberada ou inadvertidamente potencializam a vergonha experimentada por pessoas em situação de pobreza o que poderia levar a corrosão da agência individual.

Stuber e Schlesinger (2006) a partir da consideração do desenho de programas de bem estar nos EUA postulam as seguintes hipóteses acerca da formação de estigma relacionado à participação em programas sociais: 1-atribuições individuais de responsabilidade sobre a pobreza levará a um aumento de estigma; 2- atribuições sociais de

---

<sup>2</sup> No Brasil não é possível identificar um corpo de estudos robustos que se dedicaram a entender o fenômeno denominado de *welfare stigma* nesses termos, entretanto é possível apontar trabalhos que se dedicam a analisar o discurso predominante feito pela mídia acerca do Bolsa Família no qual seria possível perceber uma narrativa marcada por falas associadas ao paternalismo, clientelismo e assistencialismo do programa (MARQUES, ROCHA, 2007; CASTRO *et al.*, 2009). Popularmente é comum ouvir expressões tais como Bolsa Esmola, Bolsa Preguiça etc. como maneiras de desqualificar o programa e seus beneficiários.

responsabilidade sobre a pobreza levará a uma diminuição de estigma; 3-a experiência negativa em acessar esses programas levará a um aumento do estigma e; 4-indivíduos com maior necessidade perceberão menos o estigma. Os autores destacam a interação dos múltiplos estigmas e os efeitos do contexto social nesse fenômeno. Nesse sentido, negros apontam níveis mais altos de estigma do que brancos, e negros que vivem em comunidades com maior concentração racial de minorias relatam menos estigma, por exemplo.

Stuart (1975) comparou os níveis de estigma reportados pelos destinatários de dinheiro em espécie em relação a aqueles que receberam o benefício em forma de produtos e constatou que os beneficiários de prestações pecuniárias relataram significativamente maior estigma.

O sentimento de estigma ao participar de programas sociais é dependente do foco do programa, mas também de características dos indivíduos e sua história de vida (ROGERS-DILLONS, 1995). Baseado em entrevistas com dez mulheres americanas que receberam recursos da assistência pública, o autor argumenta que o estigma social é forjado na interseção entre a “plateia” social, a situação e a história de vida do beneficiário e, portanto, é mais dinâmico e fluido do que tem sido reconhecido. Desse modo, Rogers-Dillons (1995) questiona o pressuposto de que o estigma social seria um fenômeno coerente e relativamente constante. O autor destaca também a aplicabilidade do quadro teórico do interacionismo simbólico para o estudo do *welfare stigma*, visto que esse é capaz de iluminar os aspectos situacionais e relacionais do estigma social, particularmente em termos de gestão dos símbolos de estigma.

Nos Estados Unidos, beneficiários da previdência social que se identificam com a classe mais baixa e acreditam que o país propicia oportunidades iguais aos indivíduos sentem maior impacto negativo do estigma (GOODBAN, 1985). O autor identifica três estratégias que os beneficiários se utilizam para lidar com o estigma social: 1- distanciamento quanto ao fato de serem beneficiários; 2-internalização do estigma negativo, o que leva a uma sensação de desamparo e baixa autoestima e 3-aceitação participação no programa sem internalizar o estigma baseado na crença de que essa situação é causada por uma sociedade injusta.

Mattos e Ponzek (2009) buscaram investigar a relação entre estigma, às decisões de emprego e frequência escolar nas famílias que participam de algum programa de transferência de renda. Os autores utilizam dados quantitativos coletados de famílias

pobres e os resultados encontrados indicam que o estigma é maior entre os ocupados e os mais escolarizados, e é menor entre homens e indivíduos brancos.

No Brasil, é possível identificar estudos que buscam analisar os efeitos das políticas de transferência de renda na vida dos seus beneficiários no que diz respeito a aspectos menos tangíveis. Entretanto, tais estudos não têm se dedicado a entender possíveis processos de estigmatização associados à participação nesse tipo de programa social. A avaliação de impacto do Programa Bolsa Família (Cedeplar, 2007) realizada com beneficiários no ano de 2005 aponta que o programa tem efeitos no poder de barganha feminino na família. Isto é, em razão de sua condição de sua titularidade preferencial do benefício, a mulher ganha maior autonomia decisória quanto à alocação e uso dos recursos nos domicílios - sendo esse efeito maior para o Nordeste do país.

Bronzo e Prates (2011), em análise do Programa Bolsa Família no município de Belo Horizonte, encontram indícios de efeitos do programa no que diz respeito à ampliação da esfera de sociabilidade das mulheres, alterações das relações intrafamiliares e na percepção da autoeficácia das beneficiárias.

Internacionalmente, a avaliação do Programa Progresá, programa mexicano de transferência de renda, evidenciou o efeito da participação no programa na decisão feminina de se divorciar em razão da maior independência feminina e de conflitos gerados em razão da alocação do recurso recebido (BOBONIS, 2011). No que diz respeito à violência doméstica a avaliação do mesmo programa encontra resultados controversos, a participação em programas de transferência de renda pode resultar em aumento da violência no domicílio em razão de conflitos quanto à posse e uso do recurso recebido, como também atua empoderando financeiramente as mulheres e reduzindo episódios de violência doméstica (BOBONIS; GONZÁLEZ-BRENES; CASTRO, 2013).

### **2.3 Pobreza e sociabilidade**

Além de, sumarizar esse percurso teórico-metodológico, a apresentação desse panorama teve como objetivo trazer para o texto o conjunto de outras dimensões que vão sendo incorporados ao entendimento da pobreza em especial aquelas que enfatizam os processos sociais relacionados ao fenômeno, ou seja, ilustra a ampliação da gama de fatores associados ao empobrecimento.

Na esteira dessa ampliação, Marques (2009) postula que, para ser possível avançar no entendimento da pobreza é necessário trazer as relações para o debate como variável central para os modelos que buscam explicar a dinâmica de reprodução da pobreza, a partir da compreensão de que não se trata apenas de uma “questão de reprodução econômica, mas de integração social e de pertencimento, considerando uma abordagem relacional da pobreza” (MARQUES, 2009, p.474).

A abordagem relacional da pobreza centra-se no esforço de explicar como os fatores socioeconômicos e interacionais se articulam e impactam os processos de empobrecimento. Essa perspectiva pode ser aproximada das formulações Bourdieu (1998), em torno do conceito de “campo” que compreende a realidade social a partir da ideia de espaço de relações, ou seja, a realidade social é um espaço simbólico no qual os agentes lutam para a determinação e validação de representações.

Nessa perspectiva de ampliação do escopo, autores tais como Moser (1998), Kaztman *et al.* (1999) e Busso (2002) ao trabalharem com a noção da pobreza a partir da abordagem da vulnerabilidade social incluem as relações sociais como um elemento fundamental a compreensão desse fenômeno. Moser (1998) ao elaborar a tipologia de ativos para a compreensão da pobreza sob a ótica da perspectiva multidimensional inclui no rol dos ativos as relações familiares no plano familiar e os laços de confiança e as redes de reciprocidade entre vizinhos e amigos no plano comunitário. Busso (2002), assim como Moser (1998), também utiliza a categoria ativos no processo de identificação dos eixos de análise da pobreza com destaque para os ativos sociais, exemplificado pelos laços de reciprocidade. Seguindo essa mesma perspectiva, Kaztman *et al.* (1999) afirmam que a força das relações sociais é elemento fundamental para a compreender a dinâmica da privação sendo essas relações uma das formas de capital.

#### **2.4 Pobreza e redes sociais**

A defesa da importância das redes sociais como elemento crucial para análise da pobreza tem surgido como sendo um componente de inovação para a elaboração de políticas públicas e projetos, em especial aqueles de recorte social. Entretanto, o interesse das Ciências Sociais em capturar padrões nas relações entre os indivíduos na sociedade pode ser identificado desde clássicos como Durkheim e Simmel.

Marques (2007) afirma que, apesar de no campo retórico a importância das relações e redes sociais para a compreensão da pobreza ter sido incorporada ao discurso público, ainda existem poucos estudos que se dedicam a explicar essa relação e traduzir o seu significado para o campo da ação política. Nesse sentido, o autor advoga pela importância de trabalhos que se dediquem a entender e qualificar essa relação, indo além, especialmente para capturar a sua dinâmica de funcionamento.

Desse modo, apesar do interesse teórico nessas relações e dinâmicas não ser recente, a análise desses padrões de maneira mais sistemática data das primeiras décadas do século XX. Segundo Marques (2007) nesse início destaca-se trabalhos tais como o de Jacob Moreno que se dedicou a compreender o que denominou-se de geografia psicológica, estudos de relações em contextos sociais mais específicos como os realizado no bojo da perspectiva antropológica e estudos organizacionais a partir de 1930 e também na ciência política nos anos 70 e 80 (SCOTT, 1992; FREEMAN, 2004). No escopo da discussão sobre a relação entre pobreza e redes sociais Marques (2007) aponta a necessidade de lançar o olhar para autores que se dedicam a analisar os padrões de sociabilidade sob a ótica do conceito de capital social.

Fialho (2004) ao apresentar as múltiplas definições de capital social denomina Pierre Bourdieu (1999) como um dos primeiros cientistas sociais a identificar o capital social como uma forma específica de recurso sendo distinto do capital econômico, cultural e também simbólico. Fernandes (2001) informa que o conceito de capital social e sua aplicação tem sido bastante difundida no campo das Ciências Sociais e identifica que, tal difusão, tem ocorrido apoiada basicamente em duas correntes teóricas, a saber: uma que compreende o capital social como um atributo individual e outra que identifica o capital como uma característica inerente aos grupos sociais.

Bourdieu em *As formas de capital* (1986) identifica o capital social como um recurso individual que pode ser acionado pelo o indivíduo que o possui de acordo com seus interesses. O autor define capital social como:

[...] o agregado dos recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações de conhecimento e reconhecimento mútuos mais ou menos institucionalizadas. Em outras palavras, ser membro de um grupo proporciona a cada um de seus membros todo o suporte de capital possuído coletivamente; uma 'credencial' que os habilita para o crédito, nos vários sentidos da palavra. [...] Assim o volume de capital possuído por um determinado agente depende do tamanho da rede de conexões que pode mobilizar efetivamente e do volume de capital (econômico, cultural ou

simbólico) possuído por direito próprio por cada um daqueles a quem está conectado. (BOURDIEU,1986)

Desse modo, o capital social seria o volume de recursos que o indivíduo é capaz de mobilizar por meio de suas redes sociais e seria dependente tanto do tamanho dessa rede de relações como pela composição dessa, ou seja, por quem são aqueles que integram esse emaranhado de relações.

Granovetter (1977, 1955), apesar de não se utilizar explicitamente, da categoria capital social se alinha a perspectiva bourdiesiana ao identificar “o conjunto de bens pertencentes a um grupo e passíveis de serem internalizados pelos indivíduos”, para o autor os relacionamentos são peças decisivas para o indivíduo alcançar seus propósitos” (Lima, 2004, p.49 e 50). Granovetter (1973) ao analisar a lógica de mobilização desses recursos no processo de procura por emprego e ascensão na carreira classifica esses relacionamentos em laços fracos (*weak ties*) e laços fortes (*strong ties*). Em linhas gerais, os laços fortes encontram-se na esfera íntima dos indivíduos, nas relações mais próximas que esse estabelece com familiares e amigos, em oposição os laços fracos são definidos como aqueles contatos que estão fora desse círculo de amigos e família.

Portes (1998) ao se dedicar a compreensão do conceito de capital social suas origens e aplicações na sociologia contemporânea chama a atenção para o trabalho de Loury (1977;1981), que, ao criticar as teorias clássicas de desigualdade racial e rendimento, chega ao conceito de capital social. Apesar de não se dedicar ao desenvolvimento desse conceito de maneira pormenorizada, Portes (1998) afirma que os argumentos de Loury desbravaram o caminho trilhado por Coleman ao identificar a função do capital social na criação do capital humano.

A ampla revisão teórica feita por Portes (1998, p.9), o leva a organizar o capital social a partir de três funções primordiais, a saber: “i-controle social; ii-fonte de suporte familiar e iii- como uma fonte de benefícios, por meio de redes extrafamiliares”. Entre essas três funções Portes destaca a terceira delas como tendo um papel importante na compreensão dos processos de estratificação social ao elencar um conjunto de estudos que operacionalizam o conceito de capital social como importante variável explicativa para o acesso a trabalho formal e processo de mobilidade ocupacional, tais como a ascensão a postos de comando.

Helal e Neves (2007) chamam a atenção também para o trabalho de autores que consideram o capital social em uma perspectiva mais macro, isto é, como um atributo encarnado na comunidade ou na sociedade, nessa posição colocam as ideias de James Coleman e Robert Putnan.

O trabalho de Loury foi acolhido por James Coleman que definiu o capital social considerando a sua função como facilitador de certas ações dos indivíduos ou grupos de indivíduos dentro da estrutura social. Desse modo, o capital social não é encontrado no sujeito, mas no interior dos grupos dos quais esse faz parte podendo assim mobilizar os recursos inerentes a esse grupo em busca de benefícios.

Ao apresentar a contribuição de Coleman para a compreensão do papel do capital social, Fialho (2008, p,71) aponta que o autor identifica variadas formas de capital social manifestas através de “ (1) obrigações, expectativas e confiabilidade das estruturas; (2) canais de informação potenciais; (3) normas e sanções efetivas; (4) relações de autoridade; (5) organizações sociais apropriáveis; e (6) organização intencional”.

Desse modo, na perspectiva de Coleman a dependência mútua entre os indivíduos emerge em razão de que os diferentes atores se interessam por benefícios que estão total ou parcialmente sob o controle de outros agentes. Assim, “as relações sociais advêm das trocas e das transferências de controle desses recursos para se alcançar certos objetivos”. (FIALHO, 2008, p.76).

As relações sociais entre os comerciantes judeus de pedras preciosas em Nova York é o exemplo utilizado por Coleman (1988) para ilustrar a sua perspectiva acerca da dinâmica do capital social como pertencente ao grupo e não ao indivíduo além de explicitar o valor dos laços de confiança e reciprocidade responsáveis por manter a coesão do grupo. O fato de que esses indivíduos frequentam a mesma instituição religiosa e residem na mesma comunidade os caracterizam como um grupo fechado. Os laços que são criados dentro desse grupo, sejam eles de ordem familiar, religiosa e comunitária, produzem ambiente confiável o suficiente para permitir que o comércio de pedras ocorra sem o receio de roubos, furtos ou algum tipo de estelionato, tal como a substituição de pedras originais por outras falsas. Esse processo gera expectativas e obrigações recíprocas que acabam por realimentar os laços entre os membros do grupo.

Por sua vez, Putnam (2000) utiliza o conceito de capital social cunhado por Coleman para explicar a diferença no desempenho institucional entre as regiões Sul e

Norte da Itália em sua pesquisa acerca do processo de descentralização política no país. No argumento do autor, a expressiva disparidade entre essas regiões, mesmo contando com o mesmo arcabouço político administrativo, ocorria em razão das diferenças no estoque de capital social em cada uma delas, ou seja, pela diferença nos níveis de organização social, laços de confiança e existência de redes que permitem processos coordenados e cooperativos com vistas a alcançar benefícios comuns.

O trabalho de Putnam intitulado *Comunidade e Democracia - a experiência da Itália moderna* é reconhecido como um marco responsável por ampliar as discussões em torno do conceito de capital social e aumento de artigos e pesquisas em torno do tema e que o tomam como referência. Porém, mesmo reconhecendo o mérito do trabalho desse trabalho Prates (2001) critica o uso que Putnam faz do conceito de capital social. Segundo Fialho, o mais adequado ao estudo de Putnam seria o conceito de cultura cívica cunhado por Almond e Verba (1963), essa confusão em torno dos termos carregaria o conceito de capital social de um valor positivo associado ao civismo e que necessariamente traria benefícios para a sociedade. Porém, Putnam esquece que o “próprio Coleman afirma que nem sempre o uso de tal recurso (capital social) resulta em benefícios, ao contrário da cultura cívica, que é um conceito com conteúdo social e moralmente positivo” (FIALHO, 2008, p.79).

O trabalho de Nan Lin (1999, 2001a, 2001b) também é fundamental para o estudo do capital social, seus trabalhos contribuíram em especial para o desenvolvimento de medidas de capital social. A concepção de capital social do autor se alinha as ideias de Bourdieu e Coleman que identificam o fenômeno ancorado em redes e relações sociais, nesses termos o capital social funcionaria como uma ponte entre ação e estrutura.

Lin (2001a) desenvolveu um modelo da teoria do capital social estruturado em três eixos (FIGURA 5). O primeiro eixo desse modelo é o da estrutura organizacional e diz respeito as pré-condições para o capital social que são encontradas tanto nos ativos coletivos como na posição do indivíduo na estrutura. O segundo é composto por elementos que permitem o acesso e a mobilização do capital social, já o terceiro eixo organiza os retornos traduzidos pela mobilização do capital social.

As transições entre os eixos dentro do modelo são explicadas por Lin (2001a) para ilustrar os processos de interação e redes que caracterizam a dinâmica do capital social. A transição do primeiro para o segundo eixo permite perceber as assimetrias na posse e ou

acesso ao capital social, essas diferenças são mediadas por forças sociais que atuam na distribuição desse recurso. O movimento do segundo para o terceiro eixo ilustra os efeitos produzidos pelo capital social. Nesse eixo emergem tanto os resultados de âmbito mais instrumental tais como riqueza, poder e reputação como aqueles denominados resultados expressivos, a saber saúde física, mental e satisfação.

Figura 5- Modelo de Lin-Teoria do Capital Social



Fonte: FIALHO (2008, p.77)

Apoiando-se em premissas estabelecidas por Lin (2001a), Briggs (2001; 2005) se dedica a compreensão do capital social como rede, com especial interesse na relação entre pobreza, redes sociais e o processo de segregação urbana. Segundo Briggs é possível compreender a relação entre esses três processos a partir de três perspectivas, a primeira delas foca no apoio individual e na obtenção de status de Lin (2001a), trabalhos que se utilizam dessa perspectiva em geral lançam o olhar para redes pessoais analisando questões tais como circulação de informações e indicações para vagas de emprego assim como laços de confiança e companheirismo.

A segunda perspectiva colocada por Briggs, alinha-se aos estudos produzidos por Sampson e Raudenbush (1997) cujo foco recaía sobre o papel do capital social na produção de eficácia coletiva e no processo de controle social. Já a terceira e última perspectiva é associada a trabalhos como os de Putnam cujo enfoque localiza-se um nível mais macro que busca estabelecer a relação entre confiança e participação social.

Briggs (2003) distingue os laços sociais em dois grupos, a saber (*bonding ties* e (*bridging ties*), o primeiro deles são aqueles vínculos existentes entre parentes e amigos mais próximos, já os *bridging ties* são aqueles laços que vinculam os indivíduos a grupos.

Nos termos de Briggs (2003), ambas as conexões, de maneira distintas, são importantes, *bonding ties* seriam importantes na condução do dia a dia dos indivíduos, por sua vez, os *bridging ties* teriam um papel fundamental para a melhoria das condições sociais dos sujeitos promovendo mobilidade.

## 2.5 Pobreza e exclusão social

Bronzo (2005) em trabalho que, pioneiramente, se dedicou a relacionar as diferentes concepções de pobreza aos tipos de ação pública para o seu combate no Brasil trata o fenômeno da exclusão social como um tipo de concepção de pobreza. Apesar de reconhecermos aqui a importância do conceito de exclusão social para a ampliação da compreensão da pobreza e suas dinâmicas, nosso estudo não trabalha com a exclusão social sob essa ótica, ou seja, não se reconhece a exclusão social como um tipo específico de concepção de pobreza, mas como um processo social associado à pobreza e que contribui para a compreensão do fenômeno de forma mais ampla reverberando assim em variáveis e ângulos de análise que tenham a pobreza como foco de estudo.

Na discussão levada a cabo por Bronzo (2005) o enfoque de capacidades trazido por Amartya Sen é considerado um divisor de águas para os estudos que se dedicaram a compreender os elementos associados ao processo de empobrecimento de um indivíduo e/ou família. O autor expande a concepção de pobreza além da renda e da utilidade e define a pobreza como privação de capacidades. Assim, são pobres aqueles sujeitos privados das capacidades necessárias para operar no ambiente social sendo carente de oportunidades para alcançar patamares mínimos de realização, essa baixa capacidade inclusive, pode ser independente do seu nível de renda.

A perspectiva das capacidades ao incorporar as diferenças individuais tais como idade, saúde, condição física e contexto social traz para a discussão a questão da liberdade e sua origem no pensamento de Aristóteles acerca do pertencimento ao todo social (SEN, 2000). Nesse sentido, a noção de exclusão social se articula a ideia de capacidades ao considerar questões ligadas à identidade, coesão e reconhecimento social. De acordo com Bronzo (2005, p.44), a noção de exclusão social lança um novo “olhar sobre a pobreza, ressaltando a presença, na caracterização desse fenômeno, de aspectos subjetivos, relativos

a valores, identidade, crenças e comportamentos, apontando para a dimensão relacional presente na produção e reprodução da pobreza”.

A noção de exclusão social não pode ser atribuída a um autor em particular, mas o seu surgimento pode ser associado ao contexto francês do aumento de desemprego e a ampliação da compreensão acerca do processo de empobrecimento na sociedade. Leal (2004) atribui o uso pioneiro do termo a Pierrri Massí em ensaio denominado *Exclusão Social: estudo da marginalidade nas sociedades ocidentais*. Também no contexto francês o trabalho de René Lenoir ganha destaque no debate acerca do fenômeno da exclusão social em especial porque o autor não se refere a exclusão social como um processo residual, mas como um fenômeno que, naquele momento, estava em crescimento e afetando um grupo cada vez mais amplo de pessoas que não estavam incorporadas ao sistema de proteção social francês.

A partir dos anos 80 o termo se expande na Europa a partir da sua articulação com a instabilidade dos vínculos entre indivíduo e sociedade mediados especialmente pela dimensão do trabalho. Associado a isso identifica-se as mudanças colocadas em curso pela globalização que afetou as relações de trabalho gerando desemprego e/ou inserção precária nesse mercado sendo importante considerar também as consequências sociais desse processo. Nota-se assim que o foco de análise se desloca dos grupos marginais em direção a um conjunto de indivíduos que até então estavam empregados e perderam essa condição em razão da crise econômica e seus impactos no mercado laboral, a discussão assim passa a remeter a natureza dos vínculos entre o indivíduo e a sociedade associado ao tema da coesão social. Nos termos de (SILVER, 1995, p. 64) “exclusion became a new way to describe the difficulty of establishing solidarities between individuals and groups and the larger society”<sup>3</sup>.

Na discussão em torno da dinâmica da exclusão social o trabalho levado a cabo por Robert Castel em *As metamorfoses da questão social* é incontornável. Nesse estudo Castel (2015) discute o papel da trajetória dos indivíduos para o entendimento do processo de exclusão que o autor denomina de desfiliação. Segundo Kowarick (2003) esse conceito está fundamentado na ideia de que as mudanças no mundo do trabalho associam-se com a ideia daqueles indivíduos que estão desenraizados, desvinculados e transformaram em sobrantes e inabilitados socialmente.

---

<sup>3</sup> “A exclusão tornou-se uma nova maneira de descrever a dificuldade de estabelecer solidariedades entre indivíduos e grupos e a sociedade em geral”

Nesse sentido, é possível perceber a ênfase dada pelo autor no processo de emergência de um grupo de indivíduos que passam a ser considerados inúteis para o mundo em razão das mudanças em curso na sociedade. Castel prefere o uso do termo desfiliação ao invés de exclusão social em razão de considerar o último um conceito estanque e assim incapaz de captar a natureza processual do fenômeno que caminha da integração a vulnerabilidade podendo culminar na “inexistência social”.

Para os objetivos colocados pelo trabalho aqui em curso é importante reter a ideia colocada por Castel acerca dos efeitos das transformações econômicas na questão social considerando também a manutenção da trama social:

[...] a aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura. É um desafio que interroga, põe em questão a capacidade de uma sociedade (o que, em termos políticos, se chama de uma nação) para existir como um conjunto ligado por relações de interdependência. (CASTEL, 2003, p. 30)

É possível ressaltar que, na análise da questão social, Castel privilegia as categorias trabalho e assalariamento para explicar o processo de integração social. Como destaca Bronzo (2005), o foco recai sobre a associação entre precariedade econômica e instabilidade social de modo que é possível definir a “vulnerabilidade social como uma zona intermediária, instável, que conjuga a precariedade do trabalho e a fragilidade dos suportes de proximidade” (CASTEL, 2003, p. 24).

No conjunto de autores franceses que trabalham com a perspectiva da exclusão social destaca-se o trabalho de Serge Paugam (2003) que dedica-se a compreensão do fenômeno que o autor denomina de desqualificação social, correlacionando tal processo aos serviços de proteção social. O autor avança não só no sentido da compreensão objetiva da pobreza, mas também inclui a percepção que as pessoas têm desse fenômeno. Relaciona-se a esta abordagem a incorporação de outras variáveis, tais como, status e estigma. Paugam (2003) identifica três fases do processo de desqualificação social: fragilização, assistência e marginalização.

Na fase de fragilização, estão aqueles indivíduos que se encontram em situação temporária de vulnerabilidade, momentaneamente desempregados e sem rendimentos, por exemplo. Na fase da assistência, situam-se aqueles indivíduos que são dependentes da rede de serviços de proteção social e que, em razão disso, sentem-se estigmatizados. Já os marginalizados são aqueles que romperam com o processo de assistência e, por isso, encontram-se no processo mais crônico de desqualificação social.

O trabalho de Paugam se alinha ao de Goffman (1988), no tocante ao estigma social, embora Paugam não o cite em seu trabalho. A referência ao estigma torna-se evidente: “pessoas que moram em cidades de má reputação, preferem dissimular o nome do bairro, porque se sentem humilhados ao serem iguados a pessoas cujo descrédito é do conhecimento de todos.” (PAUGAM, 2008, p.73). Segundo o autor a experiência da pobreza está envolta em uma teia de significações que perpassam as autoimagens e as representações sociais, reveste-se de um status social desvalorizado e estigmatizado.

Diante do exposto é possível perceber que a contribuição dada pela perspectiva da exclusão social, ou desfiliação em Castel ou desqualificação em Paugam, assenta-se na ênfase dada as dinâmicas, dimensões e trajetórias que explicitam a importância das relações sociais para a compreensão da pobreza.

## **2.6 Pobreza e isolamento social**

O processo de ampliação do número de dimensões a serem analisadas para a compreensão da dinâmica da pobreza e os estudos que tomaram como referência essa perspectiva mais multidimensional trouxeram para o debate elementos associados as condições de vida daqueles que vivem em situação de pobreza até então pouco explorados. Nesse contexto, questões tais como capital social, redes de relacionamento e dinâmicas de isolamento social emergem como uma agenda importante para o aprofundamento da compreensão acerca da pobreza, suas causas e consequências.

No bojo desses novos elementos analíticos o interesse dessa tese recai especificamente na relação entre o isolamento social e a pobreza. O isolamento social, em linhas gerais, é compreendido como uma privação de conexão social entendida como um obstáculo fundamental para que os indivíduos alcancem o bem-estar sendo uma dimensão relevante para a compreensão da pobreza visto que representa a dimensão social da pobreza absoluta. Esse conceito é entendido a partir da qualidade e quantidade inadequadas de relações sociais com outras pessoas nos diferentes níveis de interação (indivíduo, grupo, comunidade e ambiente) (ZAVALETA; SAMUEL; MILLS, 2014). Esses autores, apesar de reconhecerem que a conceitualização desse termo é um grande desafio, apontam que é possível identificar em estudos de distintas áreas do conhecimento contribuições que permitem estruturar essa definição e desenvolver medidas que a caracterizem.

Segundo Wilson (1987) o isolamento social é a falta de contato ou de interação sustentada com indivíduos ou instituições, para Hawthorne (2006) ser isolado socialmente significa viver sem companheirismo se sentir sem apoio e separado dos outros, um estranho, um isolado.

Hortulanus *et al.* (2006) argumentam que, apesar de não haver uma definição clara do que venha a ser o isolamento social, é possível listar alguns elementos que estão associados a essa noção, tais como ausência de redes sociais significativas e experiências subjetivas de solidão.

Nesse mesmo sentido, Fine e Spencer (2009) apontam que isolamento tem dois componentes, um social e um afetivo, isto é, caracteriza-se pela combinação de baixos níveis de interação social com a experiência de solidão.

É interessante destacar nessa discussão a definição de isolamento social adotada pelo Departamento de Saúde de Minnesota (2010) que conceitua o isolamento como a falta de envolvimento do indivíduo em uma rede interativa de relacionamentos chave. Já Biordi e Nicholson (2013) definem o isolamento social como um distanciamento físico e psicológico de suas relações desejadas com as outras pessoas.

Samuel (2014) descreve o isolamento social como estar em uma situação na qual os outros e a sociedade desconhecem o seu sofrimento tampouco tomam medidas para amenizá-lo, é como estar “no fundo do poço”.

Hortulanus *et al.* estabeleceram uma tipologia dos contatos sociais constituída por quatro grupos, a saber: a- socialmente competentes que são aqueles que tem a quantidade e a qualidade de relações sociais suficientes; b-socialmente inibidos que tem pouca quantidade, mas uma adequada de rede de relações; c- os solitários que tem alguns contatos, mas não os consideram em quantidade e qualidade adequada e d- os socialmente isolados que tem uma pequena rede de relacionamentos e se sentem solitários.

Sen (2000), baseado na ideia central de Adam Smith, defende que a incapacidade de interagir livremente é uma importante privação em si mesma o que limita a capacidade do indivíduo viver em comunidade. Além de uma limitação em si mesmo, a privação relacional pode resultar em outras privações em razão de afastar os indivíduos das redes de colaboração e oportunidades. Nessa mesma linha, Grootaert (1998) discute os efeitos dos diferentes recursos sociais sobre os resultados econômicos.

Nussbaum (2000) considera a capacidade de interação como uma das dez capacidades centrais dos indivíduos, assim como Basu (2013) que argumenta que o sentido de pertencimento a um grupo é uma variável chave para compreender as diferenças entre os indivíduos no que diz respeito à capacidade de se apropriar dos frutos do desenvolvimento econômico.

Essa sensação de pertencimento estaria ligada também a experiências de estigmatização entre pessoas de baixa renda (STEWART *et al.*, 2009). Em pesquisa, desenvolvida pelos autores, mais da metade das pessoas entrevistadas que viviam em condições de pobreza afirmaram distanciar-se dos outros em situações que exigiam capital financeiro como uma maneira de evitar estigmatização em razão de sua baixa renda. Dessa forma, os pesquisadores concluíram que as tensões inerentes a viver em situação de pobreza podem resultar em auto isolamento.

Zavaleta *et al.* (2014) apresentam e sistematizam as contribuições de diferentes áreas de estudos para a discussão acerca do isolamento social. A literatura acerca do capital social, por exemplo, explicita a importância da conectividade social como um insumo importante para ampliar a capacidade dos indivíduos de acessar poder e outros recursos (COLEMAN, 1988; GROOTAERT, 1998; PUTNAM, 2000; WOOLCOCK, 1998, 2001). Apesar da riqueza dessa literatura que traz elementos que permitem perceber a correlação entre conexões sociais e demais dimensões de bem estar tais como saúde, oportunidades de trabalho e segurança física e financeira, Zavaleta *et al.* (2014) criticam que essa abordagem é excessivamente concentrada na instrumentalidade das conexões sociais negligenciando assim o seu valor intrínseco.

Nesse sentido, esses autores afirmam que as pessoas atribuem um valor intrínseco muito alto as relações sociais, valorizando assim o sentimento de pertencimento a uma comunidade, relações de amizade, apelos emocionais e a capacidade de participar da sociedade. Segundo Maslow (1943) o amor e o sentimento de pertencimento são pilares fundamentais para a construção da auto realização e quando essas necessidades não são satisfeitas abre-se caminho para a ansiedade social, a solidão e depressão.

Helliwell e Putnam (2004) afirmam que os indivíduos atribuem alto valor as relações com a família, amigos e parceiros românticos e colocam essa dimensão como um pré-requisito para a felicidade. Esse argumento corrobora os achados de Narayan e Petesch (2002) que identificam, entre indivíduos pobres, falas que afirmam que, para esses, o que

mais os fazem felizes são as pessoas. Assim, essas conexões não são apenas de ter acesso a oportunidades, mas são importantes para a vida humana em si.

Segundo Zavaleta *et al.* (2014) outra literatura relacionada é a discussão acerca da coesão social que analisa os processos envolvidos na criação de valores e sentidos comunitários que permitem a sensação de que os indivíduos estão empenhados em uma causa comum (MAXWELL, 1996).

Nessa discussão Chan *et al.* (2006) enfatizam a importância das interações tanto verticais como horizontais entre os membros da sociedade que permitem o compartilhamento de atitudes e normas comuns que geram confiança, sentimento de pertencimento e vontade de colaborar.

A literatura psicológica também apresenta contribuições importantes para a compreensão do processo de isolamento social. Nesse sentido a pesquisa sobre solidão aponta que cada indivíduo tem um ideal acerca da quantidade e qualidade das relações sociais e quando essas relações fogem desse ideal surge o sentimento de isolamento social subjetivo. Segundo Cacioppo e Patrick (2008) três fatores complexos influenciam essa avaliação, são eles: o nível de vulnerabilidade e desconexão social de um indivíduo; sua capacidade de autorregulação das emoções associadas ao sentimento de se sentir isolado e as representações mentais e expectativas sobre os outros. (CACIOPPO, PATRICK, 2008; HOUSE, LANDIS, UMBERSON, 1988).

Cattel (2001) em pesquisa realizada em Londres identificou que os entrevistados não apenas estavam sofrendo os efeitos nocivos da pobreza sobre a saúde, mas que o isolamento social causado pela pobreza associado a outros fatores também afetava a saúde desses indivíduos. Nesse mesmo sentido Narayan *et al.* (2000) identificam em uma fala de um entrevistado em Bangladesh os efeitos deletérios da pobreza na esfera de sociabilidade dos indivíduos, segundo esse entrevistado ele se sente demasiado pobre para participar de encontros comunitários permanecendo assim isolado em casa o que pode leva-lo a loucura e nascer a vontade de cometer suicídio.

Trout (1980) afirma que o isolamento social está ligado de maneira direta e fundamental ao suicídio, foram encontradas também evidências de que o isolamento social está associado a pensamentos suicidas, em especial, em mulheres jovens (BEARMAN; MOODY, 2004).

É possível identificar também autores que se dedicaram a compreensão dos efeitos psicológicos nocivos do isolamento social sobre os sentimentos de solidão e desespero (BIORDI; NICHOLSON, 2013). O isolamento social estaria associado também à ansiedade social, ciúme, solidão e opressão (BAUMEISTER, TICE, 1990; LEARY, 1990). De mesma maneira o isolamento social pode afetar a capacidade cognitiva, emocional e motivacional das pessoas. (BREWER, 2005).

Jong e Van Tilburg (2010) em estudo que analisa o contexto de sete diferentes países encontraram associação entre isolamento social e escassez de recursos em especial em adultos mais jovens e indivíduos idosos.

Hortulanus, Machielse e Meeuwesen (2006) que se dedicaram a compreender a extensão do isolamento social na sociedade moderna, argumentam que questões ligadas à coesão e envolvimento mútuo são fundamentais quando falamos de bem estar, nesses termos o isolamento é visto como desvantagem social importante sendo denominado como pobreza moderna na medida em que caracteriza a incapacidade de participar em todos os aspectos da sociedade.

Tigges *et al.* (1998) afirmam que viver em um bairro com alta concentração de pobreza reduz em 50% a probabilidade de ter uma relação estreita com um vizinho, desse modo, os pobres estão menos expostos aos recursos acessados via laços sociais pois tem redes menores e menos diversas.

Zavaleta *et al.* (2014) apontam que, apesar desses exemplos, existe uma escassez de pesquisas que investigam de maneira explícita a relação entre pobreza e isolamento social ficando essa associação colocada de maneira mais tangencial. Essa constatação reforça a importância de estudos que busquem essa associação de maneira mais estruturada e explícita.

Na esteira de áreas do conhecimento que contribuem para o desenvolvimento da discussão acerca do conceito de isolamento social destacam-se também as pistas colocadas pela literatura sociológica. Em linhas gerais, essa literatura permite que sejam feitas análises para além da simples dicotomia entre subjetivo e objetivo avançando na compreensão de como as normas, atitudes, repertórios culturais e de criação de significados são criados, reforçados e perpetuados através da participação social.

Quane e Wilson (2012) chama a atenção para o papel da agência individual nos processos de engajamento considerando uma gama de constrangimentos sociais e estruturais.

Klinenberg (2001) aponta a ligação entre pobreza e a experiência de isolamento social destacando nessa dinâmica variáveis demográficas, culturais e políticas que conformam o contexto social mais amplo em que o isolamento emerge.

Em estudo desenvolvido por Stewart *et al.* (2009) mais da metade das pessoas entrevistadas que viviam em condição de pobreza distanciaram-se dos outros em atividades sociais que exigiam capital financeiro com receio de serem estigmatizados devido a sua baixa renda.

Zavaleta *et al.* (2014) destacam que o isolamento social está intrinsecamente ligado a dois outros aspectos associados a pobreza, a saber: vergonha e humilhação. Nesse sentido, os efeitos desses sentimentos sobre o bem-estar dos indivíduos têm sido associados a inúmeras doenças psicossociais tais como baixa autoestima, fobia social, ansiedade e depressão. Ambos os sentimentos citados podem fazer com que a pessoa se afaste da vida social (HARTLING, LUCHETTA, 1999; TANGNEY, DEARING, 2002; ZAVALETA, 2007).

Na discussão empreendida nessa seção é importante adicionar argumento de autores que não corroboram com a existência da relação entre isolamento social e pobreza. Barnes *et al.* (2002) ao estudarem a realidade da União Europeia não encontraram nenhuma associação significativa entre o nível de renda e o isolamento social. No mesmo caminho Dahl *et al.* (2008) ao se dedicarem a compreensão dessa relação na Noruega não reportam efeitos significativos da pobreza nas relações de amizade dos indivíduos.

Mood e Jonsson (2015) ao focarem nessa relação encontram que a pobreza afeta a esfera de relacionamentos mais amplos, mas não tem impacto nas relações sociais mais próximas tais como relações familiares.

## **2.7 Pobreza e bem-estar**

Finalmente, a definição de bem-estar, assim como a sua relação com a pobreza será melhor explicitada no capítulo que se segue, mas aqui é importante demarcar as razões

pelas quais o foco desse trabalho recai sobre o bem-estar como principal dimensão a ser explicada.

Compreende-se o bem-estar ou sua ausência como conceito capaz de dar conta de um conjunto de dimensões associadas a pobreza que dizem respeito não apenas as privações materiais, mas também dimensões imateriais relacionadas a essa condição. Nos termos de Sen (2000) o “bem-estar é a capacidade dos indivíduos de terem liberdade de escolha” e assim está ligado a um ideal de autonomia que conjuga tanto fatores externos como internos.

Samman (2007) defende que o bem-estar seria uma das dimensões perdidas na compreensão do efeito real da pobreza na vida dos indivíduos. Entretanto, destaca que é preciso levar em conta que a avaliação das circunstâncias pelas pessoas é em parte uma função de seu quadro de referência, das expectativas que elas mantêm para si mesmas - e no caso de pessoas carentes, elas podem se adaptar bastante. Para apoiar esse argumento a autora recorre aos escritos de Sen (2000) que postulava que aqueles indivíduos que viviam por longo tempo em período de privação se resignam com suas circunstâncias e apreciam pequenas benesses. Assim, seus desejos são calados e seu prazer psíquico com pequenas melhorias em sua situação é desproporcional.

Nesse sentido, Brickman e Campbell (1971) identificam que as pessoas que vivem em um estado abjeto geralmente se veem muito melhor do que sugeririam suas circunstâncias objetivas. Por outro lado, há evidências de uma "esteira hedônica" de modo que, uma vez que as condições objetivas das pessoas começam a melhorar, seus gostos também se alteram, negando grande parte do impacto subjetivo do ganho objetivo.

Diante do exposto acredita-se que o conceito de bem-estar e suas subdivisões a ser utilizado nesse trabalho seja capaz de ancorar esse conjunto de dimensões imateriais da experiência da pobreza em seu sentido mais amplo.

### 3. BEM-ESTAR

O termo bem-estar apesar de ser de uso comum no vocabulário das pessoas apresenta imprecisões conceituais. O termo é utilizado inclusive para descrever outros conceitos como é o caso da definição de saúde dada pela Organização Mundial de Saúde que compreende a saúde como a "situação de perfeito bem-estar físico, mental e social".

Uma busca rápida da expressão bem-estar em um dicionário da Língua Portuguesa<sup>4</sup> permite perceber a amplitude do conceito que assim aparece definido:

[...] substantivo masculino-condição de quem se encontra física, espiritual ou psicologicamente satisfeito; conforto, satisfação. Estado da pessoa tranquila, de quem está seguro ou confortável; tranquilidade. Reunião dos elementos que causam satisfação (boa saúde, segurança, estabilidade financeira, conforto etc.). Bem-estar é sinônimo de: tranquilidade, contentamento, satisfação, conforto. (Dicionário Online do Português)

Buscando definições no arcabouço teórico da Sociologia é possível identificar o trabalho de Veenhoven (2008) em que o autor distingue o conceito de bem-estar em subjetivo e objetivo, sendo o bem-estar objetivo exemplificado por noções como igualdade e coesão social. O autor incorpora a definição de Diener *et al.* (1997, p. 25) de bem-estar subjetivo como uma avaliação positiva da vida, ou seja, o indivíduo teria alto bem-estar se ele experimentasse frequentemente o sentimento de alegria e satisfação com a vida e raramente afetos desagradáveis tais como tristeza ou raiva. Contrariamente, uma pessoa teria baixo bem-estar subjetivo se está insatisfeita com a vida, experimenta pouca alegria e frequentemente sente emoções negativas, como raiva ou ansiedade. Já Rojas (2005) define o bem-estar subjetivo como o bem-estar que é declarado diretamente pelo indivíduo.

Durand (2015) aponta que o bem-estar inclui medidas subjetivas e objetivas capazes de descrever o estado recente de um ser humano ou sociedade. Na distinção entre bem-estar objetivo e subjetivo o autor evoca exemplos na tentativa de melhor discriminar essas dimensões e considera indicadores de saúde tais como a qualidade do sono, marcadores biológicos e outras condições crônicas para ilustrar o bem-estar objetivo. Já o bem-estar subjetivo é descrito pelo autor como a sensação de se sentir bem, de experimentar muitas emoções positivas, apresentar um grau elevado de satisfação com a vida em diferentes dimensões e o sentimento de que a vida faz sentido.

---

<sup>4</sup> Disponível em: <https://www.dicio.com.br/bem-estar/>. Acesso: 19 jan. 2020.

Segundo Corbi e Menezes-Filho (2008, p. 520) o bem-estar humano é um fenômeno que se caracteriza pela combinação de duas dimensões básicas, a saber: a subjetiva e a objetiva. Apoiados na discussão acerca do bem-estar na civilização empreendida por Gianetti (2002), os autores distinguem essas duas faces da mesma moeda afirmando que a faceta objetiva “é aquela passível de ser publicamente apurada, observada e medida por fora” por meio de indicadores de qualidade de vida tais como indicadores antropométricos de saúde, taxas de criminalidade, condições habitacionais, etc. Já a face subjetiva consistiria na “experiência interna, tudo aquilo que passa em sua mente de forma espontânea, que ele sente e pensa sobre a vida que tem levado”. Segundo Corbi e Menezes-Filho (2006) a felicidade é algo que estaria situado na interseção entre o bem-estar objetivo e o bem-estar subjetivo.

### 3.1 Bem-estar e pobreza

Na esteira dessas imprecisões conceituais, o conceito de bem-estar muitas vezes é utilizado como sinônimo de felicidade, satisfação com a vida e conforto como visto anteriormente. Nesse sentido, na busca por entender quais seriam os determinantes do bem-estar, a dimensão monetária, ou seja, a renda é um dos fatores que emergem quase que instantaneamente. No senso comum é corriqueiro o uso de expressões tais como “*dinheiro não compra felicidade*” inclusive precedida por outra em resposta a essa primeira que diz que “*dinheiro não traz felicidade: manda buscar*”.

Baseado nesse entendimento enraizado no senso comum é fácil encontrar exemplos na publicidade que associam a felicidade e a satisfação à renda, como é o caso de um famoso comercial de uma bandeira de cartão de crédito que cunhou um bordão que ficou bastante conhecido nos anos 2000 que dizia “*tem coisas que o dinheiro não compra, mas para todas as outras existe Mastercard*”. Como mais um exemplo da construção desse imaginário que associa dinheiro a felicidade, mas nesse caso de maneira menos explícita, pode se citar o exemplo de um slogan utilizado pela rede de supermercados Pão de Açúcar que era: “*Pão de Açúcar: lugar de gente feliz*”. Essa associação entre felicidade/bem estar e dinheiro presente nesse slogan fica mais clara ao levar-se em consideração o fato de que tal rede é conhecida por praticar valores mais altos na média nos seus produtos e também por disponibilizar itens diferenciados e serviços especiais tais como aconselhamento com

um *sommelier*, atendimento no caixa com hora marcada e outros serviços que o distinguem de um supermercado padrão, selecionando assim também o nível de renda que possuem os seus clientes.

Na esfera da produção acadêmica estudos como os de Easterlin (2002) e Lane (2000) identificaram que o “bem-estar subjetivo” dos indivíduos está positivamente associado à sua renda, ou seja, ele amplia-se à medida que as populações deixam de ser pobres. Entretanto, esse aumento não é contínuo visto que, quando alcançado um determinado patamar de riqueza e bem-estar, incrementos na renda passam a não afetar, de maneira relevante, o bem-estar.

Nessa discussão, torna-se impossível não levar em consideração o trabalho de Easterlin (1973), pois este lança as bases para os estudos que se dedicarão a responder à questão colocada pelo jargão popular acerca da capacidade de o dinheiro comprar a felicidade ou o bem-estar. O artigo do economista intitulado *Does money buy happiness?* (Dinheiro compra felicidade?) põe em discussão essa questão e postula o que ficou conhecido como “Paradoxo de Easterlin ou Paradoxo da Felicidade” estruturado nos seguintes termos: “em todas as sociedades, mais dinheiro para o indivíduo tipicamente significa mais felicidade para o indivíduo. No entanto, aumentar a renda de todos não aumenta a felicidade de todos” (EASTERLIN, 1973 *apud* RIBEIRO, 2015 p. 40-41). A questão que está em jogo na pergunta construída por Easterlin diz respeito a relação estabelecida entre condições materiais e satisfação com a vida.

Na tentativa de responder a essa questão, Easterlin (1973; EASTERLIN *et al.*, 2010) defende que os indivíduos avaliam o seu bem-estar não apenas pela sua condição material objetiva, mas tomando como base as normas sociais vigentes e fazendo comparações com outros indivíduos.

Runciman (1966) ao estudar as atitudes da sociedade britânica em relação a desigualdade social no século XX amplia essa compreensão da avaliação das condições de vida realizadas via comparação entre indivíduos e desenvolve a noção de “privação relativa”. Pautado nesse conceito a sensação de viver em privação que as pessoas podem experimentar seria mais dependente da posição que ocupam na comunidade do que de fato das condições materiais que usufruem.

Diener *et al.* (2013) afirmam que o Paradoxo de Easterlin aponta para uma questão teórica importante, qual seja: quais variáveis podem mediar ou obscurecer a associação

entre renda e bem-estar subjetivo? Desenvolvendo hipóteses que possam responder a essas questões, os autores ponderam que o aumento da renda pode não necessariamente ensejar mudanças na situação material real da família, e assim não afetaria o bem-estar. Outro possível motivo pelo qual a variação da renda pode não fazer variar o bem-estar diz respeito às aspirações materiais dos indivíduos. Essas aspirações podem também aumentar, às vezes mais rapidamente que a renda, afetando assim a percepção de bem-estar.

Os autores ainda consideram uma terceira variável que seria importante para compreender essa relação entre renda e bem-estar que é o otimismo. Indivíduos otimistas em relação ao futuro, incluindo seu futuro financeiro, teriam a sua percepção de bem-estar protegida das variações negativas da renda. O otimismo pode ser influenciado por muitos fatores, além de mudanças de renda, por exemplo, expectativas sobre renda e emprego futuros, estabilidade política e ganhos em direitos humanos. As pessoas pessimistas podem experimentar uma renda crescente, mas, no entanto, esperam que as coisas piorem no futuro e isso afetaria a percepção de bem-estar. Diener *et al.* (2013)

### 3.2 Bem-estar físico

Assim como explicitado anteriormente, o conceito de saúde cunhado na Constituição da Organização Mundial de Saúde de 1948 compreende o fenômeno de forma mais ampla, não restringindo a saúde apenas à ausência de doença, mas como um estado de completo bem-estar físico, mental e social. Nesses termos seria possível entender saúde como bem-estar, sendo um dos seus componentes o bem-estar físico.

Carvalhoes (2013), em trabalho que discute a relação entre desigualdade social e saúde no Brasil utilizando a mesma base de dados empregada no presente trabalho, afirma que a distribuição de saúde e da doença não se dá de forma aleatória, mas está associada à posição social dos indivíduos. Carpiano e Link *et al.* (2008) organizam as relações que podem ser estabelecidas entre posição social e saúde em três categorias, a saber: 1-não associação, ou seja, entendendo essa ligação como uma relação espúria advinda de outros fatores; 2- a saúde afeta a posição social baseando-se na compreensão de que os indivíduos com a saúde mais debilitada teriam condições mais limitadas de realização socioeconômica e 3-a posição social repercute nas condições de saúde.

Os estudiosos que advogam pela primeira categoria (não associação) defendem que existem fatores que causam tanto a posição social quanto a saúde o que faz apenas “parecer” que essas duas dimensões estejam associadas. (ROTHMAN, 1986; MACINTYRE, 1997). Nesse sentido, por um longo período as dimensões sociais da saúde foram consideradas secundárias como determinantes das condições de saúde de modo que o foco dos estudos se concentraram predominante em processos bioquímicos e fatores genéticos (KUNITZ, 2007; KRIEGER, 2011).

Pesquisas posteriores passaram a reconhecer a associação entre saúde e dimensões sociais tendo sido consolidado o argumento de que há relação entre a posição social do indivíduo e sua condição de saúde. Como destaca Carvalhaes (2013), essa relação torna-se extremamente relevante a partir da compreensão de que a saúde é condição fundamental para a realização da ação social, sendo primordial para que sujeito possa viver com normalidade e desenvolver as suas atividades habituais.

Conveniente destacar outros trabalhos orientados pela premissa de que a seletividade é o principal fator que associa a posição socioeconômica e saúde. Destaca-se nesse conjunto de estudos, pesquisas que usam dados longitudinais com o objetivo de acompanhar os indivíduos em diversas etapas do ciclo da vida para mostrar que as condições de saúde têm papel importante na conformação da posição econômica em especial pela via do alcance educacional. Os trabalhos com essa característica buscam enfatizar qual é o efeito do adoecimento sobre a posição social dos indivíduos.

Nesse sentido, como destaca Carvalhaes (2013), o impacto da desigualdade socioeconômica sobre as condições de saúde operaria através de dois mecanismos. O primeiro, denominado *socioeconomic drift*, apoia-se na ideia de que os indivíduos adultos que não gozam de boa saúde são selecionados para posições de trabalho piores devido a sua baixa participação na força de trabalho reduzindo assim as chances desses sujeitos de alçar a realização ocupacional e auferir recursos. Já o segundo processo é chamado de nanismo social (*social stunting*) e considera que, ter condições de saúde ruins, em especial em ciclos específicos da vida tais como infância e adolescência, acabam por minar as condições do indivíduo de acumular capital humano e assim ter acesso a posições de status e poder. (HAAS; GLYMOUR *et al.*, 2011).

Outros estudos produzidos baseados nessa premissa relataram evidências que corroboram a importância da seletividade por saúde para a posição socioeconômica. Smith

(1999) afirma encontrar efeitos das condições de saúde sobre o alcance socioeconômico ao analisar indivíduos que tiveram a saúde comprometida na infância ou no início da vida adulta.

Nesse mesmo sentido Kington e Smith (1997) identificam que o estado de saúde dos indivíduos ao longo da vida influencia a sua escolaridade, o casamento e também sua renda familiar. Beckett (2000) chama a atenção para a necessidade de que, ao analisar a relação entre saúde e alcance socioeconômico, sejam consideradas variáveis mediadoras desse processo.

O trabalho de Case, Lubotsky *et al.*, (2002) através de um estudo de coorte de nascimento acompanhada até a meia idade, aprimoram a análise dessa relação controlando por variáveis tais como educação, classe social dos pais e afirmam que a saúde é um mecanismo potencial de transmissão intergeracional de status socioeconômico.

Entretanto, apesar desses estudos encontrarem evidências que suportam a hipótese da seletividade por saúde, Carvalhaes (2013) defende que tais pesquisas não são capazes de estruturar um conjunto robusto de resultados que possibilitem negar a importância das causas sociais para o fenômeno do adoecimento. Sendo assim propõe centrar a análise na perspectiva que considera a causa social do adoecimento, mas sem perder de vista os efeitos da seletividade social.

Szwarcwald *et al.*, (2005) demonstraram que a posse de bens é um fator importante para a percepção satisfatória da saúde. O mesmo trabalho encontra também que sexo, tipo de ocupação e escolaridade (para as mulheres) afetam a autoavaliação das condições de saúde. A autoavaliação das condições de saúde é associada a variáveis tais como sexo, idade, nível educacional, bens do domicílio e outras dimensões associadas ao nível de engajamento com o trabalho. Szwarcwald também apontam que os resultados indicam uma relação negativa entre ser mulher e ter idade mais avançada, ou seja, mulheres e pessoas mais velhas reportam piores condições de saúde. No caso das mulheres, controlando pela idade, os fatores associados à autopercepção negativa da saúde são: educação incompleta e privação material. Já entre os homens, além da dimensão material, variáveis tais como tipo de ocupação, desemprego, aposentadoria, ou seja, aspectos relacionados a posição ocupacional impactam nas diferenças na autoavaliação de saúde. (SZWARC WALD *et al.*, 2005).

Mambrini *et al.* (2008) investigaram a relação entre desigualdade de renda e percepção das condições de saúde de pessoas com mais de 60 anos no Brasil. Nesse trabalho, os autores apontam a associação entre o coeficiente de Gini e autoavaliação de saúde como boa. Nessa mesma perspectiva, Noronha e Andrade (2007) se dedicaram a compreender a ligação entre a saúde do indivíduo e a distribuição de renda no Brasil e os resultados encontrados indicam que a distribuição de renda afeta a autoavaliação das condições de saúde dos indivíduos, mas esse efeito é pequeno.

Um estudo com dados apenas do município de São Leopoldo no Sul do país desenvolvido por Cremonese *et al.*, 2011 indicou a predominância da percepção de saúde como regular ou ruim em bairros com maior densidade populacional e menores níveis de renda e escolaridade.

Giatti, Barreto e César (2010) também se dedicaram a compreensão da associação entre saúde, ocupação e contexto socioeconômico no Brasil. Nesse trabalho as autoras identificaram relação entre desemprego, residir em favelas ou bairros de baixa renda e percepção das condições de saúde. Notou-se que a relação entre saúde e posição social fica menor quando controlada por outras variáveis demográficas, comportamento de risco e outros indicadores de saúde. Porém, mesmo com esses ajustes, a relação entre desemprego e avaliação da saúde como ruim se manteve, o que fornece pistas que levam ao entendimento de que a associação entre essas dimensões é importante na conformação da estratificação social.

Para além da percepção dos indivíduos acerca das suas condições de saúde, outros estudos que buscaram compreender a relação entre posição social e saúde tiveram como foco a incidência de doenças. Em estudo utilizando dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) de 2003, Barros, Carvalho e Franco (2006) encontram resultados que corroboram a hipótese da não aleatoriedade na distribuição das condições de saúde considerando dimensões sociais. A partir desses dados foram identificadas desigualdades de gênero, cor/raça, nível de escolaridade, localização da residência e situação do domicílio quanto ao padrão de prevalência de doenças crônicas.

O estudo de Szwarcwald *et al.* (1999) analisou a relação entre variáveis socioeconômicas e os quadros de ansiedade e depressão. Os achados indicam que para o sexo masculino o quadro de depressão estava associado ao desemprego e à privação de bens materiais, sendo o fato de estar em status social de casado, uma condição que

funcionaria como uma proteção à depressão. Já para as mulheres essa associação se dava em razão do nível de escolaridade e situação de ocupação.

Trabalho elaborado por Seeman *et al.* (2008) encontra evidências que apoiam a hipótese de que status socioeconômico é preditor importante de doenças. Por meio de técnicas multivariadas os autores apontam que baixo status socioeconômico é associado a processos inflamatórios e maior risco cardiovascular e metabólico.

Santos (2011a) demonstra que acesso a propriedade, exercício de autoridade e a posse de qualificações escassas reduzem a ocorrência autodeclaração de estados negativos de saúde, o mesmo autor (2011b), em análise que incorporou a variável raça para a compreensão das desigualdades em saúde mostra que fatores socioeconômicos são capazes de explicar um grande percentual da estratificação racial em saúde, ou seja, as diferenças raciais tem efeitos nas capacidades e oportunidades para alcançar uma boa condição de saúde.

Link e Phelan (1995) afirmam que, para compreender o processo de adoecimento, é preciso considerar duas dimensões. A primeira delas diz respeito a fatores ligados aos riscos individuais, já a segunda refere-se a fatores sociais como status socioeconômico e suporte social. Nesse sentido, abordagens que buscam as causas da deterioração das condições de saúde sem considerar as causas sociais da saúde falham em não contextualizar de maneira adequada os riscos a que os indivíduos estão expostos. Segundo os autores, a posse de recursos valorizados socialmente afeta uma série de resultados de saúde via uma multiplicidade de mecanismos causais.

Baseados nessas premissas, Freese e Luftey (2010) defendem que existe um retorno diferencial de saúde relacionado à posse de recursos econômicos. Nesse sentido, buscam identificar os fatores sociais que estão atrelados a distribuição da saúde tendo em vista que essa relação carrega em si um grau de previsibilidade que advém da existência de diferenças no acesso a uma série de recursos tais como conhecimento, dinheiro, poder e prestígio.

Bartley (2012) define desigualdade de saúde como a diferença nas condições de saúde entre as pessoas em melhores e piores situações em termos de renda, prestígio, escolaridade etc. Essas diferenças seriam explicadas a partir de quatro dimensões, a saber: material, cultural (comportamental), psicossocial e do curso de vida.

Carvalhaes (2013) afirma que a proposta de análise que considera as condições sociais como causas fundamentais da saúde é estruturada a partir do acúmulo de um conjunto de resultados que mostraram a persistente relação entre condições de saúde e desigualdade de recursos econômicos. O conhecimento acumulado nesses trabalhos estabeleceu uma associação negativa entre posição social e saúde a partir de um conjunto de indicadores que buscaram dar conta dessas duas dimensões de análise, ou seja, pessoas em posição economicamente desvantajosa teriam piores condições de saúde. Carvalhaes (2013) salienta que, apesar dessa associação parecer óbvia e simplista, é preciso compreender que essa relação é mais complexa e envolve uma compreensão mais ampla das dimensões em análise.

Na busca da construção desse quadro mais amplo que sustenta a relação entre condições econômicas e saúde é conveniente incorporar a discussão cunhada por William Cockerham (2005) que explicitou a teoria do estilo de vida em saúde. De acordo com essa proposição teórica, hábitos de vida são saudáveis são padrões de comportamento da coletividade em relação a saúde baseados no conjunto de opções disponíveis para cada um de acordo com suas oportunidades de vida, suas condições de fazer escolhas.

Cockerham aponta estudos tais como Antunes (2011) e Jones *et al.* (2011) que confirmam que as classes mais altas adotam comportamentos mais saudáveis do que as demais classes. Classes mais abastadas apresentam hábitos tais como a prática de atividades físicas, ingestão de dietas mais saudáveis e consumo de álcool mais moderado. Adicionalmente, dada a sua posição social, tem mais acesso a exames de saúde e oportunidades de adotar práticas de lazer e períodos de relaxamento.

Nesses termos, de acordo com Cockerham (2005), quanto mais baixa a classe social, menos escolhas terá esse indivíduo e menor a probabilidade de que ele alcance o que ele precisa. Assim, os estilos de vida em saúde não são comportamentos puramente individuais e desconectados, mas estão configurados e tornam-se normas e práticas que agregadas caracterizam o comportamento em saúde de grupos e classes específicos.

Em *Economia e Sociedade* (1978) Weber associa o estilo de vida não aos indivíduos, mas o considera como um fenômeno coletivo. O estilo de vida seria moldado pelo que os indivíduos consomem e não pelo que produzem. Assim, de acordo com Cockerham (2014, p.1037), “a diferença entre as classes sociais não está nos meios de produção, como advogava Marx, mas na relação entre os meios de consumo”. Na teoria de

estilo de vida concepção weberiana se une ao conceito bourdiesiano de habitus para sustentar as razões pelas quais resultados em saúde e estilo de vida estão associados, como se pode notar pelo argumento de Cockerham (2014):

As disposições que são geradas pelo habitus estão focadas diretamente na manutenção da saúde ou incluem considerações de saúde em sua adoção, ou, inversamente, dão pouca ou nenhuma importância aos resultados de saúde e podem até mesmo desconsiderar tais resultados, embora existam implicações para a saúde. Consequentemente, os estilos de vida de saúde são binários. Ou seja, eles geralmente se encaixam em uma ou outra das duas categorias: boas ou ruins. Essa característica binária significa que o resultado gerado pela interação de escolhas e chances tem efeitos positivos ou negativos sobre a saúde. Estilos de vida positivos para a saúde têm como objetivo evitar riscos e são orientados para alcançar ou manter a saúde e a aptidão geral. Estilos de vida negativos colocam em risco a doença e mortalidade precoce. (COCKERHAM, 2014, p.1037)

Referência clássica para essa discussão é o trabalho de Hollingshead e Redlich (1958), que encontraram evidências que suportam a associação entre classe social e doença mental. O estudo conduzido pelos autores conclui que a participação das classes sociais mais baixas no contingente de pacientes psiquiátricos é maior do que daqueles de classes mais altas. Essa associação se mantém mesmo quando controlada por outras variáveis tais como sexo, idade, raça, religião e estado civil.

Modernamente, têm surgido estudos que buscam relacionar os resultados em saúde dos indivíduos ao local em que vivem. Essa perspectiva tem sido denominada de “desvantagem da vizinhança”. Trabalhos como o de Pearlin *et al* (2005) são exemplos do uso dessa abordagem que lança mão de variáveis específicas de bairros tais como condições das moradias, qualidade do ar e da água, acesso a serviços de saúde e de bancos, presença de equipamentos de cultura e lazer. A premissa nesse caso é que os bairros são dotados de características que podem atuar na promoção da saúde ou o contrário podem ser catalisadores da sua degradação. Buscando paralelos entre essa perspectiva e as diferentes abordagens para a compreensão da pobreza, é possível perceber que a teoria da desvantagem da vizinhança em saúde se alinha com a abordagem das necessidades básicas insatisfeitas para definir a pobreza, que foi anteriormente aqui descrita e exemplificada.

Nos termos de Kaplan (2002) a relação entre posição social e saúde é presente em diferentes lugares e períodos de tempo, perpassando distintas faixas etárias e ensejando em uma ampla gama de resultados em saúde. Desse modo, permanece premente a relevância da investigação desse fenômeno em diferentes contextos geográficos, temporais e socioeconômicos. Assim, em que se pesem os avanços no acesso e no desenvolvimento de

tecnologias que promovam a saúde, a capacidade dos indivíduos em acessar e gozar dessas condições favoráveis não se distribui de maneira equânime na população.

### 3.3 Bem-estar e sociabilidade

Na sociologia clássica Durkheim é o autor que melhor estruturou o debate acerca da relação entre sociabilidade e bem-estar ao se dedicar a compreensão de como a integração social afeta a mortalidade. Na obra *O Suicídio* o autor se dedicou a estudar esse fenômeno que, *a priori*, seria um comportamento puramente individual, mas que Durkheim demonstrou ocorrer em razão do nível de integração do grupo, ou seja, a patologia individual seria uma função da dinâmica social.

Nesse debate, o conceito durkheimiano de solidariedade social é fundamental, pois diz respeito aos laços que unem os indivíduos uns aos outros e cria coesão. Durkheim acreditava ser necessário desenvolver novas fontes de solidariedade e de consenso entre os membros da sociedade para fortalecer a coesão.

Estudos desenvolvidos na década de 80 tais como os trabalhos de Cohen (1988) e House *et al.* (1988) encontraram evidências de que a presença de redes sociais era um bom preditor para quase todas as causas de morte. Em linhas gerais, esses estudos buscaram relacionar dimensões de sociabilidade tais como número de amigos, contato com familiares, presença de companheiro e relações com associações religiosas e de voluntariado com a manifestação de enfermidades tais como aquelas associadas a distúrbios coronarianos, oncológicos e também complicações associadas ao pós-parto.

Umberson e Montez (2010) também apontam um conjunto de evidências que mostram que as relações sociais afetam um conjunto de resultados em saúde tanto física como mental e em hábitos tais como tabagismo e a prática de atividades físicas. São identificados estudos que conseguiram relacionar o volume e qualidade de vínculos sociais a respostas inflamatórias do organismo assim como comprometimento do sistema imunológico. (KIECOLT-GLASER *et al.*, 2002; ROBLES E KIECOLT-GLASER, 2003)

Nesse debate Umberson e Montez (2010) acreditam ser importante incorporar as razões pelas quais saúde e sociabilidade estão relacionadas. Os autores organizam essas explicações em três eixos, a saber: comportamentais, psicossociais e fisiológicas. No que diz respeito as razões comportamentais estudos tais como os desenvolvidos por Umberson

*et al.* (2010) apontam evidências que apontam que os laços sociais influenciam o comportamento em saúde tais como a adesão a tratamentos médicos e prática de atividade física, o consumo de dietas equilibradas e a redução de hábitos nocivos tais como o abuso de cigarro e álcool. Assim os laços sociais afetam os comportamentos em saúde porque são capazes de controlar os hábitos de saúde dos indivíduos. Ellison e Levin (1998) destacam nessa relação o papel da religião de vigiar o comportamento dos indivíduos e assim exercer controle sobre situações que tem repercussões em saúde como é o exemplo do uso abusivo de álcool e outras drogas.

No que diz respeito às dinâmicas de ordem psicossocial, Umberson *et al.* (2010) chamam a atenção para questões associadas ao apoio social, o compartilhamento de significados e símbolos e também saúde mental. O apoio social diz respeito a situações em que o sujeito se amado, acolhido, compreendido e os efeitos que esse suporte tem em sua saúde tanto mental como física através da redução do estresse (COHEN, 2004; UCHINO, 2004). Uchino (2006) identifica que os laços sociais afetam respostas fisiológicas tais como pressão arterial, frequência cardíaca e liberação de cortisol que estão ligados a mecanismos de relaxamento dos indivíduos e que conseqüentemente se associam a adoção ou não de comportamentos nocivos à saúde.

Nesse mesmo sentido, trabalhos tais como o de Mirowsky e Ross (2003) e Thoits (2006) apontam que os laços sociais são capazes de prover ao indivíduo o sentimento de controle pessoal e esse atributo se apresenta como vantagem em termos de repercussão em saúde ao impactar a manutenção e/ou alcance de hábitos saudáveis.

Laços sociais repercutem também na saúde em razão de que alguns arranjos de relacionamento carregam consigo simbólicos que são traduzidos em hábitos ligados ao cuidado com a saúde. O matrimônio, a chegada dos filhos trazem consigo significados e simbólicos que promovem maior senso de responsabilidade e assim a busca por cultivar hábitos mais saudáveis (NOCK, 1998; WAITE, 1995).

Antonovsky (1987), aponta que de maneira mais ampla a conexão social atua promovendo significado a vida dos indivíduos, dando esses um propósito, um projeto de vida o que conseqüentemente impacta a saúde mental desses sujeitos e todos os demais mecanismos psicossociais e fisiológicos associados. Nesses termos, Chapman, Perry e Strine (2005) defendem que a saúde mental, associada a outros processos, é condição fundamental para a saúde física.

Diante do exposto é possível afirmar que as relações sociais são fundamental fonte de apoio emocional para os indivíduos promovendo saúde e bem-estar. Entretanto, como destacam Walen e Lachman (2000) as relações sociais podem representar uma carga imensa de pressão e estresse. Os autores destacam, por exemplo, a associação encontrada por Glaser e Newton (2001) entre casamento ruim, baixa imunidade e depressão. Nesse mesmo sentido, Umberson *et al.* (2006) apontam que uma relação conjugal marcada pela tensão deteriora a saúde física e que esse efeito tende a ser maior com o passar do tempo.

Umberson e Montez (2010) apontam que relacionamentos ruins afetam a saúde tanto através de mecanismos tanto fisiológicos como psicossociais e comportamentais. Kassel *et al.* (2003) identificam que relacionamentos de má qualidade contribuem para maus hábitos de saúde tanto na infância, como na adolescência e vida adulta. São encontradas associações entre estresse e consumo de álcool na transição entre a adolescência e a vida adulta e também uma relação entre estresse e ganho de peso na meia idade.

As relações sociais também afetam a saúde através de mecanismos de comportamento de contágio, por exemplo, ter amigos ou companheiros que tem hábitos nocivos à saúde tais como fumar e beber álcool afetam a possibilidade do indivíduo se engajar em comportamentos menos saudáveis (MIROWSKY; ROSS, 2003). Esse efeito de contágio negativo foi encontrado também para situações de obesidade, ou seja, ter um amigo ou companheiro afeta a chance do indivíduo ser obeso Christakis e Fowler (2007) e Crosnoe *et al.* (2004).

Nessa discussão em torno do efeito nocivo das relações sociais Christakis e Allison (2006) chamam a atenção para os efeitos deletérios para a saúde dos indivíduos responsáveis pelo cuidado de entes queridos enfermos. Ser responsável, por exemplo, pelo cuidado do cônjuge doente ou com alguma deficiência física compromete a imunidade do cuidador e o seu engajamento em hábitos saudáveis tais como a prática de exercícios físicos e dieta equilibrada. É importante destacar que esse processo se manifesta de maneira desigual entre sexos com prejuízo para as mulheres que, na maioria dos casos, assumem essa tarefa do cuidado acumulando-a com outras responsabilidades tais como a criação dos filhos e outras atividades de manutenção da vida doméstica.

Os efeitos das relações sociais na saúde variam ao longo do ciclo da vida. Esses efeitos são distintos para os indivíduos na infância passando pela adolescência, vida

adulta e chegando na velhice. Essas variações se dão muito em razão das demandas que cada uma dessas etapas do ciclo de vida coloca assim como as ferramentas que os sujeitos têm para atender tais demandas ao longo desse ciclo. Mesmo tendo em conta essas variações, Umberson e Montez (2010) reúnem evidências que os permitem afirmar que os laços sociais afetam a saúde tanto de maneira positiva como negativa.

Conveniente destacar que a construção das relações, a formação de redes sociais não ocorre em um terreno neutro, mas é permeada por hierarquias e desigualdades. Os laços sociais são construções permeadas pelas diferentes dinâmicas de interação que se dão nesse processo. Considerando essa característica, a análise da densidade assim como da diversidade desses laços e as consequências desses elementos para os resultados em saúde precisam ser examinados tendo essa questão em mente. É amplamente aceito que as pessoas com o maior número de vínculos teriam, *a priori*, mais fontes de apoio e suporte social.

McPherson *et al.* (2006) identificam que, as mulheres tendem a ter laços de confiança mais amplas do que homens, ao passo que indivíduos brancos tem maiores redes de confiança do os negros. A escolaridade parece exercer também um papel importante na estruturação de laços sociais, indivíduos mais escolarizados apresentam mais laços do que aqueles com menor nível de instrução.

Umberson e Montez (2010) afirmam que ainda existem poucas evidências capazes de demonstrar como os laços sociais estão distribuídos de acordo com as características demográficas e sociais. O corpo mais estruturado dessas evidências busca explicar a formação dos laços sociais associados as diferenças de gênero com foco mais específico no contexto do casamento. Spain e Bianchi (1996) apontam que, em termos de saúde, os homens se beneficiam mais do que as mulheres do casamento. Esses benefícios se expressam não apenas pela adoção de hábitos mais saudáveis, mas também pela redução da pressão sobre eles em relação ao cuidado com pais idosos ou membros da família doentes, função essa que passa a ser abarcada pela companheira.

A dimensão racial é outro componente importante a ser observado nas construções de laços sociais em especial os construídos via matrimônio. Os brancos são mais propensos a serem casados do que os negros ao passo que, segundo estudo de Broman (1993), os afro-americanos experimentam maior tensão conjugal e assim tem menos ganhos econômicos do casamento do que os brancos. Entretanto, Kiecolt *et al.* (2008) e Liu e

Umberson (2008) encontram evidências de que afro-americanos recebem mais benefícios de saúde associados ao casamento do que brancos.

### 3.5 Bem-estar mental

A noção de bem-estar mental geralmente é entendida pela ausência de patologias psicológicas diagnosticadas a partir de critérios clínicos “objetivos”. Entretanto, “estados mentais positivos são mais do que a ausência de sintomas” (HUPPERT; WHITTINGTON, 2003, p. 107).

Umberson e Montez (2010) destaca o papel dado pela OMS ao bem-estar mental como um dos componentes da definição de saúde geral dos indivíduos, ou seja, um como mecanismo essencial que se articula com cada um dos outros componentes para modular o bem-estar físico e mesmo o bem-estar em geral.

O bem-estar mental, apesar de ser reconhecido como um bem importante, um atributo essencial para que o indivíduo seja considerado saudável, não encontra conceituações inequívocas. Jahoda (1960), ao discutir o status da teorização sobre saúde mental, postula que maior clareza conceitual pode vir apenas de outros estudos empíricos, em vez de mais teorização na ausência de bons dados. Bradburn (1965) defende que os desacordos acerca do das concepções de saúde mental advém da falta de conhecimento sobre o comportamento de pessoas levando vidas normais.

Horwitz (1999) em ampla revisão sociológica das definições causas e respostas à saúde e doença mental coloca que essas questões são abordadas pela Sociologia como aspectos das circunstâncias sociais, ou seja, examinando como os diferentes eventos negativos da vida, circunstâncias estressantes a que os sujeitos são submetidos, pressões advindas dos diferentes papéis sociais, a força dos sistemas culturais e seus signos, etc. afetam o bem-estar dos indivíduos. Desse modo, a perspectiva sociológica entende que para pensar o bem-estar não é suficiente analisar apenas o tipo de personalidade ou de condições cerebrais do sujeito, mas também as suas condições sociais em sentido mais amplo.

No conjunto dessas condições sociais e eventos estressantes Holmes e Rahe (1967) destacam momentos tais como divórcio, demissão do emprego, ocorrência de acidentes e diagnóstico de uma doença grave, seja do indivíduo ou de alguém próximo. Já

Dohrenwend e Dohrenwend (1969) chamam a atenção para o que eles denominam de estressores graves tais como ser vítima de um crime violento, viver um período de guerra, um desastre natural e outros traumas tais como abuso físico ou sexual.

Mais alinhado com as questões colocadas por essa tese está o trabalho de Turner e Lloyd (1995), que dão centralidade ao papel da pobreza e da vivência em condições de vida persistentemente precarizadas tanto no bem-estar físico como mental dos indivíduos. Nesse sentido, Ross (2000) identifica que pessoas que vivem em ambientes violentos com altas taxas de pobreza ou em famílias desfeitas possivelmente apresentarão maior incidência de sofrimento psicológico. Achado semelhante é descrito por McLeod e Nonnemaker (1999) que corroboram a hipótese de que a estratificação social impacta a vida cotidiana através de “estruturas intermediárias de estratificação” tais como pobreza, segregação e experiência discriminatória.

Mirowsky e Ross (2003) apontam a existência de um corpo de pesquisas que indicam que pessoas mais poderosas e de status social mais elevado reportam melhores condições de saúde mental. Adicionalmente, relacionamentos mais igualitários que envolvem maior compartilhamento de tarefas e responsabilidades assim como uma distribuição mais equânime do poder são preditores importantes para o bem-estar mental de indivíduos adultos.

Outra dimensão associada ao bem-estar mental diz respeito aos valores culturais que os grupos sociais transmitem aos seus membros. Culturas que promovem o sucesso material como um valor a ser alcançado e atribuem esse alcance ao indivíduo, como, por exemplo, a sociedade americana pode pressionar a saúde mental dos seus membros que não são capazes de corresponder a esse valor (MERTON, 1968). A religião fornece um outro exemplo acerca do efeito da cultura no bem-estar mental. As pessoas religiosas no geral relatam menor sofrimento do que as não religiosas, em especial quando são submetidas a estressores (IDLER 1995). Ellison (1991) explica que a religião seria capaz de proteger os indivíduos dos efeitos psicológicos de situações desfavoráveis tais como doença, perdas financeiras e luto.

As coortes de nascimento são apontadas como tendo uma influência importante na saúde mental. Pessoas nascidas em um determinado período e espaço geográfico compartilham experiências sociais e históricas, dinâmicas de relacionamento tais como emergência do divórcio, alterações no padrão tecnológico, oportunidades educacionais e

profissionais comuns que são capazes de moldar o seu bem-estar mental (WARNER *et al.*, 1995).

Horwitz (1999, p.13), nesse mesmo sentido, destaca que a prevalência de muitos transtornos mentais diz muito acerca da importância do período em que alguém nasceu. “Por exemplo, as gerações mais jovens da primeira década do século XXI relatam níveis mais altos de transtorno de déficit de atenção, distúrbios alimentares e autismo e bipolaridade do que as coortes anteriores”. Utilizando a análise período-coorte Yang (2008) encontram efeitos importantes de fatores geracionais na saúde mental dos indivíduos nos Estados Unidos. O trabalho indica que fracassar frente as ambições colocadas sobre si pelas gerações anteriores geram frustração e angústia.

Diferenças transculturais também são uma dimensão importante para se pensar acerca da importância de fatores tais como integração social, cultura e estratificação. Brown (2002), ao discutir a relação entre os papéis sociais e as origens da depressão identificou que enormes diferenças na prevalência dessa condição entre sociedades variando de 3% das mulheres em uma área rural da Espanha e chegando a 30% de mulheres em um centro urbano do Zimbábue. Merikangas *et al.* (1996), analisando outros tipos de transtornos mentais, identificou diferenças acentuadas entre culturas. Um exemplo dado pelos autores foi a prevalência de fobias sociais que variavam de 1,7% em Porto Rico para 16% em Basileia, na Suíça.

Pearlin (1989) defende que as pesquisas sociológicas em bem-estar mental reportam as consequências de aspectos básicos da organização social na saúde mental dos indivíduos. Dessa maneira as diferentes dimensões da vida sociais tais como coesão e estratificação social, regras e significados culturais, hierarquia de papéis e status sociais moldam as taxas de prevalência dos diferentes tipos de sofrimento mental. Essa conclusão retira o bem-estar mental como um atributo associado apenas a características individuais e o coloca como um resultado de conjunto de processos e pressões sociais existentes em um dado local e período do tempo.

### **3-6 Bem-estar como satisfação com a vida**

Se o conceito de bem-estar apresenta uma conceituação ampla, separar o termo bem-estar do termo satisfação com a vida é um desafio. O mais comum nos trabalhos que

discutem o tema é que “satisfação com a vida”, “bem-estar subjetivo” e “felicidade” sejam tratados como sinônimos (CORBI, MENEZES-FILHO, 2006; RIBEIRO, 2015).

Mais do que no campo conceitual, as diferenças entre cada um desses termos ficam mais explícitas na empiria, no desenvolvimento de questões para investigar cada uma desses aspectos, e conseqüentemente no desenvolvimento de indicadores que representariam esses aspectos.

Exploraremos de maneira mais detalhada as formas de mensuração do bem-estar na próxima seção, mas em linhas gerais, a satisfação com a vida é investigada por questões que levam os entrevistados a refletir sobre a sua avaliação da vida de maneira mais inespecífica sem direcionar o olhar do indivíduo para nenhuma área da vida em especial. As questões em torno da investigação da satisfação com a vida são geralmente formuladas de maneira mais ampla em termos tais como: *“considerando a sua vida como um todo, analisando a sua vida, no geral como você avalia sua vida ou quão satisfeito você está com a vida ?”*.

A satisfação com a vida seria um termo simplificador que significaria a avaliação da vida como um todo sem especificar domínios ou dimensões específicas. Ao mesmo tempo em que o termo pode ser entendido como uma maneira de simplificar a análise, avaliações baseadas em questões dessa natureza podem representar o resultado de uma reflexão complexa do indivíduo que considerou um conjunto amplo e variável para cada um dos sujeitos e que por causa disso apresente significados ambíguos, ou não tão precisos.

Opta-se aqui por explorar o potencial da dimensão do bem-estar como satisfação com a vida, como um termo que conjugue uma avaliação ampla da vida no geral, mas atentando-me às limitações mencionadas anteriormente ao estabelecer as minhas conclusões. Adota-se aqui a satisfação com a vida como uma medida que traduz a avaliação geral do indivíduo sobre a vida feita pelo balanço entre aspectos positivos e negativos, ou seja, o saldo.

### **3.7 Bem-estar: usos e medidas**

As imprecisões em torno do conceito de bem-estar e suas variantes repercutem também nas formas de mensuração do fenômeno colocando desafios no que tange ao

desenvolvimento de medidas que sejam teoricamente embasadas, tecnicamente robustas e com informações de qualidade e disponíveis.

Cummins *et al.* (2003) desenvolvem para a Austrália o *Índice de Bem-Estar Pessoal (Personal Wellbeing Index)*, que tinha como objetivo mensurar além da satisfação geral com a vida, dimensões específicas tais como padrão de vida, saúde, conquistas, relações pessoais, segurança e conexão com a comunidade. Nessa mesma empreitada foi desenvolvido o *Índice Nacional de Bem-Estar (National Wellbeing Index)* que investigava aspectos tais como situação econômica, meio ambiente, condições sociais, Governo, ambiente de negócios, segurança nacional, vida na Austrália e probabilidade de ataque terrorista. Essas medidas foram criadas em 2001 e foram amplamente utilizadas sendo que o último dado disponível é para o ano de 2016.

Osberg (2001), ao se dedicar à compreensão das tendências do produto interno bruto e da economia do bem-estar, desenvolve um Índice de Bem-Estar econômico apoiado em quatro principais pilares: fluxos de consumo pessoal, estoques de riqueza, distribuição de renda e seguridade. Nesse sentido, a satisfação geral estaria calcada não apenas na dimensão individual e presente, mas deveria considerar também a satisfação da coletividade assim como a segurança econômica futura.

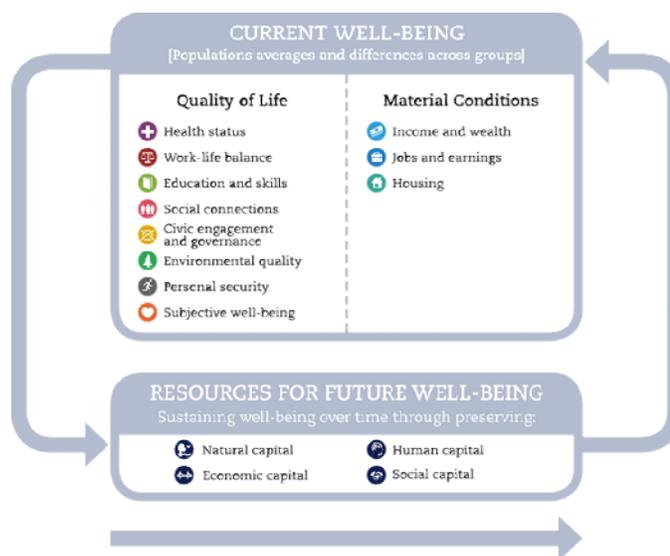
Diener e Oishi (1999) apresentam dados de 19 países para discutir a relação entre rendimento e bem-estar subjetivo, entre eles o Brasil. O trabalho considera como medida de bem-estar a resposta acerca da avaliação do indivíduo para a sua satisfação com a vida em uma escala de 1 a 10 cotejando também outras questões tais como satisfação financeira.

Partindo do entendimento de que as estatísticas macroeconômicas, como o PIB, são insuficientes para fornecer uma imagem detalhada das condições de vida que as pessoas comuns experimentam, a Comissão sobre a Medição do Desempenho Econômico e do Progresso Social da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) elaborou em 2009 um conjunto de recomendações a serem levadas em conta por aqueles interessados em mensurar o bem-estar dos indivíduos. Essas recomendações foram calcadas na compreensão de que o significado do progresso social diz respeito ao bem-estar dos indivíduos e suas famílias, de modo que requer olhar não apenas para o funcionamento do sistema econômico, mas também para as diversas experiências e condições de vida das pessoas. Tais recomendações deram origem a estrutura conceitual explicitada na Figura 6. Tal estrutura é construída em torno de três domínios distintos:

condições materiais, qualidade de vida e sustentabilidade nos termos de recursos para o bem-estar futuro, cada um com suas dimensões relevantes.

Nessa modelo conceitual é importante destacar que o bem-estar atual é distinguido do bem-estar futuro, sendo o bem-estar presente mensurado em termos de condições materiais de vida (renda e riqueza, empregos e ganhos, condições de moradia); e qualidade de vida (estado de saúde, equilíbrio entre vida profissional e pessoal, educação e habilidades, conexões sociais, engajamento e governança cívica, qualidade ambiental, segurança pessoal e satisfação com a vida). O bem-estar futuro é avaliado considerando os principais recursos que fomentam o bem-estar ao longo da vida e que são afetados pela situação em que os indivíduos se encontram hoje incluindo fatores que podem ser medidos por meio de indicadores de diferentes tipos de "capital" tais como econômico, natural, humano e social.

Figura 6 - OCDE: modelo conceitual de bem-estar



Fonte: Durand (2015).

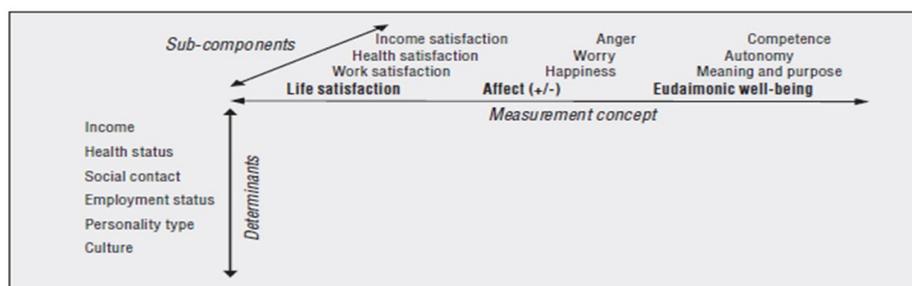
O modelo conceitual de bem-estar proposto pela OCDE se declara apoiado na abordagem de capacidades proposta por Sen (1985):

Essa abordagem é baseada em uma definição multidimensional de bem-estar, onde o que as pessoas fazem e são (por exemplo, ter um bom emprego, estar em boa saúde, expressar sua voz política) - ou seja, seu "funcionamento" - e a liberdade das pessoas para escolher dentro de diferentes conjuntos de funções - isto é, suas capacidades - é importante em si. A abordagem de capacidades difere das tradicionais "abordagens bem-estaristas", que se concentram exclusivamente

na "utilidade" (isto é, o saldo líquido de prazer sobre dor) que cada indivíduo extrai de suas experiências e circunstâncias, e onde os aspectos específicos que moldam a utilidade são valiosos apenas como meios para uma "utilidade" mais alta". (DURAND, 2015, p. 8, traduzido)

Mais especificamente, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) lançou em 2013 um guia com propostas para mensuração do bem estar subjetivo. Nessa proposta, essa medida derivaria de um construto composto por três dimensões, a saber: a avaliação da vida do indivíduo como um todo ou partes dela; emoções: negativas e positivas e julgamentos acerca da realização do seu propósito de vida, ou seja, possuir vida com um significado como explicitado pela Figura 7. O Guia busca fornecer diretrizes para o desenvolvimento de instrumentos de coleta e também orientar o uso de medidas de bem-estar subjetivo servindo de suporte aos institutos nacionais de estatísticas e outros produtores de dados.

Figura 7- Modelo para compreensão do bem-estar



Fonte: OCDE. 2013. OCDE Guidelines on measuring subjective well-being.

Na esteira desse guia Ludwigs e Erdtmann (2018) compilam um conjunto de iniciativas que buscam mensurar o bem-estar em linhas com as orientações trazidas na discussão feita pela OCDE. Nesses exemplos os autores colocam a coleta de dados conduzida na rodada 6 (2013) da Pesquisa Social Europeia (ESS, 2013) que contava com a seguinte pergunta: “*considerando toda a sua vida em conjunto, quão feliz você diria que é?*”. As opções de resposta estavam no formato escalar variando de 0 a 10 onde 0 significava extremamente infeliz e 10 extremamente feliz. Na mesma pesquisa os entrevistados eram também instigados a responder a seguinte formulação: “*considerando todas as coisas quão satisfeito com a sua vida como um todo você se encontra atualmente?*”. Essa questão também estava com as suas categorias de resposta formatada

em uma escala de 0 a 10 em que 0 significava extremamente insatisfeito e 10 extremamente satisfeito.

Em linha com as orientações da OCDE está também o estudo conduzido por Diener *et al.* (2010) que trabalha com a Escala de Experiências Positivas e Negativas (SPANES na sigla em inglês). Nesse instrumento o indivíduo é convidado a reportar, utilizando uma escala de 0 a 10, em que 0 é nunca e 10 é sempre, a frequência com que, nas últimas duas semanas, o entrevistado experienciou um conjunto de emoções tais como tristeza, desprazer, aflição, alegria e contentamento, por exemplo.

Diener *et al.* (1985) apresentam uma Escala de Satisfação com a Vida construída a partir do grau de concordância em relação a 5 afirmativas relativas à vida dos sujeitos: “1- *Em muitos aspectos, minha vida está próxima do meu ideal*; 2- *As condições da minha vida são excelentes*; 3- *Estou satisfeito com minha vida*; 4- *Até agora, consegui as coisas importantes que quero na vida* e 5- *Se eu pudesse mudar a minha vida, eu mudaria quase nada*”. Para cada uma dessas afirmativas os entrevistados deveriam se posicionar em um *continuum* que começava em 1 significando discordo totalmente e terminava 7 que significava concordo totalmente.

Utilizando essas mesmas opções de respostas Diener *et al.* (2010) trabalham com uma Escala de Prosperidade desenvolvida considerando as respostas as seguintes afirmativas: “ 1- *Eu levo uma vida significativa e com propósito*; 2- *Minhas relações sociais são solidárias e gratificantes*; 3- *Estou envolvido e interessado em minhas atividades diárias*; 4- *Contribuo ativamente para a felicidade e o bem-estar dos outros*; 5- *Sou competente e capaz nas atividades que são importantes para mim*; 6- *Eu sou uma boa pessoa e vivo uma boa vida* ; 7- *Estou otimista sobre o meu futuro* e 8- *As pessoas me respeitam*”.

Ludwigs e Erdtmann (2018) também incluem nessa seleção de iniciativas de medidas de bem-estar o Questionário de Avaliação de Domínio proposto pela OCDE (2013), nesse questionário os sujeitos devem avaliar o seu grau de satisfação em relação a vida considerando diferentes aspectos, atribuindo para cada dimensão avaliada uma pontuação de 0 a 10 em que será quer dizer nada satisfeito e 10 significa completamente satisfeito. Os diferentes aspectos da vida foram subdivididos em 10 domínios, a saber: 1- Padrão de Vida; 2-Saúde; 3-Produtividade; 4-Relações pessoais; 5-Segurança; 6-Comunidade; 7-Segurança pessoal; 8-Tempo livre; 9-Meio Ambiente e 10-Trabalho.

Kahneman *et al.* (2004) propõem um inventário para caracterizar a experiência da vida cotidiana através do método de reconstrução do dia. Esse inventário deve ser preenchido pelos entrevistados de modo a responder para os diferentes episódios da sua vida as seguintes perguntas: “1-O que você fez nesse período; 2-Onde você esteve nesse período? 3-Quem estava com você nesse período? e 4- Como você se sentiu durante esse episódio?” Para essa última pergunta os entrevistados precisariam utilizar uma das seguintes categorias de resposta organizadas de 0 a 10 em que 0 significa infeliz e 10 significa feliz.

Csikszentmihalyi e Hunter (2003) são também acionados por Ludwigs e Erdtmann (2018) por terem desenvolvido o Método de Experiência por Amostragem que é bastante semelhante ao método de Kahneman *et al.* (2004). A proposta é construída através das respostas as seguintes perguntas: “1- Onde você está agora? 2-Quem está com você agora? 3-O que você está fazendo agora? 4-Como você se sente agora? Para essa última pergunta é apresentada uma escala de opção de resposta que vai de 0 a 10 em que 0 representa que o indivíduo está infeliz e 10 feliz.

Corbi e Menezes-Filho (2006) em trabalho que se dedicou a compreender a relação entre variáveis tais como renda, escolaridade, desemprego, estado civil e idade, com a felicidade dos indivíduos apontam a existência de uma relação positiva entre renda e estar empregado com a felicidade. No estudo, os autores trabalham com uma única questão acerca da felicidade que buscou captar dos indivíduos a sua apreciação da vida como um todo. A pergunta estava redigida nos seguintes termos: “no geral, você diria que é: 1- infeliz; 2-não muito feliz; 2-feliz e 3-muito feliz.”.

## 4. METODOLOGIA

A apresentação de uma determinada metodologia, ou método de análise, pode ser organizada de diferentes maneiras, mas em linhas gerais é possível se pensar em três grandes grupos de seções que podem ser denominadas como teoria, estatísticas e interpretações. Obviamente essa separação é artificial e é utilizada para fins didáticos e como um recurso de exposição de elementos constitutivos que busquem não apenas possibilitar a compreensão das capacidades e limites de uma determinada técnica, mas também apresentar as suas bases teóricas, seu arcabouço matemático assim como os seus diferentes parâmetros interpretativos.

A narrativa inscrita nesse trabalho não tomou essas divisões como premissa. Os diferentes elementos necessários à compreensão das técnicas de análise implementadas nesse estudo são apresentadas de forma mais fluída, menos estanque e fragmentada. Essa opção foi tomada com vistas a tentar estabelecer maior diálogo entre o enredo que se buscou tecer ao longo de todo o trabalho e a técnica empregada. Para isso buscou-se evitar a apresentação de matematizações subjacentes as técnicas, centrando-se mais na definição conceitual dessas ferramentas, seus potenciais e limitadores analíticos. Isso não significou abrir mão do rigor metodológico, das descrições fundamentais à compreensão da técnica e da dimensão de transparência necessária à reaplicabilidade do estudo.

O alcance desse objetivo ainda está sob *judice*, mas é importante que ele seja declarado aqui, não como uma blindagem acadêmica, mas como decisão de construção de narrativa, como uma escolha de autoria que tentou-se afastar o máximo quanto o possível (talvez não tenha sido) de um compilado de diferentes grandes manuais de análise multivariada de dados, manuais esses que são sobremaneira úteis e esclarecedores, mas que podem ser de leitura monótona e árida, algo que gostaria de evitar aqui, a ver se vamos conseguir.

### 4.1 Opções de quantificação: o desafio de transformar conceitos em medidas

Verbalmente, quase todos estão de acordo, pois tanto o vulgo como os homens de cultura superior dizem ser esse fim a felicidade e identificam o bem viver e o bem agir como o ser feliz. Diferem, porém, quanto ao que seja a felicidade, e o vulgo não o concebe do mesmo modo que os sábios. Os primeiros pensam que seja alguma coisa simples e óbvia, como o prazer, a riqueza ou as honras, muito

embora discordem entre si; e não raro o mesmo homem a identifica com diferentes coisas (ARISTÓTELES, 1973 grifos nossos).

Estudos que se propõem a criar medidas para quantificar os fenômenos sociais precisam superar um conjunto de desafios tanto de ordem mais teórica como metodológica. Em linhas gerais, esses desafios dizem respeito a fazer a correta transposição entre um conjunto de concepções acerca de um fenômeno para um plano mais operacional em que essas concepções se tornem medidas que possam ser capazes de explicitar não só o volume, a magnitude de um dado fenômeno, mas ao mesmo tempo façam isso preservando o significado teórico no qual se apoia essa medida.

A dicotomia entre desafios de ordem teórica e ordem metodológica foi realizada aqui mais em razão da organização dos argumentos no texto do que pelo fato de ser possível demarcar de maneira mais precisa as fronteiras entre o teórico e metodológico no processo de construção de indicadores sociais. Feita essa ponderação é possível dizer que a seleção do eixo teórico de análise não é tarefa trivial, visto que existe uma ampla gama de perspectivas teóricas sobre um determinado tema e que apontam diferentes matrizes de análise. Nesse sentido, um dos papéis desempenhados por uma exaustiva revisão teórica é se debruçar sob esse conjunto de concepções e estabelecer os principais pontos de conflito e também de convergência em torno de um determinado tema. Estabelecer esse quadro não é sempre capaz de dirimir todas as questões e em torno da discussão de um tema, tampouco definir uma abordagem única de análise, mas é ferramenta analítica fundamental para que se possa avançar no caminho em direção a mensuração de um dado fenômeno.

Trazendo esse ponto para a discussão em torno do conceito de pobreza, diante da exposição feita anteriormente, não se pode dizer que exista uma discussão encerrada em torno de uma única perspectiva de análise considerada como a mais adequada à compreensão da pobreza. Apesar de ainda existir a concentração de estudos focados apenas na renda, a discussão tem seguido em direção a abordagens mais polissêmicas e multidimensional e a tentativa de desenvolvimento de medidas que superem o paradigma unidimensional focado apenas no enfoque monetário.

Ao discutir a prevalência de estudos de pobreza que adotam a perspectiva monetária como eixo de análise, Barros, Carvalho e Franco (2006) apontam dois fatores principais para essa preponderância. A primeira razão é que medidas de pobreza baseadas na renda já são escalares, dada a sua característica de mensuração, o que facilita a construção e interpretação. A segunda razão é que em sociedades monetizadas, o acesso a

bens de consumo e serviços é feito via mercado e as trocas se dão via recursos financeiros. Desse modo, é possível perceber que os desafios de ordem conceitual caminham com os entraves de natureza mais metodológica.

A construção de uma medida que busque retratar um determinado fenômeno precisa inicialmente definir o que é esse fenômeno, quais são as suas características e elementos centrais. Lança-se mão nesse momento de toda a revisão do tema feita até então de modo a delimitar esse fenômeno e a descrevê-lo do ponto de vista das ideias. Em termos analíticos podemos compreender o processo de identificação como uma dimensão mais teórica de uma análise visto que tal processo consiste em eleger os principais conceitos e arcabouços teóricos que nortearão o estudo a ser realizado.

Em um segundo momento, parte-se para a busca das ferramentas metodológicas que permitirão ao pesquisador transpor as concepções teóricas elegidas em números, medidas que sejam capazes de ilustrar essas concepções de maneira quantitativa. Algumas perguntas se colocam nesse momento, por exemplo: como construir uma medida adequada as dimensões teóricas selecionadas? Qual a melhor forma de agregar os dados? Tais perguntas são fundamentais e não encontram respostas unívocas.

Para a discussão empreendida nesse trabalho esses desafios ganham contornos particulares que demandam uma reflexão ainda mais embasada acerca dos conceitos que estão sendo utilizados na análise, mais especificamente o conceito de *bem-estar* e seus aspectos cognitivos.

Rojas (2005), ao discutir os sentidos e os significados das avaliações que os indivíduos fazem do seu bem-estar, aponta que pessoas diferentes fazem uso de distintos referentes cognitivos para estabelecer essa avaliação. Essa lógica é explicada pela *Teoria do Referente Conceitual da Felicidade* (ROJAS, 2005) que se dedica a entender os significados que estão por trás dos julgamentos que as pessoas fazem acerca da sua vida. Baseada em extensa revisão de ensaios filosóficos, estabelece uma tipologia composta de oito referentes conceituais que foram traduzidos em frases simples utilizadas na pesquisa para compreender o significado que o entrevistado atribuía à felicidade (QUADRO 1).

Quadro 1 - Tipologia: referente conceitual da felicidade

Referente conceitual	Frase associada	Algumas referências	Breve descrição
Estoicismo	Felicidade é a aceitação das coisas como elas são.	Marco Aurélio, Epicteto	A felicidade é um estado permanente de satisfação com a vida e com o que acontece na vida. Esse estado implica renúncia, austeridade, aceitação e renúncia; tomando as coisas como elas são.
Virtude	Felicidade é um senso de agir adequadamente em nossas relações com os outros e conosco mesmos.	Sócrates, Descartes, São Thomas de Aquino	Felicidade é um estado espiritual produzido pelo sentimento de agir adequadamente, de acordo com a consciência.
Prazer	Felicidade é aproveitar o que tenho na vida.	Hedonismo e Utilitarismo de Bentham, Mill, La Mettrie. Positivismo de Conte	Felicidade é alegria e ausência de dor, é o prazer daqueles bens que proporcionam conforto. É a satisfação de todas as necessidades e desejos humanos.
<i>Carpe diem</i>	Felicidade é aproveitar cada momento da vida. Aproveite o dia.	Erasmus	Felicidade é o prazer e gratificação do presente, trata-se de desfrutar o agora o máximo possível.
Satisfação	Felicidade é estar satisfeito com o que tenho e o que sou.	Abordagens psicológicas Argyle, Sumner	Felicidade é um sentimento de exaltação da vida que vem com um julgamento intuitivo sobre si mesmo e sobre o mundo circundante.
Utópico	A felicidade é um ideal inacessível, só podemos tentar nos aproximar.	Platão, Thomas Moro, Kant, Kierkegaard, Bloch	A felicidade é um ideal que guia a ação humana. É a própria perfeição conceituada como a síntese da virtude e do prazer. É um desejado, bem inalcançável, pelo menos nesta vida.
Tranquilidade	Felicidade é viver uma vida tranquila, sem olhar além do que é atingível.	Epicuro, Diógenes, Adam Smith	A felicidade é um estado de tranquilidade, é a ausência de preocupações que ocorre com prudência, moderação, mensuração e desejos criteriosos.
Realização	Felicidade é exercitar totalmente nossas capacidades.	Aristoteles, Chuang Tzu	Felicidade é a realização de nossa natureza e a realização de nossa essência como seres humanos. A felicidade está nessa atividade que constitui o objetivo final de cada ser humano

Fonte: Adaptado e traduzido pela autora do trabalho de Rojas (2005)

O estudo feito pelo autor para investigar esses referentes conceituais foi conduzido em cinco estados do centro e sul do México, bem como na Cidade do México, no ano de 2001, com uma amostra aleatória estratificada por renda familiar, sexo e localização

urbana e rural. A tabela 1 mostra a distribuição do referente conceitual na amostra da pesquisa. A análise de tal tabela permite perceber que nem todos os indivíduos utilizam o mesmo referente conceitual para julgar o seu estado de felicidade. Nessa amostra cerca de 24% dos entrevistados compreendem felicidade como satisfação, ou seja, Felicidade é estar satisfeito com o que se tem e o que se é. Os referentes do estoicismo e do prazer apresentam valores muito próximos: 14,6% e 14,0%, o que exemplifica a existência de uma grande dispersão no referente conceitual para a felicidade entre as pessoas.

Rojas (2005) defende que nenhum referente conceitual pode ser considerado superior por estar associado a uma maior felicidade, entretanto, destaca que alguns referentes são claramente inferiores. Essa constatação não inviabiliza estudos que se dedicam a compreender o bem-estar e sua anatomia, mas apresenta elementos que devem ser levados em conta ao analisar os achados desses estudos. Nesse sentido, revela a importância de reconhecer a heterogeneidade de referentes conceituais e trazer essa diversidade para o debate. Assim, a Teoria do Referente Conceitual da Felicidade rejeita a suposição de universalidade em torno do significado de felicidade e postula que a importância de tomar essa heterogeneidade como um dado da realidade.

Tabela 1- Distribuição do referente conceitual da felicidade na amostra

Referente conceitual	Frase associada	Percentual
Estoicismo	Felicidade é a aceitação das coisas como elas são	14,6
Virtude	Felicidade é um senso de agir adequadamente em nossas relações com os outros e conosco mesmos.	8,2
Prazer	Felicidade é aproveitar o que tenho na vida	14,0
<i>Carpe diem</i>	Felicidade é aproveitar cada momento da vida. Aproveite o dia	11,6
Satisfação	Felicidade é estar satisfeito com o que tenho e o que sou.	24,2
Utópico	A felicidade é um ideal inacessível, só podemos tentar nos aproximar	7,7
Tranquilidade	Felicidade é viver uma vida tranquila, sem olhar além do que é atingível.	8,1
Realização	Felicidade é exercitar totalmente nossas capacidades	11,7
Total		100

Fonte: Rojas (2005)

Essa discussão inicial demonstra a dificuldade de mensurar os construtos que pretendemos discutir aqui, e a fragilidade de qualquer medida que se possa construir. A

essas dificuldades mais conceituais e de variação contextual e cultural dos conceitos, se adicionam as limitações inevitavelmente impostas pelos dados. Em geral é muito difícil encontrar uma base de dados que contenha informações precisas ao mesmo tempo sobre a situação socioeconômica dos indivíduos amostrados e sobre seus estados objetivos e subjetivos de saúde, bem estar, felicidade, vergonha, percepções de discriminação social etc. Ainda que tal base de dados seja encontrada, ela ainda terá limitações de período (pois o período em que ocorreram as entrevistas afetará inegavelmente as percepções e a situação objetiva dos indivíduos) e de contexto – o contexto sócio cultural afeta as percepções e as medidas relativas tanto de pobreza quanto de bem estar. Finalmente, a maior parte dos dados coletados para fins sociológicos de mensuração contém principalmente variáveis categóricas, visto que, as nuances dos conceitos capturados é principalmente nominal e/ou ordinal e não contínua, o que se traduz no grande uso de escalas para captar nuances de intensidade nos conceitos.

Essas limitações dos dados naturalmente afetam não apenas os resultados, afetando a capacidade de as relações encontradas explicarem a variabilidade dos dados, mas também afetam enormemente as técnicas utilizadas, uma vez que determinadas técnicas estatísticas se ajustam muito melhor a variáveis contínuas enquanto outras são mais adequadas às variáveis categóricas ou ordinais. Essa limitação está presente nos dados selecionados para esta análise, que a despeito do período de coleta não ser muito recente, e da amostra não ser muito grande e apresentar vieses, possui a nosso ver o maior conjunto de variáveis disponíveis para acessar e medir ao mesmo tempo as diferentes conceituações de pobreza e de bem-estar, como pretendemos fazer neste trabalho, bem como uma amostra nacionalmente representativa para o Brasil, o que justifica nossa escolha.

Tendo dito isso, procedemos em seguida a descrever os dados utilizados no trabalho, e as técnicas estatísticas selecionadas para a análise. Antes de iniciar essa descrição, explicitamos abaixo resumidamente as questões de investigação.

Na tese, trabalhamos com duas questões diferentes, de certa forma complementares, porém distintas:

- A primeira questão de pesquisa é mais geral, e já foi amplamente discutida na literatura, o que pode ser visto na revisão anteriormente apresentada nessa tese, e pode ser enunciada como: “Existe uma relação empiricamente detectável entre pobreza e bem-estar?”

- A segunda questão é a questão de tese propriamente dita e complementa a primeira, podendo ser enunciada da seguinte forma: “Existindo uma relação entre a pobreza e o bem-estar, ou as percepções de bem-estar dos indivíduos, e dado que a ampliação do conceito de pobreza para além de definições baseadas na renda se propõe a capturar nuances mais sutis do conceito e consequências mais amplas, seriam essas outras definições mais adequadas para capturar essa relação?”

A partir dessas questões, foram desenvolvidas as seguintes hipóteses:

### Hipóteses

O pano de fundo de toda a discussão colocada em curso nesse trabalho é a ideia de que a pobreza está imbricada em fenômenos sociais mais amplos que estão para além da renda. A pobreza impõe aos indivíduos não apenas contingências no nível material, mas afetaria o seu bem-estar físico, mental e sua satisfação com a vida. Diante dessas premissas, as hipóteses a serem testados nesse trabalho são apresentadas abaixo:

- 1-A pobreza afeta o bem-estar físico das pessoas;
- 2- A pobreza afeta o bem-estar mental das pessoas;
- 3-A pobreza afeta a satisfação das pessoas com a vida
- 4-Modelos mais amplos de pobreza explicam melhor as variações no bem-estar físico, mental e a satisfação com a vida do que aqueles modelos que utilizam apenas a renda.

Optamos por nos concentrar no conceito de pobreza por diversos motivos, entre os quais o fato de que grande parte da literatura que discute a relação sociológica entre renda e bem-estar se concentra nos efeitos possivelmente deletérios causados pela privação de renda no estado chamado de “pobreza”, e o fato de existir muita controvérsia a respeito de como definir quem são as pessoas pobres até mesmo com o fim de investir em políticas para a redução do fenômeno. Acreditamos que existem muitos avanços já na discussão da definição da pobreza (embora não haja consenso), e na discussão sobre o bem-estar, e a relação entre renda, desigualdade e bem-estar (definido de diversas formas). Mas ainda é bastante insuficiente propostas investigativas que procurem avaliar as consequências para a

relação entre pobreza e bem-estar, das diferentes conceituações da pobreza (e também de bem-estar), e é nesse ponto que concentraremos nossa contribuição.

Em vista da complexidade da análise, das limitações dos dados e da dificuldade de se definir bons constructos para capturar os conceitos abordados aqui, realizamos uma extensa análise exploratória testando diferentes formas de se construir tanto os conceitos de bem-estar quanto de pobreza. Selecionamos apenas os que fizeram mais sentido para apresentar aqui. Da mesma forma testamos inúmeras técnicas de análise, e optamos, por questões das características específicas dos dados e do objetivo de buscar relações entre eles da melhor forma possível, por apresentar aqui três grupos de modelos baseados nas técnicas utilizadas. Optamos também por descrever os resultados divididos pelo tipo de técnica utilizada, apenas para facilitar a interpretação e a compreensão das análises. Apresentamos a seguir os dados, as técnicas de análise empregadas e, no próximo capítulo, discutimos os resultados encontrados.

## 4.2 Fonte de dados

A disponibilidade de dados é outra questão importante quando se trata da análise da pobreza sob a perspectiva multidimensional. Superado o passo da escolha das dimensões de análise, é preciso uma avaliação criteriosa das fontes de dados disponíveis e das técnicas adequadas para analisá-los. É necessário conhecer a qualidade das bases de dados, a representatividade estatística de suas informações, cobertura e principais limitações de uso para que não se faça um uso ingênuo desses dados.

Aprovada a qualidade e reconhecidas às limitações das bases de dados é necessário encontrar as variáveis mais adequadas a cada uma das dimensões de análise elegidas. Muitas vezes essas dimensões não são diretamente mensuráveis o que gera a necessidade de usar *proxys* que busquem caracterizar de maneira aproximada a dimensão de análise.

Diante dos critérios a serem utilizados para a seleção de uma base de dados para análise, mas também considerando a disponibilidade de variáveis capazes de responder as perguntas de pesquisa desse trabalho, os dados utilizados neste estudo advêm da *Pesquisa das Dimensões Sociais das Desigualdades* doravante denominada PDSD. A PDSD foi coletada em 2008 pelo Centro para o Estudo da Riqueza e da Estratificação Social

(CERES), do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Com amostra probabilística e desenho bastante similar ao da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a PDSO coletou dados em 8.048 domicílios brasileiros com questões distribuídas em conjunto amplo de dimensões, a saber: mercado de trabalho, saúde, percepções acerca de justiça, comportamento político, experiência discriminatória, avaliação das condições de vida dentre outras questões. Além desses aspectos foram captadas variáveis sociodemográficas e informações acerca da caracterização dos domicílios e seus moradores.

Uma limitação desse dado, bastante relevante para nossa análise, é a apontada por Muniz e Veneroso (2019), os quais explicam que a PDSO sobreamostra os ricos, e assim faz com que haja maior representatividade desta classe de renda nessa base de dados do que a encontrada em bancos de dados com características similares produzidos pelo IBGE tais como a PNAD, a Pesquisa de Padrão de Vida (PPV) e o Censo Demográfico por exemplo. Essa maior representatividade dos ricos faz com que a fonte de dados seja interessante para a realização de análises que busquem compreender diferenças de classe, dado que tradicionalmente esse grupo é sub-representado em outras bases de dados. Para os nossos objetivos, contudo essa questão representa um problema, visto que buscamos melhor caracterizar os pobres, e não os ricos. Em todo caso, a PDSO continua sendo a melhor fonte de dados disponível no contexto brasileiro, dentro do nosso conhecimento, para as análises empreendidas aqui.

Conveniente destacar que algumas questões foram respondidas apenas pelos chefes do domicílio ou pelo chefe e o cônjuge. O módulo que avalia as condições de vida, por exemplo, onde estão inseridas as principais questões necessárias a nossa análise, é respondido apenas pelo chefe do domicílio. Mesmo diante dessa limitação é importante demarcar aqui as principais razões que motivaram a escolha da PDSO como base de dados para esse trabalho.

Primeiramente, em razão da base ter um desenho amostral representativo do Brasil e das unidades da federação ela possibilita a realização de análises que potencialmente podem ser generalizadas. Uma segunda razão refere-se ao tipo de questões contidas nessa base de dados, que não foram encontradas em outras bases com essa representatividade, e

que permitem investigar as variáveis de interesse a esse estudo. Essas questões dizem respeito especificamente a tipos de suporte de parentes e amigos, percepções sobre a renda e experiências de discriminação.

Obviamente, a PDSO padece de outras limitações que precisam ser ponderadas ao se analisar os resultados produzidos por esse trabalho. A limitação mais importante a ser considerada diz respeito aos desafios de coleta de dados de natureza mais subjetiva que envolvem questões relacionadas a percepções, experiências e valores. Questões formuladas de maneira problemática, dados ausentes, e a limitação representada pelo fato de que muitas das questões de interesse foram perguntadas apenas ao chefe da família constituíram entraves significativos ao trabalho, que procuramos superar da maneira possível.

Optamos assim por limitar a nossa amostra apenas ao chefe do domicílio e cônjuges (a fim de capturar nuances de gênero uma vez que a amostra masculina de chefes de domicílio é bem maior e a feminina representa importantes vieses de status socioeconômico das mulheres-chefes). Isso passou a nossa amostra de cerca de 26 mil casos para cerca de 12 mil casos. Entretanto, foi necessário gerar uma nova amostra desses casos para garantir a independência entre as observações e assim selecionou-se aleatoriamente dentro de cada domicílio um indivíduo para compor a amostra e em razão desse filtro a base de dados utilizada nesse trabalho conta com 8.044 casos.

Optamos também por retirar os casos ausentes da amostra de maneira “*listwise*”, ou seja, eliminando o caso completo no caso de informações faltantes. Não houve grande perda de casos ao utilizar esse procedimento, o que pode ser visto nos N (número de casos empregado na análise) reportados para cada técnica nas próximas seções. Devido ao tamanho da base e às características complexas dos construtos, decidimos que qualquer método de imputação dos casos ausentes poderia gerar vieses maiores do que os que foram possivelmente gerados pela variação do número de casos na análise. Não utilizamos também ponderações ou pesos amostrais, visto que as diferentes técnicas empregam os pesos de maneira diferente, o que dificultaria enormemente a comparação. Visto que nosso objetivo primordial é comparar, e não generalizar, acreditamos que a análise continua válida diante dessas escolhas.

### 4.3 Análise Descritiva

A amostra utilizada nesse trabalho foi composta por 8.044 indivíduos, dos quais 73,5% eram chefes do domicílio e os demais eram cônjuges. No que diz respeito as variáveis demográficas, 62,6% eram do sexo feminino e 37,4% do sexo masculino sendo que a média de idade desse grupo era de 49 anos. Quanto as categorias de raça/cor 53,9% se declaravam não-brancos, ou seja, como pretos, pardos ou indígenas enquanto 46,1% se identificavam como brancos ou amarelos.

No que diz respeito as variáveis socioeconômicas, a renda média domiciliar *per capita* era de R\$ 574,03 e o percentual daqueles considerados pobres, segundo o critério de renda, ou seja, com rendimento domiciliar *per capita* mensal inferior a R\$ 123,80 era de 16,1%. Quanto a escolaridade, 56,0% possuem entre 0 e 7 anos de estudos enquanto 44,0% 8 anos ou mais de estudos.

Tabela 2 – Caracterização da Amostra

Variáveis Observadas		N	%
Posição da pessoa no domicílio	Chefe	5.916	73,5
	Cônjuge	2.128	26,5
Sexo	Mulher	5.035	62,6
	Homem	3.009	37,4
Raça	Não Brancos	4.334	53,9
	Brancos	3.710	46,1
Escolaridade	0 a 7 anos estudo	3.213	56,0
	8 anos ou + de estudo	2.525	44,0
Pobreza	Não Pobre	6.097	83,9
	Pobre	1.861	16,1

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

Informações mais precisas sobre o número de casos da PDSO e estatísticas descritivas das variáveis empregadas podem ser encontradas no apêndice. A seguir descrevemos brevemente as técnicas utilizadas e as variáveis construídas.

#### 4.4 Por que modelagem utilizando análises de regressão e de equações estruturais?

A apresentação do desenvolvimento do conceito de pobreza feito anteriormente explicitou que essa noção que, inicialmente era pautada pela perspectiva monetária, foi se alargando e incorporando outras dimensões tais como as colocadas pela perspectiva das necessidades básicas insatisfeitas, de capacidades e a abordagem da vulnerabilidade social. Esse processo de alargamento da compreensão do sentido do fenômeno de empobrecimento lançou luz também para o fato de que outras características socioeconômicas estão associadas a pobreza, questões tais como sexo, raça, localização geográfica e escolaridade por exemplo são fatores determinantes para compreender como a pobreza se manifesta e como ela é reproduzida.

Todo esse caminho teórico nos permite convergir para a ideia de que a pobreza é um fenômeno multidimensional e complexo que se manifesta em muitas facetas articulando um conjunto amplo de condições de vida que afetam o bem-estar dos indivíduos. Codes (2005, p.15) compreende que a perspectiva multidimensional de pobreza se aproxima da noção de “campo” proposta por Bourdieu (1998) sendo a realidade social vista como “espaço de relações”. A autora lança mão do arcabouço teórico bourdieusiano para justificar a pobreza como um fenômeno relacional que deve ser analisado “como um espaço de conectividades”. Em afinidade com esse entendimento o estudo desenvolvido aqui compreende a pobreza como um fenômeno complexo e dinâmico que é caracterizado sim pela questão material, mas está embebida em um conjunto mais amplo de dimensões que vão além da renda.

Adotando essa perspectiva multidimensional e compreendendo a pobreza como um objeto relacional nos termos de Bourdieu (1998), constata-se que os métodos tradicionais para a análise do fenômeno são limitados em captar essa característica relacional e expressar de maneira explícita a complexidade das formulações teóricas mais amplas acerca do que significa ser pobre. Torna-se necessário assim lançar o olhar sobre outras técnicas quantitativas que sejam capazes de suprir essa necessidade de articulação. (CODES, 2005).

Na busca de um método quantitativo que cumprisse essa demanda por uma análise relacional do fenômeno social, mais especificamente para compreender a pobreza, Codes (2005) elabora um trabalho completo que se debruçou na análise dos métodos disponíveis

elencando as características desses e os comparando com um conjunto de atributos desejáveis a um método quantitativo de análise de fenômenos sob a ótica relacional. O trabalho é leitura obrigatória para aqueles que se dedicam ao estudo da pobreza não apenas por apresentar de maneira elegante e completa a trajetória do pensamento científico sobre a pobreza, mas também por ser uma primorosa revisão acerca dos principais métodos quantitativos utilizados para a compreensão da pobreza. A metodologia de análise da pobreza é a questão central que norteia a tese da autora e em razão disso é a principal referência dessa seção.

A revisão da literatura (SLIWANY, 1998; MCGEE, BROCK, 2001, BETTI, D'AGOSTINO, NERI, 2000; SZÉKELY, 1996; WILBER, 1975) acerca das potencialidades e limitações de um método quantitativo relacional feito em Codes (2005) possibilitou a identificação de oito características desejáveis. O primeiro atributo buscado é a capacidade de superar a etapa de apenas quantificar os aspectos relacionados ao fenômeno estudado, a segunda característica almejada nesse método é a propriedade de estabelecer relações entre as diversas dimensões que embebem o objeto em análise. O terceiro atributo diz respeito à capacidade do método em oferecer uma representação pictórica do problema estudado e assim facilitar a compreensão das questões a serem testadas assim como os resultados encontrados. A quarta característica refere-se a condição que um determinado método tem de determinar quais fatores tem maior peso explicativo na análise em curso, associada a essa característica está a quinta que trata-se do poder do método em valorar esses pesos distinguindo as influências em diretas e indiretas. O sexto atributo desejável é a capacidade desse em explicar uma proporção da variabilidade do fenômeno estudado, já o sétimo diz respeito a propriedade de inclusão de conceitos complexos e abstratos de forma estável e por último é desejável que um método de análise quantitativo relacional seja capaz de avaliar o erro de mensuração das variáveis (CODES, 2005, p. 8).

Voltando o olhar para a consideração das metodologias tradicionalmente utilizadas nos estudos sobre a pobreza é possível perceber que, mesmo com a ampliação da compreensão do que seja a pobreza, a incorporação de novos componentes de análise e o entendimento desse fenômeno como multidimensional, a maioria dos estudos sobre o tema permaneceram por um tempo focados apenas em quantificar o contingente de pobres,

alargando apenas o número de variáveis a serem consideradas nessa contagem (JANUZZI, 2001).

O fortalecimento da concepção da pobreza como um fenômeno multidimensional trouxe consigo a necessidade de estudos que se dedicassem a compreender a pobreza como entremeada em uma teia de relações sociais e dinâmicas complexas. Em termos de método essa evolução fez com fosse incorporada a necessidade de não só contar o número daqueles que são pobres, mas avançar na caracterização do perfil desses sujeitos. Nesses termos isso significou a elaboração de trabalhos que focavam na busca por estabelecer relações entre características individuais e indicadores de pobreza com vistas a buscar quais eram os determinantes dessa condição.

No rol desses métodos que tem sido utilizado para a análise da pobreza, Codes (2005) identifica como principais: os indicadores sintéticos, os sistemas de indicadores sociais e as análises de regressão. No trabalho a autora explica de maneira pormenorizada e completa os usos de cada uma dessas abordagens, suas potencialidades e limitações. Adicionalmente estabelece um quadro comparativo entre essas abordagens frente aos atributos desejáveis a um método relacional de análise de pobreza.

O quadro 2 elaborado por Codes (2005) será apresentado aqui por seu valor em sintetizar a discussão em torno das vantagens e desvantagens em cada um dos métodos e explicitar de maneira sintética, mas completa as razões pelas quais a modelagem de equações estruturais se apresenta como uma técnica superior no contexto da análise de um objeto de pesquisa de característica relacional. Foge dos objetivos desta tese em desenvolvimento pormenorizar essas vantagens e desvantagens aqui, até porque esse trabalho já foi feito de maneira muito competente e irretocável na pesquisa de doutoramento de Ana Luiza Machado Codes (2005). Busca-se então aqui sumarizar as características de cada uma dessas abordagens de maneira a justificar a opção pelos modelos de regressão (logística) em primeiro lugar, seguidos por uma tentativa de análise utilizando a modelagem de equações estruturais (MEE), e por fim um exame das relações estabelecidas pelas variáveis categóricas utilizando a técnica da análise de correspondência.

Quadro 2 - Comparação entre os métodos tradicionais de análise da pobreza e características desejáveis em um método de análise relacional

<b>Métodos Tradicionais</b> <b>Atributos desejáveis</b>	<b>Indicadores Sintéticos</b>	<b>Sistemas de Indicadores Sociais</b>	<b>Análise de Regressão</b>
<b>Superar os limites da simples quantificação</b>	Trabalha no estágio da quantificação, gerando resultados agregados	Trabalha no estágio da quantificação, gerando resultados agregados	Não quantifica; trabalha de forma sensível à distribuição dos dados
<b>Estabelecer as relações entre os diferentes aspectos envolvidos no problema</b>	Não estabelece	Permite a realização de poucos cruzamentos; ainda assim, não estabelece relações	Estabelece parcialmente (apenas entre as co-variáveis e as variáveis dependentes)
<b>Oferecer uma representação gráfica do fenômeno</b>	Não oferece (não leva em consideração a estrutura do fenômeno)	Não oferece (trabalha com visões parciais do fenômeno)	Não oferece (trabalha com uma única forma estrutural de relações)
<b>Determinar que fatores se mostram mais influentes nas condições de vida das pessoas</b>	Não determina (inclui fatores considerados relevantes pelo pesquisador)	Não determina (abrange fatores considerados relevantes pelo pesquisador; não estabelece relações)	Determina (associações entre fatores emergem dos dados)
<b>Valorar a intensidade de tais influências, tanto direta como indiretamente</b>	Não valora (imposição externa de ponderações)	Não valora	Valora (intensidade de cada associação emerge dos dados)
<b>Explicar uma proporção da variabilidade do fenômeno</b>	Não explica	Não explica	Explica (indica a proporção explicada pelo conjunto de fatores considerados)
<b>Incluir conceitos sociais complexos e abstratos de forma estável</b>	Inclui (mas pode haver fragilidades, devido ao grau de arbitrariedade envolvido na construção do indicador)	Não inclui (informação fragmentada)	Pode incluir (através de compósitos, sujeitos aos mesmos problemas dos indicadores sintéticos)
<b>Avaliar os erros de mensuração das variáveis</b>	Não avalia (não ajusta resultados em função de uma estimativa de confiabilidade dos dados)	Não avalia (não ajusta resultados em função de uma estimativa de confiabilidade dos dados)	Não avalia (não ajusta resultados em função de uma estimativa de confiabilidade dos dados)

Fonte: Codes (2005, p.163)

Um dos métodos de análise comumente utilizados para a análise da pobreza são os indicadores sintéticos que buscam explicar o fenômeno através de um valor que estaria estimando o grau de privação a que os indivíduos estariam expostos. Essas medidas são desenvolvidas a partir da agregação de mais de um indicador simples que referem-se a uma determinada dimensão da realidade, exemplos desse tipo de indicadores já foram citados nesse documento tais como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que talvez seja o mais conhecido indicador sintético quando se discute bem estar social, em especial em perspectiva comparada.

A disseminação do uso de indicadores sintéticos pode ser atribuída a sua capacidade em expressar realidades multidimensionais aglutinadas em um valor único com

o potencial de orientar a ação governamental. A elaboração de quaisquer políticas públicas, por exemplo, tem como etapa crucial definir o seu público alvo não só em termos quantitativos (quantos são), mas identificando o seu perfil e distribuição em torno de um dado território (quem são e onde estão).

Uma segunda vantagem oferecida pelos indicadores compostos diz respeito ao seu poder de sintetizar um grupo mais amplo de dimensões em uma medida única, simples e mais geral que seria capaz de traduzir um fenômeno mais complexo. Nos termos de Januzzi (2001, p.22) no que diz respeito a análise de questões de natureza complexa, “o indicador sintético é capaz de dar uma ideia genérica sobre o fenômeno estudado, de forma mais rápida e objetiva”.

Adicionalmente, esses indicadores desenvolvidos ao longo do tempo produziram uma série histórica de medidas “estáveis”<sup>5</sup> que possibilitariam a análise das mudanças em uma dada realidade ao longo de um determinado período de tempo. Essa capacidade pode ser útil, por exemplo, como um sinalizador da necessidade da atuação governamental em uma determinada área da cidade ou até mesmo funcionar como uma medida de resultado de uma dada intervenção pública.

Apesar das vantagens dos indicadores sintéticos anteriormente apontados, é importante destacar que tal método padece de limitações. Em termos mais amplos, esses indicadores agregados acabam por ser reducionistas, ou seja, dada a sua forma de construção que aglutina um conjunto de informações em uma medida única perde-se a natureza multidimensional do fenômeno em análise transformando em um único valor. Os procedimentos associados a essa agregação de dimensões podem fazer com os elementos que compõem essa medida sintética se percam ou sejam obscurecidos na análise de uma dada realidade (JANUZZI, 2001).

Indicadores sintéticos por incorporarem um conjunto de dimensões de maneira independente também são incapazes de explicitar e analisar a interdependência existente entre os elementos que o compõem (CONDE, 1999).

No que se refere a discussão especificamente da pobreza em especial da defesa de que trata-se de um fenômeno multidimensional, a utilização de indicadores sintéticos sofre de uma incoerência entre a teoria postulada e o método de análise empregado, dado que,

---

<sup>5</sup> A estabilidade aqui se daria pelo fato de usar o mesmo indicador, desenvolvido com a mesma metodologia de cálculo e ajustes o que possibilitaria comparar as mudanças no valor desse indicador ao longo de uma determinada série histórica.

lançando mão de indicadores sintéticos ao final da análise se chegaria uma classificação unidimensional (STROBEL 1996).

A questão da definição das dimensões que compõem uma medida sintética também é um ponto que fragiliza esse tipo de abordagem metodológica. Na discussão específica acerca da pobreza, Ravallion (1994) aponta que nem sempre é possível considerar todas as dimensões de bem-estar que estão em jogo na análise desse fenômeno. Essa impossibilidade tanto pode ser causada pela indisponibilidade de dados referente a uma determinada dimensão como também pela inadequação das informações disponíveis.

A escolha das dimensões de análise é fator crucial no desenvolvimento de indicadores sintéticos e deve ser feita tendo robusto suporte conceitual. É fundamental profundo conhecimento das inter-relações entre as dimensões de análise de modo a evitar sobreposições, redundância de informações e arbitrariedade na seleção dessas dimensões a serem incluídas. (SALAMA; DESTREMAU, 2001). Em direção oposta, é importante estar atento ao risco de omitir dimensões fundamentais de análise e assim criar medidas incompletas que não seriam capazes de captar a complexidade do fenômeno estudado (RAWORT; STEWART, 2003).

Mestrum (2002) critica o uso dos indicadores sintéticos em razão da arbitrariedade envolvida no processo de ponderação das dimensões o que o compõem, ou seja, superada a dimensão da relevância conceitual de cada elemento a ser considerado é preciso definir qual o peso de cada dimensão na construção do índice. Mejía e Vos (1999) destacam também a ausência de consenso em torno dos procedimentos a serem adotados para a ponderação e de quais os pesos a serem atribuídos a cada dimensão.

Anand e Sen (2003) ao elaborarem um amplo levantamento das vantagens e desvantagens dos indicadores sintéticos para o estudo da pobreza concluem que essa abordagem metodológica não é capaz de responder as demandas de mensuração colocadas pela evolução teórica do fenômeno que postulam a pobreza como um fenômeno eminentemente relacional.

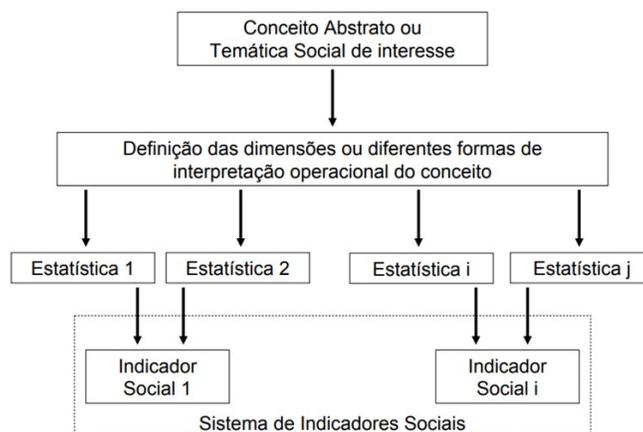
Em suma utilizando-se de indicadores sintéticos como método de análise da pobreza a perspectiva multidimensional do fenômeno estaria perdida e a abordagem relacional também não seria contemplada, nem como tentativa.

Um segundo método de análise da pobreza a ser considerado são os sistemas de indicadores sociais que são definidos como “um conjunto de indicadores sociais referentes

a um determinado aspecto da realidade social ou área de intervenção programática” (JANUZZI, 2001, p. 17). A Figura 8 explicita de maneira esquemática o processo de elaboração de um sistema de indicadores. Segundo Januzzi (2001), é possível perceber pela análise do esquema que a construção de um sistema de indicadores tem início na seleção do conceito a ser mensurado ou na escolha de uma temática social de interesse, a partir dessa definição o segundo passo é eleger as diferentes dimensões a serem consideradas para a partir daí proceder as diferentes análises estatísticas para gerar os indicadores que comporão o sistema de indicadores.

Nota-se que, diferente da abordagem que utiliza indicadores sintéticos, que agrupa um conjunto de dimensões em apenas uma medida, um índice que objetiva sintetizar o fenômeno multidimensional estudado; os sistemas de indicadores buscam representar as distintas dimensões do conceito em estudo de maneira separada.

Figura 8 - Fluxo de construção de um sistema de indicadores



Fonte: Januzzi (2001, p.18)

Székely (1996) ao se dedicar a compreensão das vantagens e desvantagens dos sistemas de indicadores para a análise da pobreza aponta que a principal vantagem desse método refere-se a sua capacidade de que o fenômeno de interesse seja analisado de forma desagregada por subgrupos da população considerando variáveis tais como localização geográfica, sexo, raça e idade, por exemplo, conformando assim os mapas, ou perfis de pobreza. Entretanto, o mesmo autor entende que essa abordagem é insuficiente para responder questões de natureza causal acerca da pobreza ao mesmo tempo em que não é capaz de traduzir a demanda advinda das discussões teóricas sobre o tema que evocam por

medidas de fato multidimensionais e que articulem uma teia complexa de processos e interdependências.

A forma de apresentação das informações em um sistema de indicadores é outra fragilidade dessa abordagem. Haq (2003) coloca que por apresentarem um conjunto de indicadores sociais, esses sistemas geram tabelas em geral extensas que não permitem uma visão articulada do problema em análise e são de difícil entendimento e comunicação.

Ravallion (1994) sumariza enfatizando que a abordagem de sistema de indicadores padece praticamente das mesmas limitações inerentes aos indicadores sintéticos não restando explícita a superioridade de um método frente ao outro. Ambas as abordagens são meramente descritivas e boas ferramentas para simples caracterização do fenômeno, mas não avançam no sentido de estabelecer relações, testar interdependências tampouco testar possíveis causas.

O terceiro método de análise da pobreza a ser considerado nessa seção é a análise de regressão que é uma técnica mais avançada do que as duas anteriores e é importante que seja apresentada de maneira mais detalhada nesse trabalho em razão desta ter oferecido subsídios importantes para o desenvolvimento da modelagem de equações estruturais.

Na sua forma mais básica, a análise de regressão busca verificar a existência de uma associação entre duas variáveis (no caso da regressão simples) que caso confirmado possibilita a verificação do grau de intensidade dessa relação.

A mensuração do grau de ligação entre as variáveis indica o efeito que é produzido na variável resposta, a partir de mudanças ocorridas nos valores das co-variáveis. Assim, o modelo estatístico calcula o valor médio de mudança na variável dependente acarretado pelo acréscimo de uma unidade no valor da variável independente (CODES, 2005, p.144)

Os estudos que lançam mão da análise de regressão para o estudo da pobreza, em geral, utilizam a regressão múltipla que se caracteriza pela estimação das possíveis relações entre a variável dependente e um grupo de variáveis independentes. O cerne da regressão múltipla é mensurar a capacidade que esse grupo de variáveis independentes tem para explicar a variação da variável dependente.

A análise de regressão assenta-se no pressuposto de que o método irá buscar ajustar uma reta que melhor represente a distribuição dos dados em análise. Porém, as estimativas feitas pelo método de regressão não estão imunes a erros que podem ser oriundos basicamente de três fontes. A primeira fonte de erro advém do próprio processo de mensuração das variáveis incluídas no modelo. Captar a realidade social é um grande

desafio e traduzir essa realidade em questões em um instrumento de coleta e posteriormente em variáveis apresentará indubitavelmente limitações. A segunda fonte de erro é o processo de amostragem. Raramente, em análise de fenômenos sociais, estamos lidando com informações da população (N), mas como uma parcela desse público, uma amostra (n) que é desenhada para melhor representar essa população analisada, mas não é uma apresentação perfeita desse grupo. A terceira fonte de erro surge do fato de que existe um percentual de variabilidade no modelo que o mesmo não consegue explicar apesar da inclusão de um conjunto de variáveis explicativas porque o modelo nunca será perfeito e completo. Algumas dimensões fundamentais para elucidar a realidade formatada pelo modelo sempre estarão ausentes. O conjunto de erros gerados por cada uma dessas fontes dá origem aos resíduos de uma análise de regressão que, em linhas gerais, nada mais são do que a diferença entre os valores preditos pelo modelo e aqueles advindos dos dados observados.

Vis a vis a abordagem dos indicadores sintéticos e do sistema de indicadores a análise de regressão representa um avanço para a compressão da pobreza ao permitir a análise da relação entre as variáveis independentes e a dependente. Os modelos de análise de regressão são flexíveis possibilitando a construção de diferentes modelos para melhor explicar uma mesma variável dependente o que possibilita que a realidade social seja analisada sob diferentes perspectivas.

Uma outra vantagem da análise de regressão diz respeito ao fato de que essa abordagem, primordialmente, lida com dados não agregados, ou seja, se utiliza de dados apresentados no seu menor nível de agregação. Essa característica faz com que a regressão não tenha que lidar com os inconvenientes associados ao processo de agregação de dados e permite com que o método seja sensível às distribuições dos dados em exame. Codes (2005) informa que é possível proceder a análise de regressão de dados agregados em que a mensuração não é feita no nível individual, mas considerando as médias de uma determinada área, grupo, comunidade ou outros agrupamentos, por exemplo. Entretanto, a adoção por esse tipo de análise incorre na perda do detalhamento de informações que podem impactar os coeficientes de correlação entre as variáveis gerando o fenômeno de falácia ecológica<sup>6</sup> o que geraria interpretações equivocadas no nível individual.

---

<sup>6</sup> Nos termos de Codes (2005, p.156), falácia ecológica “se caracteriza por aumentar o valor das correlações calculadas e por diminuir as flutuações estatísticas”.

Uma limitação da análise de regressão importante a ser pontuada diz respeito a sua capacidade de lidar apenas com uma variável dependente ou variável resposta na elaboração de cada modelo. Para contornar essa limitação, estudiosos podem adotar os chamados “compósitos”.

A ideia é que o compósito agregue em si uma gama de variáveis distintas que se relacionam a um único conceito a ser incluído na análise. Assim, a criação de um compósito acontece por meio de procedimentos de cálculo que aglutinam as informações relativas a cada aspecto que compõe aqueles conceitos, à semelhança do que ocorre com a elaboração dos indicadores sintéticos. Em geral, os compósitos são feitos com a intenção de serem incluídos nas modelagens estatísticas, recebendo o mesmo tipo de tratamento dado às variáveis observáveis (CODES, 2005, p. 156).

Outra questão metodológica importante a ser observada pelo pesquisador que opte pela análise de regressão diz respeito a possibilidade de viés que ocorre quando “o valor da estimativa produzida se afasta sistematicamente da magnitude que de fato, deveria assumir” fazendo com que o coeficiente calculado seja maior ou menor que a sua magnitude “real” e assim superestimando ou subestimando características do objeto em estudo (CODES, 2005, p. 152). O problema do viés em análises de regressão, em geral, é solucionado pela escolha criteriosa das variáveis que serão incorporadas ao modelo visto que, o viés é fruto da omissão das variáveis de controle que são aquelas que afetam a variável dependente, mas ao mesmo tempo estão associadas as demais variáveis independentes.

A multicolinearidade, ou seja, a alta correlação entre as variáveis independentes é outra questão a se estar atento a análise de regressão múltipla. A inserção de um conjunto de variáveis ao modelo tem como objetivo aprimorar o poder preditivo do mesmo para assim melhor explicar as variações ocorridas no fenômeno estudado. Desse modo, um atributo desejado é que essas variáveis explicativas sejam relativamente independentes entre si. A violação desse pressuposto de independência fragiliza o modelo pois a inserção dessas variáveis não contribui para o entendimento da questão em análise.

Howell (2002) aponta que o desenvolvimento de estudos que utilizam o método de regressão demanda também uma profunda compreensão acerca das relações entre os conceitos e conseqüentemente variáveis que irão compor a análise. A inclusão de variáveis de controle assim como das variáveis independentes deve se sustentar em fortes indicações teóricas que apontem as dimensões que são relevantes para a compreensão do objeto estudado.

É conveniente acrescentar aqui que, se atentar as limitações anteriormente colocadas e também cumprir os pressupostos para a análise de regressão, pode não ser o suficiente para a elaboração de um modelo de análise adequado à realidade em estudo.

A complexidade dos fenômenos estudados pode incluir situações em que existam variáveis que medeiam os feitos de outras. Esses casos referem-se à existência de variáveis que exercem seus impactos de forma indireta, o que, muitas vezes, pode ser indicado pela teoria. Assim, se as mediadoras forem incluídas em um modelo de regressão, o efeito que deveria ser atribuído àquela que é mediada pode desaparecer. Em outras palavras, os resultados do modelo induziriam à conclusão de que uma determinada variável não exerce efeito sobre a dependente, quando, na verdade, o seu impacto de natureza indireta estaria sendo manifestado pela variável mediadora ou interveniente. Esse problema decorre do fato de que ambas são postas em condições semelhantes no modelo de regressão: as duas são igualmente consideradas como variáveis independentes. Como se vê, tal método apresenta limitações para lidar com situações como essa (CODES, 2005, p. 153).

Reconhece-se assim que indicadores sintéticos, sistema de indicadores e análise de regressão representam esforços metodológicos que buscaram acompanhar a evolução das concepções acerca da pobreza. Apesar disso, esses trabalhos se utilizam de métodos que acabam por captar as dinâmicas associadas ao empobrecimento e a vivência dessa condição de maneira parcial e incapaz de traduzir a articulação entre os diversos fatores imbricados ao fenômeno.

Em vista da dificuldade de encontrar a técnica mais adequada à análise proposta, após extensa análise exploratória optamos por apresentar aqui três técnicas de análise, duas delas envolvendo análise de regressão (a regressão logística em suas variações e a análise de equações estruturais) e uma delas focada no exame das categorias das variáveis, que é a análise de correspondência. Antes de descrever essas técnicas e os resultados obtidos com cada uma, procederemos ao exame das variáveis construídas para essas análises.

Vale acrescentar que, para todas as análises com exceção da MEE, para a qual foram construídos fatores com base na análise fatorial, respeitamos as características categóricas dos dados, e optamos por construir representações binárias de pobreza. Isso se deu pelo fato de que nosso objetivo não é estabelecer uma relação entre *renda* e bem-estar, mas entre *pobreza* e bem estar, e isso implica em separar os pobres dos não pobres de maneira binária, da mesma forma que é feito com as linhas de pobreza da perspectiva monetária. Um fator contínuo, ainda que com alta confiabilidade entre as variáveis, não nos permitiria realizar essa separação, porém apenas “subir” e “descer” no *contínuum* representado pelas quantidades de renda, de bens materiais, ou de outros aspectos dessa

caracterização. A fim de comparar as diferentes perspectivas de mensuração da pobreza com aquela definida por uma linha de renda, se tornou necessário encontrar pontos de corte nas demais variáveis que caracterizam a pobreza, o que foi feito após diversos testes selecionando o primeiro quartil da distribuição do fator de pobreza criado.

#### 4.5 Variáveis e construção dos indicadores utilizados

Essa seção se dedica a explicitar as variáveis os indicadores que são utilizados nesse trabalho e ilustrar de maneira esquemática o modelo conceitual de cada um deles. Busca-se descrever cada um dos construtos, e de suas versões binárias, suas variáveis de origem e as perguntas do instrumento de coleta associadas a ela. Essa preocupação se justifica não apenas para esclarecer o entendimento mais direto dos resultados a serem apresentadas na próxima seção e as escolhas teórico-metodológicas envolvidas na operacionalização do estudo, mas é importante para compreender quais as questões cognitivas envolvidas em cada uma das perguntas que deram origem as variáveis do modelo.

Nesse trabalho três tipos de variáveis respostas (instrumentalizadas de mais de uma forma) são testados com vistas a compreender qual deles seria capaz de melhor explicar as variações ocorridas no bem-estar físico, mental e na avaliação de satisfação com a vida dos indivíduos a partir das privações geradas pela situação de pobreza. Em todos os modelos que empregam a técnica de equações estruturais as variáveis sexo e raça foram incluídas no modelo em razão de entender que esses são fatores sociodemográficos que perpassam a experiência de privação e suas consequências em especial no Brasil. Nas regressões logísticas o modelo completo incluiu também diversas outras variáveis relevantes para a explicação do bem-estar e da saúde propriamente dita, e correlacionadas com a situação de pobreza. Assim, incluímos as variáveis idade (dividida nas *dummies* jovem, adulto e idoso), frequência a atividades religiosas (religião), convivência com um parceiro (convive) – essas duas últimas consideradas, de certa forma, *proxys* para o isolamento social, e raça.

O caráter multidimensional da pobreza fica bastante explícito a partir da análise do arcabouço teórico apresentado e da demonstração da operacionalização das distintas concepções de pobreza. É importante acrescentar nesse debate a discussão em torno dos

fatores socioeconômicos associados a esse fenômeno de modo a melhor compor a estrutural conceitual que sustenta o trabalho aqui desenvolvido.

Abramo (2004, p.17), ao discutir a dimensão de gênero e raça relacionada a condição de pobreza afirma que “a pobreza **não é neutra**. A pobreza **tem sexo**, **tem cor**, **tem endereço**”. Essa afirmação curta, mas precisa condensa um conjunto amplo e complexo de inter-relações sociais que caracterizam fatores que são determinantes para as condições de vida dos indivíduos, em especial no Brasil que tem traços profundos de desigualdade.

Nessa discussão é importante explicitar a relação entre esse conjunto de variáveis e o fenômeno da pobreza. Entende-se que esse grupo de variáveis se associa ao empobrecimento de maneira complexa e interativa, porém é possível organizar o argumento de maneira a centrar a atenção em cada uma dessas facetas para assim melhor compreender esse fenômeno. Detalhes sobre as variáveis originais utilizadas para construir as variáveis descritas aqui, e a seleção de categorias e/ou as técnicas utilizadas para criar as variáveis serão detalhadas no apêndice.

#### 4.5.1 Idade

Focados no papel da idade na determinação do bem-estar psicológico dos indivíduos, as pesquisas de Ryff (1989), Ryff e Keyes (1995) e Ryff e Singer (2008) compararam os graus de bem-estar em três diferentes grupos etários, a saber: adultos jovens, adultos de meia idade e idosos. Os resultados apontam que o bem-estar diminui com a idade, muito associado aos papéis colocados pela sociedade aos idosos assim como o decréscimo da autonomia desse grupo etário.

Em vista das implicações reconhecidas na literatura da idade em relação tanto à saúde física e mental quanto à felicidade, e também às variações por idade na caracterização da pobreza, incluímos uma variável IDADE dividida em três variáveis binárias ou *dummies*. Jovem, onde (1) representa os indivíduos de 15 a 29 anos (segundo a definição de juventude do Estatuto da Juventude, Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013.) e (0) os demais indivíduos; Adulto, onde (1) representa indivíduos de 30 a 60 anos e (0) os demais; e Idoso, onde (1) representa os indivíduos de mais de 60 anos e (0) os demais. A variável omitida nos modelos foi a variável adulto.

#### 4.5.2 Religião

Inúmeras correlações já foram estabelecidas na literatura entre religião, e frequência a cerimônias religiosas, e o isolamento social e a saúde, bem como percepções de bem estar e status socioeconômico. Além disso, a religiosidade varia por classe social. Foge ao escopo discutir aqui essa literatura para além do que já foi exposto na revisão de literatura desse trabalho, porém optamos por incluir, devido à sua importância como variável de controle relativa a percepções de bem estar, uma variável binária religião onde (1) representa a frequência a cerimônias religiosas mais de uma vez por mês e (0) a frequência esporádica ou nenhuma frequência à atividades/cerimônias religiosas.

#### 4.5.3 Raça

A literatura (Fernandes 2004, Santos e Couto, 2009) aponta evidências empíricas da correlação entre a raça e a condição de pobreza. Telles (2003) em seu livro *Racismo à brasileira* aciona um amplo arcabouço teórico para subsidiar a compreensão das relações raciais no Brasil e os limites que a configuração dessas relações impõe a aqueles indivíduos considerados não brancos.

É interessante a discussão que Telles (2003) levanta acerca da utilização dos termos raça e cor no Brasil. O autor aponta que a categoria raça prevalece no meio acadêmico, entretanto no dia a dia dos indivíduos a designação cor é mais usada. Isso acontece muito em razão de que no Brasil, diferentemente dos Estados Unidos cuja classificação é feita através da ascendência familiar, a definição de cor ou raça de maneira geral se apoia na observação dos traços físicos tais como cor da pele, textura do cabelo, traçado dos lábios e nariz, por exemplo.

Desse modo, no país é comum à utilização de um *continuum* de cores que vai do branco, passando pelo moreno-claro, moreno, moreno jambo etc. até o preto. No que tange as classificações de cor/raça feita por pesquisas é interessante notar que para uma mesma pessoa essa classificação varia quando essa é feita pelo entrevistado e quando essa é feita pelo entrevistador.

Nesse sentido, vale destacar que no Brasil, assim como em outros países, a classificação de raça/cor está fortemente vinculada a dimensões valorativas, de poder e status. De maneira geral, a classificação como não-brancos está associada a conotações negativas (FURTADO, 2008). Telles (2003) ao comparar as relações horizontais

brasileiras com as americanas aponta uma marcada distinção. A sociedade americana é marcada por uma forte segregação racial nas relações horizontais, já na sociedade brasileira as relações apesar das “boas” relações horizontais, persistem as enormes desigualdades e desvantagens sociais para o grupo dos não-brancos. O autor destaca que essas desvantagens não são apenas de recursos materiais, mas de recursos simbólicos que acarretam situações de inferioridade social que se traduzem uma cidadania fragmentada marcada por uma série de impedimentos.

Santos e Couto (2009) em artigo que discute a política de cotas e o Programa Bolsa Família apontam, a partir de dados da PNAD de 2004, a forte correlação entre a escolaridade e a raça e entre a renda e a raça. Segundo estudo dos autores para o Brasil nota-se que os indivíduos não-brancos apresentam menor escolaridade que os indivíduos brancos e que a renda média dos brancos é significativamente superior à renda média dos não-brancos.

Telles (2003) aponta dados de uma pesquisa do ano de 2000 com a população do estado do Rio de Janeiro que identifica que 54% dos pesquisados percebem o mercado de trabalho como o ambiente em que existe maior tensão racial, seguido pelas relações de vizinhança (16%), escola (13%) e religião (7%).

Mais recentemente, Senkevics *et al.* (2016) ao discutirem o uso das categorias de cor/raça nos levantamentos de dados educacionais chamam a atenção para a severa desvantagem sofrida pelos não-brancos no que se refere aos resultados educacionais. Essa realidade se mostra, por exemplo, pela observação dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), que revelou que, em 2013, entre o conjunto de analfabetos do país, 5,2% eram brancos e 11,5% eram negros, ao compararmos a média de anos de estudos entre esses grupos o primeiro tem resultado de 8,8 anos enquanto o segundo apresenta em média 7,2 anos de estudo.

Nesse trabalho optamos por utilizar apenas uma variável binária para raça, denominada BRANCOS, onde (1) representam brancos e amarelos na variável da PDSO que segue a classificação utilizada pelo IBGE, e (0) representa pretos, pardos e indígenas.

#### 4.5.4 Sexo

Gênero, assim como raça são categorias construídas socialmente para além das dimensões eminentemente biológicas. Isso quer dizer que a valoração em torno dos termos

e conseqüentemente os resultados atrelados a essas categorias são produto de uma dinâmica social complexa que cria hierarquias e ordena os indivíduos em uma escala de prestígio e reconhecimento.

Retomando o argumento de Abramo (2004, p.18) é possível afirmar que a raça e o sexo dos indivíduos determinam em maior ou menor grau as chances de um indivíduo ser pobre e uma maior dificuldade em superar essa situação. A dificuldade de inserção, permanência e ascensão no mercado de trabalho é uma das facetas dessa interação entre sexo e pobreza. Uma das dificuldades para essa inserção feminina diz respeito às responsabilidades femininas para com a vida reprodutiva. A alta carga de atividades relacionadas com os cuidados com a casa, com as crianças, os mais velhos e doentes ainda persiste sendo assumida pelas mulheres. Tal carga consome um expressivo número de horas do dia das mulheres; não é remunerado e é pouquíssimo reconhecido como experiência laboral para o mercado de trabalho.

É importante pontuar que existem também fatores culturais que diminuem os incentivos das mulheres ao trabalho fora de casa. Ainda é forte a ideia de que cabe ao homem às funções de provisão dos bens materiais no lar e a mulher a tarefa do cuidado com a família e do lar. Nesse ambiente muitas vezes emergem concepções que entendem que as mulheres que a renda auferida pela mulher no seu trabalho é complementar a renda principal do trabalho masculino. Apesar dessa crença dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios analisados por Cavenaghi e Alves (2018) demonstram que o número de mulheres chefes do domicílio no Brasil mais que dobrou entre os anos de 2001 a 2015.

Associado a isso está o segundo determinante para a situação de pobreza das mulheres que é a desigual valorização tanto econômica quanto social do seu trabalho. Muitas vezes o preconceito com relação ao trabalho feminino apoia-se em “desculpas” tais como a falta de capacidade para um determinado tipo de trabalho e uma distinção entre aqueles trabalhos considerados próprios para mulheres e homens. Mesmo com níveis educacionais iguais ou até superior ao dos homens, as mulheres acabam por ser alocadas em ocupações que são menos valorizadas não só economicamente, mas também socialmente, muitas dessas são funções que se assemelham as tarefas que as mulheres têm em suas casas no dia a dia dos afazeres domésticos.

Analisando a tabela (TABELA 3) abaixo que compara o rendimento médio mensal no trabalho principal da população ocupada de 16 anos ou mais de idade, por sexo em 2015 é possível perceber que essa média para o sexo masculino era de R\$1.913,8 e para o feminino era de 1.383,7, uma diferença de R\$ 530,1. Observando essa comparação entre diferentes setores de atividade é possível perceber que essa disparidade é muito maior em algumas áreas tais como nas atividades relacionadas a serviços sociais em que a diferença é de R\$ 1.386,8 em prejuízo das profissionais do sexo feminino. Nessa atividade a remuneração média masculina é de R\$ 2.863,3 e a feminina é R\$ 1.476,5.

Tabela 3 - Rendimento Médio Mensal no Trabalho Principal da População Ocupada de 16 anos ou mais de idade, por Sexo-2015-valores em Reais

<b>Setor de Atividade</b>	<b>Masculino</b>	<b>Feminino</b>
<b>Administração Pública</b>	3.453,0	2.793,2
<b>Agrícola</b>	892,1	240,8
<b>Comércio</b>	1.760,5	1.208,0
<b>Indústria</b>	2.111,2	1.251,8
<b>Construção Civil</b>	1.548,6	2.160,1
<b>Serviços Auxiliares</b>	1.807,9	1.195,5
<b>Serviços Sociais</b>	2.863,3	1.476,5
<b>Outras Atividades</b>	2.809,5	1.804,6
<b>Total</b>	1.913,8	1.383,7

Fonte: IBGE/PNAD  
Elaboração: IPEA/DISOC

Esses dados ilustram de maneira bastante contundente as barreiras que as mulheres encontram para a inserção feminina no mercado de trabalho, os diferenciais de rendimento e os obstáculos quanto a ascensão profissional. Cruzando esses dados com a variável racial o quadro de desigualdade se agrava ainda mais como se pode observar na Tabela 4. Tais dados permitem perceber que os rendimentos das mulheres negras são ainda menores do que o das mulheres brancas o que as torna ainda mais vulneráveis a viver em condições de precariedade econômica. Desse modo é possível que a interação entre sexo e raça tenha papel importante na operação dos mecanismos de produção e reprodução da desigualdade e explicita as razões pelas quais as questões de gênero e raça ainda precisam continuar sendo discutidas e enfrentadas no dia a dia do debate político e na agenda de políticas públicas.

Tabela 4 - Rendimento Médio Mensal no Trabalho Principal da População Ocupada de 16 anos ou mais de idade, por sexo e raça-2015-valores em Reais

Setor de Atividade	BRANCOS		NEGROS	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Administração Pública	4.134,0	3.331,5	2.837,5	2.147,3
Agrícola	1.375,1	429,7	631,0	135,9
Comércio	2.171,2	1.428,1	1.403,7	996,1
Indústria	2.529,1	1.521,0	1.683,0	927,4
Construção Civil	1.969,7	2.776,7	1.318,1	1.589,4
Serviços Auxiliares	2.146,2	1.448,7	1.524,4	991,2
Serviços Sociais	3.655,9	1.854,5	1.999,3	1.148,4
Outras Atividades	3.602,6	2.261,3	1.868,0	1.246,9
<b>Total</b>	<b>2.509,7</b>	<b>1.765,0</b>	<b>1.434,1</b>	<b>1.027,5</b>

Fonte: IBGE/PNAD  
Elaboração: IPEA/DISOC

Ainda no que se refere às desvantagens experimentadas pelas mulheres é importante colocar aquelas vivenciadas nos processos participativos, quanto a participação no processo decisório destaca-se a assimetria da participação das mulheres em fóruns de discussão tais como o Orçamento Participativo. Ribeiro (2007) em estudo do Orçamento Participativo em Belo Horizonte aponta diferenças na participação de homens e mulheres nesse fórum deliberativo e discute alguns pontos relacionados a essa diferença. A principal diferença encontrada pela autora diz respeito aos entraves que as mulheres encontram para participar das discussões em razão principalmente da dupla ou até tripla jornada de trabalho dentro e fora de casa.

Esse conjunto de argumentos relacionados a posição desvantajosa das mulheres na hierarquia social são mobilizados para ilustrar e caracterizar o fenômeno denominado de feminização da pobreza. Medeiros e Costa (2008, p.1) ao discutir esse fenômeno o definem como:

[...] um aumento na diferença de níveis de pobreza entre as mulheres e os homens, ou por um lado, entre os domicílios chefiados por mulheres, e, por outro lado, aqueles chefiados por homens ou casais. O termo também pode ser usado para significar um aumento da pobreza devido às desigualdades entre homens e mulheres, embora preferamos chamar a isto a feminização das causas da pobreza. (MEDEIROS; COSTA, 2008, p.1)

Em linhas gerais, os estudos que trabalham com a categoria feminização da pobreza destacam, principalmente, a fragilidade socioeconômica enfrentada pelas mulheres e as repercussões dessa vulnerabilidade no contexto da chefia feminina do domicílio. Diante

desse cenário, Macedo (2008) advoga pela necessidade de que as análises que trabalham com essa categoria evitam leituras generalizadas da realidade que acabam por reforçar estereótipos, alimentar preconceitos quanto a capacidade feminina e estigmatizar arranjos familiares cuja mulher ocupa o papel de provedora principal. É necessária uma leitura crítica desse fenômeno que é interdependente de outras questões tais como classe, idade, raça e as respostas de políticas públicas dadas a essas questões.

Um dos argumentos contrários a essa noção de feminização da pobreza destacam que essa categoria está apoiada apenas na perspectiva monetária do fenômeno e na capacidade de produzir renda e assim não se atentando aos processos de alocação do dinheiro dentro dos domicílios chefiados por mulheres e a maneira como esses recursos são empregados para o bem-estar da unidade doméstica. Assim focar a análise apenas no montante recebido é limitado, pois essa perspectiva é insuficiente para responder como esses valores são alocados, como destacam:

[...] alguns estudos sobre famílias das classes trabalhadoras há diferenças nas prioridades de alocação de recursos entre os chefes de diferentes sexos, sendo que a chefia feminina é muito mais democrática em relação às necessidades do conjunto de seu grupo doméstico. (MACEDO, 1998, p.399)

Nessa mesma perspectiva é importante acrescentar o trabalho de Sorj e Fontes (2008) que se dedicou a analisar o bem-estar de crianças no interior das famílias monoparentais femininas. Tal estudo identifica que nesses arranjos familiares, mesmo constatando a renda *per capita* inferior a outros arranjos, as mulheres conseguem prover melhores condições de vida ao agregado familiar quando se observa as condições de moradia, o acesso a bens tecnológico e de consumo duráveis e educação para as crianças. Conclui-se pelo estudo que mesmo diante de condições monetárias mais desfavoráveis a chefia feminina do domicílio traduziu-se em maior bem-estar na família dado a preocupação dessas mulheres em não só suprir as necessidades básicas, mas também se esforçar para a aquisição de bens para o conforto doméstico tais como geladeira, máquina de lavar e televisão por exemplo.

Neste trabalho, concentrado na amostra de chefes de família e cônjuges, utilizamos a variável “HOMENS”, uma variável binária onde (1) representa o sexo masculino e (0) o sexo feminino.

#### 4.5.5 Bem-estar físico e mental

A saúde, tanto física como mental, é entendida como uma dimensão fundamental do bem-estar dos indivíduos. A coleta de informações para investigar essa dimensão pode ser feita de diferentes maneiras através de questões que tratem tanto da condição objetiva de saúde dos indivíduos através de perguntas que busquem levantar a existência de doenças (físicas ou mentais) ou consequências dessas, mas também questionar acerca da percepção dos indivíduos acerca da sua condição de saúde.

A Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade apresenta um conjunto amplo de variáveis relacionadas a saúde cobrindo tanto a identificação de patologias específicas tais como asma e problemas de coluna por exemplo, passando por questões que indagam acerca de limitações de saúde dos entrevistados para realizar atividades do cotidiano assim como variáveis sobre percepções do indivíduo acerca da sua condição de saúde.

Desse conjunto de variáveis relacionadas a saúde, disponíveis na base de dados, foram selecionadas para a análise algumas delas que são apresentadas no Quadro 3. Essa seleção toma como base a revisão teórica feita anteriormente assim como as análises descritivas das variáveis e a correlação entre elas bem como a confiabilidade da relação (medida pelo *Alpha de Crombach*).

Quadro 3- Variáveis que compõem o bem-estar físico e mental

<b>Bem-estar físico</b>	
<b>Questões</b>	<b>Opções de resposta</b>
“Eu costumo adoecer um pouco mais facilmente que as outras pessoas” - O quão verdadeira ou falsa essa informação é para você?	Definitivamente verdadeira A maioria das vezes verdadeira A maioria das vezes falsa Definitivamente falsa
“Eu sou tão saudável quanto qualquer outra pessoa que eu conheço” - O quão verdadeira ou falsa essa informação é para você?	Definitivamente verdadeira A maioria das vezes verdadeira A maioria das vezes falsa Definitivamente falsa
“Minha saúde é excelente”- O quão verdadeira ou falsa é cada uma das seguintes informações para você?	Definitivamente verdadeira A maioria das vezes verdadeira A maioria das vezes falsa Definitivamente falsa

Continua

Em resumo, você diria que sua saúde	Muito boa Boa Razoável Ruim Muito ruim
<b>Bem-estar mental</b>	
<b>Questões</b>	<b>Opções de resposta</b>
Se sente cheio de vida	Sempre A maior parte do tempo Alguma parte do tempo Uma pequena parte do tempo Nunca
Com muita energia	
Feliz	
Se sente tão deprimido(a) que nada podia animá-lo(a)	
Se sente desanimado(a) e deprimido(a)?	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

Para a modelagem de equações estruturais essas questões (Quadro 3) foram tratadas por meio da técnica de análise fatorial com vistas a tornar possível a captação dos construtos latentes a essas variáveis. Devido ao seu caráter categórico, antes de empregar a análise fatorial construímos uma matriz de correlações polichórica para determinar as relações entre cada grupo de variáveis. Essa matriz e outras medidas relacionadas estão detalhadas no apêndice. Essas variáveis foram reduzidas a dois fatores, um que descreve a percepção de bem-estar mental dos indivíduos e a outra que descreve a percepção de bem-estar mental.

Segundo King (2001, p.682) a função primordial das diversas técnicas de análise fatorial é reduzir um grande número de variáveis a um número menor de fatores. A análise fatorial é o método que permite investigar a dependência de um conjunto de variáveis manifestas em relação a um número menor de variáveis (MORAES, ABIKO, 2006).

Para as regressões e a análise de correspondência, foram construídos índices categóricos para essas variáveis. Para o bem estar mental selecionamos apenas a variável “se sente desanimado e deprimido” (P509C), dividida em 3 categorias: alta, média e baixa saúde mental, onde (3) agrega as categorias “se sente deprimido sempre ou a maior parte

do tempo”, (2) corresponde a “alguma parte do tempo” e (1) a “uma pequena parte do tempo ou nunca”. A regressão multinomial logística foi utilizada para analisar a saúde mental enquanto variável-resposta nos nossos modelos.

Já o bem estar físico foi construído como uma variável binária agregando as categorias “definitivamente verdadeira” e “a maioria das vezes verdadeira”, bem como a categoria intermediária “razoável” para todas as respostas positivas em relação à percepção de saúde física descritas acima exceto a primeira, que agregou as categorias “definitivamente falsa” e “na maioria das vezes falsa”, e atribuindo o valor (0), e atribuindo o valor de (1) às demais categorias. Ficamos, então, com uma variável binária onde 1 representa “falta de saúde” na percepção dos indivíduos. Essa variável foi utilizada como variável-resposta para a regressão logística.

#### 4.5.6 Satisfação com a vida

A satisfação em diferentes domínios da vida é considerada uma dimensão fundamental, pois seria o resultado da interpretação que o indivíduo faz das suas condições de vida. Essa interpretação afetaria assim a maneira com que os indivíduos se relacionam e por isso deve ser considerada para a compreensão dos processos associados a pobreza e ao isolamento social.

A satisfação pode ser medida de maneira mais ampla através de perguntas mais gerais que buscam captar como o indivíduo avalia a sua vida como um todo ou mais específica focando na satisfação nos relacionamentos pessoais tais como com a família, cônjuge/companheiro e filhos, amigos ou colegas de trabalho e até com a comunidade em que estão inseridos. Apesar dessas possibilidades a base de dados utilizada nesse trabalho não disponibiliza perguntas detalhadas acerca da satisfação dos indivíduos nos diferentes domínios da vida, mas uma pergunta mais geral sobre satisfação como se pode observar no Quadro 4. Essa pergunta solicita ao entrevistado que avalie a sua vida hoje e atribua a ela uma nota de 1 a 10 em que 1 significa “levo hoje a pior vida possível” e 10 representa “levo hoje a melhor vida possível”.

Quadro 4 - Questão relativa à satisfação com a vida

Pergunta	Opções de resposta
<p>Agora vamos falar um pouco da sua vida hoje. Pensando numa escala de 1 a 10, onde 1 representa “levo hoje a pior vida possível” e 10 representa “levo hoje a melhor vida possível”, que nota você daria para a sua vida hoje em dia?</p>	<p>Nota 01 Nota 02 Nota 03 Nota 04 Nota 05 Nota 06 Nota 07 Nota 08 Nota 09 Nota 10</p>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

A variável “falta de satisfação com a vida” foi obtida invertendo esse índice. Para a análise de regressão, ela foi utilizada como variável resposta utilizando o modelo logístico ordenado (*ordinal logistic*) da mesma forma que Ribeiro (2015).

#### 4.5.7 Necessidades básicas insatisfeitas

A perspectiva de necessidades básicas insatisfeitas foi operacionalizada por meio de variáveis que basicamente descrevem as condições de infraestrutura do domicílio. Como é possível observar pela análise do Quadro 5 são consideradas questões tais como material predominante nas paredes externas, formas de iluminação, forma de abastecimento e acesso à água assim como outras dimensões relacionadas a saneamento básico tais como tipo de escoadouro sanitário e destino do lixo do domicílio. Assim como as medidas de bem-estar físico e mental, para a modelagem de equações estruturais a medida de necessidades básicas foi criada por análise fatorial através de uma matriz de correlação policórica, considerando todas as variáveis explicitadas no Quadro 5. As variáveis que compõem a medida de necessidades básicas insatisfeitas foram recategorizada de modo que a **polaridade do fator fosse quanto maior, pior, ou seja, quanto maior o score “mais pobre”** segundo a abordagem das necessidades básicas insatisfeitas é o indivíduo.

Quadro 5 - Questões relativas à perspectiva de necessidades básicas insatisfeitas

Questões	Opções de resposta
Que material predomina nas paredes externas?	Alvenaria Madeira aparelhada Tijolo sem revestimento Taipa não revestida Madeira aproveitada
Existe água canalizada dentro desse domicílio?	Sim Não
Qual a principal forma de abastecimento de água no domicílio?	Rede geral Poço na propriedade Bica pública Poço fora da propriedade Carro pipa Outra forma
Qual o principal tipo de escoadouro sanitário existe no domicílio?	Rede coletora de esgoto Fossa séptica Fossa rudimentar Vala Rio, lago ou mar Não tem
Qual o principal tipo de iluminação do domicílio?	Elétrica Gerador Lampião Vela Não tem
Qual o principal destino do lixo do domicílio?	Coletado Queimado ou enterrado Jogado em terreno baldio Jogado em rio, lagoa etc. Jogado em caçamba

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

Para as análises de regressão logística e para fins de comparação com a seleção entre pobres e não pobres da linha de renda, foi criada também uma medida binária de necessidades básicas insatisfeitas. Após vários testes a medida que melhor se ajustou aos dados foi a que seleciona como pobres o último quartil da distribuição do fator de necessidades básicas insatisfeitas, lembrando que então (1) corresponde aos pobres e (0) aos não pobres.

#### 4.5.7 Pobreza multidimensional

A perspectiva de pobreza multidimensional também foi operacionalizada via análise fatorial com a matriz policórica, que criou uma medida baseada nas mesmas

questões contidas na abordagem de necessidades básicas insatisfeitas com acréscimo de informações relativas à posse de bens materiais no domicílio (medida de conforto) e também aos anos de escolaridade. Assim como ocorreu para a medida de necessidades básicas insatisfeitas **a polaridade do fator é quanto maior, pior, ou seja, quanto maior o valor do score “mais multidimensionalmente pobre” é o indivíduo**. Da mesma forma, a medida binária de pobreza multidimensional foi criada selecionando-se o último quartil da distribuição do fator e atribuindo aos indivíduos pertencentes a este o valor (1), e 0 para os demais. Medidas mais conservadoras retornaram resultados menos expressivos, justificando essa escolha. A distribuição dos fatores e as medidas de correlação e confiabilidade foram apresentadas no apêndice.

Quadro 6 - Questões relativas à perspectiva da pobreza multidimensional

Questões	Opções de resposta
Que material predomina nas paredes externas?	Alvenaria Madeira aparelhada Tijolo sem revestimento Taipa não revestida Madeira aproveitada
Existe água canalizada dentro desse domicílio?	Sim Não
Qual a principal forma de abastecimento de água no domicílio?	Rede geral Poço na propriedade Bica pública Poço fora da propriedade Carro pipa Outra forma
Qual o principal tipo de escoadouro sanitário existe no domicílio?	Rede coletora de esgoto Fossa séptica Fossa rudimentar Vala Rio, lago ou mar Não tem
Qual o principal tipo de iluminação do domicílio?	Elétrica Gerador Lampião Vela Não tem
Qual o principal destino do lixo do domicílio?	Coletado Queimado ou enterrado Jogado em terreno baldio Jogado em rio, lagoa etc. Jogado em caçamba

Continua

Anos de escolaridade	0 a 7 anos 8 anos 9 a 11 anos 12 anos ou mais
Fogão a gás	Sim Não
Televisão em cores	
Rádio (exceto do automóvel)	
Geladeira	
Automóvel-exclusivamente passeio	
Moto	
Microcomputador	
Telefone fixo	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

Quanto à descrição da medida de pobreza multidimensional, é importante destacar que esse fator é composto pelas mesmas variáveis da medida de necessidades básicas acrescidas de duas outras, a saber: educação e posse de bens. A dimensão educacional foi mensurada através de uma variável que capturou o número de anos de estudos do entrevistado e foi categorizada em 6 pontos na seguinte sequência: 0 a 3 anos de estudo; 4 anos; 5 a 7 anos; 8 anos; 9 a 11 anos e 12 anos de estudos.

A dimensão da posse de bens foi desenvolvida a partir de perguntas que inventariavam a presença ou não de alguns bens no domicílio, são eles; fogão a gás, televisão em cores, rádio (exceto do automóvel), geladeira, automóvel (exclusivamente de passeio), moto, microcomputador e telefone fixo.

O quadro 7 abaixo descreve a polaridade dos fatores utilizados nos modelos de equação estrutural e na construção de algumas das variáveis binárias:

Quadro 7 – Polaridade das medidas

Variável (Fator)	Polaridade	Consequência
Necessidades Básicas Insatisfeitas)	Maior pior	Mais necessidades básicas insatisfeitas
Pobreza Multidimensional	Maior pior	Maior pobreza multidimensional
Bem-Estar Mental	Maior pior	Menos bem-estar mental
Bem-Estar Físico	Maior pior	Menos bem-estar físico
P136-Satisfação com a vida	Maior pior	Menor satisfação com a vida

Fonte: Elaboração própria.

## 4.6 Descrição das Técnicas de análise

### 4.6.1 Regressões logísticas

Os modelos de regressão logística seguem a mesma lógica da regressão simples, mas ao invés de uma variável resposta contínua eles possuem uma variável resposta binária que assume os valores de (0) e (1), sendo que 1 indica a ocorrência de um evento específico e 0 indica o total de tentativas possíveis. Modelamos as probabilidades de sucesso do evento através de uma função logística. O modelo assume linearidade entre as variáveis independentes, e modela a probabilidade de  $P = 1$  (sucesso) sobre a probabilidade de  $(1-P)$ , fracasso. Portanto, o modelo toma a forma de um  $\log\text{Odds} = P/1-P = B_0 + B_1X_1 + B_2X_2 + B_iX_i$ . A interpretação é facilitada pelo cálculo das razões de chance, que representa as chances de sucesso sobre as chances de fracasso e pode ser obtida exponenciando-se os logitos B resultantes da equação.

As modelagens logísticas permitem o uso de mais de duas categorias na variável resposta, sempre acessando a probabilidade de ocorrência de uma das categorias sobre o número de eventos possível. Assim, além da regressão logística tradicional utilizada com a variável resposta binária “saúde” (ou ausência de), utilizamos também a regressão multinomial logística para a variável resposta “saúde mental” (ou ausência de), com três categorias, onde a probabilidade de cada categoria é acessada sobre a probabilidade de zero separadamente, e um modelo de logitos ordenados para a variável resposta “bem estar” (ou ausência de), onde as respostas são calculadas como uma combinação linear de diversas probabilidades da ocorrência de cada categoria da escala, assumindo que o salto

probabilístico dado de uma categoria para outra é o mesmo e que estas são uma sequência ordenada. O modelo do logito ordenado é estimado usando a máxima verossimilhança e mínimos quadrados iterativos, reponderados a partir das probabilidades. Além dos resultados, interpretados da mesma forma que uma regressão linear utilizando mínimos quadrados, o modelo fornece “parâmetros auxiliares” que correspondem às probabilidades de passar de uma categoria para outra na escala.

Além das regressões, que utilizam as variáveis categóricas que criamos, optamos por realizar modelos de regressão com todas as variáveis resposta ao mesmo tempo, levando em consideração que o “bem-estar” é um construto constituído pela combinação da satisfação com a vida, a saúde física e a mental. Assim, construímos modelos estruturais com mais de uma variável resposta e utilizamos aí os fatores contínuos a fim de verificar o efeito de variações dos indivíduos em um *contínuum* baseado em determinada definição de pobreza (um modelo para cada uma) sobre o efeito líquido de cada subdivisão de bem estar desenvolvida aqui. A próxima seção descreve a lógica dos modelos de equação estrutural utilizados.

#### 4.6.2 Modelagem de equações estruturais

Segundo Kline (1998) a MEE permite avançar em relação a análise de regressão pois, diferente dessa, permite que sejam contempladas as diversas relações possíveis entre variáveis e construtos sejam eles dependentes ou independentes. Nesse mesmo sentido, destaca que uma das vantagens da MEE é que ela permite que em um mesmo modelo sejam consideradas não só diferentes variáveis independentes, mas também mais de uma variável dependente.

Codes (2005, p. 165) aponta que a MEE apresenta um avanço em relação ao método de regressão também em razão da MEE possibilitar a análise de questões sociais de maneira mais ampla e flexível permitindo que as relações entre as diferentes dimensões fossem representadas de maneira gráfica sendo possível distinguir entre os efeitos diretos e indiretos. Os diagramas possibilitados pela MEE “mostram-se como dispositivos eficientes para ilustrar as diversas relações simultâneas estabelecidas entre as variáveis, além de sumarizar os resultados das análises”.

A grande vantagem da MEE é que ela possibilita a construção de modelos de análise que refletem a associação entre variáveis e conceitos tal qual como postulados e

descritos na teoria. É importante ressaltar que essa vantagem impõe ao pesquisador que opta por lançar mão dessa ferramenta a responsabilidade extra de se aprofundar não só nas acepções mais gerais do arcabouço teórico a ser testado, mas também um conhecimento aprofundado acerca das relações entre as variáveis e dimensões que são colocadas de forma abstrata em uma dada construção teórica. A MEE possibilita que um modelo teórico hipotético seja testado empiricamente, mas pressupõe conhecimento aprofundado acerca da dinâmica das relações entre as diferentes dimensões e variáveis que compõem esse modelo hipotético.

Na mesma direção, Bollen (1989, p.4 ) destaca que um dos principais potenciais da MEE é a possibilidade de incluir conceitos abstratos na modelagem através da “síntese conceitual da variável latente e o estabelecimento de relações estruturais entre os construtos teóricos”. Nesse aspecto, Hair Jr. *et al.* (1995, 1998) afirmam que a MEE se caracteriza por ser um método de análise confirmatória que é orientado mais pela teoria do que pelos resultados empíricos.

É importante destacar também que, dadas as suas características, a MEE consegue superar algumas limitações da análise de regressão apresentadas anteriormente, a saber: multicolinearidade e também os problemas gerados pela inserção de variáveis intervenientes na modelagem. A questão da multicolinearidade é superada em razão da MEE possibilitar que se calcule as correlações entre as variáveis que compõem o modelo ao passo que, por ser capaz de distinguir os resultados gerados em efeitos diretos e indiretos a MEE contorna a limitação referente a inclusão de variáveis mediadoras na modelagem.

Neves (2018) sintetiza as razões pelas quais a modelagem de equações estruturais se apresenta como uma técnica vantajosa justificando também porque essa técnica de análise ganhou espaço entre os estudiosos da área de Ciências Humanas e Sociais. A primeira vantagem é permitir que o pesquisador trabalhe ao mesmo tempo com estimação e mensuração, a segunda diz respeito a capacidade da MEE em estimar não apenas os efeitos diretos, mas também os indiretos das variáveis independentes sobre as variáveis dependentes. Uma terceira vantagem diz respeito ao fato de que a modelagem de equações estruturais é bastante robusta mesmo frente ao relaxamento de pressupostos *vis a vis* ao modelo de regressão de mínimos quadrados, por exemplo. A possibilidade de estruturar as relações testadas no modelo teórico de maneira gráfica também é uma vantagem

interessante dessa técnica de análise dado que essa interface gráfica simplifica a compreensão dos resultados.

Codes (2005) conclui baseada em Byrne (1994) que um dos motivos que coloca a MEE como tendo um papel fundamental como ferramenta metodológica para o desenvolvimento de estudos sociais diz respeito ao fato de que o campo da análise social lida com um conjunto amplo de teorias baseadas em conceitos abstratos que, muitas das vezes não são passíveis de mensuração de direta, e com a MEE é possível desenvolver essas medidas através de construtos ou variáveis latentes. A dimensão da análise fatorial que caracteriza a modelagem de equações estruturais dá a ela essa capacidade de desenvolver e lidar com as variáveis latentes. Ao passo que a presença do componente ligado a análise de regressão na MEE permite que sejam trabalhadas as relações entre as variáveis que compõem o modelo.

Em linhas gerais, Codes (2005, p.167) define a modelagem de equações estruturais (MEE) como um “método de modelagem estatística mais abrangente que combina a análise fatorial com a análise de regressão”. Nessa mesma linha, Neves (2018) define a modelagem de equações estruturais (MEE) como uma técnica de modelagem estatística multivariada de caráter geral que se caracteriza por uma combinação de análise fatorial e regressão (ou a ampliação dessas para a análise de trajetórias ou caminhos).

A modelagem de equações estruturais fornece uma estrutura muito geral e conveniente para análises estatísticas que incluem vários procedimentos multivariados tradicionais, em particular, análise fatorial, análise de regressão, análise discriminante e correlação canônica, como casos especiais. Os modelos de equações estruturais são, na maioria das vezes, visualizados por um diagrama de trajetórias. (NEVES, 2018, p.7)

A modelagem de equações estruturais (MEE) é considerada uma técnica relativamente nova de análise de dados cujas raízes remontam o ano de 1918 a partir do trabalho do geneticista Sewal Wright que desenvolveu estudo pioneiro sobre a técnica de análise de trajetórias que sedimentou caminho para o posterior estabelecimento da MEE.

O avanço da técnica de análise de trajetórias<sup>7</sup> é fundamental para o desenvolvimento da modelagem de equações estruturais, pois ela trata de problemas de dependência entre variáveis e evolui para lidar com mais de uma equação de regressão

---

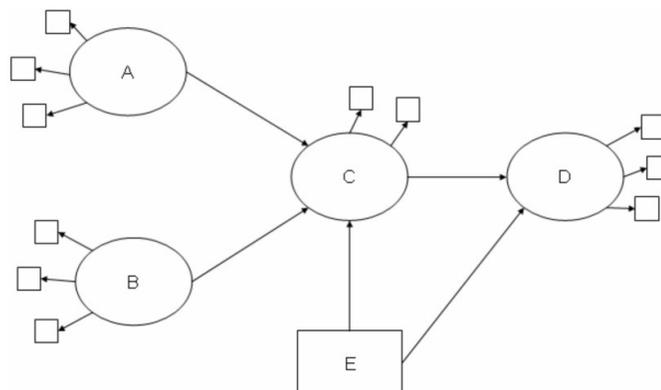
<sup>7</sup>“A análise de trajetórias ou de caminhos é uma extensão da análise de regressão linear de mínimos quadrados. Essa extensão permite a decomposição de efeitos estatísticos entre: efeito direto e efeitos indiretos” (NEVES, 2008, p. 7)

através de um diagrama de trajetórias que, que representa as associações entre variáveis observáveis, estimando lhes os coeficientes. O aprofundamento e aprimoramento das propriedades da análise de trajetórias permitiu a criação da MEE (TURNER; STEVENS, 1971 *apud* CODES (2005)).

Caracterizada por sua capacidade em especificar, estimar e testar relações entre um grupo de variáveis, a MEE permite também a inclusão de conceitos sociais abstratos que são incorporados ao modelo como construtos ou variáveis latentes criadas a partir das variáveis observáveis (KLINE, 1998; BENTLER, WU, 2002). Essa característica faz com que essa abordagem metodológica seja especialmente adequada para trabalhos que se dedicam à compreensão de fenômenos sociais complexos e que envolvem conceitos teóricos abstratos que não são passíveis de observação diretamente, mas podem ser mensurados por construtos ou variáveis latentes compostas por um conjunto de variáveis observáveis.

A análise da Figura 9 permite identificar uma outra característica da MEE qual seja, a possibilidade que se analise diversas relações de dependência entre variáveis, inclusive é possível, em um mesmo modelo, que uma variável seja dependente em uma equação e independente em outra. Na Figura 9 é possível perceber que o construto C atua como variável independente na determinação de D e ao mesmo tempo em que exerce o papel de variável dependente em outra equação, em que é função de A, B e E (CODES, 2005).

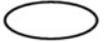
Figura 9 - Esquema ilustrativo sobre relações estabelecidas em Modelo de Equações Estruturais



Fonte: Codes, 2005 p.166.

É importante incluir aqui as convenções utilizadas pela modelagem de equações estruturais para ilustrar as relações que estão sendo testadas no modelo (FIGURA 10). A compreensão correta do significado de cada uma dessas convenções é fundamental para a análise das hipóteses teóricas colocadas pelo o modelo.

Figura 10 - Elementos gráficos básicos utilizados na modelagem de equações estruturais e seus significados

Descrição	Elemento básico
Variável latente ou construto	
Variável observada ou indicadora	
Relação causal direta ou direcional entre duas variáveis	
Relação não recursiva ou não direcional entre duas variáveis	
Correlação entre duas variáveis	
Relação entre duas variáveis latentes	
Relação entre uma variável observada e uma variável latente	
Erro de mensuração na variável observada	
Erro na predição da variável latente	

Fonte: Amorim *et. al* (2012, p.12)

A modelagem de equações estruturais completa é composta por duas partes distintas, ou dois submodelos: o modelo de mensuração e o modelo causal. Pelo submodelo de mensuração busca-se desenvolver construtos latentes a partir de variáveis observáveis, esse submodelo se utiliza da análise fatorial confirmatória que determina a maneira pela qual duas ou mais variáveis observadas irão convergir para formatar um construto. O submodelo causal ou estrutural por seu turno se dedica aos procedimentos de “especificação e estimação das associações das variáveis latentes entre si ou com outras observáveis, descrevendo seus efeitos e intensidades” (CODES, 2005, p.168). Apesar de termos testado o modelo de especificação/mensuração dentro do próprio modelo estrutural para produzir fatores latentes para os construtos analisados, optamos afinal por utilizar, dada a natureza categórica de todas as variáveis, fatores construídos exogenamente a partir da matriz de correlações policórica.

A modelagem de equações estruturais é reconhecida por ser uma técnica muito mais confirmatória do que exploratória, ou seja, se presta mais a permitir que o pesquisador determine a validade de um modelo teórico frente a um conjunto de dados observados. (NEVES, 2018; HOX, BECHGER, 1998; RIGDON, 2009). Nesses termos:

Os modelos SEM, num sentido amplo, representam a interpretação de uma série de relações hipotéticas de causa-efeito entre variáveis para uma composição de hipóteses, que considera os padrões de dependência estatística. Os relacionamentos dentro desta composição, são descritos pela magnitude do efeito (direto ou indireto) que as variáveis independentes (observadas ou latentes) têm nas variáveis dependentes (observadas ou latentes) (HERSHBERGER, MARCOULIDES, PARRAMORE, 2003 *apud* CAMPANA, SILVA, 2009).

Apesar da sua característica confirmatória, Neves (2018) explicita que a modelagem de equações estruturais pode ser utilizada de três diferentes formas, a saber: I- abordagem estritamente confirmatória (AEC); II- abordagem de desenvolvimento de modelos alternativos (AMA) e III- abordagem de desenvolvimento de modelos (ADM). Cabe aqui distinguir cada uma dessas abordagens como bem sumarizado em Neves (2018):

- I. Abordagem estritamente confirmatória (AEC), na qual se testa um modelo teórico previamente especificado, concluindo-se por sua aceitação ou refutação.
- II. Abordagem de modelos alternativos (AMA), na qual se faz uma análise comparativa da qualidade de ajuste de dois ou mais modelos teóricos previamente especificados.
- III. Abordagem de desenvolvimento de modelos (ADM), na qual há um primeiro passo semelhante à AEC, porém, no caso da refutação do modelo especificado, se parte para a busca de um modelo com melhor qualidade de ajuste, em geral mais parcimonioso do que o modelo original. (NEVES, 2018, p.8-9)

Assim como outros métodos de análise de dados quantitativos, a modelagem de equações estruturais demanda a realização de testes de ajuste que sejam capazes de informar acerca da qualidade e consistência dos resultados encontrados.

A proposta central da MEE é que se construam modelos que possam refletir as associações entre conceitos, tais como descritas pela teoria. Como se viu, essas associações são representadas nos modelos por uma série de relações estruturais, semelhantes às equações de regressão. Para sustentar tal construção, o procedimento metodológico consiste em elaborar e testar um modelo hipotético, que espelhe aquelas disposições teóricas. Esse teste constitui na aplicação de um procedimento estatístico que analisa o sistema de variáveis simultaneamente, com a intenção de que se determine em que medida aquelas postulações que conformam o modelo são consistentes com os dados. Se o ajuste do modelo for considerado adequado, admite-se a plausibilidade das relações supostas entre variáveis; se for inadequado, a postulação de tais relações é rejeitada (BYRNE, 1994 *apud* CODES, 2005, p. 169)

Codes (2005) informa a existência de farta literatura que discute o repertório de possibilidades de índices de ajuste para modelagem de equações estruturais, mas explicita a opção por tratar de apenas alguns deles em razão de tais serem os mais amplamente

utilizados, testados e validados em especial como instrumento para a análise de questões sociais, orientação essa que também será seguida aqui.

Neves (2018, p. 16) define a qualidade do ajuste como “medida que indica o quão bem um modelo especificado replica a matriz de covariância entre as variáveis observadas”. Inicialmente, estimam-se os parâmetros do modelo para em seguida comparar sua matriz de covariância<sup>8</sup> com aquela do modelo nulo que é aquele que assume não existir nenhum tipo de relação entre as variáveis. Se as matrizes se aproximarem, ou seja, se forem consistentes entre si, compreendem-se que as relações hipotetizadas no modelo em teste guardam proximidade com a realidade e assim tal modelo pode ser considerado uma explicação plausível para a mesma.

Em suma, esses testes de ajuste consistem no cálculo da diferença entre as matrizes de covariância seguida pela análise dos resíduos existente entre elas, busca-se nessa análise que não haja diferença, ou seja, que os resíduos sejam o mais próximo de zero quanto possível. Entretanto, esse tipo de teste é baseado no modelo de qui-quadrado que apresenta a limitação de ser altamente dependente do tamanho da amostra (trabalhando com grandes amostras o valor de qui-quadrado tende a ser alto (CODES, 2005 p.171).

Nessa discussão, Pilati e Laros (2007) compilam, utilizando a categorização feita por Ullman (2007), um conjunto de testes que podem ser mobilizados pelo pesquisador para analisar o ajuste feito pela modelagem de equações estruturais.

A classificação feita por Ullman (2007) contém cinco categorias, a primeira dessas é chamada de medidas comparativas e opera com a lógica de comparação do valor de qui-quadrado de modelos independentes com o valor do qui-quadrado do modelo de teste. Nessa lógica podem ser enquadrados os seguintes índices: NFI (Normed Fit Index), o NNFI (Non-Normed Fit Index), o IFI (Incremental Fit Index) e o CFI (Comparative Fit Index). Para esses índices a literatura que valores entre 0,90 e 0,95 são considerados suficientes e valores superiores a 0,95 indicam que o modelo apresenta um bom ajuste. Nessa mesma classificação é enquadrado o índice conhecido como RMSEA (Root Mean

---

<sup>8</sup> “A covariância é definida como uma medida absoluta do grau em que duas variáveis tendem a mudar juntas. A noção de subjacente a esse conceito é similar à do coeficiente de correlação, já que ambos medem a intensidade da associação entre um par de variáveis. Uma matriz de covariância, por sua vez, é um quadro bidimensional que contém todas as variâncias e covariâncias existentes entre as variáveis de uma base de dados. No caso de um modelo que está sendo testado, sua matriz de covariância consiste no cálculo das relações entre cada uma de suas variáveis observadas e as demais. Por ser baseada em matrizes de covariância como “Análise de Estruturas de Covariância” (HOX; BECHGER, 1998 p. 373 *apud* CODES, 2005, p. 169).

Square Error of Approximation) que trabalha comparando o modelo em teste a um modelo saturado com o mesmo conjunto de dados, essa medida pode ser considerada um índice de “desajuste” do modelo visto que, considera o quão distante o modelo está em relação aos dados em análise. Valores de RMSEA entre 0,90 e 0,95 são considerados suficientes e acima de 0,95 bons.

A segunda categoria de testes é chamada de adequação absoluta e inclui apenas um índice que é denominado MFI e testa o modelo através da relação entre o qui-quadrado do modelo e seus graus de liberdade. Esse teste é considerado absoluto porque não opera com a lógica de comparação de modelos. Pilati e Laros (2007, p. 211)

A proporção da variância explicada é o critério escolhido para agrupar os testes na terceira categoria estruturada por Ullman (2007). Nesse terceiro grupo estão incluídos: o GFI (Goodness of Fit Index) e o AGFI (Adjusted Goodness of Fit Index). Para esses testes valores próximos de 1,0 são buscados para que o modelo seja considerado bem ajustado, Hox e Bechger (1998) defendem que o valor de 0,90 é aceitável e que 0,95 pode ser considerado um bom ajuste.

A quarta categoria é integrada pelos seguintes índices: PGFI (Parsimony Goodness of Fit Index), o AIC (Akaike Information Criterion) e o CAIC (Consistent Akaike Information Criterion) que são medidas que informam acerca da adequação do modelo “por meio de uma relação entre o número de parâmetros estimados e o número de pontos de dados na matriz de covariâncias. Pilati e Laros (2007, p. 212). Segundo Byrne (2001) o AIC e o CAIC possibilitam que dois ou mais modelos sejam comparados e por essa comparação o modelo que apresentar menor valor é considerado o de melhor ajuste.

A quinta categoria identificada por Ullman (2007) agrega aqueles testes de ajuste construídos tendo como base os resíduos, são eles o RMR (Root Mean Square Residual) e sua variação SRMR (Standardized Root Mean Square Residual), como explicam Pilati e Laros (2007):

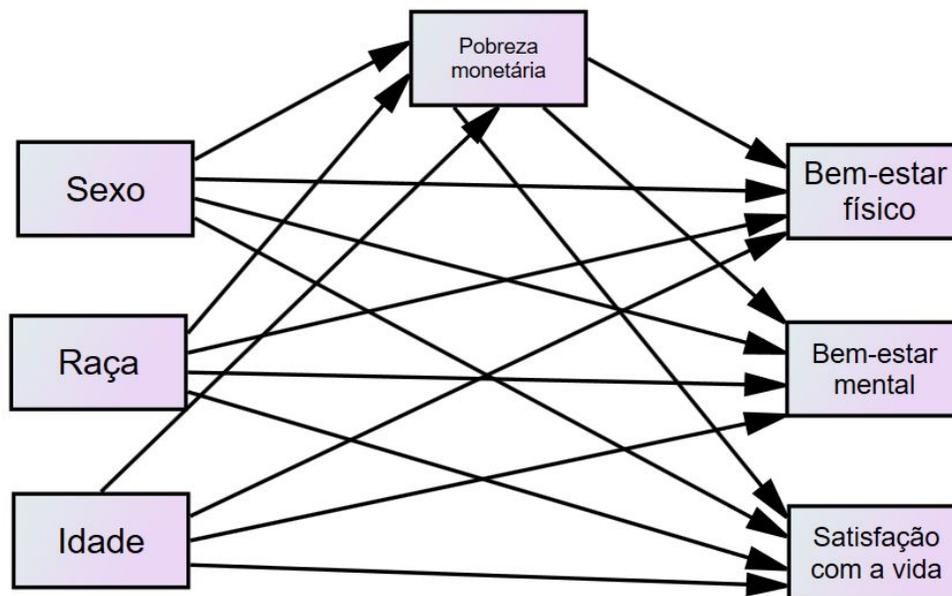
Ambos avaliam a “distância” entre os elementos preditos por meio da estimação dos parâmetros do modelo e os dados observados na matriz de covariâncias. Nesse último caso, esperam-se valores próximos de zero como indicadores de ajuste do modelo. (PILATI; LAROS, 2007, p. 212).

#### 4.6.2.1 Modelos

Considerando a trajetória do pensamento científico em relação a pobreza e as consequências desse processo em termos de mensuração do fenômeno foram

desenvolvidos três modelos de análise que estão descritos ao longo desta seção. Os modelos foram elaborados com dois objetivos básicos: 1-compreender a relação entre pobreza e bem-estar e 2- entender os efeitos da ampliação da concepção de pobreza no bem-estar dos indivíduos.

Figura 11 - Modelo 1- Perspectiva monetária



Fonte: Elaboração própria.

O modelo 1 (Figura 11) busca testar o efeito das variáveis sexo, pobreza/ renda e raça nas medidas de bem-estar físico, bem-estar mental e satisfação com a vida. As variáveis foram recodificadas conforme explicitado abaixo:

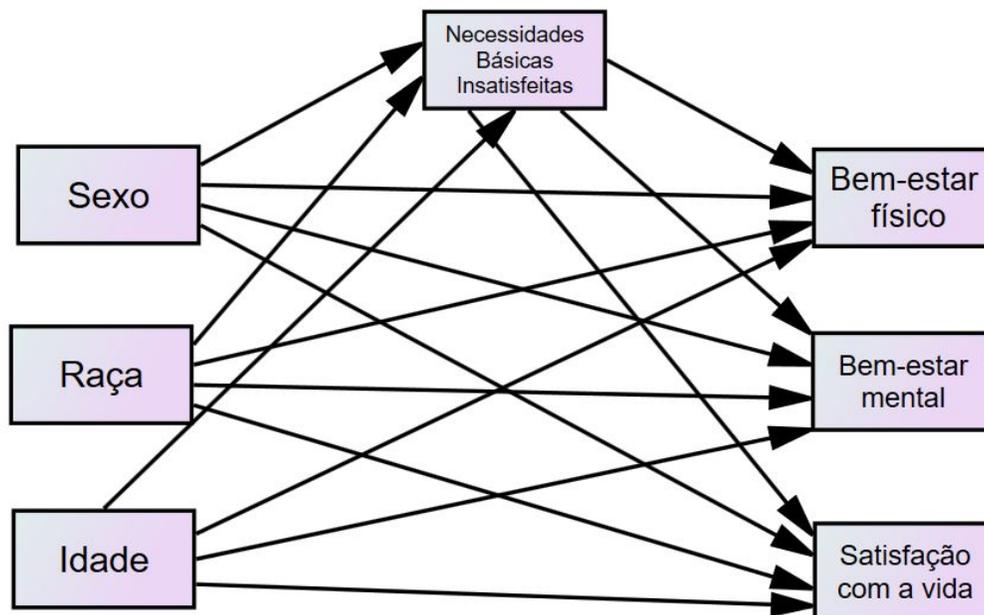
**Sexo:** 1= masculino  
2= feminino

**Pobreza/renda:** 1 = Não Pobres (renda domiciliar per capita  $\geq$  R\$ 123,80<sup>9</sup>)  
2 = Pobres (renda domiciliar per capita < R\$ 123,80)

**Raça:** 1=brancos e amarelos  
2= não brancos (pretos, pardos e indígenas)

<sup>9</sup> Esse valor foi utilizado em razão de ter sido a linha de pobreza definida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada para o Brasil em 2008, mesmo ano de referência da base de dados.

Figura 12 - Modelo 2- Necessidades básicas insatisfeitas



Fonte: Elaboração própria.

O modelo 2 (Figura 12) busca testar o efeito das variáveis sexo, raça e necessidades básicas insatisfeitas nas medidas de bem-estar físico, bem-estar mental e satisfação com a vida. As variáveis sexo, raça e satisfação com a vida foram codificadas conforme explicitado acima e as medidas de bem-estar físico e mental foram descritas anteriormente.

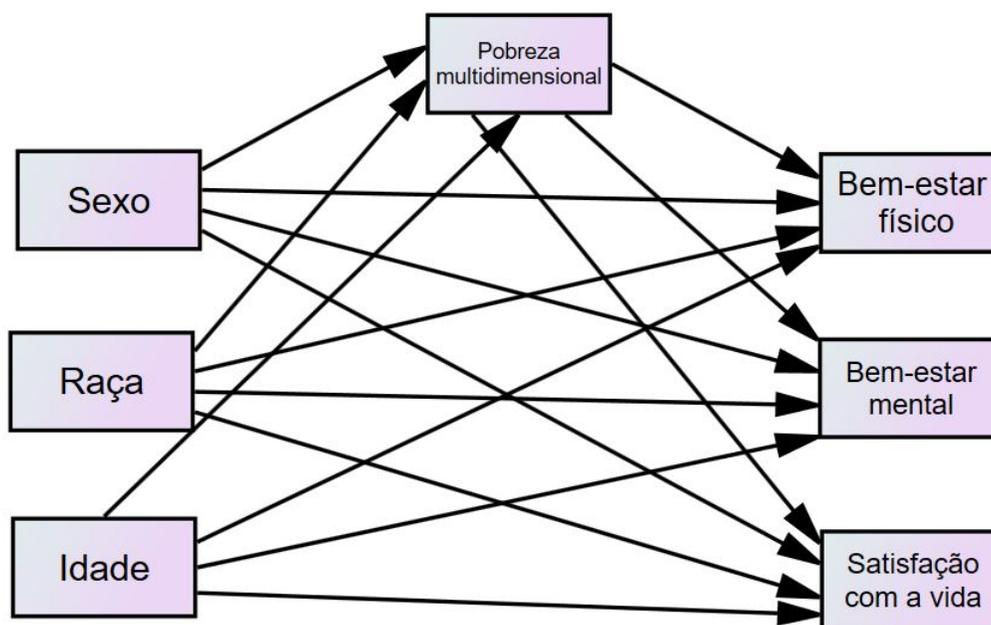
Apesar da medida de necessidades básicas insatisfeitas ter sido apresentada na seção anterior, vale a pena retomar aqui em maior detalhes as variáveis que deram origem ao fator de necessidades básicas insatisfeitas. De um modo geral, as variáveis que deram origem a medida de necessidades básicas insatisfeitas caracterizam as condições de domicílio. A primeira delas é focada em descrever o material que é predominante nas paredes externas do domicílio que pode ser alvenaria, madeira aparelhada, tijolos sem revestimento, taipa não revestida ou pau a pique e madeira aproveitada.

Uma segunda questão se refere ao tipo de iluminação do domicílio que pode ser elétrica, por gerador, com uso de lampião, com vela e até não ter iluminação. Uma terceira questão diz respeito à existência de água canalizada no domicílio, essa questão está

associada a uma outra que investiga a forma de abastecimento de água. Apesar de associadas essas duas questões são distintas visto que essa última é mais específica ao investigar a origem dessa água que pode ser de rede geral, de poço na propriedade, por bica pública, poço fora da propriedade, carro pipa e outra forma.

Um outro grupo de questões estava mais focado em questões tais como escoadouro sanitário e o destino dado ao lixo. No que se refere ao tipo de escoamento sanitário as categorias possíveis foram: rede coletora de esgoto, fossa séptica, fossa rudimentar, vala, rio, lago ou mar e não tem. Quanto a destinação do lixo cinco opções eram dadas ao entrevistador, a saber: coletado, queimado ou enterrado, jogado em terreno baldio, jogado em rio, lagoa etc. e jogado em caçamba.

*Figura 13 -Modelo 3- Pobreza Multidimensional*



Fonte: Elaboração própria.

O terceiro e último modelo 3 (Figura 13) busca testar o efeito das variáveis sexo, raça e pobreza multidimensional nas medidas de bem-estar físico, bem-estar mental e satisfação com a vida. Nas seções anteriores foram mais bem descritas as variáveis sexo, raça e satisfação com a vida assim como os fatores de bem-estar físico, bem-estar mental e de necessidades básicas satisfeitas.

#### 4.6.3 Análise de correspondência

Devido à natureza categórica dos dados, além das regressões logísticas e da análise de equações estruturais, decidimos realizar uma análise mais visual das relações entre as diferentes categorias de análise das variáveis principais utilizando a análise de correspondência, a fim de entender melhor as relações encontradas nos modelos anteriores.

Infantosi *et al* (2014, p.474) define a análise de correspondência como uma técnica que “permite a visualização gráfica das categorias das variáveis em uma tabela de contingência e, assim, verificar o grau de interação entre as mesmas”. Os autores descrevem brevemente a origem da técnica que é atribuída a Fischer (1940) em trabalho que se dedicou a analisar a relação entre a cor dos olhos e tipos de cabelo dos habitantes de uma cidade da costa norte da Escócia.

Segundo Hair *et al.* (2005, p. 34) a “análise de correspondência é uma técnica de interdependência que facilita tanto a redução dimensional da classificação de objetos (p. ex., produtos, pessoas) em um conjunto de atributos quanto o mapeamento perceptual<sup>10</sup> de objetos relativos a esse atributo, ou seja, fornece uma representação multivariada de interdependência para dados não-métricos que não é possível com outros métodos.”

A análise de correspondência é uma técnica de natureza exploratória e descritiva que se propõe a checar associações entre variáveis qualitativas ou variáveis contínuas categorizadas, sendo bastante útil para a análise de dados categóricos, identificação de fatores associados a um determinado fenômeno bem como identificar grupamentos que compartilham dos mesmos fatores. Essa análise é baseada em categorias dispostas em uma tabela de contingência que “deve contar no mínimo três atributos e três casos para derivar um mapa multidimensional” (HAIR *et al.*, 2006, p. 483).

Nesse tipo de análise é possível investigar a associação entre as categorias das variáveis sem que seja preciso estabelecer uma estrutura causal tampouco assumir uma distribuição de probabilidade *a priori* o que a torna interessante para a análise de dados no sentido de uma técnica não inferencial (GREENACRE, 1981).

---

<sup>10</sup> Mapa perceptual: “representação visual de percepções que um respondente tem sobre objetos em duas ou mais dimensões. Geralmente esse mapa tem níveis opostos de dimensões nos extremos dos eixos X e Y, como de “doce” a “azedo” nos extremos do eixo X e de “caro” a “barato” nos extremos do eixo Y. Cada objeto então tem uma posição espacial no mapa perceptual que reflete a similaridade ou preferência relativa a outros objetos no que se refere às dimensões do mapa perceptual”( HAIR *et al.*,2006, p. 483)

Segundo Mota *et al.* (2007) as posições das categorias de cada variável no plano multidimensional podem ser compreendidas como associações, adicionalmente:

Para obter planos que representem a configuração das categorias das variáveis no espaço, calcula-se um conjunto de eixos fatoriais, cada um maximizando uma parcela da variabilidade dos dados. O conjunto desses eixos define o espaço multidimensional e, usualmente, pode-se utilizar uma dimensão perceptível, de até três eixos, para analisar a posição dos pontos no espaço. A importância de cada categoria de variável na construção dos eixos é medida através da contribuição absoluta. A análise da contribuição absoluta das categorias juntamente com a observação da posição dos pontos no gráfico, em relação aos eixos, auxilia a interpretação dos fatores e contribuem para caracterizar os eixos conceitualmente. A contribuição relativa de uma categoria mede o quanto da variabilidade da mesma está sendo explicado pelo eixo". (MOTA *et al.*, 2007, p. 802 *apud* GREENACRE, 1981; CLAUSEN, 1998)

A análise de correspondência pode ser múltipla ou simples, sendo que a múltipla envolve três ou mais variáveis categóricas relacionadas em um espaço perceptual comum e a simples até duas variáveis. Por ser uma técnica de exploração e simplificação da estrutura de variabilidade de dados multivariados, organizados em variáveis categóricas que são dispostas em tabelas cruzadas que levam em consideração medidas de correspondência entre as linhas e colunas da matriz de dados.

O potencial da análise de correspondência de ilustrar no espaço as relações entre variáveis é uma das características ressaltadas por Bertonecelo. Assim como por Hair *et al.* (2006) ao elencar as características da análise de correspondência:

[...] a análise de correspondência pode ser usada com dados nominais (p.ex., contagens de frequência de preferência para objetos em um conjunto de atributos) em vez de avaliações métricas de cada objeto sobre cada atributo. Tal capacidade permite que CA seja usada em muitas situações nas quais as técnicas multivariadas mais tradicionais são inadequadas. Essa análise cria mapas perceptuais em um único passo, onde variáveis e objetos são simultaneamente representados no mapa perceptual com base diretamente na associação de variáveis e objetos. As relações entre objetos e variáveis são a meta explícita da análise de correspondência. (HAIR *et al.*, 2006, p.507)

Nesse mesmo sentido, Czermainski (2004) aponta que uma das maiores vantagens da análise de correspondência é permitir a observação de relações entre variáveis que não seriam captadas por análises feitas apenas através de pares de variáveis. Adicionalmente, por não exigir a adoção de nenhuma distribuição de probabilidade *a priori*, a técnica é bastante flexível no tratamento de dados. Um dos exemplos dessa flexibilidade diz respeito à capacidade da modelagem de correspondência em lidar tanto com dados não-métricos quanto relações não-lineares.

Hair *et al.* (2006) destaca a capacidade da análise de correspondência em satisfazer qualquer um dos objetivos básicos, a saber: 1-captar a associação entre somente categorias de linha ou de coluna e 2- identificar a associação entre categorias de linha e coluna. A associação entre somente categorias de linha ou de coluna é bastante utilizada para compreender, por exemplo, a associação entre categorias de uma escala como é o caso da escala Likert (cinco categorias que variam de “concordo plenamente” a “discordo plenamente”) ou outras escalas qualitativas (excelente, bom, regular, ruim). Com esse objetivo essas categorias seriam comparadas para checar se duas dessas podem ser agregadas (estão próximas no mapa perceptual) ou se fornecem discriminação (estão distantes no espaço perceptual). No segundo objetivo busca-se captar a associação entre categorias de linha e coluna como, por exemplo, entender a relação entre sexo e a presença do hábito de fumar.

A análise de correspondência é bastante conhecida nas Ciências Sociais em razão de ter sido empregada por Bourdieu (2007) no clássico *A distinção*. Nesse trabalho, Bourdieu se dedica a compreender as relações sociais que são estabelecidas entre as classes sociais e as diferentes práticas sociais, seu modelo teórico-analítico utiliza um conjunto amplo de variáveis categóricas tais como ocupações profissionais, classificação de preferências, manifestações de estilos de vida, etc. para ilustrar como os agentes estão distribuídos no espaço social.

O potencial analítico da análise de correspondência no campo de estudos em Ciências Sociais repousa em sua capacidade de demonstrar padrões a partir do exame da distribuição de dados categóricos, que costumam ser os mais ricos a serem explorados pela análise sociológica.

Nesse sentido, Bertoncele (2016, p.2) aponta que a análise de correspondência se mostra adequada para “operacionalizar uma concepção relacional do social”, tal lógica relacional pressupõe que os fenômenos sociais não são dotados de significado em si mesmos, mas esses sentidos e significados se desenvolvem em contraste, em relação, *vis a vis* a outros. A análise de correspondência permite reduzir os riscos de uma:

[...] leitura substancialista da relação entre uma dada prática e uma dada categoria social...por meio da observação das distâncias no espaço de correspondência é possível reconstruir indutivamente as principais oposições entre conjuntos de práticas sociais e seus agentes. (BERTONCELO, 2016, p.2)

A análise de correspondência requer apenas uma matriz de dupla entrada e com valores não-negativos. A tabela de contingência é o tipo de matriz comumente utilizada, pois permite a disposição de múltiplas variáveis categóricas de forma cruzada permitindo estabelecer a relação entre essas variáveis, as linhas e colunas correspondem a essas variáveis categóricas. Hair *et al.* (2006, p. 512) explica que as linhas e colunas não possuem um significado pré-definido e apenas representam as respostas dadas as variáveis categóricas. Entretanto, “as categorias nas linhas e colunas devem ter um significado específico para fins de interpretação”. É possível fazer essa tabulação com mais de duas variáveis em uma estrutura matricial multivariada, que nesses casos é chamada de correspondência múltipla.

A partir dessa tabela de dados cruzados “as frequências para qualquer combinação de categorias de linhas-colunas são relacionadas com outras combinações com base nas frequências marginais” (HAIR *et al.*, 2006, p. 512). Essa relação básica é o fundamento para o desenvolvimento da análise de correspondência e a criação do mapa perceptual que se dá em três passos:

1. Calcula uma expectativa condicional (a frequência esperada de célula) que representa a similaridade ou associação entre categorias de linha e coluna. 2. Uma vez obtidas, computam-se as diferenças entre as frequências reais e esperadas e converte-se as mesmas a uma medida padronizada (qui-quadrado). Usando-se esses resultados como uma métrica de distâncias, torna-se os mesmos comparáveis com as matrizes de entrada usadas nas abordagens MDS já discutidas. 3. Através de um processo muito parecido com o escalonamento multidimensional<sup>11</sup>, cria-se uma série de soluções dimensionais (unidimensional, bidimensional etc.) sempre que possível. As dimensões relacionam simultaneamente as linhas e colunas em um único gráfico conjunto. O resultado é uma representação de categorias de linhas e/ou colunas (p.ex., marcas e atributos) no mesmo gráfico. (HAIR *et al.*, 2006, p. 512)

Gonçalves e Santos (2009) destacam os principais termos que são específicos à análise de correspondência e são utilizados para descrever as características dos valores das frequências na tabela de contingência e a sua contribuição relativa à análise, são esses: massa e inércia.

“O primeiro termo é **massa**, que é primeiramente definido para qualquer entrada individual na tabulação cruzada como o percentual do total representado por aquela entrada. É calculado como o valor de qualquer entrada dividido por N (o total para a tabela, que é a soma das linhas ou colunas). Assim, a soma de todas as entradas da tabela (células) é igual a 1,0. Também podemos calcular a massa

---

<sup>11</sup> “O escalonamento multidimensional (MDS) se refere a uma série de técnicas que ajudam o pesquisador a identificar dimensões-chave inerentes a avaliações feitas por respondentes quanto a objetos e então posicionar tais objetos neste espaço dimensional” (HAIR *et al.*, 2006, p.482).

de qualquer categoria de linha ou coluna, somando ao longo de todas as entradas. **Tal resultado representa a contribuição de qualquer categoria de linha ou coluna para a massa total.** A segunda medida é **inércia**, que é definida como o qui-quadrado<sup>12</sup> total dividido por N (o total das contagens de frequência). Deste modo temos uma **medida relativa de qui-quadrado que pode ser relacionada com qualquer contagem de frequência**". (HAIR *et al.*,2006, p. 512, grifo nosso)

De forma mais específica, Gonçalves e Santos (2009, p.3) explicam que a inércia total é o percentual da variância que é explicada pela aplicação da análise de correspondência, ou seja, “a análise de correspondência como um método de decomposição da inércia total e, dimensões que melhor expliquem a variabilidade dos dados.”

A importância de cada dimensão é avaliada pelos seus autovalores que descrevem “o percentual de informação que é restituída a cada eixo gerador de uma dimensão” (GONÇALVES, 2009, p.3). Hair *et al.* (2006) denomina os autovalores como valores singulares e indicam a contribuição relativa de cada dimensão na explicação da variância, fazendo uma analogia com a análise fatorial os autores esclarecem que pelos autovalores é possível determinar a quantidade de variância explicada tanto para dimensões individuais quanto para a solução como um todo.

No exame da dimensionalidade o analista deve selecionar o número de dimensões a serem consideradas, essa escolha é baseada no nível geral de variância explicada que se busca ponderando essa questão pelo fato de que o acréscimo de dimensões<sup>13</sup> incrementa o grau de complexidade de interpretações dos resultados, mapas perceptuais com mais de três dimensões tornam a tarefa do analista bastante complexa. Nesse sentido, a busca por uma maior variância explicada deve ser ponderada pela complexidade da interpretação, Hair *et al.* (2006) propõem como regra prática, a seleção de autovalores que sejam superiores a 0,2.

Após a definição acerca do número de dimensões a serem consideradas da análise parte-se para a interpretação dos resultados. Essa interpretação pressupõe duas atividades. A primeira delas diz respeito à interpretação das dimensões retidas de modo a compreender

---

<sup>12</sup> “ Um alto valor de qui-quadrado significa que, geometricamente, existe uma diferença significativa entre os perfis e seus respectivos centroides, esse fato indica que as variáveis são independentes, levando a não possibilidade da aplicação da Análise de Correspondência”. (FARIA, 1993)

<sup>13</sup> “O número máximo de dimensões que pode ser estimado é um a menos do que o menor número entre a quantia de linhas ou de colunas. Por exemplo, com seis colunas e oito linhas, o número máximo de dimensões seria cinco, o que corresponde a seis (o número de colunas) menos um” (HAIR *et al.*, 2006, p.513)”.

em que se baseia a associação entre as categorias e também a avaliação do grau de associação entre categorias, dentro de uma linha/coluna ou entre linhas e colunas permitindo que o pesquisador apreenda as relações subjacentes entre as variáveis em questão e sobre as quais o mapa perceptual foi construído.

Um segundo movimento na interpretação centra-se na identificação da associação de uma categoria com as outras, essa identificação pode ser feita tanto por uma inspeção visual como também pela comparação de medidas. Independentemente do tipo de identificação a ser feita, o pesquisador precisará primeiramente definir o tipo de comparação a ser feita, essas comparações podem ser organizadas em dois tipos: entre categorias da mesma linha ou coluna ou entre linhas e colunas conforme descreve Hair *et al.* :

**Entre categorias da mesma linha ou coluna.** Aqui o foco é apenas sobre linhas ou colunas, como quando se examinam as categorias de uma escala para ver se elas podem ser combinadas. Esses tipos de comparações podem ser feitos diretamente a partir de qualquer análise de correspondência. **Entre linhas e colunas.** Uma tentativa de relacionar a associação entre uma categoria de linha e uma de coluna. Este tipo mais comum de comparação relaciona categorias ao longo de dimensões. Contudo, desta vez há algum debate na adequação da comparação entre categorias de linha e de coluna. Em um sentido estrito, distâncias entre pontos representando categorias só podem ser feitas dentro de uma linha ou coluna. **É considerada inadequada a comparação direta de uma categoria de linha e uma de coluna. É apropriado fazer generalizações referentes às dimensões e à posição de cada categoria sobre tais dimensões. Assim, a posição relativa de categorias de linha e coluna pode ser definida dentro dessas dimensões, mas não deve haver comparação direta.** (HAIR *et al.*, 2006, p.513)

Aranha *et al.* (2004) ponderando os aspectos positivos e negativos da análise de correspondência, destacam que, apesar da técnica não estabelecer a significância estatística das relações entre as variáveis e também não avaliar o efeito de cada variável de forma independente, a análise de correspondência combina vantagens dos métodos não lineares e de métodos multidimensionais. Essa vantagem permite a identificação de características que estão conjuntamente presentes em uma determinada população e a identificação de perfis.

A análise de correspondência possibilita estabelecer não apenas as relações entre linhas e colunas, mas também as diferentes categorias das linhas e colunas, nesse mesmo sentido permite que categorias de linhas e colunas sejam alocadas no mesmo espaço perceptual possibilitando uma visão conjunta dessas variáveis na mesma dimensionalidade.

E importante sumarizar aqui algumas limitações da análise de correspondência que foram pontuadas anteriormente. Mota *et al.* (2007, p.806) aponta que, diferente da análise de regressão por exemplo, em que a inclusão de variáveis no modelo final da análise multivariada pode ser feita por uma seleção automática, “na análise de correspondência não há definido um procedimento de seleção de variáveis para compor o modelo final da análise multivariada”. Nesse contexto, essa seleção é feita baseada “na subjetividade do pesquisador e no conhecimento teórico acerca do assunto analisado”.

A análise de correspondência é uma técnica exploratória e assim não se mostra adequada a responder questões elaboradas no formato de teste de hipóteses. Adicionalmente, por ser uma técnica de redução de dimensionalidade não conta com parâmetros e pontes de corte que determinem de forma conclusiva qual o número apropriado de dimensões a serem consideradas na análise.

## 5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

### 5.1 Análise multivariada das relações entre bem-estar e pobreza

É importante frisar que ao interpretar os resultados aqui reportados devemos considerar que estamos analisando níveis baixos de variabilidade, ou seja, estamos explicando muito pouco da relação entre pobreza em suas diferentes concepções no bem-estar em suas distintas expressões. Como estamos lidando com modelos logísticos de probabilidade em todos os casos, procuramos retratar os resultados como razões de chance nas tabelas para facilitar a interpretação. No caso do modelo multinomial logístico o coeficiente é a razão de risco relativa, que tem interpretação semelhante à das razões de chance.

#### 5.1.1 Satisfação com a vida

##### *Modelo 1-Perspectiva monetária*

Tabela 5- Regressão pobreza monetária e satisfação com vida- sem variáveis de controle

Variáveis independentes	O.R	S.E	z	P>z	95%-Intervalo de confiança	
2.pobresimp	1.775729	.1031579	9.88	0.000	1.584629	1.989875
/cut1	-1.315846	.0303033			-1.375239	-1.256452
/cut2	-.7756429	.0267524			-.8280766	-.7232091
/cut3	.1389498	.0250038			.0899432	.1879564
/cut4	.8131462	.0268317			.760557	.8657354
/cut5	1.381962	.0303928			1.322393	1.44153
/cut6	2.476153	.0436111			2.390677	2.56163
/cut7	3.104275	.056419			2.993695	3.214854
/cut8	3.67871	.072845			3.535936	3.821483
/cut9	4.089806	.0881606			3.917014	4.262597

Dependente: Satisfação com a vida (1 a 10 sendo 1=levo a melhor vida possível 10= levo a pior vida possível)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

Tabela 6 - Estatísticas de ajuste- regressão pobreza monetária e satisfação com vida- sem variáveis de controle

Log likelihood = -14507.575
LR chi2(1) = 97.78
N= 7.268

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008).

Analisando o modelo que testa a relação entre pobreza monetária e satisfação com a vida sem controlar por nenhuma outra variável é possível identificar uma associação positiva estatisticamente significativa. Isso nos permite dizer que ser pobre (estar abaixo da linha de pobreza) aumenta em 77,6 % a chance de o indivíduo reportar maior grau de insatisfação com a vida.

Tabela 7- Regressão pobreza monetária e satisfação com vida- com variáveis de controle

Variáveis independentes	O.R	S.E	z	P>z	95%-Intervalo de confiança	
<b>2.pobresimp</b>	1.796045	.1060857	9.91	0.000	1.599705	2.016483
<b>1.homens</b>	1.302966	.0885089	3.90	0.000	1.140544	1.488518
<b>1.religiao</b>	.7788847	.0341779	-5.69	0.000	.7146969	.8488372
<b>1.jovem</b>	.9655624	.0601264	-0.56	0.574	.8546244	1.090901
<b>1.idoso</b>	.8075858	.0401759	-4.30	0.000	.7325595	.8902959
<b>1.convive</b>	.6054782	.042277	-7.19	0.000	.5280367	.6942771
<b>1.branco</b>	.85598	.050936	-2.61	0.009	.7617491	.9618675
<b>2.chefe</b>	1.179859	.0996054	1.96	0.050	.9999316	1.392161
<b>/cut1</b>	-1.818092	.0765654			-1.968157	-1.668026
<b>/cut2</b>	-1.272386	.0750373			-1.419456	-1.125315
<b>/cut3</b>	-.3445309	.0737534			-.4890848	-.1999769
<b>/cut4</b>	.3396736	.0737109			.1952029	.4841443
<b>/cut5</b>	.9160272	.0745435			.7699245	1.06213
<b>/cut6</b>	2.020254	.080228			1.86301	2.177498
<b>/cut7</b>	2.6518	.0876543			2.480001	2.823599
<b>/cut8</b>	3.228209	.0989001			3.034369	3.42205
<b>/cut9</b>	3.640123	.11061			3.423332	3.856915

Dependente: Satisfação com a vida (1 a 10 sendo 1=levo a melhor vida possível 10= levo a pior vida possível

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008).

Tabela 8-Estatísticas de ajuste-regressão pobreza monetária e satisfação com vida- com variáveis de controle

---

Log likelihood = -14434.153

LR chi2(8) = 244.63

N=7.268

---

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008).

No modelo que considera um conjunto mais amplo de variáveis, a saber: sexo, frequência a cultos religiosos, idade (jovem, adulto e idoso, com adulto como a variável omitida), conviver com o companheiro(a) ou cônjuge, raça e posição no domicílio (ser chefe ou cônjuge) podemos perceber que ser pobre aumenta em 79,6% as chances do indivíduo relatar maior grau de insatisfação com a vida. Ou seja, mesmo controlando por diversas características que poderiam explicar potencialmente a relação entre a pobreza material e a insatisfação com a vida, o efeito da pobreza material continua forte nessa percepção subjetiva de insatisfação, o que nos sugere que há realmente um impacto independente da falta de condições materiais na percepção de bem estar, além dos possíveis fatores sociais associados à pobreza (por exemplo, isolamento social, raça, idade) que poderiam mediar essa relação.

Quanto aos demais fatores, várias associações encontradas no modelo confirmam o que já foi predito em diversas instâncias na literatura relacionada. Por exemplo, para sexo, o modelo encontra uma relação negativa para as mulheres em relação à insatisfação, posto que homens tem 30,3% mais chance de se declararem com maior grau de insatisfação com a vida. Vale ressaltar as nuances dessa variável específica. Nos dados, existem mais mulheres que declaram alta insatisfação com a vida do que homens. Mas também existem mais mulheres altamente satisfeitas. Os homens se concentram nos pontos médios da distribuição de satisfação, e há ligeiramente mais mulheres nos extremos, o que no cômputo geral dados os controles, coloca os homens como mais insatisfeitos. Conviver com um parceiro também tem grande influência no bem estar, tanto para homens quanto para mulheres (especialmente para homens). Porém existem relativamente mais mulheres sem parceiros abaixo da linha da pobreza do que homens, apenas para dar uma ideia da complexidade dessas relações. A religião parece ter um efeito protetor da satisfação com a vida, visto que frequentar cerimônias religiosas ao menos uma vez por mês reduz em 22,1% a chance de o indivíduo estar mais insatisfeito com a vida, ou “subir na escala de

insatisfação”. No que diz respeito a idade, ser idoso, tudo o mais constante, reduz em 19,4% as chances de se declarar insatisfeito com a vida *vis a vis* a variável omitida adultos. A convivência com o companheiro (a)/ cônjuge reduz em 39,5% a chance do indivíduo se declarar com maior grau de insatisfação com a vida, e nesse mesmo sentido ser branco reduz em 14,4% as chances de se declarar insatisfeito com a vida.

Tabela 9 - Probabilidades marginais - pobreza monetária e satisfação com a vida

	Margem	Erro padronizado (método Delta)	z	P>z	95%-Intervalo de Confiança	
<b>Pobres</b>						
<b>1-Não pobre</b>	.2113306	.0050264	42.04	0.000	.201479	.2211823
<b>2-Pobre</b>	.1303575	.006708	19.43	0.000	.1172101	.1435049

Expressão: Pr (satisfação com a vida=1), predict ()

Número de observações: 7.268

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008).

Dadas as variáveis de controle do modelo, observamos também as probabilidades marginais de estar abaixo da linha da pobreza e estar no ponto mais baixo da escala de insatisfação, ou seja, mais satisfeito. O gráfico acima indica, grosso modo, que se todos os indivíduos na base de dados estivessem abaixo da linha da pobreza eles teriam 13,0% de chances de reportarem o maior grau de satisfação com a vida, ao passo que se todos os indivíduos na base estivessem acima da linha da pobreza, essa chance seria de 21,1%. Nesse sentido, dadas as variáveis de controle inseridas no modelo, é possível afirmar que a pobreza afeta a probabilidade de que os indivíduos reportem maior nível de satisfação com a vida. Ressaltamos que os resultados da relação entre pobreza material e satisfação com a vida, da maneira aqui mensurada, são praticamente os mesmos com e sem as variáveis de controle.

### *Modelo 2-Necessidades básicas insatisfeitas*

Tabela 10 - Regressão pobreza por necessidades básicas insatisfeitas e satisfação com vida- sem variáveis de controle

Variáveis independentes	O.R	S.E	z	P>z	95%-Intervalo de confiança	
<b>1.ninsat_d</b>	.9720409	.0538554	-0.51	0.609	.8720154	1.08354
<b>/cut1</b>	-1.379416	.029017			-1.436288	-1.322544
<b>/cut2</b>	-.8484455	.0256476			-.898714	-.7981771
<b>/cut3</b>	.0449391	.0236736			-.0014603	.0913386
<b>/cut4</b>	.7058887	.0250271			.6568365	.7549408
<b>/cut5</b>	1.277095	.0282411			1.221743	1.332447
<b>/cut6</b>	2.353963	.0405619			2.274463	2.433463
<b>/cut7</b>	2.964327	.0524028			2.861619	3.067034
<b>/cut8</b>	3.539184	.0679993			3.405907	3.67246
<b>/cut9</b>	3.951976	.0825882			3.790106	4.113846

Dependente: Satisfação com a vida (1 a 10 sendo 1=levo a melhor vida possível 10= levo a pior vida possível

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

Tabela 11 - Estatísticas de ajuste-regressão pobreza por necessidades básicas insatisfeitas e satisfação com vida- sem variáveis de controle

Log likelihood =	-16131.145
LR chi2(1) =	0.26
N=	8.043

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

O modelo 2 investiga a relação entre bem-estar físico, mental e satisfação com a vida e a medida de pobreza segundo as necessidades básicas insatisfeitas. Não se identificou, no modelo 2, uma relação estatisticamente significativa entre satisfação com a vida e a pobreza por necessidades básicas insatisfeitas. Apresentamos a seguir a tabela (Tabela 12) do modelo 2 com os mesmos controles da análise para pobreza material anteriormente discutido.

Tabela 12 - Regressão pobreza por necessidades básicas insatisfeitas e satisfação com vida- com variáveis de controle

Variáveis independentes	O.R	S.E	z	P>z	95%-Intervalo de confiança	
<b>1.ninsat_d</b>	1.01432	.056361	0.26	0.798	.9096571	1.131025
<b>1.homens</b>	1.201896	.0768994	2.87	0.004	1.060244	1.362474
<b>1.religiao</b>	.7902077	.03298	-5.64	0.000	.7281413	.8575647
<b>1.jovem</b>	.9434754	.0560806	-0.98	0.328	.8397204	1.06005
<b>1.idoso</b>	.758801	.035516	-5.90	0.000	.6922884	.8317038
<b>1.convive</b>	.6438374	.042451	-6.68	0.000	.5657868	.7326552
<b>1.branco</b>	.8077641	.0456744	-3.78	0.000	.7230262	.9024332
<b>2.chefe</b>	1.102163	.0882183	1.22	0.224	.9421385	1.289368
<b>/cut1</b>	-1.952009	.0718831			-2.092897	-1.811121
<b>/cut2</b>	-1.415977	.070398			-1.553954	-1.277999
<b>/cut3</b>	-.5101926	.0689877			-.645406	-.3749792
<b>/cut4</b>	.1605576	.0687154			.025878	.2952373
<b>/cut5</b>	.739576	.0693309			.6036901	.875462
<b>/cut6</b>	1.826591	.0744723			1.680628	1.972554
<b>/cut7</b>	2.440353	.0812971			2.281014	2.599692
<b>/cut8</b>	3.017362	.0919841			2.837076	3.197647
<b>/cut9</b>	3.431123	.103179			3.228895	3.63335

Dependente: Satisfação com a vida (1 a 10 sendo 1=levo a melhor vida possível 10= levo a pior vida possível

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

Tabela 13 - Estatísticas de ajuste regressão pobreza por necessidades básicas insatisfeitas e satisfação com vida- com variáveis de controle

Log likelihood = -16050.322
LR chi2(8) = 161.91
N=8.043

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

Mesmo com a inclusão de outras variáveis no modelo, também nesse caso não se identificou uma relação estatisticamente significativa entre satisfação com a vida e a pobreza por necessidades básicas insatisfeitas. As relações entre as variáveis o controle e a insatisfação permanecem semelhantes às do modelo com pobreza monetária. No que se refere ao sexo, é possível perceber que os homens têm chance 20,2% maior de avaliar de forma mais negativa a satisfação com a vida. Já no que diz respeito a religião, indivíduos

que frequentam as cerimônias da sua religião pelo menos uma vez por mês tem 21,0% menos chance de estar insatisfeitos com a vida. Ser idoso (idade maior que 60 anos) reduz em 24,2% a chance do indivíduo se declarar com maior grau de insatisfação com a vida ao passo que viver com o companheiro (a)/cônjuge diminui em 35, 6% a chance de o indivíduo relatar maiores graus de insatisfação com a vida, tudo o mais constante. Ser branco reduz em 19,2% a chance de ser insatisfeito com a vida.

A tabela 14 apresenta a análise de regressão que investiga a relação da satisfação com a vida com uma medida de pobreza segundo uma perspectiva multidimensional.

### *Modelo 3-Pobreza multidimensional*

Tabela 14 - Regressão pobreza multidimensional e satisfação com vida- sem variáveis de controle

Variáveis independentes	O.R	S.E	z	P>z	95%-Intervalo de confiança	
<b>1.multidim_d</b>	1.048211	.0501328	0.98	0.325	.9544169	1.151222
/cut1	-1.365132	.0296268			-1.423199	-1.307065
/cut2	-.8345084	.0263242			-.8861028	-.782914
/cut3	.0585734	.0244418			.0106684	.1064784
/cut4	.7195589	.0257944			.6690028	.7701151
/cut5	1.290923	.0289668			1.234149	1.347697
/cut6	2.367453	.0411172			2.286865	2.448041
/cut7	2.976861	.0528167			2.873342	3.08038
/cut8	3.554502	.0683803			3.420479	3.688524
/cut9	3.967362	.082908			3.804865	4.129859

Dependente: Satisfação com a vida (1 a 10 sendo 1=levo a melhor vida possível 10= levo a pior vida possível.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

Tabela 15 - Estatísticas de ajuste-regressão pobreza multidimensional e satisfação com vida- sem variáveis de controle

Log likelihood = -16134.663
LR chi2(1) = 0.97
N=8.044

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

Não se identificou nesse modelo uma relação estatisticamente significativa entre satisfação com a vida e a pobreza multidimensional. O mesmo se observa quando adicionamos os controles, na tabela 16.

Tabela 16 - Regressão pobreza multidimensional e satisfação com vida- com variáveis de controle

Variáveis independentes	O.R	S.E	z	P>z	95%-Intervalo de confiança	
<b>1.multidim_d</b>	1.068271	.0511728	1.38	0.168	.9725383	1.173427
<b>1.homens</b>	1.200857	.0768187	2.86	0.004	1.059351	1.361264
<b>1.religiao</b>	.7886069	.0329095	-5.69	0.000	.7266727	.8558196
<b>1.jovem</b>	.9414981	.0559621	-1.01	0.310	.8379624	1.057826
<b>1.idoso</b>	.7600352	.0355705	-5.86	0.000	.6934203	.8330497
<b>1.convive</b>	.6435244	.0424162	-6.69	0.000	.5655361	.7322674
<b>1.brancos</b>	.8087678	.0457275	-3.75	0.000	.7239311	.9035465
<b>2.chefe</b>	1.102313	.0881914	1.22	0.223	.9423321	1.289454
<b>/cut1</b>	-1.940676	.0722409			-2.082266	-1.799087
<b>/cut2</b>	-1.404922	.070753			-1.543595	-1.266249
<b>/cut3</b>	-.4993328	.0693549			-.6352658	-.3633998
<b>/cut4</b>	.1714662	.0690984			.0360359	.3068966
<b>/cut5</b>	.7506162	.0697316			.6139448	.8872876
<b>/cut6</b>	1.837303	.074874			1.690553	1.984054
<b>/cut7</b>	2.450131	.0816544			2.290091	2.610171
<b>/cut8</b>	3.029941	.0923448			2.848949	3.210934
<b>/cut9</b>	3.443779	.1035055			3.240912	3.646646

Dependente: Satisfação com a vida (1 a 10 sendo 1=levo a melhor vida possível 10= levo a pior vida possível)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

Tabela 17 - Estatísticas de ajuste- regressão pobreza multidimensional e satisfação com vida- com variáveis de controle

Log likelihood = -16053.553
LR chi2(8) = 163.19
N=8.044

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

Conforme ressaltado, no modelo completo incluindo as variáveis sexo, religião, idade, convivência com o companheiro (a)/cônjuge, chefe e raça não se identificaram relação estatisticamente significativa entre satisfação com a vida e a pobreza multidimensional. Diante do exposto, para a medida de satisfação com a vida é a perspectiva monetária que melhor explica as variações nessa escala, ou seja, utilizando a análise de regressão é a renda ou a pobreza monetária que melhor explica as variações no grau de satisfação com a vida.

Em seguida passamos a analisar a relação entre as diferentes medidas de pobreza produzidas e nossa medida binária de bem estar físico ou saúde, ressaltando que a variável indica a percepção de *falta* de bem estar físico (1) versus percepção de saúde (0). A técnica utilizada, conforme já explicitado no capítulo metodológico, é a regressão logística tradicional, uma vez que esta variável resposta é binária.

### 5.1.2 Bem-estar físico

#### *Modelo 1-Perspectiva monetária*

Tabela 18 - Regressão pobreza monetária e bem-estar físico sem variáveis de controle

Variáveis independentes	O.R	S.E	z	P>z	95%-Intervalo de confiança	
<b>2.pobresimp</b>	1.224892	.0787194	3.16	0.002	1.079926	1.389317
<b>_cons</b>	.6727023	.01757	-15.18	0.000	.6391323	.7080356

Dependente: Bem-estar físico (0 e 1 sendo 0= saudável e 1=pouco saudável)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

Tabela 19 - Estatísticas de ajuste- regressão pobreza monetária e bem-estar físico sem variáveis de controle

Log likelihood =	-4914.8594
LR chi2(1) =	9.91
N=	7.268

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

Analisando o modelo que testa a relação entre pobreza monetária e bem-estar físico sem controlar por nenhuma outra variável é possível identificar uma associação positiva

estatisticamente significativa. Isso nos permite dizer que ser pobre (estar abaixo da linha de pobreza) aumenta em 22,5 % a chance de o indivíduo reportar menor bem-estar físico. O modelo seguinte testa esse efeito quando controlado por outras variáveis.

Tabela 20 - Regressão pobreza monetária e bem-estar físico com variáveis de controle

Variáveis independentes	O.R	S.E	z	P>z	95%-Intervalo de confiança	
<b>2.pobresimp</b>	1.382345	.0923063	4.85	0.000	1.212766	1.575634
<b>1.homens</b>	.6847413	.0554526	-4.68	0.000	.5842428	.8025269
<b>1.religiao</b>	.9581755	.0498638	-0.82	0.412	.8652632	1.061065
<b>1.jovem</b>	.6008657	.0486581	-6.29	0.000	.5126809	.704219
<b>1.idoso</b>	2.080106	.1186265	12.84	0.000	1.860125	2.326102
<b>1.convive</b>	.9720407	.0821434	-0.34	0.737	.8236689	1.147139
<b>1.brancos</b>	.9494653	.0652814	-0.75	0.451	.8297626	1.086436
<b>2.chefe</b>	.9633646	.0973317	-0.37	0.712	.7902986	1.17433
<b>_cons</b>	.7207687	.0605284	-3.90	0.000	.6113841	.8497236

Dependente: Bem-estar físico (0 e 1 sendo 0= saudável e 1=pouco saudável)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

Tabela 21 - Estatísticas de ajuste-regressão pobreza monetária e bem-estar físico com variáveis de controle

Log likelihood =	-4914.0319
LR chi2(8) =	346.39
N=	7268

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

Ao considerarmos o modelo completo percebemos que a chance do indivíduo pobre relatar menor bem-estar físico aumenta passando de 22,5% para 38,2% de chance. Ou seja, para indivíduos do mesmo sexo, idade, frequência religiosa, raça e status conjugal, os efeitos da pobreza material em relação à percepção de saúde são bastante significativos. O aumento desse efeito ao adicionar os controles tem grande relação com a idade, pois na base utilizada a maioria daqueles que tem renda abaixo da mínima são jovens, e os jovens são os mais “saudáveis” em termos da percepção de saúde.

No que se refere ao sexo, os homens, *vis a vis* a mulheres, tem uma chance 31,5% menor de se declararem como sendo pouco saudáveis. Na compreensão da dinâmica do bem-estar físico, atenção especial deve ser dada a variável idade visto que ser jovem reduz

em 39,9% a chance de o indivíduo relatar estar pouco saudável ao passo que ser idoso aumenta essa chance em mais de 100%.

Tabela 22 - Probabilidades marginais-pobreza monetária e bem-estar físico

Margem	Erro padronizado (método Delta)	z	P>z	95%-Intervalo de confiança	Margem
Pobreza monetária					
1-Não pobre	.3979153	.0061382	64.83	0.000	.3858846 .4099461
2-Pobre	.4736458	.014393	32.91	0.000	.445436 .5018555

Expressão: Pr (bem estar físico), predict ()

Número de observações: 7268

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

Dadas as variáveis de controle do modelo, calculamos os efeitos marginais da pobreza material em relação à percepção de saúde. Podemos entender os resultados como indicando que, se todos os indivíduos na base de dados estivessem abaixo da linha da pobreza, eles teriam 47,3% de chance de se declararem pouco saudáveis, ao passo que se todos os indivíduos da base estivessem acima da linha da pobreza, essa probabilidade seria de 39,3%. Nesse sentido, dadas as variáveis de controle inseridas no modelo, é possível afirmar que a pobreza medida apenas como renda abaixo de um certo valor mínimo afeta a probabilidade de que os indivíduos se declarem pouco saudáveis. No próximo modelo testamos o impacto na percepção de saúde da medida de pobreza baseada nas necessidades insatisfeitas.

### Modelo 2- Necessidades básicas insatisfeitas

Tabela 23 - Regressão pobreza por necessidades básicas insatisfeitas e bem-estar físico-sem variáveis de controle

Variáveis independentes	O. R	S.E	z	P>z	95%-Intervalo de confiança	
1.ninsat_d	1.280877	.0791086	4.01	0.000	1.134844	1.445702
_cons	.674149	.0166853	-15.93	0.000	.642227	.7076577

Dependente: Bem-estar físico (0 e 1 sendo 0= saudável e 1=pouco saudável)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

Tabela 24 - Estatísticas de ajuste regressão pobreza por necessidades básicas insatisfeitas e bem-estar físico- sem variáveis de controle

Log likelihood = -5442.2285
LR chi2(1) = 15.98
N=8043

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

Analisando o modelo que testa a relação entre pobreza por necessidades básicas insatisfeitas e bem-estar físico sem controlar por nenhuma outra variável é possível identificar uma associação positiva estatisticamente significativa entre essa variável e a percepção de saúde ou bem estar físico, e essa relação parece ser ainda mais forte do que quando usamos a medida de pobreza material. Assim, ser pobre por necessidades básicas insatisfeitas aumenta em 28,1% a chance de o indivíduo reportar menor bem-estar físico. A Tabela 25 mostra o modelo 2 com todos os controles utilizados nos modelos anteriores.

Tabela 25 - Regressão pobreza por necessidades básicas insatisfeitas e bem-estar físico- com variáveis de controle

Variáveis independentes	O. R	S.E	z	P>z	95%-Intervalo de confiança	
1.ninsat_d	1.377623	.0875283	5.04	0.000	1.216322	1.560314
1.homens	.6763011	.0515755	-5.13	0.000	.582407	.7853327
1.religiao	1.006731	.0497941	0.14	0.892	.9137174	1.109213
1.jovem	.5901286	.0455618	-6.83	0.000	.5072573	.6865388
1.idoso	1.974937	.1056878	12.72	0.000	1.778286	2.193335
1.convive	.9733994	.0775868	-0.34	0.735	.8326152	1.137988
1.brancos	.9225136	.0601698	-1.24	0.216	.8118097	1.048314
2.chefe	.9203354	.0881568	-0.87	0.386	.7628015	1.110403
_cons	.7465598	.0582691	-3.74	0.000	.6406608	.8699636

Dependente: Bem-estar físico (0 e 1 sendo 0= saudável e 1=pouco saudável)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

Tabela 26 - Estatísticas de ajuste-regressão pobreza por necessidades básicas insatisfeitas e bem-estar físico- com variáveis de controle

Log likelihood = -5261.9433
LR chi2(8) = 376.55
N=8043

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

Considerando o modelo que testa a relação entre pobreza por necessidades básicas insatisfeitas e bem-estar físico controlando por outras variáveis tais como sexo, religião, idade, convivência com companheiro (a)/cônjuge e raça ainda foi possível identificar uma associação positiva estatisticamente significativa. Isso nos permite dizer que ser pobre por necessidades básicas insatisfeitas aumenta em 37,8 % a chance de o indivíduo reportar menor bem-estar físico. Ou seja, dados os controles o efeito se torna ainda maior, também principalmente por causa do controle por idade. Essa relação com “tudo o mais constante” é praticamente tão forte quanto a de pobreza material, um dado a ser destacado e que vamos discutir mais adiante, pois a medida baseada nas necessidades insatisfeitas não tem praticamente nenhum impacto na percepção de bem-estar subjetivo ou felicidade, mas tem impacto bastante significativo na predição da percepção de saúde física.

Quanto ao sexo, quando controlado por essa medida de pobreza e os demais fatores de controle, ser homem reduz em 32,7% a chance de o sujeito declarar estar pouco saudável. Assim como no modelo 1 a idade aqui aparece também como importante para compreender a variação do bem-estar físico visto que os jovens têm uma chance 41,0% menor de se declararem como pouco saudáveis enquanto os idosos têm uma chance de se declararem como pouco saudáveis que é mais do que o dobro da dos adultos. Apresentamos a seguir as probabilidades marginais de pobreza segundo as necessidades básicas insatisfeitas e a percepção de saúde física (ou ausência de).

Tabela 27 - Probabilidades marginais-pobreza por necessidades básicas insatisfeitas e bem-estar físico

	Margem	Erro padronizado (método Delta)	z	P> z	Intervalo de confiança (95%)	
<b>Necessidade básica insatisfeita</b>						
0-Não pobre	.400469	.0058148	68.87	0.000	.3890723	.4118658
1-Pobre	.4756339	.0138287	34.39	0.000	.4485302	.5027376

Expressão: Pr (bem-estar físico), predict ()

Número de observações: 8043

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

No caso, as diferenças entre as probabilidades marginais de ser ou não pobre segundo as necessidades básicas insatisfeitas e declarar pouca saúde são praticamente as mesmas encontradas para a pobreza material. Aqui, ao contrário da percepção de bem estar

enquanto felicidade, há uma compatibilidade muito maior entre os dois conceitos. Dadas as variáveis de controle do modelo, se todos os indivíduos na base de dados fossem pobres por necessidades básicas insatisfeitas eles teriam 47,5% de chance de se declararem pouco saudáveis enquanto que se todos os indivíduos da base fossem não pobres por necessidades básicas insatisfeitas essa chance seria de 40,0%. Nesse sentido, dadas as variáveis de controle inseridas no modelo, é possível afirmar que a pobreza por necessidades básicas insatisfeitas afeta de maneira relevante e significativa a probabilidade de que os indivíduos se declarem pouco saudáveis. Apresentamos a seguir as estimativas do modelo calculado utilizando a perspectiva de pobreza multidimensional.

### *Modelo 3-Pobreza multidimensional*

Tabela 28 - Regressão pobreza multidimensional e bem-estar físico- sem variáveis de controle

Variáveis independentes	O. R	S.E	z	P>z	95%-Intervalo de confiança	
<b>1.multidim_d</b>	1.236667	.0660614	3.98	0.000	1.113737	1.373166
<b>_cons</b>	.6674744	.0173112	-15.59	0.000	.6343931	.7022808

Dependente: Bem-estar físico (0 e 1 sendo 0= saudável e 1=pouco saudável)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

Tabela 29 - Estatísticas de ajuste regressão pobreza multidimensional e bem-estar físico- sem variáveis de controle

Log likelihood = -5443.2298

LR chi2(1) = 15.75

N=8044

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

Analisando a relação entre bem-estar físico e pobreza multidimensional percebemos que, para a amostra utilizada nesse trabalho, foi identificada uma associação positiva e estatisticamente significativa para essa relação. Isso nos permite dizer que aqueles multidimensionalmente pobres apresentam uma chance 23,7% maior de reportarem ser pouco saudáveis. Esse valor é relevante, mas inferior ao da medida utilizada anteriormente, indicando uma prevalência das necessidades básicas insatisfeitas na

percepção de saúde quando não se considera as variáveis de controle. A tabela 30 apresenta o modelo completo utilizando essa perspectiva

Tabela 30 - Regressão pobreza multidimensional e bem-estar físico- com variáveis de controle

Variáveis independentes	O. R	S.E	z	P>z	95%-Intervalo de confiança	
1.multidim_d	1.296056	.0709993	4.73	0.000	1.16411	1.442957
1.homens	.6762204	.0515724	-5.13	0.000	.5823321	.7852461
1.religiao	1.006962	.0497897	0.14	0.888	.9139553	1.109433
1.jovem	.5895519	.0455155	-6.84	0.000	.5067646	.6858637
1.idoso	1.973773	.1055759	12.71	0.000	1.777326	2.191934
1.convive	.9813544	.0781901	-0.24	0.813	.8394712	1.147218
1.branços	.927002	.0604536	-1.16	0.245	.8157749	1.053394
2.chefe	.9267186	.0887121	-0.80	0.427	.7681831	1.117972
_cons	.732139	.0575719	-3.96	0.000	.6275656	.8541378

Dependente: Bem-estar físico (0 e 1 sendo 0= saudável e 1=pouco saudável)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

Tabela 31 - Estatísticas de ajuste-regressão pobreza multidimensional e bem-estar físico- com variáveis de controle

Estatísticas de ajuste	
Log likelihood =	-5263.997
LR chi2(8) =	374.21
N=	8044

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

Incluindo outras variáveis no modelo percebemos que ser multidimensionalmente pobre aumenta em 29,6% a chance do indivíduo se declarar pouco saudável. Ser homem reduz em 32,4% a chance de ser pouco saudável e ser jovem diminui em 41,1% essa chance. Assim como nos modelos anteriores a idade continua se mostrando uma característica importante para compreender as chances de os indivíduos avaliarem o seu bem-estar físico. Ainda assim, incluir os controles impactou essa variável menos do que as anteriores. Assim como nos demais modelos que possuem a saúde como variável dependente, a raça e a frequência a atividades religiosas não foram significantes na predição da percepção de saúde. Calculamos também para essa relação às probabilidades marginais na Tabela 32.

Tabela 32 - Probabilidades marginais-pobreza multidimensional e bem-estar físico

	Margem	Erro padronizado (método Delta)	z	P> z	Intervalo de confiança (95%)	
Pobreza multidimensional						
0-Não pobre	.398331	.0060807	65.51	0.000	.386413	.410249
1-Pobre	.4589345	.0113427	40.46	0.000	.4367032	.4811658

Expressão: Pr (bem-estar físico), predict ()

Número de observações: 8044

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

Considerando todas as variáveis do modelo é possível dizer que se todos os sujeitos da análise fossem multidimensionalmente pobres, esses teriam 45,9% de chance de serem pouco saudáveis. Entretanto, se todos esses não fossem multidimensionalmente pobres essa chance seria de 39,8%. Nesse sentido, dadas as variáveis de controle inseridas no modelo, é possível afirmar que a pobreza multidimensional afeta a probabilidade de os indivíduos terem bem-estar físico.

Finalmente, na próxima seção analisamos a relação entre pobreza nas três formas mensuradas aqui e o bem estar de uma perspectiva de saúde mental ou percepção individual de estar ou não frequentemente (ou sempre) deprimido, ou sentindo depressão. O modelo para essa análise é o logístico multinomial e os resultados são dados em termos de Razão de Risco Relativo (RRR), de interpretação semelhante à das razões de chance.

### 5.1.3 Bem-estar mental

#### *Modelo 1-Perspectiva monetária*

Tabela 33 - Regressão pobreza monetária e bem-estar mental sem variáveis de controle

Bem-estar mental	RRR	S.E	z	P>z	95%-Intervalo de confiança	
1	(base outcome)					
2						
2.pobresimp	1.619608	.1452715	5.38	0.000	1.358504	1.930896
_cons	.1495407	.00606	-46.89	0.000	.1381228	.1619025

Continua

<b>3</b>						
2.pobresimp	1.43851	.1329551	3.93	0.000	1.200162	1.724192
_cons	.1527451	.0061331	-46.80	0.000	.1411853	.1652515

Dependente: Bem-estar mental (1 a 3 sendo 1= boa; 2=regular e 3=ruim)

Regressão logística multinomial

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

Tabela 34 - Estatísticas de ajuste-regressão pobreza monetária e bem-estar mental sem variáveis de controle

Log likelihood =	-5270.1755
LR chi2(2) =	36.65
N=	7267

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

No primeiro modelo, utilizando a perspectiva de pobreza material, estar abaixo da linha de pobreza monetária afeta significativamente a saúde mental dos indivíduos. Desconsiderando quaisquer variáveis de controle, os pobres têm uma probabilidade 62,0% maior do que os não pobres de declararem saúde mental regular em relação a saúde mental boa. Já os pobres, *vis a vis* aos não pobres, apresentam probabilidade 43,8% maior de declarar saúde mental ruim em relação a saúde boa.

Tabela 35 - Regressão pobreza monetária e bem-estar mental com variáveis de controle

Variáveis independentes	RRR	S.E	z	P>z	95%-Intervalo de confiança	
1	(base outcome)					
<b>2</b>						
2.pobresimp	1.741668	.1610235	6.00	0.000	1.45301	2.087671
1.homens	.8171882	.0979068	-1.69	0.092	.6461601	1.033485
1.religiao	.9993109	.0777346	-0.01	0.993	.8579998	1.163896
1.jovem	.971274	.1112366	-0.25	0.799	.7759909	1.215701
1.idoso	1.42739	.1201253	4.23	0.000	1.210341	1.683362
1.convive	.7191798	.0927823	-2.56	0.011	.5584997	.9260875
1.branco	1.193496	.1271987	1.66	0.097	.9685071	1.470751
2.chefe	1.296761	.1972675	1.71	0.088	.9624376	1.74722
_cons	.1369867	.0177256	-15.36	0.000	.1063006	.176531

Continua

3

2.pobresimp	1.528415	.1460625	4.44	0.000	1.26735	1.843258
1.homens	.5104358	.0650229	-5.28	0.000	.3976574	.6551989
1.religiao	.87817	.0681563	-1.67	0.094	.7542501	1.022449
1.jovem	.7087209	.0919198	-2.65	0.008	.549637	.9138493
1.idoso	1.469823	.1212983	4.67	0.000	1.250314	1.727871
1.convive	.851726	.1169665	-1.17	0.243	.6507369	1.114793
1.brancos	1.089611	.1142238	0.82	0.413	.8872377	1.338144
2.chefe	.8363703	.1333418	-1.12	0.262	.6119166	1.143155
_cons	.2001374	.025012	-12.87	0.000	.1566572	.2556856

Dependente: Bem-estar mental (1 a 3 sendo 1= boa; 2=regular e 3=ruim)

Regressão logística multinomial

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

Tabela 36 - Estatísticas de ajuste -regressão pobreza monetária e bem-estar mental com variáveis de controle

Log likelihood = -5181.8461

LR chi2(16) = 213.31

N=7267

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

Incluindo as variáveis de controle e analisando o modelo completo, é possível perceber que os pobres têm uma probabilidade 74,2% maior do que os não pobres de declararem saúde mental regular em relação a saúde mental boa. Já os pobres, *vis a vis* aos não pobres, apresentam chance 52,8% maior de declarar saúde mental ruim em relação a saúde boa. Ou seja, dados os controles ou comparando indivíduos semelhantes a relação se torna mais forte, mas especialmente para a passagem da saúde mental boa para a regular. A relação entre a saúde boa e a saúde mental ruim é menos intensa.

Na passagem de saúde mental boa para regular apenas convivência com o companheiro ou cônjuge e ser idoso foram significantes. Já na passagem de saúde mental boa para saúde mental ruim as variáveis sexo e também ser jovem ou idoso em relação a ser adulto são significantes

Notamos que no que diz respeito a passagem de saúde mental boa para regular notamos que aqueles que convivem com o companheiro (a) apresentam uma chance reduzida em 28,1% de declarar saúde mental regular em relação a boa. Quanto a idade, ser

idoso quando comparado com adulto aumenta em 42,7% a probabilidade de o indivíduo reportar bem-estar mental regular ao invés de bom.

Centrando a atenção na relação entre bem-estar mental bom (categoria 1) e bem-estar mental ruim (categoria 3), com valores significativos, notamos que os homens tem uma chance 49,0% menor de declararem saúde mental ruim em relação a boa. No que diz respeito a idade, os idosos, quando comparados aos adultos, apresentam uma probabilidade aumentada em mais de 100% de declarar saúde mental ruim ao invés de boa, ao passo que os jovens também *vis a vis* aos adultos têm essa probabilidade reduzida em 29,1%.

De um modo geral, podemos notar que jovens em relação a adultos e idosos estão mais “protegidos” assim como aqueles que convivem com o companheiro (a) ou cônjuge sendo o mesmo para os homens.

Apresentamos a seguir as probabilidades marginais relativas a estar no ponto mais alto de bem estar mental sendo pobre ou não pobre dentro da perspectiva monetária.

Tabela 37 - Probabilidades marginais-pobreza monetária e bem-estar mental

	Margem	Erro padronizado método Delta	z	P>z	95%-Intervalo de confiança	
Pobres						
1-Não pobre	.7695078	.0053417	143.06	0.000	.7590382	.7799774
2-Pobre	.6738319	.013872	48.57	0.000	.6466432	.7010206

Expressão: Pr (bem-estar mental=1), predict ()

Número de observações: 7.267

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

Analisando a Tabela 37 é possível dizer que, se todos os indivíduos da base fossem pobres, a probabilidade de esses reportarem saúde mental boa seria de 67,3% ao passo que, se eles fossem todos não-pobres, essa chance aumentaria e seria de 76,9%.

### *Modelo 2-Necessidades básicas insatisfeitas*

O modelo 2 com e sem controles testa a relação entre pobreza baseada nas necessidades básicas insatisfeitas e a saúde mental, conforme mostrado nas tabelas a seguir.

Tabela 38 - Regressão pobreza por necessidades básicas insatisfeitas e bem-estar mental- sem variáveis de controle

Variáveis independentes	RRR	S.E	z	P>z	95%-Intervalo de confiança	
<b>1</b>	(base outcome)					
<b>2</b>						
1.ninsat_d	1.178665	.1063272	1.82	0.068	.9876518	1.406622
_cons	.1592469	.006017	-48.63	0.000	.1478799	.1714877
<b>3</b>						
1.ninsat_d	.8404351	.0829964	-1.76	0.078	.6925396	1.019915
_cons	.1716023	.0062793	-48.17	0.000	.1597261	.1843615

Dependente: Bem-estar mental (1 a 3 sendo 1= boa; 2=regular e 3=ruim)

Regressão logística multinomial

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

Tabela 39 - Estatísticas de ajuste-regressão pobreza por necessidades básicas insatisfeitas e bem-estar mental- sem variáveis de controle

Log likelihood = -5893.1509

LR chi2(2) = 7.50

N= 8042

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

Tabela 40 - Regressão pobreza por necessidades básicas insatisfeitas e bem-estar mental- com variáveis de controle

Variáveis independentes	RRR	S.E	z	P>z	95%-Intervalo de confiança	
<b>1</b>	(base outcome)					
<b>2</b>						
1.ninsat_d	1.213457	.1105097	2.12	0.034	1.015091	1.450585
1.homens	.7439806	.0845895	-2.60	0.009	.5953623	.9296981
1.religiao	1.024345	.075922	0.32	0.746	.8858435	1.1845
1.jovem	.9432436	.1031892	-0.53	0.593	.761209	1.16881
1.idoso	1.30867	.1030016	3.42	0.001	1.121592	1.526954
1.convive	.8091357	.0984783	-1.74	0.082	.6374165	1.027116
1.brancos	1.151475	.1161458	1.40	0.162	.9449227	1.403177

Continua

2.chefe	1.148763	.1655108	0.96	0.336	.8661472	1.523595
_cons	.1544108	.018509	-15.58	0.000	.1220802	.1953034
<b>3</b>						
1.ninsat_d	.9042252	.0904546	-1.01	0.314	.7432351	1.100087
1.homens	.5021525	.0589961	-5.86	0.000	.3988697	.6321792
1.religiao	.8657571	.0631361	-1.98	0.048	.7504494	.998782
1.jovem	.7041206	.0855464	-2.89	0.004	.5549211	.8934348
1.idoso	1.320347	.101364	3.62	0.000	1.135902	1.534743
1.convive	.8001976	.1026252	-1.74	0.082	.6223444	1.028878
1.branços	1.077919	.1063215	0.76	0.447	.8884378	1.307811
2.chefe	.8866604	.1326008	-0.80	0.421	.6613928	1.188653
_cons	.241202	.0275871	-12.43	0.000	.192764	.3018115

Dependente: Bem-estar mental (1 a 3 sendo 1= boa; 2=regular e 3=ruim)

Regressão logística multinomial

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

Tabela 41 - Estatísticas de ajuste-regressão pobreza por necessidades básicas insatisfeitas e bem-estar mental- com variáveis de controle

Log likelihood = -5799.6636

LR chi2(16) = 194.47

N= 8042

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

Desconsiderando quaisquer variáveis de controle, não foi encontrada relação estatisticamente significativa entre passar da categoria de bem-estar mental regular para boa e pobreza por necessidades básicas insatisfeitas, o mesmo ocorreu para a passagem da saúde mental ruim para a boa.

Quando adicionamos as variáveis de controle, notamos que a relação fica estatisticamente significativa apenas entre necessidades básicas insatisfeitas e saúde mental regular em relação a boa. Nesse sentido, é possível perceber que, ser pobre por necessidades básicas insatisfeitas aumenta em 21,3% a probabilidade de o indivíduo reportar saúde mental regular em relação a boa. Considerando apenas as variáveis de controle que foram significantes nessa relação vale destacar que os homens tem uma chance 25,7% menor de reportar saúde mental regular ao invés de boa, *vis a vis* as mulheres. Ao contrário, idosos, quando comparados aos adultos, tem uma probabilidade 30,7% maior de avaliar sua saúde mental como regular ao invés de boa.

Assim, a perspectiva de pobreza por necessidades básicas insatisfeitas não se mostrou muito interessante para explicar a saúde mental. Na tentativa de complementar a análise, as probabilidades marginais de reportar saúde mental boa são praticamente as mesmas caso todas as pessoas da base tivessem ou não as necessidades básicas insatisfeitas, indicando que a saúde mental percebida é provavelmente uma característica independente dessa perspectiva de pobreza.

Tabela 42 - Probabilidades marginais pobreza por necessidades básicas insatisfeitas e bem-estar mental

	Margem	Erro padronizado	z	P> z	95%-Intervalo de confiança	
	(método Delta)					
<b>Necessidades básicas insatisfeitas</b>						
0-Não pobre	.7528858	.0051763	145.45	0.000	.7427405	.7630311
2-Pobre	.7430619	.012378	60.03	0.000	.7188015	.7673222

Expressão: Pr (bem-estar mental=1), predict ()

Número de observações: 8043

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

Analisamos a seguir a relação da pobreza na perspectiva de um conceito multidimensional com a percepção de saúde mental dos indivíduos. As tabelas a seguir mostram o modelo sem (Tabela 43) e com controles (Tabela 45) e as probabilidades marginais de pobreza em relação à saúde mental boa (Tabela 47).

### *Modelo 3-Pobreza multidimensional*

Tabela 43 - Regressão pobreza multidimensional e bem-estar mental- sem variáveis de controle

Variáveis independentes	RRR	S.E	z	P>z	95%-Intervalo de confiança	
1	(base outcome)					
2						
1.multidim_d	1.271694	.0989093	3.09	0.002	1.091888	1.481109
_cons	.1541756	.0061728	-46.70	0.000	.1425396	.1667615
3						
1.multidim_d	.885918	.0739782	-1.45	0.147	.752167	1.043453
_cons	.1719486	.0065689	-46.08	0.000	.1595439	.1853178

Dependente: Bem-estar mental (1 a 3 sendo 1= boa; 2=regular e 3=ruim)

Regressão logística multinomial

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

Tabela 44 - Estatísticas de ajuste regressão pobreza multidimensional e bem-estar mental-  
sem variáveis de controle

Log likelihood = -5892.4799
LR chi2(2) = 12.99
N=8043

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

Tabela 45 - Regressão pobreza multidimensional e bem-estar mental com variáveis de  
controle

Variáveis independentes	RRR	S.E	z	P>z	95%-Intervalo de confiança	
1 (base outcome)						
<b>2</b>						
1.multidim_d	1.296933	.1014724	3.32	0.001	1.112549	1.511874
1.homens	.7427367	.084437	-2.62	0.009	.5943841	.9281165
1.religiao	1.024774	.0759571	0.33	0.741	.8862093	1.185004
1.jovem	.9397298	.1028678	-0.57	0.570	.7582737	1.164609
1.idoso	1.308654	.1030129	3.42	0.001	1.121557	1.526964
1.convive	.8116044	.0987851	-1.71	0.086	.6393515	1.030265
1.branco	1.157736	.1168455	1.45	0.147	.9499514	1.41097
2.chefe	1.149472	.1655392	0.97	0.333	.8667906	1.524343
_cons	.148649	.0179916	-15.75	0.000	.1172566	.1884459
<b>3</b>						
1.multidim_d	.9242271	.0779855	-0.93	0.350	.7833485	1.090441
1.homens	.5017752	.0589679	-5.87	0.000	.3985449	.631744
1.religiao	.8623949	.0628481	-2.03	0.042	.7476078	.9948062
1.jovem	.7037841	.0855061	-2.89	0.004	.554655	.8930093
1.idoso	1.325924	.101711	3.68	0.000	1.140836	1.541039
1.convive	.7987695	.1024279	-1.75	0.080	.6212553	1.027006
1.branco	1.077644	.1063022	0.76	0.448	.8881983	1.307496
2.chefe	.8884811	.1328212	-0.79	0.429	.6628268	1.190958
_cons	.2425039	.0279184	-12.31	0.000	.193519	.3038883

Dependente: Bem-estar mental (1 a 3 sendo 1= boa; 2=regular e 3=ruim)

Regressão logística multinomial

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

Tabela 46 - Estatísticas de ajuste-regressão pobreza multidimensional e bem-estar mental com variáveis de controle

Log likelihood = -5798.1383
LR chi2(16) = 201.67
N= 8043

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

Tabela 47 - Probabilidades marginais pobreza multidimensional e bem-estar mental

	Margem	Erro padronizado (método Delta)	z	P> z	95%-Intervalo de confiança	
<b>Pobreza multidimensional</b>						
0-Não pobre	.7553785	.0053981	139.93	0.000	.7447984	.7659585
1-Pobre	.7373393	.0101947	72.33	0.000	.7173581	.7573204

Expressão: Pr (bem-estar mental=1), predict ()

Número de observações: 12.319

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

Analisando a relação entre pobreza multidimensional e bem-estar mental sem considerar nenhuma outra variável de controle, notou-se uma associação estatisticamente significativa entre saúde mental regular em relação a boa e pobreza multidimensional, mas essa relação não foi encontrada entre saúde mental ruim, *vis a vis* a boa e pobreza multidimensional. Isso quer dizer que os multidimensionalmente pobres apresentam uma chance 27,2% maior de declararem saúde mental regular em relação a boa.

Incluindo as variáveis de controle na análise é possível perceber que ser multidimensionalmente pobre aumenta em 29,7% a chance de o indivíduo reportar saúde mental regular, *vis a vis*, a saúde mental boa. A relação entre pobreza multidimensional e saúde mental ruim em relação à boa não foi significativa mesmo com a incorporação das variáveis de controle.

Focalizando a análise nas associações que foram significantes e considerando a probabilidade de declarar saúde-mental regular contra saúde mental boa, notamos que os homens têm uma chance 25,7% menor de reportarem saúde mental regular em relação a boa nesse mesmo sentido aqueles que convivem com o companheiro(a) ou cônjuge tem

essa chance 18,8% menor. No sentido oposto os idosos tem essa chance 30,9% maior de reportarem saúde mental regular em relação a boa, *vis a vis* aos idosos.

Supondo que, todos os sujeitos da amostra fossem multidimensionalmente pobres a chance desses declarem sua saúde mental como boa é 73,7% já para aqueles considerados não pobres essa chance seria de 75,3%, ou seja, valores bem próximos indicando que a pobreza na perspectiva multidimensional, na forma medida aqui, não é um bom indicador de percepção de saúde mental para os brasileiros.

A Tabela 48 organiza todos os resultados da análise de regressão apresentados anteriormente com o objetivo de sintetizar esses achados de maneira mais clara e permitir a comparação de forma mais direta do efeito das diferentes concepções de pobreza, sem se considerar e considerando as diferentes variáveis de controle, nas medidas de satisfação com a vida e bem-estar físico e mental.

Tabela 48 - Compilação dos resultados da análise de regressão

	Satisfação com a vida (chance de se dizer insatisfeito)	Bem-estar físico (chance de se perceber menos saudável)	Bem-estar mental (chance de reportar bem-estar mental regular em relação a boa)	Bem-estar mental (chance de reportar bem-estar mental ruim em relação a boa)
<b>Pobreza monetária-sem variáveis de controle</b>	<b>77,6</b>	<b>22,5</b>	<b>62,0</b>	<b>43,8</b>
<b>Pobreza monetária-com variáveis de controle</b>	<b>79,6</b>	<b>38,2</b>	<b>74,2</b>	<b>52,8</b>
1.homens	30,3	-31,5	-	-49,0
1.religiao	-22,1	-	-	-
1.jovem	-	-39,9	-	-29,1
1.idoso	-19,4	208	42,7	147,0
1.convive	-39,5	-	-28,1	-
1.branco	-14,4	-	-	-
2.chefe	-	-	-	-
<b>Necessidades básicas insatisfeitas-sem variáveis de controle</b>	<b>-</b>	<b>28,1</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Necessidades básicas insatisfeitas-com variáveis de controle</b>	<b>-</b>	<b>37,8</b>	<b>21,3</b>	<b>-</b>
1.homens	20,2	-32,7	-25,7	-49,8
1.religiao	-21,0	-	-	-13,4
1.jovem	-	-41,0	-	-29,6
1.idoso	-24,2	197,0	30,7	32
1.convive	-35,6	-	-	-
1.branco	-19,2	-	-	-
2.chefe	-	-	-	-

Continua

<b>Pobreza multidimensional-sem variáveis de controle</b>	-	<b>23,7</b>	<b>27,2</b>	-
<b>Pobreza multidimensional-com variáveis de controle</b>	-	<b>29,6</b>	<b>29,7</b>	-
1.homens	20	-32,4	-25,7	-49,8
1.religiao	-21,1	-	-	-13,8
1.jovem	-	-41,1	-	-29,6
1.idoso	-24	197,3	30,9	32,6
1.convive	-35,7	-	-18,8	-
1.brancos	-19,2	-	-	-
2.chefe	-	-	-	-

= não foram encontradas relações estatisticamente significantes.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

## 5.2 Modelo hipotético das relações diretas e indiretas entre bem-estar e pobreza

### 5.2.1 Modelagem de equações estruturais-modelo 1

O Modelo 1 buscou identificar os efeitos diretos e indiretos do sexo, raça, idade nas variáveis de pobreza, bem-estar físico, bem-estar mental e satisfação com a vida. Adicionalmente, o modelo mensurou também o efeito que a *Pobreza*, no seu formato monetário, possui nas variáveis endógenas de bem-estar físico, bem-estar mental e satisfação com a vida.

#### *Estimativas do Modelo 1*

Quase todas as relações estimadas entre as variáveis endógenas e exógenas do Modelo 1 foram significantes ao nível de 5% (Tabela 49). As exceções dizem respeito à relação entre raça e bem-estar mental, sexo e satisfação com a vida e também idade e satisfação com a vida. Desse modo, de acordo com os parâmetros estimados pelo Modelo 1, não é possível identificar associação estatisticamente significativa entre esses pares de variáveis para a amostra utilizada nesse trabalho.

Tabela 49 – Parâmetros da Regressão - Modelo 1-Perspectiva Monetária

Relações Entre as Variáveis	Valor Estimado-padronizado	P-Value
Pobreza - monetária > Bem-estar físico	0,052	***
Pobreza - monetária > Bem-estar mental	0,040	***

Continua

Pobreza - monetária> Satisfação com a vida	0,102	***
Raça> Bem-estar físico	0,049	***
Raça> Bem-estar mental	-0,007	-
Raça > Satisfação com a vida	0,038	***
Sexo> Bem-estar físico	0,092	***
Sexo> Bem-estar mental	0,146	***
Sexo > Satisfação com a vida	-0,024	-
Idade> Bem-estar físico	-0,235	***
Idade>Bem-estar mental	-0,155	***
Idade>Satisfação com a vida	0,010	-
Raça > Pobreza - monetária	0,136	***
Sexo> Pobreza - monetária	0,031	**
Idade> Pobreza - monetária	0,098	***

\*\*\*=significante a 0,001

\*\*=significante a 0,005

- = não significante

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

As covariâncias também foram significantes ao nível de 1%, conforme mostra a Tabela 50.

Tabela 50 – Covariâncias - Modelo 1

Covariâncias	Estimativa	P-Value
e2<-->e3	0,518	***
e3<-->e4	0,471	***
e2<-->e4	0,394	***

\*\*\*=significante a 0,001

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

### *Qualidade do Ajuste do Modelo 1*

Apesar de nem todas as relações estimadas no Modelo 1 terem sido estatisticamente significantes ao nível de 5%, de modo geral pode-se dizer que o ajuste foi regular. Isto ocorreu tendo em vista que:

1. A relação entre o Qui-Quadrado e seus graus de liberdade foi da ordem de 18,46 e não atendeu ao critério de qualidade (Tabela 51);
2. Três das quinze relações estimadas entre as variáveis não foram estatisticamente significante;
3. Todos os demais critérios de qualidade do ajuste foram atendidos, como por exemplo, no caso dos Índices de Ajuste Ponderado (NFI) e a Raiz do Erro Quadrático Médio de Aproximação (RMSEA). Os resultados são apresentados na Tabela 52.

Tabela 51 – Estatística Qui-Quadrado - Modelo 1

Estatística	Valor Calculado	Critério de Qualidade do Ajuste
Qui-Quadrado ( $\chi^2$ )	55,373	-
Graus de Liberdade (G.L.)	3	-
$\chi^2 / G.L.$	18,46	$\leq 5$

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

Tabela 52 – Medidas de Qualidade do Ajuste - Modelo 1

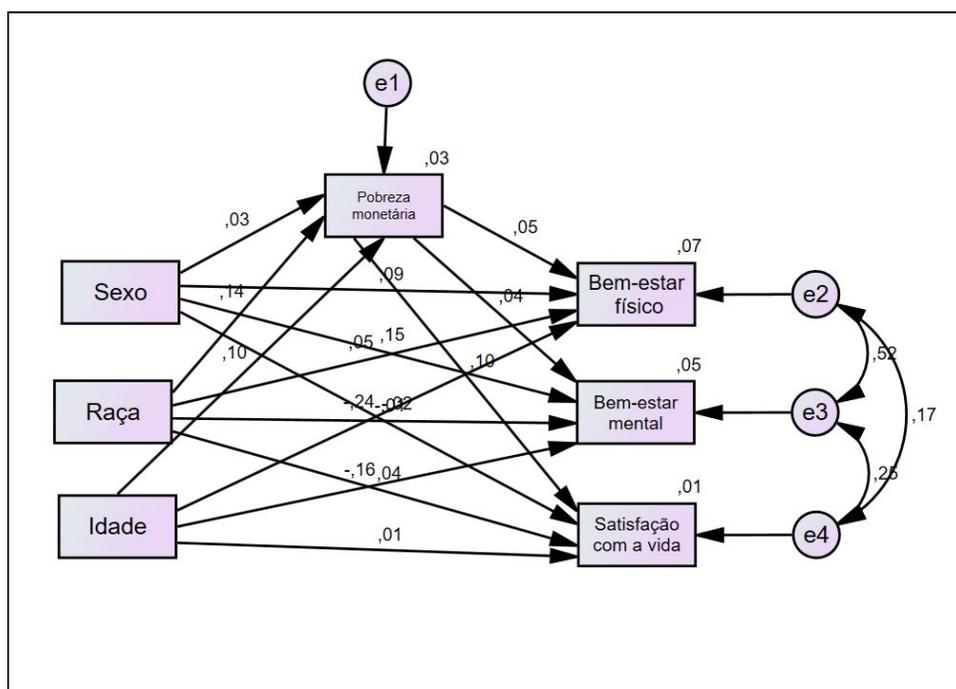
Estatística	Valor Calculado	Critérios de Qualidade do Ajuste
NFI - Índices de Ajuste Ponderado	0,991	$\geq 0,9$
RFI - Índices de Ajuste Relativo	0,936	$\geq 0,9$
IFI - Índices de Ajuste Incremental	0,991	$\geq 0,9$
TLI - Índices de Ajuste de Tucker-Lewis	0,939	$\geq 0,9$
CFI - Índices de Ajuste Comparativo	0,991	$\geq 0,9$
AGFI - Índice Ajustado da Qualidade do Ajuste	0,987	$\geq 0,9$
RMR - Raiz do Resíduo Médio	0,005	$\leq 0,10$
RMSEA - Raiz do Erro Quadrático Médio de Aproximação	0,040	$\leq 0,08$

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

### *Análise dos Efeitos Diretos e Indiretos das Estimativas e o Poder de Explicação do Modelo 1*

A Figura 14 e Tabela 53 apresentam as estimativas do Modelo 1, detalhando os efeitos diretos e indiretos das variáveis do modelo.

Figura 14– Perspectiva Monetária (Modelo 1)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

Tabela 53 – Efeitos padronizados - Modelo 1

Relações Entre as Variáveis	Efeito indireto padronizado	Efeito direto padronizado	Efeito total padronizado
Pobreza - monetária> Bem-estar físico	-	0,052	0,052
Pobreza - monetária> Bem-estar mental	-	0,040	0,040
Pobreza - monetária> Satisfação com a vida	-	0,102	0,102
Raça> Bem-estar físico	0,007	0,049	0,056
<b>Raça&gt; Bem-estar mental</b>	<b>0,005</b>	<b>-0,007</b>	<b>-0,002</b>
Raça > Satisfação com a vida	0,014	0,038	0,052
Sexo> Bem-estar físico	0,002	0,092	0,094
Sexo> Bem-estar mental	0,001	0,146	0,147
<b>Sexo &gt; Satisfação com a vida</b>	<b>0,003</b>	<b>-0,024</b>	<b>-0,021</b>
Idade> Bem-estar físico	0,005	-0,235	-0,230
Idade> Bem-estar mental	0,004	-0,155	-0,151

Continua

Idade>Satisfação com a vida	0,010	0,010	0,020
Raça > Pobreza – monetária	-	0,136	0,136
Sexo> Pobreza – monetária	-	0,031	0,031
Idade> Pobreza – monetária	-	0,098	0,098

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

Por meio das tabelas e figura acima elencados, é possível entender as relações entre as diversas variáveis do modelo. Escolhas das variáveis explicativas foram embasadas em uma farta literatura sociológica que disponibiliza materiais teórico e empírico que registram o papel das variáveis sexo, idade e raça nas relações com as definições de pobreza dos indivíduos, evidenciando, por exemplo, os mecanismos de discriminação racial e de gênero que permeiam a sociedade brasileira. Indo além, utilizou dessas variáveis de caráter demográfico para entender melhor os possíveis efeitos diretos nas medidas de bem-estar tanto físico e mental e satisfação com a vida, bem como a possibilidade de haver efeitos indiretos que seriam intermediados pelas diversas definições de pobreza.

Focando apenas nas relações entre variáveis que foram significantes e começando pela regressão cuja variável a ser explicada é a pobreza (na sua forma monetária) se observa que a raça é a variável explicativa de maior impacto (0,136). Dessa forma, como a medida de pobreza foi construída (1=não pobre e 2=pobre) e que a variável raça também foi criada de forma binária (1=brancos e 2=não-brancos), é possível afirmar que a pobreza monetária tem, em parte, uma relação direta com ser negro, bem como ser jovem e ser mulher (respectivamente, 0,031 e 0,098), embora em menor parcela.

Centrando a análise nas questões a serem explicadas por esse trabalho, isto é, nas relações entre as expressões de bem-estar, satisfação com a vida e pobreza é possível também entender as relações e capacidades de explicação das variáveis demográficas sexo, raça e idade. Nesses casos, os resultados são decompostos em efeitos diretos e indiretos. Assim, lembrando que medidas de bem-estar e satisfação na vida são construídas no sentido de que quanto maiores os escores menor é a percepção de bem-estar físico e mental e satisfação com a vida, será elencado abaixo a análise de cada uma dessas.

Sobre o bem-estar mental não é possível estabelecer uma relação estatística significativa com a variável de raça. Entretanto, sexo e idade possuem efeitos totais aproximados na percepção desse bem-estar (respectivamente, 0,147 e -0,151). Sexo e idade

possuem grande parte do seu efeito ocorrendo de forma direta, isto é, não sendo intermediado pela pobreza monetária, contudo, embora pequenos, o efeito indireto da idade é quatro vezes maior que o mesmo efeito de sexo. Entendendo a construção das variáveis é possível afirmar que há uma relação de modo que mulheres e idosos possuem menor bem-estar mental em dimensões parecidas.

No que se refere ao bem-estar físico, diferentemente do mental, identificamos uma relação significativa entre o primeiro e a raça. Nessa ser negro estabelece um menor bem-estar físico. No mais o bem-estar físico segue uma lógica muito parecida com o percebido em relação ao bem-estar mental. Nesse sentido, ser negro, idoso e mulher contribuem para possuir um bem-estar físico deficitário. Entre as três variáveis explicativas cabe ressaltar que proporcionalmente a raça é a que tem a menor diferença entre os efeitos diretos e indiretos.

A satisfação com a vida possui uma relação inversa a variável de bem-estar mental. Assim, das três variáveis explicativas até então descritas apenas raça é estatisticamente significativa. A raça possui um efeito total pequeno na satisfação, sendo dividida em efeitos diretos e efeitos intermediados pela pobreza monetária.

Como a principal questão desse trabalho é entender como as definições de pobreza podem explicar o bem-estar tanto físico como mental e a satisfação com vida, preferiu deixar para o final da discussão desse modelo as relações entre a pobreza monetária e as variáveis já citadas. De início é possível constatar que a pobreza monetária é significativamente relevante para todas as variáveis a serem explicadas. Entretanto, a pobreza possui um efeito maior na satisfação com a vida (0,102), que é duas vezes maior que os efeitos no bem-estar físico e mental (respectivamente, 0,52 e 0,40)

Tabela 54 – Correlações Múltiplas ao Quadrado - Modelo 1

Variáveis	Valor Calculado
Pobreza – pobreza monetária	2,9%
Satisfação com a Vida	1,4%
Bem-Estar Mental	4,6%
Bem-Estar Físico	6,8%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

Por fim, a Tabela 54 apresenta o poder de explicação das variáveis no ajuste do Modelo 1 (Perspectiva Monetária). De acordo com os resultados dessa tabela, sexo, idade e

raça conseguem explicar apenas 2,9% da variabilidade da pobreza monetária. Por sua vez, sexo, idade, raça e pobreza monetária explicam conjuntamente 1,4%, 4,6% e 6,8% das variações ocorridas na satisfação com a vida, bem-estar mental e bem-estar físico, respectivamente.

Esses resultados caracterizam um baixo poder de explicação do modelo. Em outras palavras, sexo, idade, raça e pobreza explicam pouco das variações ocorridas no bem-estar tanto físico como mental, assim como na satisfação com a vida.

### 5.2.2 Modelagem de equações estruturais-modelo 2

O Modelo 2 segue a lógica do primeiro modelo, isto é, busca identificar os possíveis efeitos da pobreza por necessidades básicas insatisfeitas nas variáveis de bem-estar físico, bem-estar mental e satisfação com a vida. A construção e a lógica aplicada é a mesma do modelo anterior, a única exceção é a adoção de um segundo modelo de concepção de pobreza, ou seja, apenas trocou-se a variável de pobreza com uma abordagem monetária pela perspectiva das necessidades básica insatisfeitas.

#### *Estimativas do Modelo 2*

Assim como no modelo 1, no modelo 2 quase todas as relações estimadas entre as variáveis foram significativas ao nível de 5%. Também como o primeiro modelo as relações entre raça e sexo com a variável de satisfação com a vida não apresentaram significância. Comparativamente, o modelo 2 possui o ganho de ter a relação entre raça e bem-estar mental com significância estatística, diferentemente do modelo anterior.

Tabela 55 – Parâmetros da Regressão - Modelo 2

Relações Entre as Variáveis				Valor Estimado- padronizado	P-Value
Pobreza	–	Necessidades	básicas	0,038	***
insatisfeitas > Bem-estar físico					
Pobreza	–	Necessidades	básicas	0,008	-
insatisfeitas > Bem-estar mental					

Continua

Pobreza – Necessidades básicas insatisfeitas			
> Satisfação com a vida		-0,027	-
Raça> Bem-estar físico		0,053	***
Raça> Bem-estar mental		-0,002	-
Raça > Satisfação com a vida		0,054	***
Sexo> Bem-estar físico		0,095	***
Sexo> Bem-estar mental		0,147	***
Sexo > Satisfação com a vida		-0,021	-
Idade> Bem-estar físico		-0,231	***
Idade> Bem-estar mental		-0,152	***
Idade> Satisfação com a vida		0,020	-
Raça > Pobreza – Necessidades básicas insatisfeitas		0,077	***
Sexo> Pobreza – Necessidades básicas insatisfeitas		-0,023	-
Idade> Pobreza – Necessidades básicas insatisfeitas		0,031	***

\*\*\*=significante a 0,001

\*\*=significante a 0,005

- = não significante

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

As covariâncias dos erros do modelo também foram significantes ao nível de 1%, conforme mostra a Tabela 56.

Tabela 56 – Covariâncias - Modelo 2

Covariâncias	Estimativa	P-Value
e2<-->e3	0,518	***
e3<-->e4	0,471	***
e2<-->e4	0,394	***

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

### Qualidade do Ajuste do Modelo 2

De modo geral, a qualidade do ajuste pode ser considerada ruim, pois:

1. A relação entre o Qui-Quadrado e os seus graus de liberdade foi de 18,46. Isto significa que o critério de qualidade não foi satisfeito (Tabela 57);
2. Seis das quinze relações entre as variáveis não foram estatisticamente significantes;
3. Em contrapartida todas medidas de qualidade do ajuste atenderam aos critérios, como por exemplo, o Índice de Ajuste Ponderado (NFI) e a Raiz do Erro Quadrático Médio de Aproximação (RMSEA) conforme observa-se na Tabela 58.

Tabela 57 – Estatística Qui-Quadrado – Modelo 2

Estatística	Valor Calculado	Critério de Qualidade do
		Ajuste
Qui-Quadrado ( $\chi^2$ )	55,373	-
Graus de Liberdade (G.L.)	3	-
$\chi^2$ / G.L.	18,46	$\leq 5$

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

Tabela 58 – Medidas de Qualidade do Ajuste – Modelo 2

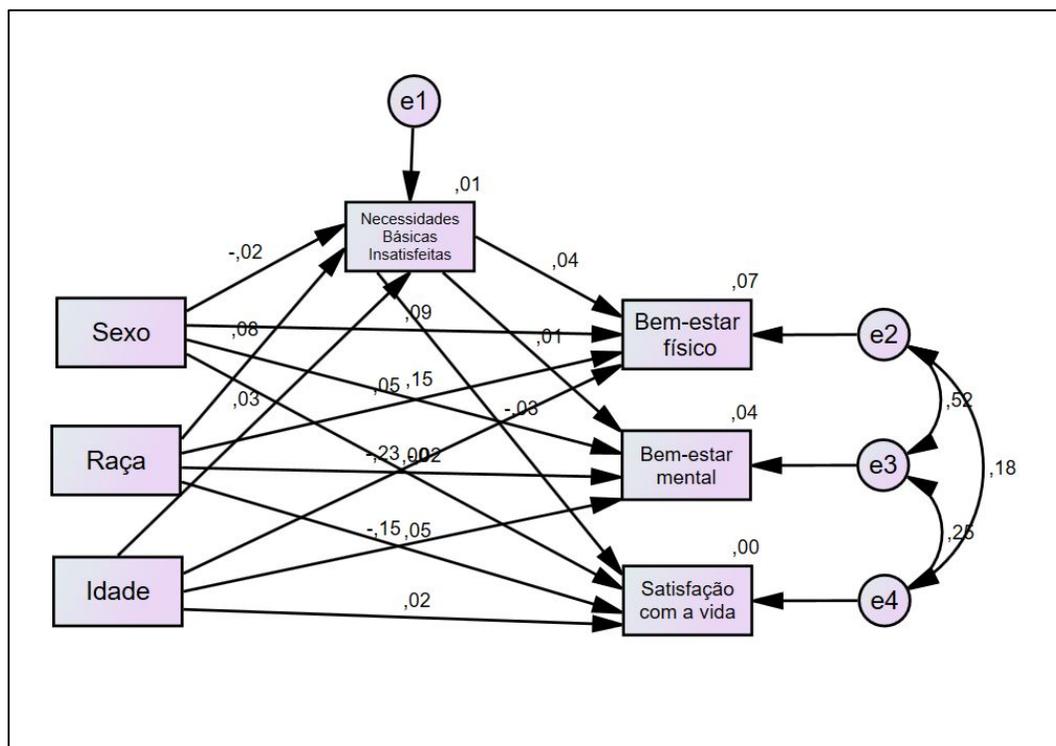
Estatística	Valor Calculado	Critérios de Qualidade do
		Ajuste
NFI - Índices de Ajuste Ponderado	0,991	$\geq 0,9$
RFI - Índices de Ajuste Relativo	0,936	$\geq 0,9$
IFI - Índices de Ajuste Incremental	0,991	$\geq 0,9$
TLI - Índices de Ajuste de Tucker-Lewis	0,939	$\geq 0,9$
CFI - Índices de Ajuste Comparativo	0,991	$\geq 0,9$
AGFI - Índice Ajustado da Qualidade do Ajuste	0,987	$\geq 0,9$
RMR - Raiz do Resíduo Médio	0,005	$\leq 0,10$
RMSEA - Raiz do Erro Quadrático Médio de Aproximação	0,040	$\leq 0,08$

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

### *Análise dos Efeitos Diretos e Indiretos das Estimativas e o Poder de Explicação do Modelo 2*

A Figura 15 e Tabela 59 apresentam as estimativas do Modelo 2 detalhando os efeitos diretos e indiretos das variáveis do modelo.

Figura 15 – Perspectiva das Necessidades Básicas Insatisfeitas (Modelo 2)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

Tabela 59 - Efeitos Padronizados-Modelo 2

Relações Entre as Variáveis	Efeito indireto padronizado	Efeito direto padronizado	Efeito total-padronizado
Pobreza – Necessidades básicas insatisfeitas > Bem-estar físico	-	0,038	0,038
Pobreza – Necessidades básicas insatisfeitas > Bem-estar mental	-	0,008	0,008
Pobreza – Necessidades básicas insatisfeitas > Satisfação com a vida	-	-0,027	-0,027
Raça > Bem-estar físico	0,003	0,053	0,056
Raça > Bem-estar mental	0,001	-0,003	-0,002
Raça > Satisfação com a vida	-0,002	0,054	0,052
Sexo > Bem-estar físico	-0,001	0,095	0,094

Continua

Sexo> Bem-estar mental	0,000	0,147	0,147
Sexo > Satisfação com a vida	0,001	-0,021	-0,021
Idade> Bem-estar físico	0,001	-0,231	-0,230
Idade>Bem-estar mental	0,000	-0,151	-0,151
Idade>Satisfação com a vida	-0,001	0,021	0,020
Raça > Pobreza – Necessidades básicas insatisfeitas	-	0,077	0,077
Sexo> Pobreza – Necessidades básicas insatisfeitas	-	-0,023	0,023
Idade> Pobreza – Necessidades básicas insatisfeitas		0,031	0,031

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

Conforme expresso acima o Modelo 2 encontra-se detalhado entre efeitos diretos e indiretos das variáveis de bem-estar e satisfação. É importante lembrar que, devido à forma como as cargas fatoriais dos construtos foram estimadas, escores maiores do bem-estar físico e mental devem ser interpretados como redução do bem-estar. No mesmo sentido, escores maiores da satisfação com a vida representam uma diminuição da satisfação. Ainda com base na forma como as cargas fatoriais foram estimadas, ressalta-se que o crescimento do escore necessidades básicas insatisfeitas deve ser interpretado como menores necessidades básicas satisfeitas. É interessante observar que, embora o efeito total seja significativo, ao decompor os efeitos diretos e indiretos da raça sobre a saúde mental esses se tornam não significantes. Porém vemos que a relação é positiva apenas através da pobreza (efeito indireto), o que pode sugerir que a significância encontrada está relacionada ao fato de que mais negros se encontram na pobreza por necessidades insatisfeitas e através disso podem apresentar percepções de mal estar mental.

Iniciando a análise pelos valores encontrados na regressão construída entre a pobreza (necessidades básicas insatisfeitas) e as variáveis demográficas (sexo, raça e idade) observa-se que, assim como ocorre no modelo 1, raça é a principal variável do modelo a explicar a pobreza (0,136). Contudo, diferentemente do primeiro modelo, nessa concepção de pobreza, sexo não é uma variável estatisticamente significativa. Dessa forma, novamente, ser negro e mais jovem contribui para a pobreza (necessidades básicas).

O Modelo 2 possui menos variáveis explicativas estatisticamente relevantes. Pensando nas variáveis demográficas explicando as medidas de bem-estar e a satisfação com a vida, observa-se que o modelo 2 perde em relevância estatística. A satisfação com a vida, por exemplo, das três variáveis demográficas mensuradas apenas a vertente racial é estatisticamente significativa. Em contrapartida, todas as variáveis explicativas funcionam para explicar o bem-estar físico. A lógica da causalidade não se altera quando comparado os modelos 1 e 2, isto é, mulheres, idosos e negros são aqueles que mais relatam dificuldades de bem-estar físico.

Posta a padronização do desenho do modelo de equações estruturais, cuja alteração apenas ocorre nas concepções de pobreza, a comparação entre os modelos torna-se mais interessante nas regressões entre os diferentes tipos de pobreza e sua correlação com o bem-estar físico mental e satisfação com a vida. A primeira questão a ser sublinhada nessa comparação é que diferentemente de como ocorre no modelo 1, no segundo modelo a concepção de pobreza (necessidades básicas insatisfeitas) não é estatisticamente significativa para satisfação com a vida e bem-estar mental. Dessa forma, a única análise a ser feita entre as relações é entre a pobreza e o bem-estar físico. Nesse enfoque, observa-se que há uma relação idêntica entre os modelos, isso é, quanto mais pobre menor é a sensação de bem-estar físico. Contudo, comparando os efeitos totais das duas concepções de pobreza no bem-estar físico, observa-se que há um maior efeito da pobreza exposta no modelo 1 em comparação à pobreza analisada no segundo modelo (respectivamente, 0,052 e 0,038).

Tabela 60 – Correlações Múltiplas ao Quadrado - Modelo 2

Variáveis	Valor Calculado
Pobreza – necessidade básicas insatisfeitas	0,7%
Satisfação com a Vida	0,4%
Bem-Estar Mental	4,5%
Bem-Estar Físico	6,6%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

Por fim, a Tabela 60 apresenta o poder de explicação do Modelo 2 (Perspectiva das Necessidades Básicas Insatisfeitas), ou seja, em que medida as variações ocorridas nas medidas de bem-estar e satisfação com a vida foram explicadas exclusivamente pelas

variáveis exógenas sexo, raça, idade e a variável interveniente de pobreza (necessidades básicas insatisfeitas).

De acordo com os resultados dessa tabela, as variáveis citadas explicam conjuntamente 0,4%, 4,5% e 6,6% das variações ocorridas na satisfação com a vida, bem-estar mental e bem-estar físico, respectivamente. Enquanto, que sexo, raça e idade explicam 0,7% das variações da pobreza.

Esses resultados caracterizam um baixo poder de explicação do modelo. Comparativamente, o modelo 2 explica pior as variáveis do interesse desse trabalho que o modelo que o precedeu.

### 5.2.3 Modelagem de equações estruturais- modelo 3

O Modelo 3 buscou, inicialmente, identificar os efeitos das variáveis observadas sexo, raça, idade e pobreza na sua versão multidimensional nas variáveis endógenas bem-estar físico, bem-estar mental e satisfação com a vida.

#### *Estimativas do Modelo 3*

No modelo 3 diminuíram as relações estimadas entre as variáveis que foram significativas ao nível de 5%. Isso quer dizer que, podemos afirmar com 95% de confiança que, para essa amostra, não foi possível estabelecer uma relação dos pares de relação entre: pobreza multidimensional e satisfação com a vida; raça e bem-estar mental; sexo e satisfação com a vida; idade e satisfação com a vida; sexo e pobreza – multidimensional e idade e pobreza – multidimensional. Já para os demais pares foram encontradas associações estatisticamente significantes.

Tabela 61 – Parâmetros da Regressão - Modelo 3

Relações Entre as Variáveis	Valor Estimado- padronizado	P-Value
Pobreza - multidimensional> Bem-estar físico	0,076	***
Pobreza - multidimensional> Bem-estar mental	0,039	***

Continua

Pobreza - multidimensional> Satisfação com a vida	0,022	-
Raça> Bem-estar físico	0,045	***
Raça> Bem-estar mental	-0,008	-
Raça > Satisfação com a vida	0,049	***
Sexo> Bem-estar físico	0,095	***
Sexo> Bem-estar mental	0,147	***
Sexo > Satisfação com a vida	-0,020	-
Idade> Bem-estar físico	-0,232	***
Idade> Bem-estar mental	-0,152	***
Idade> Satisfação com a vida	0,019	-
Raça > Pobreza – multidimensional	0,150	***
Sexo> Pobreza – multidimensional	-0,007	-
Idade> Pobreza – multidimensional	0,023	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

\*\*\*=significante a 0,001

\*\*=significante a 0,005

- = não significante

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

As covariâncias foram significativas ao nível de 5%, conforme mostra a Tabela 62.

Tabela 62 – Covariâncias - Modelo 3

Covariâncias	Estimativa	P-Value
e2<-->e3	0,517	***
e3<-->e4	0,477	***
e2<-->e4	0,403	***

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

### Qualidade do Ajuste do Modelo 3

De modo geral, a qualidade do ajuste pode ser considerada regular, pois:

1. A relação entre o Qui-Quadrado e os seus graus de liberdade foi de 18,46. Isto significa que o critério de qualidade do ajuste não foi satisfeito (Tabela 63);

2. Seis das quinze relações entre as variáveis não foram estatisticamente significantes (Tabela 65);
3. Todas medidas de qualidade do ajuste atenderam aos os critérios, como por exemplo, o Índice de Ajuste Ponderado (NFI) e a Raiz do Erro Quadrático Médio de Aproximação (RMSEA). A Tabela 64 detalha os resultados.

Tabela 63– Estatística Qui-Quadrado – Modelo 3

Estatística	Valor Calculado	Critério de Qualidade do Ajuste
Qui-Quadrado ( $\chi^2$ )	55,373	-
Graus de Liberdade (G.L.)	3	-
$\chi^2$ / G.L.	18,46	$\leq 5$

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

Tabela 64 – Medidas de Qualidade do Ajuste – Modelo 3

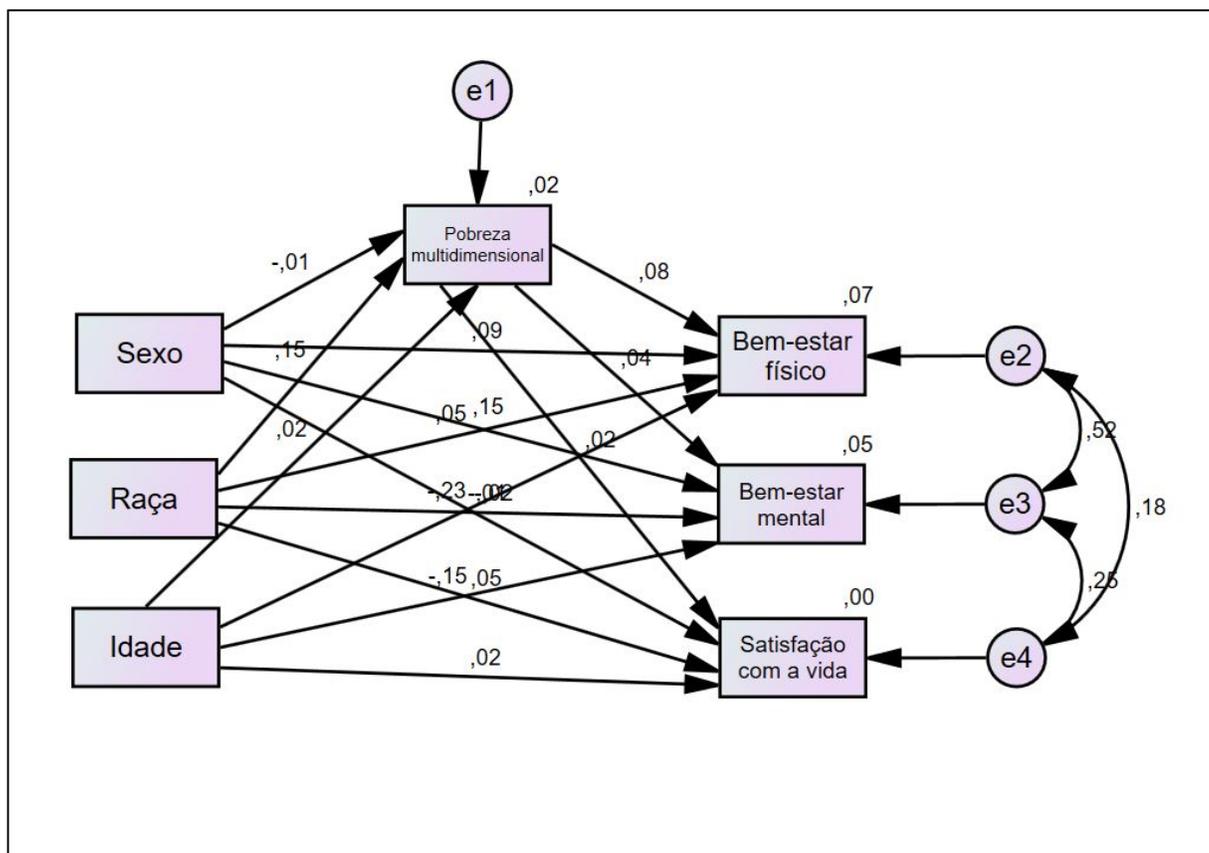
Estatística	Valor Calculado	Crítérios de Qualidade do Ajuste
NFI - Índices de Ajuste Ponderado	0,991	$\geq 0,9$
RFI - Índices de Ajuste Relativo	0,935	$\geq 0,9$
IFI - Índices de Ajuste Incremental	0,991	$\geq 0,9$
TLI - Índices de Ajuste de Tucker-Lewis	0,938	$\geq 0,9$
CFI - Índices de Ajuste Comparativo	0,991	$\geq 0,9$
AGFI - Índice Ajustado da Qualidade do Ajuste	0,987	$\geq 0,9$
RMR - Raiz do Resíduo Médio	0,005	$\leq 0,10$
RMSEA - Raiz do Erro Quadrático Médio de Aproximação	0,040	$\leq 0,08$

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

### *Análise dos Efeitos Diretos e Indiretos das Estimativas e o Poder de Explicação do Modelo 3*

A Figura 16 e a Tabela 65 apresentam o ajuste do Modelo 3, detalhando os efeitos diretos e indiretos das variáveis demográficas (sexo, raça, idade) e do fator de pobreza multidimensional nas medidas de bem-estar (físico e mental) e satisfação com a vida.

Figura 16 – Perspectiva da Pobreza Multidimensional (Modelo 3) – Não Padronizado



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

Tabela 65- Efeitos Padronizados-Modelo 3

Relações Entre as Variáveis	Efeito indireto padronizado	Efeito direto padronizado	Efeito total-padronizado
Pobreza - multidimensional > Bem-estar físico	-	0,076	0,076
Pobreza - multidimensional > Bem-estar mental	-	0,039	0,039
Pobreza - multidimensional > Satisfação com vida	-	0,022	0,022
Raça > Bem-estar físico	0,011	0,045	0,056
Raça > Bem-estar mental	0,006	-0,008	-0,002

Continua

Raça > Satisfação com a vida	0,003	0,049	0,052
Sexo> Bem-estar físico	-0,001	0,095	0,094
Sexo> Bem-estar mental	0,000	0,147	0,147
Sexo > Satisfação com a vida	0,000	-0,020	-0,020
Idade> Bem-estar físico	0,002	-0,232	-0,230
Idade> Bem-estar mental	0,001	-0,152	-0,151
Idade> Satisfação com a vida	0,001	0,019	0,020
Raça > Pobreza – multidimensional	-	0,150	0,150
Sexo> Pobreza – multidimensional	-	-0,007	-0,007
Idade> Pobreza – multidimensional	-	0,023	0,023

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

Mais uma vez é importante lembrar que, devido à forma como os construtos foram estimados, escores maiores do bem-estar físico e mental devem ser interpretados como redução do bem-estar. Na mesma direção, escores maiores da satisfação com a vida representam uma diminuição nessa satisfação. Ainda com base na forma como as variáveis foram estimadas, ressalta-se que um maior escore de pobreza multidimensional deve ser interpretado como aumento da pobreza.

Nesse entendimento, focalizando primeiramente na relação entre as variáveis demográficas e a concepção de pobreza multidimensional, é possível perceber que apenas a questão racial é estatisticamente significativa para relação. Pensando nos três modelos observa-se uma perda da significância das variáveis demográficas, assim, enquanto o primeiro modelo todas variáveis eram significantes na explicação da pobreza, no Modelo 2 foram apenas duas (raça e idade), agora, no modelo 3, apenas a raça apresenta significância estatística. Na explicação da pobreza multidimensional pela raça, observa-se que a relação é a mesma das outras formas de pobreza, isto é, negros são mais pobres do que não negros. Nesse caso a relação se mantém apenas com a raça talvez através da introdução da variável educação nesse escore, na qual as mulheres e os adultos não estão em desvantagem em relação a homens e jovens/idosos, porém os negros continuavam em 2008, ano da base, com desvantagens educacionais.

As correlações entre as variáveis demográficas e as medidas de bem-estar e satisfação com a vida seguem a mesma lógica descrita no Modelo 2, sem haver quaisquer alterações significativas.

Sobre o ponto de maior relevância desse trabalho, observa-se que a pobreza multidimensional consegue ter significância estatística apenas no bem-estar físico e no bem-estar mental, não sendo possível estabelecer causalidade estatística com a variável satisfação com a vida. Nesse sentido, de certa forma, o modelo 3 se assemelha ao modelo que também era estatisticamente significativo apenas com duas das variáveis endógenas, na ocasião bem-estar físico e satisfação com a vida. Dessa forma, de todas as concepções de pobreza aqui discutidas apenas na sua vertente monetária (Modelo 1) há efeitos estatisticamente significantes para as três variáveis endógenas, quando controlado por sexo, idade e raça. Porém, o efeito da pobreza multidimensional, talvez também pela introdução da educação, não é significativo para percepção de bem-estar, mas é a que apresenta o efeito mais forte em relação ao bem estar físico, que provavelmente está diretamente ligado ao conforto material capturado nessa variável pelos mesmos atributos da variável de necessidades insatisfeitas acrescido da posse de bens. De mais a mais, a literatura indica uma forte relação entre educação e saúde que pode estar alterando a percepção de saúde dos pobres do ponto de vista multidimensional.

Tabela 66 – Correlações Múltiplas ao Quadrado - Modelo 3

Variáveis	Valor Calculado
Pobreza – Multidimensional	2,3%
Satisfação com a Vida	0,4%
Bem-Estar Mental	4,6%
Bem-Estar Físico	7,1%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

Por fim, a Tabela 66 apresenta o poder de explicação do Modelo 3 (Pobreza multidimensional), ou seja, em que medida as variações ocorridas nas medidas de bem-estar e satisfação com a vida foram explicadas exclusivamente pelas variáveis exógenas sexo, raça, idade e a variável interveniente de pobreza.

Desta forma, sexo, raça, idade e pobreza multidimensional explicaram conjuntamente 0,4%, 4,6% e 7,1% das variações ocorridas na *Satisfação com a Vida*, *Bem-Estar Mental* e *Bem-Estar Físico*, respectivamente. Esses resultados caracterizam um baixo poder de explicação do modelo.

Descritos os modelos e olhando para o todo, em linhas gerais, no que se refere a análise da qualidade de ajuste dos modelos, é possível afirmar que *Perspectiva Monetária*,

*Perspectiva das Necessidades Básicas Insatisfeitas e Pobreza Multidimensional* tiveram ajustes considerados regular, tendo em vista que:

1. Todos eles atenderam aos critérios de qualidade do ajuste (com exceção do Qui-quadrado, que sofre uma grande influência amostral);
2. Nenhum deles apresentou todas as relações entre as variáveis exógenas e endógenas consideradas na modelagem significantes ao nível de 5%;
3. Os efeitos indiretos das variáveis demográficas são, nos três modelos, consideravelmente menores que os efeitos diretos.
4. Todos os modelos apresentaram baixo poder de explicação, em outras palavras, as variáveis exógenas não conseguiram explicar grande parte das variações ocorridas nas variáveis endógenas;

Pensando em uma análise mais holística dos modelos e suas concepções de pobreza, observa-se que não há um modelo que melhor explique o bem-estar e a satisfação com a vida de forma única. Entretanto, é possível falar em pior modelo geral, que é aquele mensurado por meio das necessidades básicas insatisfeitas. Focalizando nas correlações múltiplas quadráticas, observa-se que o bem-estar mental é, praticamente, explicado por todos os modelos de forma igual. Por sua vez, o bem-estar físico é mais bem explicado pelo modelo 3 (pobreza multidimensional), enquanto que a satisfação com a vida é melhor explicada pelo modelo 1 (pobreza monetária).

Embora, a capacidade de explicação seja relativamente parecida, principalmente se comparando os Modelos 1 e 3, o modelo de pobreza monetária é o único que é estatisticamente significativo nas três relações estabelecidas com as variáveis de respostas mensuradas.

Apesar do baixo poder explicativo do modelo, encontramos relações interessantes entre as variáveis empregadas no mesmo. No entanto, lembramos que aqui foram utilizadas as medidas de bem-estar e pobreza (necessidades básicas insatisfeitas e multidimensional) na forma de fatores contínuos, o que não nos permite entender de que forma as questões originais, que são categóricas, atuaram para criar tais relações. Desse modo como última análise empírica apresentada na tese partimos para uma análise não paramétrica das variáveis tomadas em sua forma categórica, de modo a analisar as categorias dessas variáveis separadamente e entender de que modo se formam as relações entre elas independentemente do baixo poder explicativo dos modelos. Partimos então, na próxima

seção, para uma discussão das relações entre as variáveis de interesse através da análise de correspondência.

### 5.3 Análise não paramétrica das categorias de bem-estar e pobreza

Inicialmente é importante esclarecer que foram utilizadas aqui seis dimensões de análise, três diferentes concepções de pobreza (monetária, necessidades básicas insatisfeitas e pobreza multidimensional e duas medidas de bem-estar (física e mental) e uma de satisfação com a vida. Para todas elas diversas possíveis medidas foram testadas a partir das variáveis disponíveis, e depois disso foram selecionadas aquelas que mais se ajustaram aos dados. Detalhes sobre a criação das variáveis no formato utilizado neste trabalho serão incluídos no apêndice de modo que aqui nos ateremos aos resultados gráficos da análise de correspondência focando nas variáveis que foram selecionadas para essa análise depois dessa exploração inicial.

No que diz respeito à perspectiva monetária, utilizaremos a variável renda dicotomizada em dois grupos: 1- não pobres e 2- pobres, o valor de corte utilizado foi a linha de pobreza utilizada pelo IPEA em 2008 (ano também da base de dados) que correspondia a R\$ 123,80 *per capita*. Já a pobreza por necessidades básicas insatisfeitas foi construída de forma binária a partir do seu fator descrito anteriormente. A definição dos grupos pobres por necessidades básicas insatisfeitas (2) e não-pobres por necessidades básicas insatisfeitas foi feita partir da distribuição do fator e assim categorizou-se como pobres aqueles que estavam no último quartil da distribuição desse fator. O mesmo procedimento foi realizado para criar a variável binária pobreza multidimensional utilizada aqui.

No que se refere à satisfação com a vida, foi utilizada a variável original com uma inversão das categorias de modo que 1 passou a significar leve a melhor vida possível e 10 leve a pior vida possível. Quanto ao bem-estar físico usamos a recategorização das uma variável de auto avaliação do estado de saúde do indivíduo que originalmente tinham cinco categorias (muito boa, boa, razoável, ruim e muito ruim), e são as mesmas utilizadas para a construção do fator saúde física. A variável resultante passou a assumir, portanto, apenas dois valores (1-boa e 2-ruim) e foi utilizada aqui e na análise de regressão (recategorizada ali em 0 e 1).

A medida de bem-estar mental seguiu uma lógica parecida com a anterior, mas ao invés de criar um índice com todas as variáveis componentes do fator, optamos por selecionar apenas uma delas, que menciona diretamente a percepção de se sentir deprimido. Assim, a variável original que estava em um formato que o entrevistado selecionava uma de cinco opções (sempre, a maior parte do tempo, alguma parte do tempo, uma pequena parte do tempo e nunca) em resposta a assertiva “sinto me tão deprimido que nada poderia me animar” foi transformada em uma variável categórica com três pontos (1-boa, 2-regular e 3-ruim).

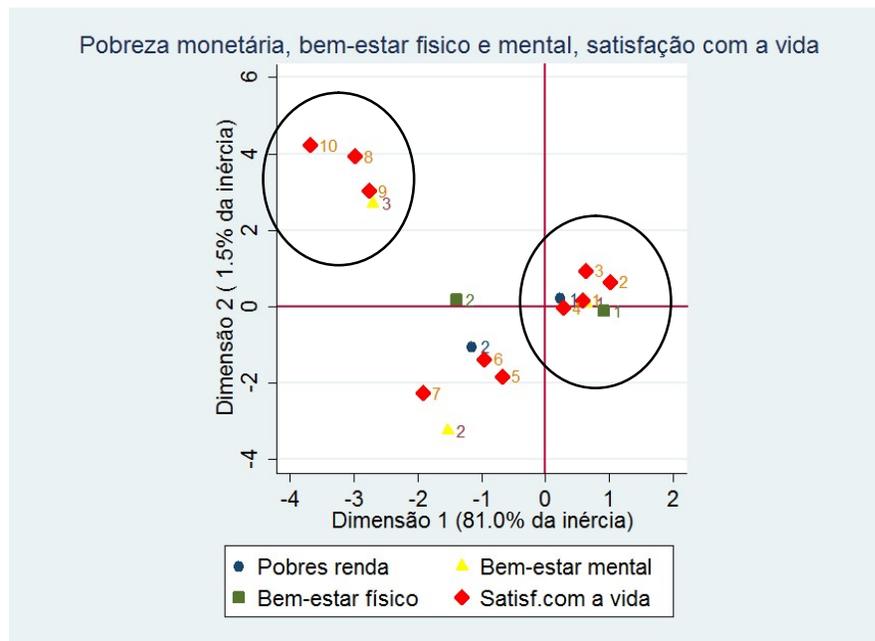
A realidade social é complexa e as variáveis que descrevem essa realidade de maneira geral são categóricas, qualitativas e mal comportadas, o que faz com que seja necessário lançar mão de técnicas que busquem dar conta dessa complexidade e criar agrupamentos que reduzam essa multidimensionalidade e tornem a análise do mundo social possível. Diante disso, usamos aqui a análise de correspondência múltipla que é própria para lidar com dados categóricos e avaliar como as categorias aqui em estudo se encontram no espaço na tentativa de entender quais relações estamos realmente estabelecendo entre elas. Essa análise foi conduzida no software Stata(R) e aqui nos ateremos primordialmente à interpretação dos resultados gráficos da técnica que se mostram mais ricos para os objetivos estabelecidos para esse trabalho. Os dois principais gráficos dessa análise serão: 1-os gráficos gerados pelas coordenadas das relações entre as variáveis no espaço e 2- As projeções das categorias dessas variáveis nas duas dimensões selecionadas. Em todos os casos analisados, as duas primeiras dimensões cobrem mais de 80% da inércia, com a maioria da variação sendo apropriada pela primeira dimensão. Apesar da pouca variabilidade representada na segunda dimensão, incluímos esta na análise de modo a facilitar a observação bidimensional das categorias no espaço. Não apenas isso, mas os gráficos nos permitirão ver como realmente se comportam as associações que geramos com os construtos escolhidos para representar as variáveis de interesse.

### 5.3.1 Modelo 1- Pobreza Monetária

No primeiro modelo consideramos as relações entre pobreza monetária, bem-estar físico, bem-estar mental e satisfação com a vida. Podemos perceber pela análise dos gráficos (1 e 2) que as variáveis de bem-estar mental e satisfação com a vida discriminam

bem os grupos na dimensão 1. A dimensão 1 é responsável por explicar 81,0% da variabilidade ou inércia do gráfico ao passo que a dimensão 2 explica apenas 1,5%. Através do exame do gráfico, podemos ver que realmente existe uma relação entre pobreza monetária, bem-estar e satisfação com a vida mesmo quando examinando as categorias dessas variáveis em separado. É possível perceber pelo círculo que delimita um conjunto de pontos no gráfico na área superior direita que foram agrupadas respostas categóricas de maior grau de satisfação com a vida, boa saúde física e mental e não pobres. Nota-se também no canto superior esquerdo um conjunto de pontos com satisfação com a vida baixa e pior saúde mental. Esses dois grupos estão também em quadrantes diferentes do gráfico 1. Conveniente ressaltar a correspondência identificada entre satisfação com a vida e bem-estar mental, as quais realizam uma “curva” semelhante, passando do quadrante superior esquerdo para o quadrante inferior esquerdo e finalmente estacionando entre os quadrantes da direita. A pobreza monetária (categoria 2 da variável “Pobres”) não se encontra no grupo de pior saúde e pior satisfação, mas no quadrante inferior esquerdo, junto com as categorias médias (satisfação e saúde razoáveis).

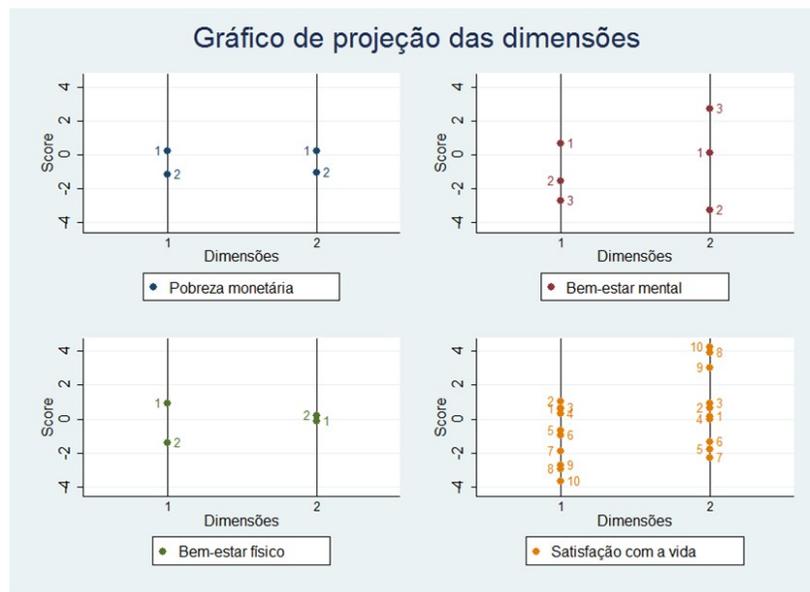
Gráfico 1- Análise de correspondência: pobreza monetária, bem-estar físico e mental e satisfação com a vida



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

Observando o gráfico de projeção das dimensões no Modelo 1 (Gráfico 2) é possível notar que a dimensão 1 discrimina bem todas as variáveis (pobreza monetária, bem-estar mental, bem-estar físico e satisfação com a vida) uma vez que as categorias estão bem separadas nessa dimensão, que é semelhante de certo modo aos fatores criado para representar os construtos. Já a dimensão 2 não discrimina bem as variáveis de bem-estar físico, mas faz isso para a variável de bem-estar mental. A dimensão 2 responde por uma porção muito pequena da inércia, e parece mostrar a curva que caracteriza a variação dos valores médios para os altos no bem estar e na saúde mental, enquanto a dimensão 1 segue claramente uma linha do pior para o melhor em todas as variáveis. A variável pobreza monetária tem seus valores bem discriminados nas duas dimensões, mas em direções contrárias, uma vez que se associa não do valor mais baixo para o mais alto, mas do valor médio para o mais baixo com as demais categorias.

Gráfico 2 - Projeção das dimensões: pobreza monetária, bem-estar físico e mental e satisfação com a vida



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

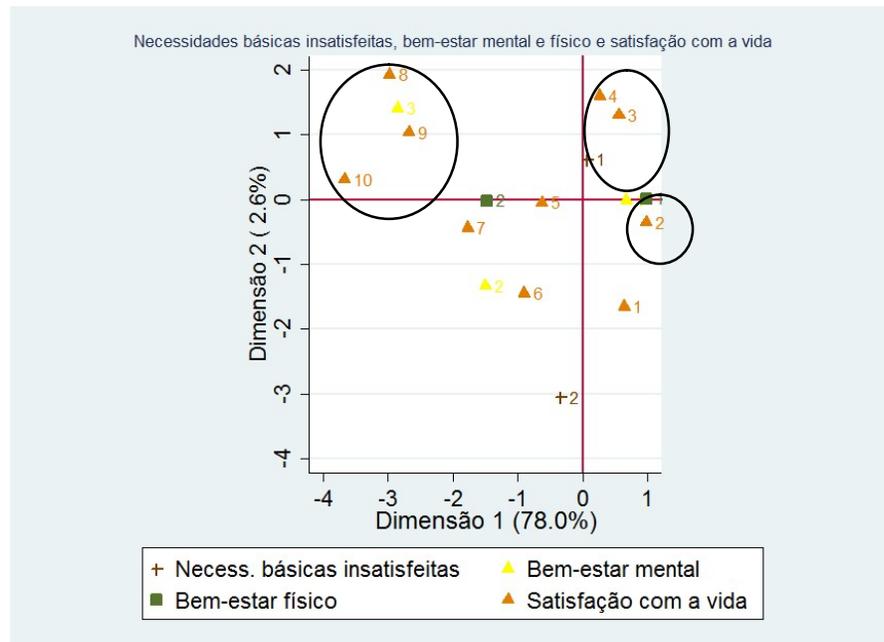
### 5.3.2 Modelo 2 - Necessidades Básicas Insatisfeitas

No modelo 2 consideramos as relações entre necessidades básicas insatisfeitas, bem-estar físico, bem-estar mental e satisfação com a vida. Quando analisamos o Gráfico 3

referente ao Modelo 2-necessidades básicas insatisfeitas podemos perceber um conjunto de pontos no canto superior esquerdo que agrupa respostas de insatisfação com a vida alta e saúde mental ruim. Identificamos no quadrante superior direito pontos que representam graus altos de satisfação com a vida e ausência de pobreza por necessidades básicas insatisfeitas, também do lado direito na medial do gráfico do modelo 2 percebemos o agrupamento de pontos que descrevem bem-estar mental e físico e satisfação com a vida altos.

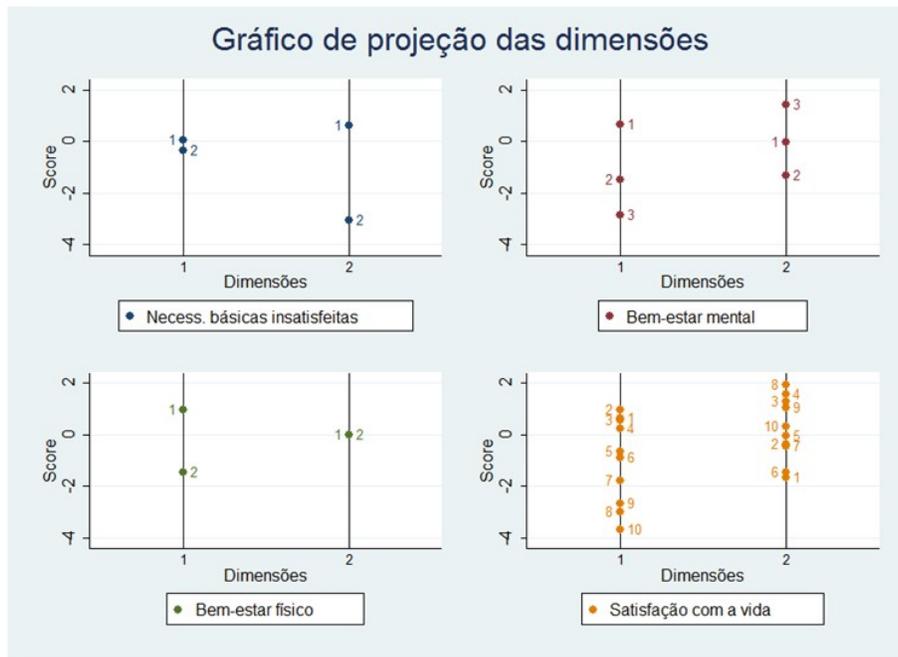
No caso do Modelo 2 a dimensão 2 discrimina melhor as variáveis do que a dimensão 1, mas responde por uma porção também pequena da inércia. A presença de pobreza por necessidades básicas insatisfeitas parece estar mais associada a avaliações de bem-estar mental e satisfação com a vida médias e o bem-estar físico ruim. Entretanto, de maneira geral necessidades básicas insatisfeitas não se mostrou uma variável muito adequada para discriminar as questões que aqui estão em análise. Apesar disso, as descobertas aqui são consistentes com aquelas da análise de regressão logística, onde a única variável para a qual essa abordagem tem algum poder explicativo é a saúde física ou bem estar físico, explicando muito melhor a percepção de saúde ruim do que a boa.

Gráfico 3- Análise de correspondência: necessidades básicas insatisfeitas, bem-estar físico e mental e satisfação com a vida



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

Gráfico 4 - Projeção das dimensões: necessidades básicas insatisfeitas, bem-estar físico e mental e satisfação com a vida



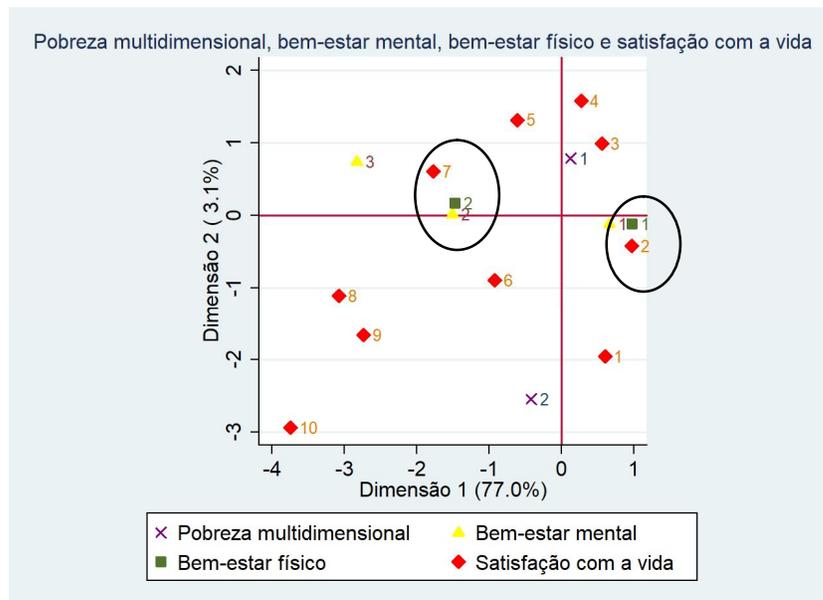
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

### 5.3.3 Modelo 3- Pobreza multidimensional

Considerando os gráficos (Gráficos 5 e 6) que descrevem o modelo 3-pobreza multidimensional percebemos que a discriminação entre as variáveis é melhor do que a que ocorre no modelo 2. A dimensão 1 explica melhor a variabilidade do que a dimensão 2.

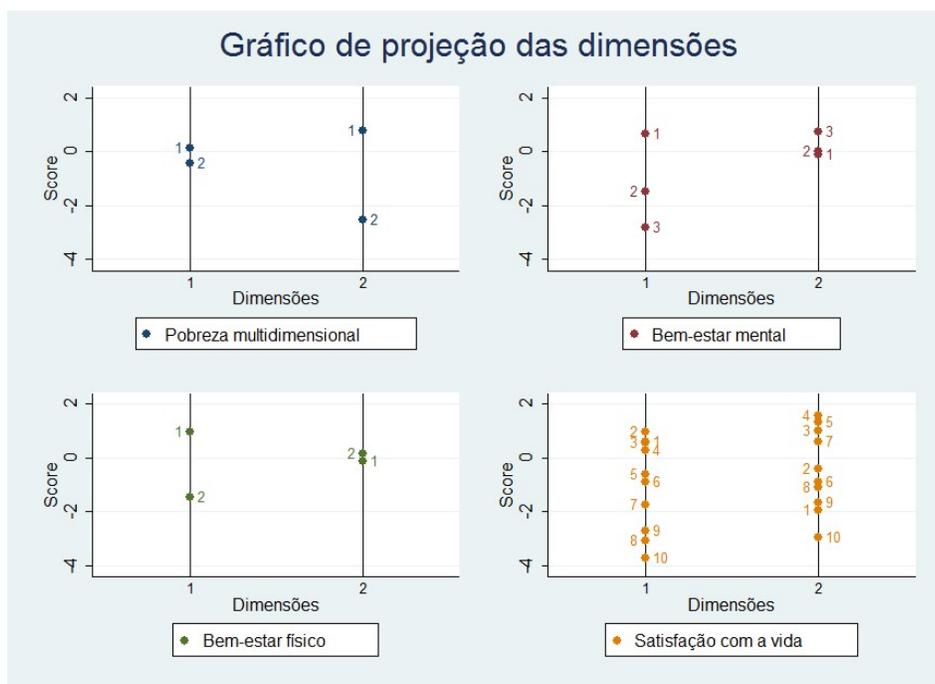
É possível perceber na área central superior do gráfico 5 o agrupamento de pontos que ilustram insatisfação com a vida, saúde física ruim e mental média. Já no canto inferior direito é possível notar a proximidade entre saúde mental e física boa e também graus altos de satisfação com a vida.

Gráfico 5- Análise de correspondência: pobreza multidimensional, bem-estar físico e mental e satisfação com a vida



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

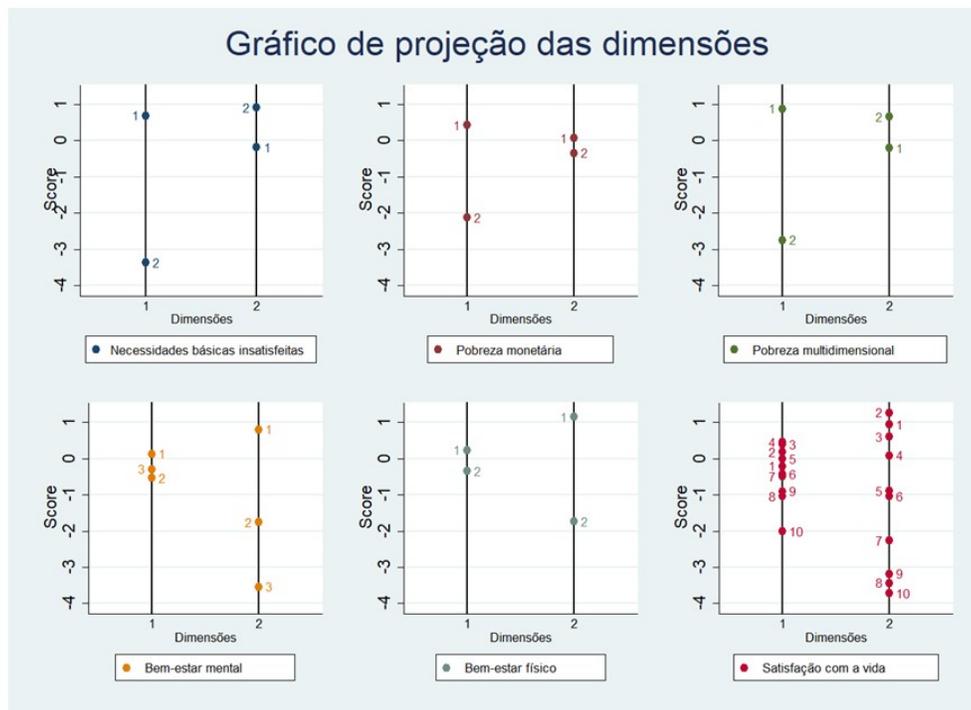
Gráfico 6 - Projeção das dimensões: pobreza multidimensional, bem-estar físico e mental e satisfação com a vida



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)



Gráfico 8 - Projeção das dimensões: pobreza monetária, necessidades básicas insatisfeitas, pobreza multidimensional, bem-estar físico e mental e satisfação com a vida



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (2008)

Em linhas gerais, o que se pode concluir a partir da análise de correspondência múltipla realizada aqui é que a pobreza monetária se mostrou com maior capacidade de expressar a relação entre pobreza e bem-estar, tanto enquanto parte da dimensão socioeconômica como na dimensão das percepções. A pobreza multidimensional é ligeiramente mais “explicativa” do que as necessidades básicas, cujo poder preditivo é bem reduzido. Isso pode ocorrer por algumas razões, mas entre esses motivos gostaria de apontar o desafio inerente a captar questões de cunho mais subjetivo como o bem-estar de modo que a existência dessas relações pode estar obscurecida por essa questão de mensuração. Na presente caracterização, ficou clara a existência de uma relação entre pobreza e bem estar em suas diversas formas, mas a pobreza monetária foi mais capaz de captar essa relação.

Vimos também que todas as caracterizações da pobreza estão relacionadas entre si de maneira razoável. Mais ainda, estão, do ponto de vista da dimensão vertical, no mesmo quadrante (esquerdo) do que as variáveis de percepção baixa de bem estar, ao passo que as categorias de percepção média e alta de bem estar estão no mesmo quadrante que a

ausência de pobreza, mas mais próximas da linha divisória dos quadrantes. Assim, a pobreza se mostrou muito mais correlacionada com a ausência de bem estar do que a ausência de pobreza com a presença de bem estar. Ser pobre tem relação com a auto percepção de falta de bem estar, porém não ser pobre não se relaciona com maior bem estar tão diretamente.

## 6 CONCLUSÃO

Estar bem parece ser uma aspiração compartilhada, se não por todos os indivíduos, por grande parte deles. Felicidade, satisfação com a vida e bem-estar, tanto físico como mental são termos que aparecem quando se discute o significado de uma vida com qualidade, uma vida boa. Nessas discussões a pobreza também emerge como uma dimensão relevante. Em maior ou menor grau, a pobreza parece representar um obstáculo importante para se alcançar esse bem-estar. Entretanto, é sabido que a concepção do que seja pobreza foi se alterando nos últimos anos.

Os estudos mais tradicionais acerca da pobreza entenderam esse fenômeno como falta de renda. Tal perspectiva observa essa situação a partir das variáveis de renda e de consumo dos indivíduos e famílias. Pela abordagem monetária define-se valores de corte, valores de referência que seriam utilizados para identificar como pobres aqueles que estão abaixo desses limiares. Nesse aspecto, pobres seriam aqueles indivíduos ou agregados familiares que são incapazes de auferir a quantidade de renda suficiente. A definição desses valores de referência se deu através da utilização de métodos variados. É possível mencionar metodologias tais como consumo calórico direto, consumo calórico indireto, percentuais do salário mínimo, valores em dólares por dia etc.

A perspectiva monetária em suas variantes tem sido amplamente utilizada, por exemplo, por governos, para delimitação de público-alvo de programas sociais, para definição de valores de transferência de renda etc.; e pela mídia como parâmetro para descrever o desenvolvimento econômico-social e até como um marcador de qualidade de vida. A disseminação do uso da perspectiva monetária se deve principalmente por três principais motivos: o primeiro deles é a facilidade de acesso a dados monetários que ocorreu com a expansão da coleta de dados domiciliares; um segundo motivo se refere a facilidade de comunicar os resultados de indicadores de pobreza calculados pela abordagem monetária – é possível, por exemplo, divulgar um valor único para um país que tenha por si só um significado, sem que sejam necessárias maiores explicações. Uma terceira razão é a possibilidade de fazer comparações internacionais por meio de conversões mais simples tais como a transformação do valor em dólar.

A abordagem monetária, apesar de bastante disseminada e até mais conhecida, não está imune a limitações, tanto de ordem técnico-metodológica como de natureza mais

conceitual, como já foi mencionado. No que se refere as limitações metodológicas, em linhas gerais as duas principais fragilidades são: apesar da aparente objetividade envolvida nos cálculos desses limiares existe um amplo espaço de discricionariedade nas decisões técnicas envolvidas nesses cálculos que podem carregar essas medidas de bastante subjetividade. Uma outra limitação de ordem mais conceitual diz respeito a insuficiência da renda para dar conta do fenômeno da pobreza que passa a ser entendido como um conceito mais amplo, não apenas circunscrito ao componente monetário.

As críticas direcionadas à perspectiva monetária abrem espaço para a emergência de novas abordagens que fossem capazes de contornar as limitações inerentes ao uso de medidas estritamente centradas na renda. Nesse contexto, a abordagem das necessidades básicas insatisfeitas emerge focada em avaliar as condições dos indivíduos e famílias por meio da observação da satisfação ou não de certas necessidades. Tal perspectiva seria capaz de lidar com o contexto mais amplo de desenvolvimento econômico e social da sociedade, não se limitando a observar apenas o mínimo para subsistência, mas padrões de dignidade. Assim, observa-se a satisfação das necessidades calóricas e incorpora o acesso a saneamento básico, vestuário, habitação, entre outras.

Na perspectiva das necessidades básicas insatisfeitas fica claro que a definição do que seria uma necessidade básica e qual o parâmetro para o atendimento dessa necessidade é bastante amplo variando em relação ao tempo e também ao lugar. Na prática, em razão da disponibilidade dos dados, a perspectiva das necessidades básicas insatisfeitas vem sendo operacionalizada através de medidas que busquem caracterizar o domicílio levando em conta variáveis tais como materiais da parede, acesso e tipo de abastecimento de água, formas de iluminação e escoadouro sanitário. O método integrado de mensuração da pobreza é uma variação da abordagem das necessidades básicas que conjuga a abordagem monetária com indicadores de caracterização do domicílio.

A abordagem das necessidades básicas insatisfeitas padece basicamente de duas limitações: a primeira delas diz respeito ao desafio de atribuir ou não pesos diferentes as variáveis que compõem a medida, e a segunda limitação se refere ao foco excessivo que essa perspectiva dá para as variáveis de caracterização do domicílio.

A compreensão acerca do aumento do grau de complexidade do conceito de pobreza colocou a necessidade de que mais elementos analíticos fossem colocados em tela para compor a caracterização do fenômeno. Nesse sentido, emergem discussões em torno

da importância de considerar noções tais como vulnerabilidade, desqualificação social assim como posse e mobilização de ativos. Esse processo de complexificação fez emergir a necessidade do desenvolvimento de medidas de pobreza multidimensional que buscassem abarcar essas dimensões e traduzi-las em uma medida mais ampla de pobreza. Assim como as outras abordagens, a perspectiva multidimensional não está isenta de críticas e limitações, sendo a principal delas associada à sua potencialidade, sua complexidade, ou seja, em razão de envolver um grupo maior de variáveis incorporando um maior grupo de dimensões perderia a capacidade de especificação do fenômeno e assim a sua capacidade de orientar ações de combate à pobreza.

O trabalho desenvolvido aqui se apoiou na premissa de que a compreensão da pobreza partiu de uma perspectiva unidimensional centrada apenas na renda e se desenvolveu em direção a abordagens mais amplas que incorporaram outras dimensões, tais como as necessidades básicas insatisfeitas, avançando em seguida para discussões que advogam pela compreensão da pobreza como um fenômeno multidimensional. Essa trajetória foi aqui apresentada não apenas através do arcabouço teórico que sustentou essa ampliação de perspectiva, mas também explorando os efeitos dessa ampliação na forma de mensuração da pobreza.

A partir desse quadro inicial foram sendo incorporados ao arcabouço teórico dessa tese o debate em torno das dimensões imateriais da pobreza trazendo à discussão variáveis tais como vergonha, estigma, exclusão e isolamento social. A relação entre privação material e os efeitos que essa condição projeta na vida dos indivíduos foi o eixo que norteou toda a discussão a ser desenvolvida nessa tese. Mais especificamente, através da discussão das dimensões imateriais da pobreza surgiu um debate sobre a associação entre pobreza e dimensões mais subjetivas de bem estar, que procuramos de algum modo analisar aqui.

A inclusão do que denominamos dimensões imateriais da pobreza se justifica em razão do entendimento de que a subjetividade é elemento importante para a compreensão da pobreza. Isso significa dizer que, nas situações de carência, estão envolvidos aspectos relativos a valores, condutas e atitudes, que acabam por reforçar a manutenção de situações de vulnerabilidade e destituição.

A ideia de vergonha é central para a experiência de pobreza compreendida não apenas como uma desvantagem material e insegurança econômica, mas como uma “relação

social vergonhosa e corrosiva" caracterizada por falta de voz, desrespeito, humilhação, reduzida dignidade e autoestima. Nesse sentido, a noção de estigma emerge como uma dimensão também importante a ser considerada pois aglutina figurações simbólicas e narrativas que estão associadas aos indivíduos que vivem em condição de pobreza, essas narrativas e símbolos podem ser percebidos, por exemplo, por expressões que são relacionadas à pobreza tais como miseráveis, pobres coitados, pé-rapado entre outras.

A compreensão da pobreza como um fenômeno relacional torna imperativa a inclusão de questões relativas à sociabilidade, aos processos de interação social que são mediados pela posse ou falta de recursos econômicos. Nesse contexto, as relações sociais são um elemento central que faz com que seja necessário lançar o olhar sobre questões tais como redes sociais relações familiares, laços de confiança e as redes de reciprocidade entre vizinhos e amigos no plano comunitário por exemplo. Além disso, incorpora-se a esse debate o conceito de exclusão social que em alguns momentos chega a ser utilizado como um sinônimo de pobreza, mas que está além da renda e diz respeito à pobreza relacional ressaltando a presença, na caracterização desse fenômeno, de aspectos subjetivos, relativos a valores, identidade, crenças e comportamentos, apontando para o processo de produção e reprodução da pobreza.

No bojo das dimensões imateriais da pobreza, o conceito de isolamento social é incluído como sendo uma expressão mais específica da pobreza relacional, é compreendido como uma privação de conexão social entendida como um obstáculo fundamental para que os indivíduos alcancem o bem-estar sendo uma dimensão relevante para a compreensão da pobreza visto que representa a dimensão social da pobreza absoluta. Esse conceito é entendido a partir da qualidade e quantidade inadequadas de relações sociais com outras pessoas nos diferentes níveis de interação.

A inclusão dessas dimensões ao debate foi feita com vistas a incorporar à compreensão do fenômeno da pobreza esses elementos menos tangíveis que atravessam a experiência dos indivíduos que vivem em condições de privação, não apenas material. Essa incorporação abriu espaço para as questões em torno do bem-estar e suas variações, que surgem, especialmente na forma de percepções de bem ou mal estar, como uma das consequências de a pobreza apresentar essas dimensões não materiais.

O conceito de bem-estar é amplo e de uso corriqueiro no senso-comum associado a dimensões tais como boa saúde física e mental, felicidade e satisfação. A imprecisão em

torno do conceito foi pontuada, mas avançou-se na delimitação do que seja o bem-estar. Essa demarcação permitiu desmembrar a noção de bem-estar em sua concepção mais ampla em três conceitos, a saber: bem-estar físico, bem-estar mental e bem-estar como satisfação com a vida, os quais procuramos trabalhar aqui.

A delimitação do bem-estar físico foi feita a partir da aproximação com o conceito de saúde física considerando tanto a ausência de doenças como a percepção dos indivíduos em relação a sua condição física. Nesse mesmo sentido, o conceito de bem-estar mental foi demarcado pela sua similaridade com a noção de saúde mental e assim como bem-estar físico diz respeito não apenas as condições psíquicas do indivíduo, mas abarca também a percepção desses acerca da sua saúde mental de maneira mais ampla. Já o bem-estar como satisfação com a vida foi adotado como uma avaliação da vida no geral, uma noção que traduz um julgamento do indivíduo sobre a vida, feita pelo balanço entre aspectos positivos e negativos, ou seja, o saldo. Ressaltamos que, devido à natureza dos dados utilizados, apenas trabalhamos com percepções subjetivas de bem estar em suas diversas formas, e não com medidas objetivas desse construto.

Todo o arcabouço teórico percorrido nesse trabalho gerou condições que possibilitaram a explicitação das perguntas que são colocadas por esse estudo, quais sejam: 1- existe relação entre pobreza e bem-estar? e 2-diferentes concepções de pobreza ensejam distintas consequências em termos do entendimento ou da avaliação do estado de bem-estar?

Postas essas questões passamos a explorar as técnicas de análise que foram empregadas na tentativa de compreender a essas perguntas e que atendessem à necessidade de compreender a pobreza como um fenômeno relacional, ou seja, como um processo que está associado à maneira como os indivíduos interagem e percebem a sua condição de vida, mais que uma condição estanque atribuída aos indivíduos com um menor poder aquisitivo. Diante desse desafio metodológico optou-se por lançar mão de três técnicas, a saber: análise de regressão logística, modelagem de equações estruturais e análise de correspondência múltipla.

Em linhas gerais, a regressão logística é uma técnica útil para fazer previsões acerca da probabilidade de ocorrência de um evento (ser pobre), em função do relacionamento entre esse evento e outros preditores (sexo e raça, por exemplo). Os modelos de regressão logística utilizados (binária, ordinal ou multinomial) tornaram possível a inclusão de

variáveis categóricas como variáveis resposta da análise. A seleção entre regressão logística binária, ordinal ou multinomial se deu a partir das características das diferentes variáveis dependentes que foram utilizadas nesse trabalho. A análise de correspondência foi empregada para dar conta da pouca capacidade explicativa das análises paramétricas e do caráter intrinsecamente nominal dos construtos mensurados. Esta é uma técnica de exploração e simplificação da estrutura de variabilidade de dados multivariados, organizados em variáveis categóricas que são dispostas em tabelas cruzadas que levam em consideração medidas de correspondência entre as linhas e colunas da matriz de dados, o que proporciona uma percepção visual das relações entre categorias. A análise de correspondência é bastante conhecida nas Ciências Sociais em razão de ter sido empregada por Bourdieu em *A distinção* para compreender as relações sociais que são estabelecidas entre as classes sociais e as diferentes práticas sociais. O potencial analítico da análise de correspondência no campo de estudos em Ciências Sociais repousa em sua capacidade de demonstrar padrões a partir do exame da distribuição de dados categóricos que costumam ser os mais ricos a serem explorados pela análise sociológica.

A modelagem de equações estruturais foi utilizada também por ser uma técnica capaz de lidar com problemas inerentes ao campo da análise social que se apoiam em teorias baseadas em conceitos abstratos que, muitas vezes, não são passíveis de mensuração direta, e com a MEE é possível desenvolver essas medidas através de construtos ou variáveis latentes ao mesmo tempo em que a presença do componente ligado a análise de regressão na MEE permite que sejam trabalhadas as relações diretas e indiretas entre as variáveis que compõem o modelo. De forma acessória foi utilizada a análise fatorial para construir as medidas de bem-estar físico e mental, e também as medidas de necessidades básicas insatisfeitas e pobreza multidimensional.

O pano de fundo de toda a discussão colocada em curso nesse trabalho é a ideia de que a pobreza está imbricada em fenômenos sociais mais amplos que estão para além da renda. A pobreza impõe aos indivíduos não apenas contingências no nível material, mas afetaria também o seu bem-estar físico, mental e sua satisfação com a vida, ou as percepções dos indivíduos sobre seu bem estar.

Com vistas a responder as questões colocadas por esse trabalho, buscamos capturar três concepções de pobreza em três construtos diferentes. Assim, o emprego das técnicas de análise utilizou de maneira geral três modelos básicos: o primeiro deles objetivava testar

a relação entre a pobreza monetária e o bem-estar físico, mental e a satisfação vida. No segundo modelo testou-se a relação entre a pobreza operacionalizada via necessidades básicas insatisfeitas e as medidas de bem-estar. Já no terceiro modelo testou-se a relação entre o bem-estar físico, mental e a satisfação com a vida e a pobreza multidimensional. Os três modelos testados sofreram alguns ajustes para atender os pressupostos das diferentes técnicas em uso, mas assegurando-se que a concepção subjacente a cada modelo fosse mantida em todos os tipos de análise realizadas, garantindo assim, um maior grau de comparabilidade na interpretação dos resultados.

A análise de regressão logística possibilitou testarmos a relação entre as diferentes concepções de pobreza e as medidas de bem-estar, tanto de maneira geral, ou seja, sem utilizar nenhuma outra variável de controle, como também introduzindo outras variáveis explicativas que pudessem ser importantes para capturar o efeito “líquido” da relação analisada.

No teste dos modelos sem as variáveis de controle, no que diz respeito a satisfação com a vida, identificamos relação estatisticamente significativa com pobreza monetária, o que não ocorreu com a pobreza segundo as necessidades básicas insatisfeitas tampouco com a pobreza multidimensional. Isso nos permite dizer que ser monetariamente pobre aumenta em 77,6 % a chance de o indivíduo reportar maior grau de insatisfação com a vida. No que se refere a associação entre bem-estar físico e as diferentes concepções de pobreza, encontramos relação estatisticamente significativa para os três modelos. Pela perspectiva monetária ser pobre (estar abaixo da linha de pobreza) aumenta em 22,5 % a chance de o indivíduo reportar menor bem-estar físico. No mesmo sentido, ser pobre por necessidades básicas insatisfeitas aumenta essa chance em 28,1 %, já para o modelo de pobreza multidimensional essa chance é de 23,7%. Diante disso podemos afirmar a relevância da abordagem das necessidades insatisfeitas para a percepção de saúde física. A maior relevância dessa perspectiva aqui não surpreende, pois faz sentido que a saúde física seja mais afetada por questões tais como falta de saneamento e água tratada do que apenas pela renda propriamente dita. O baixo poder explicativo dessa dimensão da pobreza pode ser justificado pelo fato de que em uma amostra que se concentra em populações urbanas de regiões razoavelmente desenvolvidas, como a utilizada aqui, quase todos os indivíduos já possuem suas necessidades básicas satisfeitas no sentido que buscamos capturar. Isso

também foi observado por Beccarria *et al.* (1997) em suas investigações sobre a pobreza na América Latina.

Ainda focalizando na análise de regressão aplicada aos modelos sem controles, observamos também a relação entre o bem-estar mental e as diferentes concepções de pobreza. Foram identificadas relações estatisticamente significantes apenas entre saúde mental e pobreza monetária e entre saúde mental e pobreza multidimensional. Nesses termos, indivíduos monetariamente pobres tem uma probabilidade 62,0% maior do que os não pobres de declararem saúde mental regular em relação a saúde mental boa. Já os pobres segundo a perspectiva monetária, vis a vis aos não pobres, apresentam probabilidade 43,8% maior de declarar saúde mental ruim em relação a saúde boa. Nota-se uma associação estatisticamente significativa entre saúde mental regular em relação a boa e pobreza multidimensional, diferente do que se observa entre pobreza por necessidades básicas insatisfeitas e saúde mental regular em que não foram identificadas associações estatisticamente significativas. Também nesse caso o maior poder explicativo da perspectiva multidimensional quanto à saúde mental, principalmente encontrado nos modelos estruturais, não surpreende, pois a literatura na área já vem demonstrando a relação entre saúde mental e educação, variável incluída nesse construto, de diversas formas, embora haja muita controvérsia sobre as causas dessa relação. Entre as possíveis causas são citadas o estilo de vida menos estressante das pessoas mais educadas devido a melhores opções de saúde e melhores condições socioeconômicas (HALPERN-MANNERS *et al.*, 2016).

Com objetivo ampliar a compreensão das relações entre pobreza e bem-estar optamos por incluir algumas variáveis que poderiam intervir nessa relação. Essas variáveis foram sexo, frequência religiosa, idade, convivência com cônjuge ou companheiro, posição no domicílio (chefe ou cônjuge) e raça. Com o modelo completo percebemos que ser pobre aumenta em 79, 6% as chances de o indivíduo relatar maior grau de insatisfação com a vida na perspectiva monetária. Assim, mesmo controlando por diversas características que poderiam explicar potencialmente a relação entre a pobreza material e a insatisfação com a vida, o efeito da pobreza material continua forte nessa percepção subjetiva de insatisfação, o que nos sugere que há realmente um impacto independente da falta de condições materiais na percepção de satisfação com a vida, além dos possíveis fatores sociais

associados à pobreza (por exemplo, isolamento social, raça, idade) que poderiam mediar essa relação.

Em relação a pobreza por necessidades básicas insatisfeitas, o acréscimo das variáveis de controle não tornou a relação entre satisfação com a vida e necessidades básicas insatisfeitas estatisticamente significativa. No que diz respeito as variáveis de controle, ser homem aumenta em 20,2% a chance de avaliar de forma mais negativa a satisfação com a vida. No sentido contrário, ser idoso, branco e viver com o companheiro (a)/cônjuge diminui, em respectivamente 24,2%, 19,2%, 35,6% a chance de o indivíduo reportar maiores graus de insatisfação com a vida, tudo o mais constante. Destaca-se nessa relação o papel das relações sociais nesse processo de avaliação da satisfação com a vida. De maneira semelhante, o acréscimo das variáveis de controle não tornou a relação entre satisfação com a vida e pobreza multidimensional estatisticamente significativa.

Nota-se assim que, para a medida de satisfação com a vida, o modelo 1 (perspectiva monetária) é o que melhor explica as variações nessa escala, ou seja, utilizando a análise de regressão é a renda ou a pobreza monetária que melhor explica as variações no grau de satisfação com a vida. Extrapoláramos o escopo deste trabalho ao realizar uma investigação mais profunda do poder mediador das relações sociais para explicar a relação entre a pobreza monetária e a satisfação com a vida, porém as associações entre pobreza e isolamento social já foram exaustivamente demonstradas, e esta é uma questão relevante a ser perseguida futuramente.

Na análise do modelo completo que estabeleceu a relação entre pobreza monetária e bem-estar físico percebemos que a chance do indivíduo pobre relatar menor bem-estar físico aumenta passando de 22,5% para 38,2% de chance. Ou seja, para indivíduos do mesmo sexo, idade, frequência religiosa, posição no domicílio (chefe ou cônjuge), raça e status conjugal, os efeitos da pobreza material em relação à percepção de saúde são bastante significativos. Como destacado anteriormente, a idade tem um papel importante nesse aumento visto que, na amostra utilizada nesse trabalho, a maioria daqueles que tem renda abaixo da linha de pobreza são jovens, e os jovens são os mais “saudáveis” em termos da percepção de saúde.

Analisando o modelo que testa a relação entre pobreza por necessidades básicas insatisfeitas e bem-estar físico, dadas as variáveis de controle, é possível afirmar que a

pobreza por necessidades básicas insatisfeitas afeta de maneira relevante e significativa a probabilidade de que os indivíduos se declarem pouco saudáveis.

Estabelecendo a relação entre saúde física e pobreza multidimensional, e mantendo todas as demais variáveis de controle constantes, percebemos que, para a amostra utilizada nesse trabalho, foi identificada uma associação positiva e estatisticamente significativa. Diante disso podemos afirmar que ser multidimensionalmente pobre aumenta em 29,6% a chance do indivíduo se declarar pouco saudável. Ser homem reduz em 32,4% a chance de ser pouco saudável e ser jovem diminui em 41,1% essa chance. No sentido oposto ser idoso aumenta em mais de 100% essa chance. Assim como vimos nos modelos anteriores a idade continua se mostrando uma característica importante para compreender as chances de os indivíduos avaliarem o seu bem-estar físico, e é também um mediador importante, pois os adultos, variável omitida, são os menos prováveis de se encontrar em situação de pobreza e ter mais acesso a bens e a educação.

Focalizando a análise no bem-estar mental e considerando os modelos completos, percebemos que os monetariamente pobres têm uma probabilidade 74,2% maior do que os não pobres de declararem saúde mental regular em relação a saúde mental boa. Já os pobres segundo a perspectiva monetária, vis a vis aos não pobres, apresentam chance 52,8% maior de declarar saúde mental ruim em relação a saúde boa. Ou seja, dados os controles ou comparando indivíduos semelhantes a relação se torna mais forte, mas especialmente para a passagem da saúde mental boa para a regular. A relação entre a saúde boa e a baixa saúde mental é menos intensa. Nessa passagem de saúde mental boa para regular, no entanto, apenas conviver com um parceiro e ser idoso possuem efeito significativo. Já na passagem de saúde mental ruim para saúde mental boa o efeito de conviver deixa de ser significativo ao passo que ser jovem passa a ser significativo em relação ao adulto, assim como o efeito de ser idoso triplica, tudo isso considerando as relações exploradas no Modelo 1-perspectiva monetária.

Na relação entre bem-estar mental e pobreza por necessidades básicas insatisfeitas identificamos associação significativa quanto ao bem-estar mental regular em relação ao bom, o que nos possibilita dizer que os pobres por necessidades básicas insatisfeitas têm uma chance 21,3% maior de declarar saúde mental regular do que boa. O modelo com necessidades básicas satisfeitas não se mostrou muito interessante para explicar a saúde mental ruim, sendo mais interessante para entender a saúde mental regular. De forma a

complementar esse ponto, é importante ponderar que as probabilidades marginais de reportar saúde mental boa são praticamente as mesmas caso todas as pessoas da base tivessem ou não as necessidades básicas insatisfeitas, indicando que a saúde mental percebida é provavelmente uma característica independente dessa perspectiva de pobreza.

A análise conduzida pela modelagem de equações estruturais também foi feita considerando os três modelos de pobreza já citados: monetário, necessidades básicas insatisfeitas e pobreza multidimensional. As medidas de interesse, ou seja, as dimensões a serem explicadas também foram bem-estar físico e mental e satisfação com a vida. Acrescentou-se à análise as variáveis raça, sexo e idade tanto para compreender os seus efeitos diretos no bem-estar e satisfação com a vida assim como os seus efeitos indiretos nesses.

No que diz respeito a satisfação com a vida, apenas no modelo 1 (pobreza monetária) é que identificamos relação estatisticamente significativa entre pobreza e satisfação. Nesse modelo, entre as variáveis raça, idade e sexo, apenas a raça afetou a satisfação com a vida de modo que os não brancos reportam maiores graus de insatisfação com a vida.

Quanto ao bem-estar físico, identificamos associação estatisticamente significativa entre essa medida e as concepções de pobreza nos três modelos. Isso nos permite prever razoavelmente a existência de uma associação entre pobreza monetária, por necessidades básicas insatisfeitas e multidimensional e bem-estar físico. Nos três modelos sexo, raça e idade afetaram a percepção de saúde com prejuízo no bem-estar para as mulheres, os não brancos e os mais velhos. A falta de recursos tais como saneamento e água tratada pode ser um fator bastante relevante na autopercepção de saúde.

No que diz respeito ao bem-estar mental, identificou-se associação significativa entre este e a pobreza monetária e também entre bem-estar mental e a pobreza multidimensional. Essa associação não foi encontrada com a medida de pobreza por necessidades básicas insatisfeitas. A idade e o sexo são relacionados com o bem-estar mental sendo que os mais velhos e as mulheres reportam menor bem-estar mental.

A modelagem de equações estruturais traz resultados que, de maneira geral convergem com os resultados gerados pela análise de regressão, embora no segundo caso tenhamos utilizado fatores contínuos ao invés de variáveis categóricas. Pela modelagem de equações estruturais é possível afirmar que, para os dados utilizados nesse estudo, a

pobreza guarda relação com o bem-estar dos sujeitos, seja no que diz respeito ao bem-estar físico, mental e satisfação com a vida.

Contrariamente à hipótese inicial, as medidas de pobreza mais amplas não apresentaram maior capacidade de explicar as variações ocorridas em todas as medidas de bem-estar e satisfação com a vida. Fazendo uma análise mais ampla dos modelos e suas concepções de pobreza, observa-se que não há um modelo que melhor explique o bem-estar e a satisfação com a vida de forma única. Entretanto, é possível falar em pior modelo geral, que é aquele mensurado por meio das necessidades básicas insatisfeitas, o qual é mais relevante apenas para a saúde física. Focalizando nas correlações múltiplas quadráticas, observa-se que o bem-estar mental é, praticamente, explicado por todos os modelos de forma igual. Por sua vez, o bem-estar físico é mais bem explicado pelo modelo 3 (pobreza multidimensional), enquanto a satisfação com a vida é mais bem explicada pelo modelo 1 (pobreza monetária).

Embora, a capacidade de explicação seja relativamente parecida, principalmente se comparando os Modelos 1 e 3, o modelo de pobreza monetária é o único que é estatisticamente significativo nas três relações estabelecidas com as variáveis de respostas mensuradas.

Na busca por dar maior robustez aos resultados até então encontrados lançamos mão também da técnica de análise de correspondência múltipla. Optou-se pela análise de correspondência por ser esta uma técnica mais apropriada para lidar com variáveis categóricas como as que aqui foram objeto de estudo. Diante da realidade social complexa descrita, de maneira geral, por variáveis categóricas, qualitativas e mal comportadas é fundamental lançar mão de técnicas que busquem dar conta dessa pluralidade reduzindo essa multidimensionalidade e tornando a análise do mundo social possível.

Na análise de correspondência atenção especial foi dada à interpretação dos resultados gráficos da técnica que se mostram mais ricos para os objetivos estabelecidos para esse trabalho. Cabe salientar, que em todos os casos analisados, as duas primeiras dimensões cobrem mais de 80% da inércia, com a maioria da variação sendo apropriada pela primeira dimensão. Apesar da pouca variabilidade representada na segunda dimensão, incluímos esta na análise de modo a facilitar a observação bidimensional das categorias no espaço. Adicionalmente os gráficos nos permitiram perceber como se comportam as

associações que geramos com os construtos escolhidos para representar as variáveis de interesse.

O exame dos gráficos gerados no Modelo 1 foi possível identificar uma relação entre pobreza monetária, bem-estar e satisfação com a vida mesmo quando examinando as categorias dessas variáveis em separado. Nesse sentido, foram agrupadas respostas categóricas de maior grau de satisfação com a vida, boa saúde física e mental e não pobres. Notou-se também um outro agrupamento composto por pontos relativos à satisfação com a vida baixa e pior saúde mental. Os monetariamente pobres não se encontram no grupo de pior saúde e pior satisfação, mas junto com as categorias médias (satisfação e saúde razoáveis).

No que se refere ao Modelo 2, a presença de pobreza por necessidades básicas insatisfeitas parece estar mais associada a avaliações de bem-estar mental e satisfação com a vida médias e o bem-estar físico ruim. Entretanto, deve-se ponderar que a abordagem da pobreza por necessidades básicas insatisfeitas não se mostrou muito adequada para discriminar as relações postas por esse trabalho. Levando em consideração esse ponto, é importante destacar que os achados da análise de correspondência encontram alinhamento com os resultados da análise de regressão logística, em que a única variável para a qual necessidades básicas insatisfeitas tem algum poder explicativo é a saúde física ou bem estar físico porém, explicando muito melhor a percepção de saúde ruim do que a boa.

O Modelo 3, que aborda a perspectiva multidimensional, promove uma melhor discriminação entre as variáveis do que a que ocorre no Modelo 2. A dimensão 1 nesse modelo explica melhor a variabilidade do que a dimensão 2. Realizamos a análise também considerando as seis variáveis ao mesmo tempo (três diferentes concepções de pobreza) e também duas medidas de bem-estar (mental e físico) e satisfação com a vida. Essa análise indicou a existência de relação entre as três diferentes medidas de pobreza, porém mostrou claramente que as percepções de bem estar se situam em uma dimensão diferente das medidas de pobreza. Isso explica o baixo poder explicativo dos modelos anteriores. Existe uma relação, mas na verdade as percepções de bem estar não se comportam de maneira completamente consistente com a variação entre pobres e não pobres.

A análise de correspondência permitiu concluir que a pobreza monetária foi a que se mostrou com maior capacidade de expressar a relação entre pobreza e bem-estar, tanto enquanto parte da dimensão socioeconômica como na dimensão das percepções. A pobreza

multidimensional é ligeiramente mais “explicativa” do que as necessidades básicas, cujo poder preditivo é bem reduzido. Isso pode ocorrer por algumas razões, mas entre esses motivos gostaria de apontar o desafio inerente a captar questões de cunho mais subjetivo como o bem-estar de modo que a existência dessas relações pode estar obscurecida por essa questão de mensuração. Na presente caracterização, ficou clara a existência de uma relação entre pobreza e bem estar em suas diversas formas, mas a pobreza monetária foi mais capaz de captar essa relação.

Vimos também que todas as caracterizações da pobreza estão relacionadas entre si de maneira razoável. Mais ainda, estão, do ponto de vista da dimensão vertical, no mesmo quadrante (esquerdo) do que as variáveis de percepção baixa de bem estar, ao passo que as categorias de percepção média e alta de bem estar estão no mesmo quadrante que a ausência de pobreza, mas mais próximas da linha divisória dos quadrantes. Assim, a pobreza se mostrou muito mais correlacionada com a ausência de bem estar do que a ausência de pobreza com a presença de bem estar. Ser pobre tem relação com a autopercepção de falta de bem estar, porém não ser pobre não se relaciona com maior bem estar tão diretamente.

Dadas todas as análises apresentadas aqui, concluímos que existe uma relação entre pobreza e bem estar em suas diferentes formas, confirmando nossa hipótese inicial. Porém, essa relação é complexa e multifacetada, e está longe de ser linear, o que explica o baixo poder explicativo dos modelos que consideram essa relação de alguma forma como linear (ou seguindo uma função probabilística). A análise de correspondência mostrou que o bem estar alto, baixo e médio se situam, em geral, em quadrantes diferentes do gráfico bidimensional, e que as relações da pobreza com o bem estar variam entre uma aproximação com a baixa e a média percepção de bem estar. Além disso, o que confirma nossa segunda hipótese, essa relação entre pobreza e bem estar varia de acordo com a medida de pobreza adotada. Algumas explicam melhor alguma faceta do bem estar do que outras, levando à conclusão de que não existe, até o momento, uma medida ideal de pobreza a ser utilizada com o fito de intervir ou buscar atenuar suas diferentes consequências. De mais a mais, talvez pela maior facilidade de mensuração, a pobreza monetária se mostrou a medida mais eficiente de maneira geral para buscar as relações estudadas aqui, porém esta é bastante correlacionada com as demais medidas de pobreza. Sugerimos que o baixo poder explicativo dos modelos de regressão e as dificuldades de

encontrar relações consistentes entre as medidas ampliadas de pobreza e o bem estar pode se dever simplesmente a dificuldades de mensuração, ou seja, ao fato de que os dados disponíveis não apresentam ou não permitem construir medidas adequadas de pobreza em uma perspectiva mais multidimensional. Mesmo com esse problema relações relevantes foram encontradas, o que sugere que devemos continuar buscando definições de pobreza que se estruturam para além da renda se queremos compreender e intervir eficientemente nesse fenômeno.

Tomando a satisfação com a vida e o bem-estar como uma medida de felicidade, poderíamos então responder a interrogação que dá título a esse trabalho, dizendo que, de certo modo, **sim o dinheiro traz felicidade**. Ou seja, que tendo condições básicas de vida, conforto, educação e acesso a bens satisfeitas, a vida em sociedade promove mais condições para as percepções positivas de bem estar. Entretanto, **não é possível afirmar que a ausência dele causa infelicidade**. Os determinantes do bem-estar parecem ser ainda mais complexos do que já supúnhamos e de mais difícil captação do que foi possível alcançar com os dados disponíveis até então. Melhorias nos instrumentos de coleta desse tipo de informação se mostram essenciais no sentido do aperfeiçoamento da compreensão dessa relação.

## 7 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, L. Perspectiva de gênero e raça nas políticas públicas. **Boletim de Mercado de Trabalho**, Brasília, DF, v. 25, p. 17-21, 2004. Nota Técnica. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/mt\\_25e.pdf](https://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/mt_25e.pdf). Acesso em: 18 jul. 2019.

ALKIRE, Sabina; SANTOS, Maria Emma. Acute multidimensional poverty: a new index for developing countries. **Working Paper**, n. 38, Universidade de Oxford/Human Development Initiative (OPHI). Disponível em: [www. ophi.org.uk/resources/ophi-working-papers/](http://www.ophi.org.uk/resources/ophi-working-papers/). Consultado em 8 jul. 2014, 2010,

AMORIM, Leila Denise Alves Ferreira *et al.* **Modelagem com equações estruturais: princípios básicos e aplicações**, dez. 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/17684>. Acesso em: 03 jul.2019.

ANANAND, S; SEN, AMARTYA. Concepts of human development and poverty: a multidimensional perspective. In: Fukuda-Parr, Sakiko e Kumar, A.K. Shiva (Orgs.) **Readings in Human Development: concepts, measures and policies for a development paradigm**. Oxford: Oxford University Press, 2003. pp. 204-209.

ANAND, Sudhir; SEN, Amartya. Human development index: methodology and measurement. In: FUKUDA-PARR, Sakiko; KUMAR, A. K. Shiva (Orgs.) **Readings in human development: concepts, measures and policies for a development paradigm**. Oxford: Oxford University Press, 2003. p. 115-125.

ANTONOVSKY, Aaron. **Unraveling the mystery of health: how people manage stress and stay well**. Jossey-bass, 1987.

ANTUNES, Ricardo Jorge. The social space of health inequalities in Portugal. **Social Theory & Health**, v. 9, n. 4, p. 393-409, 2011.

ARANHA, Renata Nunes *et al.* Análise de correspondência para avaliação do perfil de mulheres na pós-menopausa e o uso da terapia de reposição hormonal. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 20, p. 100-108, 2004.

ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. In: **Os Pensadores**. v.4. São Paulo: Nova Cultural, 1973.

ARRIAGADA, Irmã. Dimensiones de la pobreza y políticas desde una perspectiva de género. **Revista de la Cepal**, n.85, abr., 2005, p.101-113.

BARKOW, J. H. **Darwin, sex and status**: biological approaches to mind and culture. Toronto: University of Toronto Press, 1989.

BARNES, L., *et al.* Social resources and cognitive decline in a population of older African Americans and whites. **Neurology**, v.63, n.12, p.2322-2326, 2002.

BARRY, B. Social exclusion, social isolation, and the distribution of income. In: HILLS, J.; LE GRAND, J.; D PIACHAUD (Eds.) **Understanding Social Exclusion**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

BARTLEY, M. Explaining health inequality: Evidence from the UK. **Social Science & Medicine**, p.658-660. 2012.

BASU, K. Group identity, productivity and well-being policy implications for promoting development. **Journal of Human Development and Capabilities**: a multi-disciplinary journal for people-centered development, v.14, n.3, p.323-340, 2013.

BAUMEISTER, R. F.; TICE, D. M. Point-counterpoints: anxiety and social exclusion. **Journal of Social and Clinical Psychology**, v.9, n.2, p.165-195, 1990.

BEARMAN, P. S.; MOODY, J. Suicide and friendships among American adolescents. **American Journal of Public Health**, v.94, n.1, p.89-95, 2004.

- BECCARIA, Luis; FERES, Juan Carlos; SÁINZ, Pedro. Poverty measurement: present status of concepts and methods. *In: ELAC POVERTY STATISTICS*, Santiago Seminar, mai, p.7-9, 1997.
- BECKETT, M. Converging health inequalities in later life: an artifact of mortality selection?. **Journal of Health and Social Behavior**, v.41, p.106-119. 2000.
- BENTLER, P. M.; WU, E. J. C. **EQS 6 for Windows**: user's manual. 2002.
- BENZÉCRI, Jean-Paul. **Correspondence analysis handbook**: handbook. Nova Iorque: Dekker, 1992.
- BERTONCELO, Edison Ricardo. O espaço das classes sociais no Brasil. **Tempo Social**, v. 28, n. 2, p. 73-104, 2016.
- BETTI, Gianni; D'AGOSTINO, Antonella; NERI, Laura. **Panel regression models for measuring multidimensional poverty dynamics**. Colchester: Institute for Social and Economic Research of the University of Essex, 2000.
- BIORDI, D. L.; NICHOLSON, N. R. Social isolation. *In: LUBKIN, I. M.; LARSON, P. D. (Eds.). Chronic illness: Impact and intervention*. Sudbury: Jones and Bartlett, p. 85-115, 2013.
- BOBONIS, Gustavo J. The impact of conditional cash transfers on marriage and divorce. **Economic Development and Cultural Change**, University of Chicago Press, v.59, n.2, p.281-312, 2011.
- BOBONIS, Gustavo J.; GONZÁLEZ-BRENES, Melissa; CASTRO, Roberto. Public Transfers and domestic violence: the roles of private information and spousal control. **American Economic Journal: Economic Policy**, American Economic Association, v.5, n.1, p.179-205, 2013

BOLLEN, Kenneth A. **Structural equations with latent variables**. New York: John Wiley & Sons, Inc., 1989.

BOLTVINICK, J. Métodos de medición de la pobreza, conceptos y tipología sociales, **Revista Latinoamericana de Política Social** .n. 1. p.35-74 (Homo Sapiens Ediciones), 1990.

BOOTH, Charles. Condition and occupations of the people of East London and Hackney, 1887. **Journal of the Royal Statistical Society**, v. 51, n. 2 , jun., 1888, p. 276-339.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre. Le capital social: notes provisoires. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, v. 31, n. 1, p. 2-3, 1980.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BOURDIEU, Pierre. The forms of capital. In: Richardson, John G. (Ed.). **Handbook of theory and research for the sociology of education**. Westport: Greenwood Press, 1986. p. 241-258.

BRADBURN, Norman M.; CAPLOVITZ, David. **Reports on happiness**: a pilot study of behavior related to mental health. Aldine Pub. Co., 1965.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel. Pobreza multidimensional no Brasil. Texto para discussão. Disponível em:  
[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4372](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4372).  
Acesso em: 09 jul. 2019.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013. Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o

Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 ago. 2013. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm). Acesso em: 25 jul. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social, Brasília, 2004.

BRICKMAN, PHILIP; CAMPBELL, D. T. Hedonic relativism and planning the good society. In: APLEY, M. H. (Ed.) **Adaptation-level theory: a symposium**. New York: Academic Press, 1971.

BRICKMAN, PHILIP; COATES, Dan; JANOFF-BULMAN, Ronnie. Lottery winners and accident victims: Is happiness relative?. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 36, n. 8, p. 917, 1978.

BRIGGS, Xavier de Souza. **Bridging networks, social capital and racial segregation in America**. Cambridge: KSG Faculty Research Working Paper Series, 2003.

BRIGGS, Xavier de Souza. Social capital and segregation in the United States. In: VARADY, D. P. **Desegregating the city: ghettos, enclaves, and inequality**. New York: State University of New York Press, 2005.

BRIGGS, Xavier de Souza. **Ties that bind, bridge and constrain: social capital and segregation in the American metropolis**. Trabalho apresentado no Seminário Internacional Segregation in the City. Cambridge: Lincoln Institute for Land Policy, 26-28 jul., 2001.

BROMAN, Clifford L. Race differences in marital well-being. **Journal of Marriage and the Family**, p. 724-732, 1993.

BRONZO, Carla. **Programas de proteção social e superação da pobreza: concepções e estratégias de intervenção**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

BRONZO, Carla; PRATES, Ian. Efeitos de programas de proteção social nas dimensões psicossociais da pobreza. In: XV CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 26 a 29 jul. 2011, [Curitiba (PR)].

BROWN, George W. Social roles, context and evolution in the origins of depression. **Journal of Health and Social Behavior**, p. 255-276, 2002.

BURT, Ronald S. The network structure of social capital. **Research in Organizational Behavior**, v. 22, p. 345-423, 2000.

BUSSO, Gustavo. Vulnerabilidade social: noções e implicações de políticas para Latinoamérica a inícios Del siglo XXI, 2002. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL LAS DIFERENTES EXPRESIONES DE LA VULNERABILIDAD SOCIAL EM AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE – Santiago de Chile, 20-21, jun. 2002. Comisión Económica para América Latina y el Caribe. CEPAL.

BYRNE, Barbara M. **Structural equation modeling with EQS and EQS/Windows: basic concepts, applications and programming**. Thousand Oaks: Sage Publications, 2001.

CACIOPPO, J.; PATRICK, W. Loneliness: human nature and the need for social connection. New York: Norton Summarizes pioneering research on startling and profound effects of loneliness, 2008.

CAMPANA, A. N.; TAVARES, M. C.; SILVA, D. Modelagem de Equações Estruturais: Apresentação de uma abordagem estatística multivariada para pesquisas em Educação Física. **Motricidade**, v. 5, n. 4, p. 59-80, 2009.

CARPIANO, R.; LINK, B.; PHELAN, J. Social inequality and health: future directions for the fundamental cause explanation. In: A. LAREAU e D. CONLEY (Ed.). **Social class: How Does It Work?** Nova Iorque: Russel Sage Foundation, 2008.

CARVALHAES, Flavio. **Ciclo de vida e posição socioeconômica**: contribuições sociológicas para o entendimento da relação entre desigualdade social e saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

CASE, A.; LUBOTSKY, D.; PAXSON, C. Economic status and health in childhood: the origins of the gradient. **The American Economic Review**, v.92, n.5, p.1308-1334. 2002.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**, 5. ed. São Paulo: Vozes, 2015.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 2003.

CATTELL, V. Poor people, poor places, and poor health: the mediating role of social networks and social capital. **Social Science and Medicine**, n.52, 1501–1516, 2001.

CAVENAGHI, Suzana; ALVES, José Eustáquio D. **Mulheres chefes de família no Brasil**: avanços e desafios. Rio de Janeiro: ENS-CPES, 2018.

CEDEPLAR. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais. Pesquisa de Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família (AIBF), 2007. Documento síntese. Disponível em: [http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/projeto\\_bolsafamilia/apresentacao.php](http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/projeto_bolsafamilia/apresentacao.php). Acesso em: 11 out. 2014.

CHAMBERS, R. Vulnerability, coping and policy. **Inst. Dev. Stud. Bull.** n.20, p.1–7, 1989.

CHAN, J.; TO, H.; CHAN, E. Reconsidering social cohesion: developing a definition and analytical framework for empirical research. **Social Indicators Research**, 75, 273–302, 2006.

CHAPMAN, Daniel P.; PERRY, Geraldine S.; STRINE, Tara W. Peer reviewed: the vital link between chronic disease and depressive disorders. **Preventing chronic disease**, v. 2, n. 1, 2005.

CHRISTAKIS, Nicholas A.; ALLISON, Paul D. **Mortality after the hospitalization of a spouse**. *New England Journal of Medicine*, v. 354, n. 7, p. 719-730, 2006.

CHRISTAKIS, Nicholas A.; FOWLER, James H. The spread of obesity in a large social network over 32 Years. **The New England Journal of Medicine**, n.357, p. 370-79, 2007.

CLAUSEN, Sten Erik. **Applied correspondence analysis: an introduction**. Thousand Oaks: Sage, 1998.

COBO, B.; ATHIAS, L.; MATTOS, G. G. D. A Multidimensionalidade da pobreza a partir da efetivação de direitos sociais fundamentais: uma proposta de análise. **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação**, Brasília, v. 1, n. 8, p. 4-31, jul./dez., 2014.

COCKERHAM, William C. Health lifestyle theory and the convergence of agency and structure. **Journal of Health and Social Behavior**, v. 46, n. 1, p. 51-67, 2005.

COCKERHAM, William C. The sociology of health in the United States: recent theoretical contributions. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, p. 1031-1039, 2014.

CODES, A. L. M. **A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa** (Texto para discussão n.1332). Brasília: IPEA, abr., 2008.

CODES, A. L. M. **Modelagem de equações estruturais: uma contribuição metodológica para o estudo da pobreza**. 2005. 207 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

COHEN, S. Psychosocial models of social support in the etiology of physical disease. **Health Psychology**, n.7, 269–297, 1988.

COHEN, Sheldon. Social relationships and health. **American Psychologist**, n.59, (Special Issue), p.676-684, 2004.

COLEMAN, James S. Social capital in the creation of human capital. **American Journal of Sociology**, v.94, p. 95-120, 1988.

COLEMAN, James S. **Foundations of social theory**. Harvard: Harvard University Press, 1994.

COMIM, F.; BAGOLIN, I. Aspectos qualitativos da pobreza no Rio Grande do Sul. **Ensaio FEE**, n.23, Especial, p.467-490, 2002.

CONDE, Manuel Muñoz. Os indicadores de pobreza usados na Colômbia: uma crítica. **Pobreza e desigualdade**, p. 139-155, 1999.

CONEVAL. Metodología de medición multidimensional de la Pobreza, México, CONEVAL, 2009. Disponível em: <http://www.coneval.gob.mx/contenido/home/6595.pdf> . Acesso em: 10 fev. 2020.

CORBI, Raphael Bottura; MENEZES-FILHO, Naércio Aquino. Os determinantes empíricos da felicidade no Brasil. **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo , v. 26, n. 4, p. 518-536, dez. 2006 . Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-31572006000400003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572006000400003&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 23 mar. 2020.

CORBI, Raphael Bottura; MENEZES-FILHO, Naércio Aquino. Os determinantes empíricos da felicidade no Brasil. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 26, n. 4, p. 518-536, 2006.

COURA, Claudinéia Pereira. Nos limiões da pobreza e do estigma: um diálogo entre Simmel e Goffman. **Observatório das Metrôpoles**, 2009. Disponível em

[http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/nos\\_limiares\\_da\\_pobreza\\_e\\_do\\_estigma%5B1%5D.pdf](http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/nos_limiares_da_pobreza_e_do_estigma%5B1%5D.pdf). Acesso: 12 out. 2014.

CREMONESE, C. et al. Neighborhood sociodemographic and environmental contexts and self-rated health among Brazilian adults: a multilevel study. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.26, n.12, p.2368-2378, 2011.

CROSNOE, Robert; ELDER JR., Glenn, Jr. From childhood to the later years: pathways of human development. **Research on Aging**, n.26, p.623-54, 2004.

CSIKSZENTMIHALYI, Mihaly; HUNTER, Jeremy. Happiness in everyday life: The uses of experience sampling. **Journal of Happiness Studies**, v. 4, n. 2, p. 185-199, 2003.

CUMMINS *et al.* Developing a national index of subjective wellbeing: The Australian Unity Wellbeing Index. **Social Indicators Research**, v. 64, n. 2, p. 159-190, 2003.

CZERMAINSKI, A. B. **Análise de correspondência**. Piracicaba, 2004. Disponível em: <http://ce.esalq.usp.br/tadeu/anabeatriz.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2019.

DA FONSECA, Eduardo Giannetti; GIANNETTI, Eduardo. **Felicidade**: diálogos sobre o bem-estar na civilização. Editora Companhia das Letras, 2002.

DAHL, E.; LORENTZEN, T.; FLØTTEN, T. Poverty dynamics and social exclusion in Norway. **Journal of Social Policy**, v.37, n.2, p.231-49, 2008.

DAHRENDORF, Ralf. **O conflito social moderno**: um ensaio sobre a política da liberdade. São Paulo: Edusp, 1992.

DECI, Edward L. *et al.* On the benefits of giving as well as receiving autonomy support: Mutuality in close friendships. **Personality and Social Psychology Bulletin**, v. 32, n. 3, p. 313-327, 2006.

DIENER, Ed *et al.* New well-being measures: Short scales to assess flourishing and positive and negative feelings. **Social Indicators Research**, v. 97, n. 2, p. 143-156, 2010.

DIENER, Ed *et al.* et al. The relationship between income and subjective well-being: Relative or absolute?. **Social Indicators Research**, v. 28, n. 3, p. 195-223, 1993.

DIENER, Ed. *et al.* The satisfaction with life scale. **Journal of Personality Assessment**, v. 49, n. 1, p. 71-75, 1985.

DIENER, Ed *et al.* Subjective well-being: Three decades of progress. **Psychological Bulletin**, v. 125, n. 2, p. 276, 1999.

DIENER, Ed; OISHI, Shigehiro. Money and happiness: Income and subjective well-being across nations. **Culture and subjective well-being**, p. 185-218, 2000.

DIENER, Ed; SUH, Eunkook; OISHI, Shigehiro. Recent findings on subjective well-being. **Indian Journal of Clinical Psychology**, v. 24, p. 25-41, 1997.

DIENER, Ed; TAY, Louis; OISHI, Shigehiro. Rising income and the subjective well-being of nations. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 104, n. 2, p. 267, 2013.

DOHRENWEND, Bruce Philip; DOHRENWEND, Barbara Snell; PHILIP, Bruce. **Social status and psychological disorder**. New York: Wiley-Interscience, 1969.

DOWD, Jennifer Beam; ZAJACOVA, Anna. Does the predictive power of self-rated health for subsequent mortality risk vary by socioeconomic status in the US?. **International Journal of Epidemiology**, v. 36, n. 6, p. 1214-1221, 2007.

DURAND, Martine. The OECD better life initiative: How's life? and the measurement of well-being. **Review of Income and Wealth**, v. 61, n. 1, p. 4-17, 2015.

EASTERLIN, Richard A. Does money buy happiness?. **The Public Interest**, v. 30, p. 3, 1973.

EASTERLIN, Richard A. *et al.* The happiness–income paradox revisited. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 107, n. 52, p. 22463-22468, 2010.

EASTERLIN, Richard. **Happiness in economics**. Cheltenham/Northampton: Edward Elgar, 2002.

ELLISON, C. G. Religious involvement and subjective well-being. **Journal of Health and Social Behavior**, n.32, p.80-99, 1991.

ELLISON, Christopher G.; LEVIN, Jeffrey S. The religion-health connection: Evidence, theory, and future directions. **Health Education & Behavior**, v. 25, n. 6, p. 700-720, 1998.

ELSTAD, Jon Ivar. The psycho-social perspective on social inequalities in health. **Sociology of Health & Illness**, v. 20, n. 5, p. 598-618, 1998.

FAHEL, Murilo; TELES, Letícia Ribeiro; CAMINHAS, Davy Alves. Para além da renda. Uma análise da pobreza multidimensional no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 31, n. 92, 2016.

FARIA, Rosane Trajano de. **Tratamento de dados multivariados através da análise de correspondência em rochas carbonáticas**. 1993. Dissertação (Mestrado em Geoengenharia de Laboratório) – Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Campinas.

FERES, Juan Carlos; MANCERO, Xavier. Enfoques para la medición de la pobreza. Breve revisión de la literatura. **CEPAL, Série Estudos Estadísticos y Prospectivos**, n.4, Santiago do Chile, 2001.

FERNANDES, Antonio S.A. O conceito de capital social e sua aplicação na análise institucional e de políticas públicas. In: XXV ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 2001.

FERNANDES, D. **Estratificação educacional, origem socioeconômica e raça no Brasil: as barreiras de cor.** Prêmio IPEA 40 Anos-IPEA-CAIXA 2004 (Monografias Premiadas), Brasília, IPEA, 2004.

FERNÁNDEZ, Manuel J. La construcción social de la pobreza en la sociología de Simmel. In: Cuadernos de Trabajo Social. Madri: Universidad Complutense de Madri, 2000.

FIALHO, F. M. As múltiplas definições do conceito de capital social. **BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n.65, p.71-87, 2008.

FIALHO, F. M. Capital Social: usos e definições do conceito nas Ciências Sociais. **Revista Três Pontos**, 1.0, p. 31-35. Belo Horizonte, 2004.

FILGUEIRA, Carlos H. Estructura de oportunidades y vulnerabilidad social. Aproximaciones conceptuales recientes. In: SEMINARIO INTERNACIONAL LAS DIFERENTES EXPRESIONES DE LA VULNERABILIDAD SOCIAL EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. Santiago de Chile, 20-21 jun. 2001.

FINE, M.; SPENCER, R. **Social isolation:** Development of an assessment tool for HACC services. Centre for Research on Social Inclusion, New South Wales Department of Disability, Ageing and Home Care, 2009.

FISHER, Ronald A. The precision of discriminant functions. **Annals of Eugenics**, v. 10, n. 1, p. 422-429, 1940.

FREEMAN, L. **The development of social network analysis.** Vancouver: Empirical Press, 2004.

FREESE, J.; LUFTEY, K. Fundamental Causality: Challenges of an Animating Concept for Medical Sociology. In: B. A. PESCOLIDIO, J. K. MARTIN, *et al* (Ed.). **Handbook of the sociology of health, illness, and healing, a blueprint for the 21st Century**. Nova Iorque: Springer, 2010.

FREY, Bruno S.; STUTZER, Alois. What can economists learn from happiness research?. **Journal of Economic Literature**, v. 40, n. 2, p. 402-435, 2002.

FURTADO, C. S. V. Análise sociológica da pobreza no Brasil: classe e raça. **CSONline-Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, n.3 v.2, 2008. Disponível em: [www.csonline.ufjf.br](http://www.csonline.ufjf.br). Acesso: 08 nov. 2019.

GARCIA, A. G.; MATOS, R. A distribuição espacial da vulnerabilidade social das famílias brasileiras. In: SEMINÁRIO SOBRE POPULAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE. 2007. Disponível em <http://www.abep.nepo.unicamp.br>. Acesso em: 12 dez. 2012.

GEORGIADES, Anastasia *et al*. Financial strain predicts recurrent events among women with coronary artery disease. **International Journal of Cardiology**, v. 135, n. 2, p. 175-183, 2009.

GHAI, D. P.; KAHN, E. L. H.; LEE, T. Althan. **The basic needs approach to development**: some issues regarding concepts and methodology. Geneva: International Labour Office, 1979.

GIANNETTI, E. **Felicidade**. São Paulo: Companhia de Letras, 2002.

GIATII, L.; BARRETO, S. M.; CÉSAR, C. C. Unemployment and self-rated h neighborhood influence. **Social Science & Medicine**, v.71, p.815-823. 2010

GILBERT, P. **Human nature and suffering**. Hove: Lawrence Erlbaum Associates, 1989.

GILBERT, P. The evolution of social attractiveness and its role in Shame, humiliation, guilt and therapy. **British Journal of Medical Psychology**, n. 70, p.113–147, 1997.

GILBERT, P. The Relationship of shame, social anxiety and depression: the role of the evaluation of social rank. **Clinical Psychology and Psychotherapy**, n.7, p.174–189, 2000.

GILBERT, P. What is shame? Some core issues and controversies. In: GILBERT, P.; ANDREWS, B. (Eds.) **Shame: interpersonal behavior, psychopathology and culture**. New York: Oxford University Press, 1998.

GIRAUD, Gaël *et al.* **Relational capability: a multidimensional approach**. Université Paris1 Panthéon-Sorbonne (Post-Print and Working Papers), 2013.

GIUSTI, A. **Pobreza**. Documento presentado en el Taller sobre diseño conceptual del Censo Nacional de Población y Vivienda de 1990, INDEC, Buenos Aires, 1988.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GONÇALVES, M. T.; SANTOS, S. R. dos. Aplicação da análise de correspondência à Avaliação Institucional da Fecilcam. *In: IV EPCT – ENCONTRO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA*, 2009.

GONÇALVES, Marco Tadeu; SANTOS, Solange Regina dos. Aplicação da Análise de Correspondência à avaliação institucional da Fecilcam. **Revista Nupam**, v.1, n.1, p.1-14, 2009.

GOODBAN, N. **The psychological impact of being on welfare**. *Social Service Review*, n.59, p.403-422, 1985.

GRANOVETTER, Mark S. The strength of weak ties. In: **Social networks**. Academic Press, 1977. p. 347-367.

- GRANOVETTER, Mark S. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, v. 91, n. 3, p. 481-510, Nov. 1985.
- GRANOVETTER, Mark S. **Getting a job**: a study of contacts and careers. 2. ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.
- GRAY, K.A. Pride, prejudice, and a dose of shame: the meaning of public assistance. **AFFILIA**, v.20, n.3, p.329–343, 2005.
- GREENACRE, Michael J. **Practical correspondence analysis**: looking at multivariate data. New York: Academic Press, 1981.
- GROOTAERT, C. **Social capital**: the missing link? social capital initiative. Washington: The World Bank, 1998.
- GUNDELACH, Birte; TRAUNMÜLLER, Richard. Beyond generalised trust: norms of reciprocity as an alternative form of social capital in an assimilationist integration regime. **Political Studies**, v. 62, n. 3, p. 596-617, 2014.
- HAAS, S. A.; GLYMOUR, M. M.; BERKMAN, L. F. Childhood health and labor market inequality over the life course. **Journal of Health and Social Behavior**, v.52, n.3, p.298-313. 2011.
- HADDAD, Lawrence; KANBUR, Ravi. How serious is the neglect of intra-household inequality?. **Economic Journal**, v. 100, set., 1990, p. 866–81.
- HAIR JR., J. F. *et al.* **Multivariate data analysis with readings**, 4.ed. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1995.
- HAIR, Joseph F. *et al.* **Análise multivariada de dados**, 6.ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

HALPERN-MANNERS, A. *et al.* The relationship between education and mental health: new evidence from a discordant twin study. **Social Forces**, v.95, n.1, set, 2016, p.107–131, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/sf/sow035>. Acesso em: 09 jul. 2019.

HAQ, Mahbub Ul. The Birth of the Human Development Index. In: Fukuda-Parr, S. and Shiva Kumar, A. K. (Eds.), **Readings in human development**. Oxford: Oxford University Press, 127–137, 2003.

HARPER, Rosalyn; KELLY, Maryanne. **Measuring social capital in the United Kingdom**. Office for National Statistics, p. 1-23, 2003.

HARTLING, L. M.; LUCHETTA, T. Humiliation: Assessing the impact of derision, degradation, and debasement. **The Journal Primary Prevention**, v.19, n.4, p.259-278, 1999.

HELAL, Diogo Henrique; NEVES, Jorge Alexandre Barbosa. Superando a pobreza: o papel do capital social na Região Metropolitana de Belo Horizonte. **Cadernos Ebape**, v. 5, n. 2, p. 1-13, 2007.

HELLIWELL, J. F.; PUTNAM, R. D. The social context of well-being. **Phil. Trans. R. Soc Lond. B Bio Sci**, v.359, n.1449, p.1435-1446, 2004.

HELLIWELL, John *et al.* Social capital, the economy and well-being. **The review of economic performance and social progress**, v. 1, 2001.

HOLLINGSHEAD, August B.; REDLICH, Frederich C. **Social class and mental illness: a community study**. New York: John Wiley & Sons, 1958.

HOLMES, Thomas H.; RAHE, Richard H. The social readjustment rating scale. **Journal of psychosomatic research**, 1967.

HOOGHE, Marc. Social capital and diversity generalized trust, social cohesion and regimes of diversity. **Canadian Journal of Political Science/Revue Canadienne de Science Politique**, v. 40, n. 3, p. 709-732, 2007.

HOOGHE, Marc. Social capital and diversity generalized trust, social cohesion and regimes of diversity. **Canadian Journal of Political Science/Revue Canadienne de Science Politique**, v. 40, n. 3, p. 709-732, 2007.

HORTULANUS, R.; MACHIELSE, A.; MEEUWESSEN, L. **Social isolation in modern society**. London and New York: Routledge, 2006.

HORWITZ, Allan V. The sociological study of mental illness. In: ANESHENSEL Carol S.; PHELAN, Jo C. (Eds.). **Handbook of the Sociology of Mental Health. Handbooks of Sociology and Social Research**. Boston: Springer, 1999.

HOUSE, James S.; LANDIS, Karl R.; UMBERSON, Debra. Social relationships and health. **Science**, v. 241, n. 4865, p. 540-545, 1988.

HOWELL, David C. **Statistical methods for psychology**. Pacif Grove: Duxbury, 2002.

HOX, Joop J.; BECHGER, Timo M. An introduction to structural equation modeling. **Family Science Review**, 11, 354-373, 1998.

HUPPERT, Felicia A; WHITTINGTON, Joyce E. Evidence for the independence of positive and negative well-being: Implications for quality of life assessment. **British journal of health psychology**, v. 8, n. 1, p. 107-122, 2003.

HUPPERT, Felicia A. *et al.* Personal and social well-being module for the european social survey. **NC8 Paper**. Retrieved, dez., v. 23, p. 2009, 2006.

IDLER, Ellen L. Religion, health, and nonphysical senses of self. **Social Forces**, v. 74, n. 2, p. 683-704, 1995.

INFANTOSI, Antonio Fernando Catelli *et al.* Análise de correspondência: bases teóricas na interpretação de dados categóricos em Ciências da Saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 30, p. 473-486, 2014.

INGLEHART, Ronald *et al.* World Values Survey and European Values Survey, 1981–4, 1990–3 and 1995–7. 1998.

INGLEHART, Ronald. **Culture shift in advanced industrial society**. Princeton University Press, 2018.

ISLAM, Gazi; WILLS-HERRERA, Eduardo; HAMILTON, Marilyn. Objective and subjective indicators of happiness in Brazil: The mediating role of social class. **The Journal of Social Psychology**, v. 149, n. 2, p. 267-272, 2009.

JAHODA, M. **Race relations and mental health**. Paris: UNESCO, 1960.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. Campinas: Editora Alínea, 2001.

JO, Y. N. Psycho-social dimensions of poverty: when poverty becomes shameful. **Critical Social Policy**, v.33, n.3, p.514–531, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0261018313479008>. Acesso em: 25 jul. 2019.

JONES, Ian Rees *et al.* Class and lifestyle lock-in among middle-aged and older men: a Multiple Correspondence Analysis of the British Regional Heart Study. **Sociology of Health & Illness**, v. 33, n. 3, p. 399-419, 2011.

JONG GIERVELD, J.; VAN TILBURG, T. The De Jong Gierveld short scales for emotional and social loneliness: tested on data from seven countries in the UN Generations and Gender Surveys. **European Journal of Ageing**, v.7, n.2, p.121-130, 2010.

- KABEER, N. Poverty, purdah and women's survival strategies in rural Bangladesh. In: **The food question: profits versus people**. Charlotte. London: Earthscan, 1991.
- KAHN, Robert L.; JUSTER, F. Thomas. Well-Being: concepts and measures. **Journal of Social Issues**, v. 58, n. 4, p. 627-644, 2002.
- KAHNEMAN, Daniel *et al.* A survey method for characterizing daily life experience: The day reconstruction method. **Science**, v. 306, n. 5702, p. 1776-1780, 2004.
- KAHNEMAN, Daniel. Developments in the measurement of subjective well-being. **Journal of Economic Perspectives**, v. 20, n. 1, p. 3-24, 2006.
- KAPLAN, G. A. Upstream approaches to reducing socioeconomic inequalities in health. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v.5, n.Supl. 2, p.18-27. 2002.
- KASSEL, Jon D.; STROUD, Laura R.; PARONIS, Carol A. Smoking, stress, and negative affect: correlation, causation, and context across stages of smoking. **Psychological Bulletin**, v. 129, n. 2, p. 270, 2003.
- KATZ, Michael B. The urban 'underclass' as a metaphor of social transformation. The "underclass" debate: views from history, p. 3-23, 1993.
- KAZTMAN, R. *Activos y estructuras de oportunidades: estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social en Uruguay*. Santiago de Chile, 2000.
- KAZTMAN, R. *et al.* **Vulnerabilidad, activos y exclusión social en Argentina y Uruguay**. Santiago de Chile: OIT, 1999.
- KAZTMAN, R.; FILGUEIRA, F. As normas como bem público e privado: reflexões nas fronteiras do enfoque "ativos, vulnerabilidade e estrutura de oportunidades" (Aveo). In: CUNHA, J.M.P. (Org.). **Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2006.

KIECOLT, K. Jill; HUGHES, Michael; KEITH, Verna M. Race, social relationships, and mental health. **Personal Relationships**, v. 15, n. 2, p. 229-245, 2008.

KIECOLT-GLASER, Janice K. *et al.* Psychoneuroimmunology: psychological influences on immune function and health. **Journal of Consulting and Clinical Psychology**, v.70, n.3, pp. 537-47, 2002.

KIECOLT-GLASER, Janice K.; NEWTON, Tamara L. Marriage and health: his and hers. **Psychological Bulletin**, v. 127, n. 4, p. 472, 2001.

KING, G. **How not to lie with statistics** [Online]. Disponível em: <http://gking.harvard.edu/files/mist.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2020.

KINGTON, R.S.; SMITH, J.P. Socioeconomic status and racial and ethnic differences in functional status associated with chronic diseases. **Am J Public Health**, n. 87, p.805-810, 1997.

KLINE, Rex B. **Principles and practice of structural equation modeling**. New York: The Guilford Press, 1998.

KLINENBERG, E. Dying alone: the social production of urban isolation. **Ethnography**, n.2, p.501-531, 2001.

KOWARICK, Lúcio. Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil: Estados Unidos, França e Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 61-86, 2003.

KRIEGER, Nancy. Epidemiology and the web of causation: has anyone seen the spider?. **Social Science & Medicine**, v. 39, n. 7, p. 887-903, 1994.

KRIEGER, Nancy.. A glossary for social epidemiology. **Journal of Epidemiology & Community Health**, v. 55, n. 10, p. 693-700, 2001.

KRUEGER, Alan B. *et al.* National time accounting: the currency of life. In: **Measuring the subjective well-being of nations: national accounts of time use and well-being.** Chicago: University of Chicago Press, 2009.

KUNITZ, S. J. **The health of populations: general theories and particular realities.** Oxford/New York: Oxford University Press, 2007.

LADERCHI, Caterina Ruggeri; SAITH, Ruhi; STEWART, Frances. Does it matter that we do not agree on the definition of poverty? A comparison of four approaches. **Oxford Development Studies**, v. 31, n. 3, p. 243-274, 2003.

LANE, Robert Edwards. **The loss of happiness in market democracies.** Yale: Yale University Press, 2000.

LE ROUX, Brigitte; ROUANET, Henry. Multiple correspondence analysis. Sage, 2010.

LEAL, G. F. A noção de exclusão social em debate: aplicabilidade e implicações para a intervenção prática. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS-ABEP. Caxambu, 2004.

LEARY, M. R. Responses to social exclusion: social anxiety, jealousy, loneliness, depression, and low self-esteem. **Journal of Social and Clinical Psychology**, v.9, n.2, p.221-229, 1990.

LENSKI, Gerhard Emmanuel; LENSKI, Jean. **Human societies: an introduction to macrosociology.** New York : McGraw-Hill Companies, 1982.

LIMA, Luciana Conceição de. Os efeitos dos laços fracos sobre os laços fortes: uma relação entre associativismo e indicadores de capital social. **Revista Três Pontos**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 47-54, 2005.

LIN, Nan. Building a network theory of social capital. In: N. Lin; K. Cook; R. S. Burt (Eds.), **Social capital: theory and research**, New York, Aldine de Gruyter, p. 3-29, 2001b.

LIN, Nan. **Social capital**: a theory of social structure and action. Cambridge, Cambridge University Press, 2001a.

LIN, Nan; VAUGHN, John C.; ENSEL, Walter M. Social resources and occupational status attainment. **Social Forces**, v. 59, n. 4, p. 1163-1181, 1981.

LIN, Nan. Social networks and status attainment. **Annual Review of Sociology**, v. 25, n. 1, p. 467-487, 1999.

LINK, B.; PHELAN, J. Social conditions as fundamental causes of diseases. **Journal of Health and Social Behavior**, n.Extra Issue, p.80-94. 1995.

LISTER, R. **Poverty**. Cambridge: Polity Press, 2004.

LIU, Hui; UMBERSON, Debra J. The times they are a changin': marital status and health differentials from 1972 to 2003. **Journal of Health and Social Behavior**, v. 49, n. 3, p. 239-253, 2008.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. **Brasil, 1989**: um estudo socioeconômico da indigência e da pobreza urbana. Núcleo de Estudos de Políticas Públicas: NEPP Caderno de Pesquisa, n.25, Universidade Estadual de Campinas: Unicamp, 1993.

LOURY, Glenn *et al.* A dynamic theory of racial income differences. **Women, minorities, and employment discrimination**, v. 153, p. 86-153, 1977.

LUCIO, P. S.; DE TOSCANO, E. M. M.; ABREU, M. L. de. Caracterização de séries climatológicas pontuais via análise canônica de correspondência. Estudo de caso: Belo Horizonte-MG (Brasil). **Revista Brasileira de Geofísica**, v. 17, n. 2-3, p. 193-207, 1999.

LUDWIGS, Kai; ERDTMANN, Stephan. The happiness analyzer—Developing a new technique for measuring subjective well-being. **International Journal of Community Well-Being**, v. 1, n. 2, p. 101-114, 2019.

LUSTOSA, T. Q. de O. Peteta, D. R. Aplicacion Del abordaje de las necesidades básicas insatisfechas em Buenos Aires y San Pablo. Documento apresentado no Congresso da Associação Argentina de Especialistas em Estudos do Trabalho ASET, nov. 1998, Buenos Aires.

MACEDO, Márcia dos Santos. Mulheres chefes de família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza. **Caderno CRH**, v. 21, n. 53, p. 385-399, ago. 2008. Disponível em: Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792008000200013&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792008000200013&script=sci_arttext) . Acesso em: 3 out. 2019.

MACHADO, A. F.; GOLCHER, A. B.; ANTIGO, M. F. La privación desde um enfoque multidimensional: el caso brasileño. **Revista de la CEPAL**, n. 112, p.129-150, 2014.

MACINTYRE, Sally. The black report and beyond: what are the issues? **Social Science & Medicine**, n.44, p.723-745, 1997.

MACINTYRE, Sally; ELLAWAY, Ann; CUMMINS, Steve. Place effects on health: how can we conceptualise, operationalise and measure them?. **Social Science and Medicine**, n. 55, p.125-39, 2002.

MACINTYRE, Sally; MACLVER, Sheila; SOOMAN. Area, class and health: should we be focusing on places or people? *Journal of Social Policy*, n.22, p.235-242, 1993.

MAMBRINI, J. V. D. M.; RODRIGUES, R. N.; MACHADO, C. J. Income distribution and self-reported health of elderly in Brazil. **Cadernos de Saúde Coletiva**, v.16, n.3, p.569-574, 2008.

MARQUES, E. C. L. Os mecanismos relacionais. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 22, n. 64, jun. 2007.

MARQUES, Eduardo Cesar Leão. As redes sociais importam para a pobreza urbana?.

**Dados**, Rio de Janeiro, v. 52, n.2, p.471-505, jun., 2009 . Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582009000200006&lng=en&nrm=iso)

[52582009000200006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582009000200006&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 22 fev. 2020.

MASLOW, A. H. A theory of human motivation. **Psychological Review**, n.50, p.370–396, 1943.

MATTHEWS, Karen A. *et al.* Socioeconomic trajectories and incident hypertension in a biracial cohort of young adults. **Hypertension**, v. 39, n. 3, p. 772-776, 2002.

MAXWELL, J. **Social dimensions of economic growth**. The Eric John Hanson Memorial Lecture Series. Department of Economics, University of Alberta, 1996.

MCGEE, Rosemary; BROCK, Karen. **From Poverty assesment to policy change: process, actors and Data**, IDS Working Paper 133. Brighton: Institute Of Development Studies, jul., 2001.

MCLEOD, J. D.; NONNEMAKER, J.M. Social stratification and inequality. See **Aneshensel & Phelan**, p. 321-44, 1999.

MCLEOD, Jane D. Social stratification and inequality. In: ANESHENSEL Carol S., PHELAN Jo C. (Eds.) **Handbook of the Sociology of Mental Health**. Handbooks of Sociology and Social Research. Boston: Springer, 1999.

MCPHERSON, Miller; SMITH-LOVIN, Lynn; BRASHEARS, Matthew E. Social isolation in America: Changes in core discussion networks over two decades. **American Sociological Review**, v. 71, n. 3, p. 353-375, 2006.

MEDEIROS, Marcelo; COSTA, Joana. O que Entendemos por "Feminização da Pobreza"? Centro Internacional da Pobreza, n.58, out., 2008. Disponível em: <http://www.ipc-undp.org/pub/port/IPCOnePager58.pdf>. Acesso em: 11 de jul. 2019.

MEJÍA, José Antonio; VOS, Rob. **Poverty in Latin America and the Caribbean – an inventory: 1980-95**. Washington D.C.: The Inter-American Development Bank, 1999.

MERIKANGAS, K. R. *et al.* Comorbidity and boundaries of affective disorders with anxiety disorders and substance misuse: results of an international task force. **The British Journal of Psychiatry**, v. 168, n. S30, p. 58-67, 1996.

MERTON, Robert K. **Social theory and social structure**. 3. ed. New York, The Free Press, 1968.

MESTRUM, Francine. **Mondialisation et pauvreté: de l'utilité de la pauvreté dans le nouvel ordre mondial**. Editions L'Harmattan, 2002.

MIDEPLAN - Ministerio de Planificación y Cooperación. División Social. Departamento de Evaluación Social. Síntesis de los principales enfoques, métodos y estrategias para la superación de la pobreza. Santiago de Chile, 2002.

MIROWSKY, John, ROSS, Catherine. **Social causes of psychological distress**. 2. ed. New York: Aldine de Gruyter, 2003.

MOOD, C.; JONSSON, J. O. **The social consequences of poverty: an empirical test on longitudinal data**. Social Indicators Research, 2015.

MORAES, O. B.; ABIKO, A. K. Utilização da análise fatorial para a identificação de estruturas de interdependência de variáveis em estudos de avaliação pós-ocupação. In: XI ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA NO AMBIENTE CONSTRUÍDO, Florianópolis, 2006.

MOSER, C. The asset vulnerability framework: reassessing urban poverty reduction strategies. **World Development**, n.26, v.2, p. 1–19, 1998.

MUNIZ, Jerônimo Oliveira; VENEROSO, Carmelita Zilah. Diferenciais de Participação Laboral e Rendimento por Gênero e Classes de Renda: uma Investigação sobre o Ônus da Maternidade no Brasil. **Dados**, v. 62, n. 1, 2019.

MURRAY, Colin. **Livelihoods research**: some conceptual and methodological issues. Background Paper 5. Chronic Poverty Research Centre, 2001.

NARAYAN, D. *et al.* **Voices of the poor**: crying out for change. New York: Oxford University Press for the World Bank, 2000.

NARAYAN, D.; PETESCH, P. **Voices of the poor**: from many lands. New York: Oxford University Press for The World Bank, 2002.

NEVES, J. A. B. **Modelo de equações estruturais**: uma introdução aplicada, v.1. Brasília: ENAP, 2018.

NEVES, Jorge Alexandre Barbosa. **Modelo de equações estruturais**: uma introdução aplicada. 1. ed. Brasília: ENAP, 2018.

NOCK, Steven L. **Marriage in men's lives**. New York: Oxford University Press, 1998.

NORONHA, K.; ANDRADE, M. V. O efeito da distribuição de renda sobre o estado de saúde individual no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v.37, n.3, p.521-556. 2007.

NUSSBAUM, M. C. **Women and human development**: the capabilities approach. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

OCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil**: afinal de que se trata?, 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

OECD. PUBLISHING; ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. OECD guidelines on measuring subjective well-being. OECD Publishing, 2013.

OISHI, S. *et al.* Value as a moderator in subjective well-being. **Journal of Personality**, n.67, p.157-184, 1999.

OLAVARRÍA, M. **Pobreza, conceptos y medidas**. Documento de Trabajo, n.º76. Santiago: Universidad de Chile, Instituto de Asuntos Públicos, 2001,

OSBERG, Lars; SHARPE, Andrew. Comparisons of Trends in GDP and Economic Well-being-the impact of Social Capital. In: **The contribution of human and social capital to sustained economic growth and well being**. Organization for Economic Co-operation and Development and Human Resource Development Canada, 2001.

OSWALD, A. J. Happiness and economic performance. **Economic Journal**, n.107, p.1815-1831, 1997.

PATTUSSI, Marcos Pascoal *et al.* Capital social e a agenda de pesquisa em epidemiologia. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 8, p. 1525-1546, 2006.

PAUGAM, Serge. **Desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza**. São Paulo: Cortez, 2003.

PAUGAM, Serge; RUSSELL, Helen. **The effects of employment precarity and unemployment on social isolation**. Welfare regimes and the experience of unemployment in Europe, p. 243-64, 2000.

PEARLIN, Leonard I. *et al.* Stress, health, and the life course: Some conceptual perspectives. **Journal of Health and Social Behavior**, v. 46, n. 2, p. 205-219, 2005.

PEARLIN, Leonard I. The sociological study of stress. **Journal of Health and Social Behavior**, p. 241-256, 1989.

- PEREIRA, Júlio César Rodrigues. **Análise de dados qualitativos**: estratégias metodológicas para as ciências da saúde humanas e sociais. São Paulo: Edusp, 1999.
- PERESE, E.F. Stigma, poverty and victimization: roadblocks to recovery for individuals with severe mental illness. **Journal of the American Psychiatric Nurses Association**, v.3, n.5, p. 285–295, 2007.
- PERROT, Michelle. Quinze Ans d ‘Histoire des Femmes, in Sources. **Travaux Historiques**,n. 12, p. 19–27, 1987.
- PILATI, R.; LAROS, J. A. Modelos de equações estruturais em psicologia. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, n.23, v.2, p.205-216, 2007.
- PORTES, Alejandro. Social capital: its origins and applications in modern sociology. **Annual Review of Sociology**, v. 24, n. 1, p. 1-24, 1998.
- PUTERMAN, Eli *et al.* Financial strain and impaired fasting glucose: the moderating role of physical activity in the coronary artery risk development in young adults study. **Psychosomatic medicine**, v. 74, n. 2, p. 187-192, 2012.
- PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- PUTNAM, Robert C. **Bowling alone**: the collapse and renewal of american community. New York: Simon and Schuster, 2000.
- QUANE, James M.; WILSON, William Julius. Critical commentary: making the connection between the socialisation and the social isolation of the inner-city poor. **Urban Studies**, v. 49, n. 14, p. 2977-2987, 2012.

RACZYNSKI, Dagmar. Equidad, inversión social y pobreza, innovar en como se concibe, diseña y gestiona la políticas y los programas sociales. Documento preparado para el 15 Seminario Perspectivas Innovativas en Política Social. Desigualdades y Reducción de Brechas de Equidad, MIDEPLAN. CEPAL, 23-24 de mai. 2002.

RAVALLION, Martin. **Poverty comparisons chur**. Switzerland: Harwood Academic Publishers, 1994.

RAWORTH, Kate; STEWART, David. Critiques of Human Development Index: a Review. In: FUKUDA-PARR, Sakiko; KUMAR, A. K.; SHIVA (Orgs.) **Readings in human devepoment: concepts, measures and policies for a development paradigm**. Oxford: Oxford University Press, pp. 141-151, 2003.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. Renda, relações sociais e felicidade no Brasil. **Dados-Revista de Ciências Sociais**, v. 58, n. 1, p. 37-78, 2015.

RIBEIRO, Uriella Coelho. As mulheres no Orçamento Participativo de Belo Horizonte. In: ANAIS DO II SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA. Florianópolis: UFSC, 2007.

RIGDON, E. **What is structural equation modeling**, 2009. Disponível em: <http://www2.gsu.edu/~mkteer/sem.html>, Acesso em: 26 jun. 2019.

ROBLES, Theodore F.; KIECOLT-GLASER, Janice K. The physiology of marriage: Pathways to health. **Physiology & Behavior**, v. 79, n. 3, p. 409-416, 2003.

ROGERS, Dillons. The dynamics of welfare stigma. **Qualitative Sociology**, n.18, p.137-156, 1995.

ROJAS, Mariano. A conceptual-referent theory of happiness: heterogeneity and its consequences. **Social Indicators Research**, v. 74, n. 2, p. 261-294, 2005.

ROSS, Catherine E. Neighborhood disadvantage and adult depression. **Journal of Health and Social Behavior**, p. 177-187, 2000.

ROTHMAN, Kenneth. **Modern epidemiology**. Boston: Little, Brown, and Company, 1986.

ROWNTREE, B. S. **Poverty: a study of town life**. Bristol: Policy Press/Joseph Rowntree Charitable Trust, 1889.

RUNCIMAN, Walter Garrison; RUNCIMAN, Baron. **Relative deprivation and social justice: a study of attitudes to social inequality in twentieth-century England**. Berkeley: University of California Press, 1966.

RYFF, C. D. Happiness is everything, or is it? Explorations on the meaning of psychological well-being. **Journal of Personality and Social Psychology**, v.57, n.6, p.1069-1081, 1989.

RYFF, C. D.; KEYES, C. L. M. The structure of psychological well-being revisited. **Journal of Personality and Social Psychology**, v.69, n.4, p.719-727, 1995.

RYFF, C. D.; SINGER, B. H. Know thyself and become what you are: a eudaimonic approach to psychological well-being. **Journal of Happiness Studies**, v.9, n.1, p.13-39, 2008.

SALAMA, Pierre; DESTREMAU, Blandine. **O tamanho da pobreza: economia política da distribuição de renda**. Petrópolis: Editora Garamond, 2001.

SAMMAN, E. Psychological and subjective wellbeing: A proposal for internationally comparable indicators. **Oxford Development Studies**, v.35, n.4, p.459-486, 2007.

SAMUEL, K. **What is isolation?: making the invisible visible in relation to poverty**. Oxford Poverty and Human Development Initiative (OPHI), 2014. Disponível em:

<http://www.ophi.org.uk/research/missingdimensions/social-connectedness/social-isolation>. Acesso em: 05 out. 2019.

SANDVIK, E.; DIENER, E.; SEIDLITZ, L. Subjective well-being The convergence and stability of self-report and non-self-report measures. **Journal of Personality**, 61, 317–342, 1993.

SANTOS, J. A. F. Classe social e desigualdade de saúde no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.26, n.75, p.27-55. 2011a.

SANTOS, J. A. F. Desigualdade racial de saúde e contexto de classe no Brasil. **Dados**, v.54, n.1, p.5-40. 2011b.

SANTOS, P. P.; COUTO, V. A. Política de cotas e o Programa Bolsa Família: análise dos impactos na desigualdade social brasileira e efeitos adversos: uma perspectiva comparada. In: X CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS SOCIEDADES DESIGUAIS E PARADIGMAS EM CONFRONTO, 2009.

SANTOS, Priscila Pereira. Pobreza, necessidades básicas insatisfeitas, vulnerabilidade social: faz alguma diferença. 2010. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho- Fundação João Pinheiro, Minas Gerais, 2010.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Ed. Unesp, 1992. p.62-95.

SEEMAN, Teresa *et al.* Education, income and ethnic differences in cumulative biological risk profiles in a national sample of US adults: NHANES III (1988–1994). **Social Science & Medicine**, v. 66, n. 1, p. 72-87, 2008.

SELF, A.; THOMAS, J.; RANDALL, C. **Measuring national well-being-our relationships**. London: Office for National Statistics UK, 2012.

SEN, Amartya K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, Amartya. **Commodities and capabilities**. Amsterdam: North- Holland, 1985.

SENKEVICS, A. S.; MACHADO, T. de S.; OLIVEIRA, A. S. de. A cor ou raça nas estatísticas educacionais. Uma análise dos instrumentos de pesquisa do INEP. Textos para discussão, série documental INEP, n. 41, 2016.

SILVER, H. Social exclusion and social solidarity: three paradigms. **International Labour Review**, v. 133, n. 5-6, p. 531-578, 1995.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental In: **O Fenômeno urbano**. Rio de Janeiro; Guanabara, 1987.

SIMMEL, Georg. El pobre. In: **Sobre la individualidad y las formas sociales**. Quilmes: Editorial de la Universidad de Quilmes: 2002.

SLIWIANY, Regina Maria. **Sociometria**: como avaliar a qualidade de vida e projetos sociais. Petrópolis: Vozes, 1997.

SMITH, A. **An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations**. London: T. Nelson and Sons; Paternoster Row. 1852. Disponível em:  
<http://books.google.com/books?id70759KjSs0sC&printsec=titlepage&dq=An+Inquiry+into+the+Nature+and+Causes+of+the+Wealth+of+Nations+adam+smith&hl=pt-BR>. Acesso em: 28 de jul. de 2010.

SOARES, Serguei. **Metodologias para estabelecer a linha de pobreza**: objetivas, subjetivas, relativas, multidimensionais. Texto para Discussão nº 1381. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA, Brasília, 2009.

SOJO, Ana, Vulnerabilidad social, aseguramiento y diversificación de riesgos en América Latina y el Caribe. **Revista de la Cepal**, n.80, 2003.

SORJ, Bira; FONTES, Adriana. **Famílias monoparentais femininas, pobreza e bem-estar das crianças: comparações regionais: mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais**. Rio de Janeiro: FVG, 2008.

SPAIN, Daphne; BIANCHI, Suzanne. **Balancing act: motherhood, marriage, and employment among American women**. Russell Sage Foundation, 1996.

SPOSATI, A. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: Unesco/ Mds, 2009.

STEWART, Miriam J. *et al.* Poverty, sense of belonging and experiences of social isolation. **Journal of Poverty**, v. 13, n. 2, p. 173-195, 2009.

STROBEL, Pierre. From poverty to social exclusion: a wage earning society or a society of Human Rights?:UNESCO. **International Social Science Journal**, n.148, p. 173-189, 1996.

STUART, A. Recipient views of cash versus in-kind benefit programs. **Social Service Review**, v.49, n.1, p.79-91, 1975.

STUBER, J.; SCHLESINGER, M. Sources of stigma for means-tested government programs. **Social Science & Medicine**, n.63, p.933–945, 2006.

SZANTON, Sarah L. *et al.* Effect of financial strain on mortality in community-dwelling older women. **The Journals of Gerontology Series B: Psychological Sciences and Social Sciences**, v. 63, n. 6, p. S369-S374, 2008.

SZÉKELY, Miguel. **Explaining poverty**. Oxford: St. Anthony's College, Queen Elizabeth House Development Studies Working Papers. n.98. October, 1996.

SZWARCWALD, C. L. *et al.* Desigualdade de renda e situação de saúde: o caso do Rio de Janeiro. **Cadernos de Saúde Pública**, v.15, n.1, p.15-28. 1999.

SZWARCWALD, Célia Landmann *et al.* Desigualdades socioeconômicas em saúde no Brasil: resultados da Pesquisa Mundial de Saúde, 2003. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 5, p. s11-s22, 2005.

TANGNEY, J. P.; DEARING, R. L. **Shame and guilt**. New York: Guilford Press, 2002.

TELLES, Edward. **Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica**. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2003.

THOITS, Peggy A. Personal agency in the stress process. **Journal of Health and Social Behavior**, v. 47, n. 4, p. 309-323, 2006.

THOMAS, Bejoy K. *et al.* Resilient and resourceful? A case study on how the poor cope in Kerala, India. **Journal of Asian and African Studies**, v. 45, n. 1, p. 29-45, 2010.

THUROW, L.C. **Poverty and discrimination**. The Brookings Institution. Washington, 1969.

TIGGES, L. M.; BROWNW, I.; GREEN, G. P. Social isolation of the urban poor: race, class, and neighborhood effects on social resources. **The Sociological Quarterly**, v.39, n.1, p.53-77, 1998.

TIGGES, Leann M.; BROWNE, Irene; GREEN, Gary P. Social isolation of the urban poor: Race, class, and neighborhood effects on social resources. **Sociological Quarterly**, v. 39, n. 1, p. 53-77, 1998.

TOWNSEND, P. **The international analysis of poverty**. Harvester Wheatsheaf: Hemel Hempstead, 1993.

TROUT, D. L. The role of social isolation in suicide. **Suicide and Life-Threatening Behavior**, v.10, n.1,p.10-23, 1980.

TURNER, R. J.; WHEATON, B.; LLOYD, D. A. The Epidemiology of Social Stress. **American Sociological Review**, n.60, p.104-125, 1995.

UCHINO, Bert N. Social support and health: a review of physiological processes potentially underlying links to disease outcomes. **Journal of Behavioral Medicine**, v. 29, n. 4, p. 377-387, 2006.

UCHINO, Bert N. **Social support and physical health**: understanding the health consequences of relationships. New Haven: Yale University Press; 2004.

ULLMAN, J. B. Structural equation modeling. In: TABACHNICK, B. G.; FIDELL, L. S. (Orgs.). **Using multivariate statistics**, 5. ed. Boston: Pearson Education, 2007.

UMBERSON, Debra; CROSNOE, Robert; RECZEK, Corinne. Social relationships and health behavior across the life course. **Annual Review of Sociology**, v. 36, p. 139-157, 2010.

UMBERSON, Debra; KARAS MONTEZ, Jennifer. Social relationships and health: A flashpoint for health policy. **Journal of Health and Social Behavior**, v. 51, n. 1\_suppl, p. S54-S66, 2010.

VEENHOVEN, Ruut. Sociological theories of subjective well-being. **The Science Of Subjective Well-Being**, v. 9, p. 44-61, 2008.

VERBA, Sidney; ALMOND, Gabriel. **The civic culture**: political attitudes and democracy in five nations. Princeton: Princeton University Press, 1963.

WAITE, Linda J. Does Marriage Matter?. **Demography**, n.32, p.483-508, 1995.

WALEN, Heather R.; LACHMAN, Margie E. Social support and strain from partner, family, and friends: Costs and benefits for men and women in adulthood. **Journal of Social and Personal Relationships**, v. 17, n. 1, p. 5-30, 2000.

WALKER, R. **The shame of poverty**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

WARNER, Lynn A. et al. Prevalence and correlates of drug use and dependence in the United States: results from the National Comorbidity Survey. **Archives of General Psychiatry**, v. 52, n. 3, p. 219-229, 1995.

WEBER, Max. **Economy and society**. Berkeley: University of California Press; 1978.

WILBER, George L. **Poverty: a new perspective: inequality and stratification**, 1975.  
Disponível em: [https://uknowledge.uky.edu/upk\\_inequality\\_and\\_stratification/2](https://uknowledge.uky.edu/upk_inequality_and_stratification/2). Acesso em: 02 jul. 2019.

WILKINSIN, R.; PICKETT, K. **The spirit level: why equality is better for everyone**. New York: Penguin Books, 2010.

WILSON, W. J. **The truly disadvantaged: the inner city, the underclass, and public policy**. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1987.

WINKELMANN, Liliana; WINKELMANN, Rainer. Why are the unemployed so unhappy?: evidence from panel data. **Economica**, v. 65, n. 257, p. 1-15, 1998.

WOOLCOOK, M. Social capital and economic development: Toward a theoretical synthesis and policy framework. **Theory and Society**, v.27, n.2, p.151–208, 1998.

WOOLCOOK, M. The place of social capital in understanding social and economic outcomes. **Canadian Journal of Policy Research**, v.2, n.1, p.11–17, 2001.

YANG, Yang. Social inequalities in happiness in the United States, 1972 to 2004: An age-period-cohort analysis. **American Sociological Review**, v. 73, n. 2, p. 204-226, 2008.

ZAVALETA, D. The ability to go about without shame: a proposal for internationally comparable indicators of shame and humiliation. **Oxford Development Studies**, n.35, v.4, p.405–430, 2007.

ZAVALETA, Diego; SAMUEL, Kim; MILLS, C. Social isolation: a conceptual and measurement proposal. **OPHI Working Papers**, v. 67, 2014.

## 8 - APÊNDICES

## APÊNDICE A - ANÁLISE DESCRITIVA

Variáveis	Observações	Média	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo
homens	8044	.3740676	.4839113	0	1
religião	8044	.6371208	.4808603	0	1
jovem	8044	.1287916	.33499	0	1
idoso	8044	.2737444	.4459071	0	1
convive	8044	.5406514	.4983757	0	1
brancos	8044	.8511934	.3559198	0	1
chefe	8044	1.264545	.4411181	1	2
bem-estar fís.	8044	.4122327	.4922672	1	2
bem-estar ment.	8043	1.352626	.6813328	1	3
satisf.com a vida	8044	3.714943	2.135162	1	10
pobreza monetária	7268	1.161117	.3676643	1	2
necess.bas. insat.	8043	.1561606	.3630301	0	1
pobreza multid.	8044	.2301094	.4209288	0	1
idade	8043	49.49596	16.36832	14	97

## APÊNDICE B-ANÁLISE DE REGRESSÃO

**Satisfação com a vida**

REGRESSAO LOGISTICA

. ologit bemestarn i.pobresimp, or

Iteration 0: log likelihood = -14556.467  
 Iteration 1: log likelihood = -14507.624  
 Iteration 2: log likelihood = -14507.575  
 Iteration 3: log likelihood = -14507.575

Ordered logistic regression	Number of obs	=	7268
	LR chi2(1)	=	97.78
	Prob > chi2	=	0.0000
Log likelihood = -14507.575	Pseudo R2	=	0.0034

bemestarn	Odds Ratio	Std. Err.	z	P> z	[95% Conf. Interval]
2.pobresimp	1.775729	.1031579	9.88	0.000	1.584629 1.989875
/cut1	-1.315846	.0303033			-1.375239 -1.256452
/cut2	-.7756429	.0267524			-.8280766 -.7232091
/cut3	.1389498	.0250038			.0899432 .1879564
/cut4	.8131462	.0268317			.760557 .8657354
/cut5	1.381962	.0303928			1.322393 1.44153
/cut6	2.476153	.0436111			2.390677 2.56163
/cut7	3.104275	.056419			2.993695 3.214854
/cut8	3.67871	.072845			3.535936 3.821483
/cut9	4.089806	.0881606			3.917014 4.262597

```
.
. ologit bemestarn i.pobresimp i.homens i.religiao i.jovem i.idoso i.convive i.brancos
i.chefe, or
```

```
Iteration 0: log likelihood = -14556.467
Iteration 1: log likelihood = -14434.402
Iteration 2: log likelihood = -14434.153
Iteration 3: log likelihood = -14434.153
```

```
Ordered logistic regression          Number of obs =      7268
                                     LR chi2(8) =      244.63
                                     Prob > chi2 =      0.0000
Log likelihood = -14434.153          Pseudo R2 =      0.0084
```

	bemestarn	Odds Ratio	Std. Err.	z	P> z	[95% Conf. Interval]	
2.pobresimp		1.796045	.1060857	9.91	0.000	1.599705	2.016483
1.homens		1.302966	.0885089	3.90	0.000	1.140544	1.488518
1.religiao		.7788847	.0341779	-5.69	0.000	.7146969	.8488372
1.jovem		.9655624	.0601264	-0.56	0.574	.8546244	1.090901
1.idoso		.8075858	.0401759	-4.30	0.000	.7325595	.8902959
1.convive		.6054782	.042277	-7.19	0.000	.5280367	.6942771
1.brancos		.85598	.050936	-2.61	0.009	.7617491	.9618675
2.chefe		1.179859	.0996054	1.96	0.050	.9999316	1.392161
/cut1		-1.818092	.0765654			-1.968157	-1.668026
/cut2		-1.272386	.0750373			-1.419456	-1.125315
/cut3		-.3445309	.0737534			-.4890848	-.1999769
/cut4		.3396736	.0737109			.1952029	.4841443
/cut5		.9160272	.0745435			.7699245	1.06213
/cut6		2.020254	.080228			1.86301	2.177498
/cut7		2.6518	.0876543			2.480001	2.823599
/cut8		3.228209	.0989001			3.034369	3.42205
/cut9		3.640123	.11061			3.423332	3.856915

```
.
. margins pobresimp
```

```
Predictive margins          Number of obs =      7268
Model VCE      : OIM
```

```
Expression      : Pr(bemestarn==1), predict()
```

		Delta-method		z	P> z	[95% Conf. Interval]	
	Margin	Std. Err.					
pobresimp							
1		.2113306	.0050264	42.04	0.000	.201479	.2211823
2		.1303575	.006708	19.43	0.000	.1172101	.1435049

```
.
.
.
. ologit bemestarn i.ninsat_d, or
```

```
Iteration 0: log likelihood = -16131.276
Iteration 1: log likelihood = -16131.145
Iteration 2: log likelihood = -16131.145
```

```
Ordered logistic regression          Number of obs =      8043
                                     LR chi2(1) =      0.26
                                     Prob > chi2 =      0.6087
Log likelihood = -16131.145          Pseudo R2 =      0.0000
```

	bemestarn	Odds Ratio	Std. Err.	z	P> z	[95% Conf. Interval]	
1.ninsat_d		.9720409	.0538554	-0.51	0.609	.8720154	1.08354

```

/cut1 | -1.379416 .029017 -1.436288 -1.322544
/cut2 | -.8484455 .0256476 -.898714 -.7981771
/cut3 | .0449391 .0236736 -.0014603 .0913386
/cut4 | .7058887 .0250271 .6568365 .7549408
/cut5 | 1.277095 .0282411 1.221743 1.332447
/cut6 | 2.353963 .0405619 2.274463 2.433463
/cut7 | 2.964327 .0524028 2.861619 3.067034
/cut8 | 3.539184 .0679993 3.405907 3.67246
/cut9 | 3.951976 .0825882 3.790106 4.113846

```

```

. ologit bemestarn i.ninsat_d i.homens i.religiao i.jovem i.idoso i.convive i.brancos
i.chefe, or

```

```

Iteration 0: log likelihood = -16131.276
Iteration 1: log likelihood = -16050.408
Iteration 2: log likelihood = -16050.322
Iteration 3: log likelihood = -16050.322

```

```

Ordered logistic regression      Number of obs =      8043
                                LR chi2(8) =      161.91
                                Prob > chi2 =      0.0000
Log likelihood = -16050.322     Pseudo R2 =      0.0050

```

```

-----+-----
      bemestarn | Odds Ratio   Std. Err.      z    P>|z|    [95% Conf. Interval]
-----+-----
      1.ninsat_d | 1.01432     .056361     0.26   0.798    .9096571   1.131025
      1.homens   | 1.201896    .0768994    2.87   0.004    1.060244   1.362474
      1.religiao | .7902077    .03298     -5.64   0.000    .7281413   .8575647
      1.jovem    | .9434754    .0560806   -0.98   0.328    .8397204   1.06005
      1.idoso    | .758801     .035516    -5.90   0.000    .6922884   .8317038
      1.convive  | .6438374    .042451    -6.68   0.000    .5657868   .7326552
      1.brancos  | .8077641    .0456744   -3.78   0.000    .7230262   .9024332
      2.chefe    | 1.102163    .0882183    1.22   0.224    .9421385   1.289368
-----+-----
      /cut1     | -1.952009   .0718831   -2.092897 -1.811121
      /cut2     | -1.415977   .070398    -1.553954 -1.277999
      /cut3     | -.5101926   .0689877   -.645406  -.3749792
      /cut4     | .1605576    .0687154    .025878   .2952373
      /cut5     | .739576     .0693309    .6036901   .875462
      /cut6     | 1.826591    .0744723    1.680628   1.972554
      /cut7     | 2.440353    .0812971    2.281014   2.599692
      /cut8     | 3.017362    .0919841    2.837076   3.197647
      /cut9     | 3.431123    .103179     3.228895   3.63335
-----+-----

```

```

. ologit bemestarn i. multidim_d, or

```

```

Iteration 0: log likelihood = -16135.147
Iteration 1: log likelihood = -16134.663
Iteration 2: log likelihood = -16134.663

```

```

Ordered logistic regression      Number of obs =      8044
                                LR chi2(1) =      0.97
                                Prob > chi2 =      0.3249
Log likelihood = -16134.663     Pseudo R2 =      0.0000

```

```

-----+-----
      bemestarn | Odds Ratio   Std. Err.      z    P>|z|    [95% Conf. Interval]
-----+-----
      1.multidim_d | 1.048211    .0501328    0.98   0.325    .9544169   1.151222
-----+-----
      /cut1     | -1.365132   .0296268   -1.423199 -1.307065
      /cut2     | -.8345084   .0263242   -.8861028 -.782914
      /cut3     | .0585734    .0244418    .0106684   .1064784
      /cut4     | .7195589    .0257944    .6690028   .7701151
      /cut5     | 1.290923    .0289668    1.234149   1.347697
      /cut6     | 2.367453    .0411172    2.286865   2.448041
      /cut7     | 2.976861    .0528167    2.873342   3.08038
      /cut8     | 3.554502    .0683803    3.420479   3.688524
      /cut9     | 3.967362    .082908     3.804865   4.129859
-----+-----

```

```

-----
.
. ologit bemestarn i. multidim_d i.homens i.religiao i.jovem i.idoso i.convive i.branços
i.chefe, or

```

```

Iteration 0: log likelihood = -16135.147
Iteration 1: log likelihood = -16053.641
Iteration 2: log likelihood = -16053.553
Iteration 3: log likelihood = -16053.553

```

```

Ordered logistic regression          Number of obs   =      8044
                                   LR chi2(8)        =      163.19
                                   Prob > chi2       =      0.0000
                                   Pseudo R2         =      0.0051

Log likelihood = -16053.553

```

	bemestarn	Odds Ratio	Std. Err.	z	P> z	[95% Conf. Interval]	
1.multidim_d		1.068271	.0511728	1.38	0.168	.9725383	1.173427
1.homens		1.200857	.0768187	2.86	0.004	1.059351	1.361264
1.religiao		.7886069	.0329095	-5.69	0.000	.7266727	.8558196
1.jovem		.9414981	.0559621	-1.01	0.310	.8379624	1.057826
1.idoso		.7600352	.0355705	-5.86	0.000	.6934203	.8330497
1.convive		.6435244	.0424162	-6.69	0.000	.5655361	.7322674
1.branços		.8087678	.0457275	-3.75	0.000	.7239311	.9035465
2.chefe		1.102313	.0881914	1.22	0.223	.9423321	1.289454
/cut1		-1.940676	.0722409			-2.082266	-1.799087
/cut2		-1.404922	.070753			-1.543595	-1.266249
/cut3		-.4993328	.0693549			-.6352658	-.3633998
/cut4		.1714662	.0690984			.0360359	.3068966
/cut5		.7506162	.0697316			.6139448	.8872876
/cut6		1.837303	.074874			1.690553	1.984054
/cut7		2.450131	.0816544			2.290091	2.610171
/cut8		3.029941	.0923448			2.848949	3.210934
/cut9		3.443779	.1035055			3.240912	3.646646

### Bem-estar físico

```

. logistic saude_d i.pobresimp

```

```

Logistic regression          Number of obs   =      7268
                                   LR chi2(1)        =       9.91
                                   Prob > chi2       =      0.0016
                                   Pseudo R2         =      0.0010

Log likelihood = -4914.8594

```

	saude_d	Odds Ratio	Std. Err.	z	P> z	[95% Conf. Interval]	
2.pobresimp		1.224892	.0787194	3.16	0.002	1.079926	1.389317
_cons		.6727023	.01757	-15.18	0.000	.6391323	.7080356

```

. logistic saude_d i.pobresimp i.homens i.religiao i.jovem i.idoso i.convive
i.branços i.chefe

```

```

Logistic regression          Number of obs   =      7268
                                   LR chi2(8)        =     346.39
                                   Prob > chi2       =      0.0000
                                   Pseudo R2         =      0.0352

Log likelihood = -4746.6226

```

	saude_d	Odds Ratio	Std. Err.	z	P> z	[95% Conf. Interval]	
2.pobresimp		1.382345	.0923063	4.85	0.000	1.212766	1.575634
1.homens		.6847413	.0554526	-4.68	0.000	.5842428	.8025269
1.religiao		.9581755	.0498638	-0.82	0.412	.8652632	1.061065
1.jovem		.6008657	.0486581	-6.29	0.000	.5126809	.704219
1.idoso		2.080106	.1186265	12.84	0.000	1.860125	2.326102

```

1.convive | .9720407 .0821434 -0.34 0.737 .8236689 1.147139
1.branços | .9494653 .0652814 -0.75 0.451 .8297626 1.086436
  2.chefe | .9633646 .0973317 -0.37 0.712 .7902986 1.17433
   _cons | .7207687 .0605284 -3.90 0.000 .6113841 .8497236
-----

```

```
. margins pobresimp
```

```
Predictive margins          Number of obs =      7268
Model VCE      : OIM
```

```
Expression   : Pr(saude_d), predict()
```

```
-----
|              Delta-method
|              Margin  Std. Err.      z    P>|z|    [95% Conf. Interval]
-----+-----
pobresimp |
  1 |   .3979153   .0061382   64.83  0.000   .3858846   .4099461
  2 |   .4736458   .014393   32.91  0.000   .445436   .5018555
-----

```

```
.
.
.
. logistic saude_d i.ninsat_d
```

```
Logistic regression          Number of obs =      8043
                             LR chi2(1) =      15.98
                             Prob > chi2 =      0.0001
Log likelihood = -5442.2285   Pseudo R2 =      0.0015
```

```
-----
saude_d | Odds Ratio  Std. Err.      z    P>|z|    [95% Conf. Interval]
-----+-----
1.ninsat_d |  1.280877   .0791086    4.01  0.000   1.134844   1.445702
   _cons |   .674149   .0166853  -15.93  0.000   .642227   .7076577
-----

```

```
.
. logistic saude_d i.ninsat_d i.homens i.religiao i.jovem i.idoso i.convive
i.branços i.chefe
```

```
Logistic regression          Number of obs =      8043
                             LR chi2(8) =      376.55
                             Prob > chi2 =      0.0000
Log likelihood = -5261.9433   Pseudo R2 =      0.0345
```

```
-----
saude_d | Odds Ratio  Std. Err.      z    P>|z|    [95% Conf. Interval]
-----+-----
1.ninsat_d |  1.377623   .0875283    5.04  0.000   1.216322   1.560314
1.homens |   .6763011   .0515755   -5.13  0.000   .582407   .7853327
1.religiao |  1.006731   .0497941    0.14  0.892   .9137174   1.109213
  1.jovem |   .5901286   .0455618   -6.83  0.000   .5072573   .6865388
  1.idoso |   1.974937   .1056878   12.72  0.000   1.778286   2.193335
1.convive |   .9733994   .0775868   -0.34  0.735   .8326152   1.137988
1.branços |   .9225136   .0601698   -1.24  0.216   .8118097   1.048314
  2.chefe |   .9203354   .0881568   -0.87  0.386   .7628015   1.110403
   _cons |   .7465598   .0582691   -3.74  0.000   .6406608   .8699636
-----

```

```
. margins ninsat_d
```

```
Predictive margins          Number of obs =      8043
Model VCE      : OIM
```

```
Expression   : Pr(saude_d), predict()
```

```
-----
|              Delta-method
|              Margin  Std. Err.      z    P>|z|    [95% Conf. Interval]
-----+-----

```

```

-----+-----
      ninsat_d |
      0 |      .400469   .0058148   68.87   0.000   .3890723   .4118658
      1 |      .4756339   .0138287   34.39   0.000   .4485302   .5027376
-----+-----

. logistic saude_d i.multidim_d

Logistic regression                               Number of obs =      8044
                                                  LR chi2(1)      =      15.75
Log likelihood = -5443.2298                    Prob > chi2     =      0.0001
                                                  Pseudo R2      =      0.0014

-----+-----
      saude_d | Odds Ratio   Std. Err.      z    P>|z|    [95% Conf. Interval]
-----+-----
1.multidim_d |  1.236667    .0660614     3.98  0.000    1.113737    1.373166
      _cons |  .6674744    .0173112   -15.59  0.000    .6343931    .7022808
-----+-----

.
. logistic saude_d i.multidim_d i.homens i.religiao i.jovem i.idoso i.convive
i.brancos i.chefe

Logistic regression                               Number of obs =      8044
                                                  LR chi2(8)     =      374.21
Log likelihood = -5263.997                    Prob > chi2     =      0.0000
                                                  Pseudo R2     =      0.0343

-----+-----
      saude_d | Odds Ratio   Std. Err.      z    P>|z|    [95% Conf. Interval]
-----+-----
1.multidim_d |  1.296056    .0709993     4.73  0.000    1.16411    1.442957
  1.homens |  .6762204    .0515724    -5.13  0.000    .5823321    .7852461
  1.religiao |  1.006962    .0497897     0.14  0.888    .9139553    1.109433
  1.jovem |  .5895519    .0455155    -6.84  0.000    .5067646    .6858637
  1.idoso |  1.973773    .1055759    12.71  0.000    1.777326    2.191934
  1.convive |  .9813544    .0781901    -0.24  0.813    .8394712    1.147218
  1.branco |  .927002     .0604536    -1.16  0.245    .8157749    1.053394
  2.chefe |  .9267186    .0887121    -0.80  0.427    .7681831    1.117972
      _cons |  .732139     .0575719    -3.96  0.000    .6275656    .8541378
-----+-----

.
. margins multidim_d

Predictive margins                               Number of obs =      8044
Model VCE      : OIM

Expression      : Pr(saude_d), predict()

-----+-----
      |              Delta-method
      |      Margin   Std. Err.      z    P>|z|    [95% Conf. Interval]
-----+-----
multidim_d |
      0 |      .398331   .0060807    65.51  0.000    .386413    .410249
      1 |      .4589345  .0113427    40.46  0.000    .4367032    .4811658
-----+-----

```

### Bem-estar mental

```

. mlogit smental509n i.pobresimp,rrr

Iteration 0:  log likelihood = -5288.5024
Iteration 1:  log likelihood = -5270.3381
Iteration 2:  log likelihood = -5270.1756
Iteration 3:  log likelihood = -5270.1755

```

```

Multinomial logistic regression          Number of obs =      7267
                                         LR chi2(2)      =      36.65
                                         Prob > chi2    =      0.0000
Log likelihood = -5270.1755             Pseudo R2      =      0.0035

```

smental509n	RRR	Std. Err.	z	P> z	[95% Conf. Interval]	
1	(base outcome)					
2						
2.pobresimp	1.619608	.1452715	5.38	0.000	1.358504	1.930896
_cons	.1495407	.00606	-46.89	0.000	.1381228	.1619025
3						
2.pobresimp	1.43851	.1329551	3.93	0.000	1.200162	1.724192
_cons	.1527451	.0061331	-46.80	0.000	.1411853	.1652515

```

. mlogit smental509n i.pobresimp i.homens i.religiao i.jovem i.idoso i.convive
i.branco i.chefe, rrr

```

```

Iteration 0: log likelihood = -5288.5024
Iteration 1: log likelihood = -5183.6524
Iteration 2: log likelihood = -5181.8474
Iteration 3: log likelihood = -5181.8461
Iteration 4: log likelihood = -5181.8461

```

```

Multinomial logistic regression          Number of obs =      7267
                                         LR chi2(16)    =      213.31
                                         Prob > chi2    =      0.0000
Log likelihood = -5181.8461             Pseudo R2      =      0.0202

```

smental509n	RRR	Std. Err.	z	P> z	[95% Conf. Interval]	
1	(base outcome)					
2						
2.pobresimp	1.741668	.1610235	6.00	0.000	1.45301	2.087671
1.homens	.8171882	.0979068	-1.69	0.092	.6461601	1.033485
1.religiao	.9993109	.0777346	-0.01	0.993	.8579998	1.163896
1.jovem	.971274	.1112366	-0.25	0.799	.7759909	1.215701
1.idoso	1.42739	.1201253	4.23	0.000	1.210341	1.683362
1.convive	.7191798	.0927823	-2.56	0.011	.5584997	.9260875
1.branco	1.193496	.1271987	1.66	0.097	.9685071	1.470751
2.chefe	1.296761	.1972675	1.71	0.088	.9624376	1.74722
_cons	.1369867	.0177256	-15.36	0.000	.1063006	.176531
3						
2.pobresimp	1.528415	.1460625	4.44	0.000	1.26735	1.843258
1.homens	.5104358	.0650229	-5.28	0.000	.3976574	.6551989
1.religiao	.87817	.0681563	-1.67	0.094	.7542501	1.022449
1.jovem	.7087209	.0919198	-2.65	0.008	.549637	.9138493
1.idoso	1.469823	.1212983	4.67	0.000	1.250314	1.727871
1.convive	.851726	.1169665	-1.17	0.243	.6507369	1.114793
1.branco	1.089611	.1142238	0.82	0.413	.8872377	1.338144
2.chefe	.8363703	.1333418	-1.12	0.262	.6119166	1.143155
_cons	.2001374	.025012	-12.87	0.000	.1566572	.2556856

```

. margins pobresimp

```

```

Predictive margins          Number of obs =      7267
Model VCE      : OIM

```

```

Expression      : Pr(smental509n==1), predict()

```

	Delta-method				
	Margin	Std. Err.	z	P> z	[95% Conf. Interval]

```

-----+-----
pobresimp |
      1 | .7695078 .0053417 144.06 0.000 .7590382 .7799774
      2 | .6738319 .013872 48.57 0.000 .6466432 .7010206
-----+-----

.
.
.
. mlogit smental509n i.ninsat_d, rrr

Iteration 0: log likelihood = -5896.9006
Iteration 1: log likelihood = -5893.163
Iteration 2: log likelihood = -5893.1509
Iteration 3: log likelihood = -5893.1509

Multinomial logistic regression              Number of obs =      8042
LR chi2(2) = 7.50
Prob > chi2 = 0.0235
Pseudo R2 = 0.0006
Log likelihood = -5893.1509

-----+-----
smental509n |          RRR   Std. Err.      z    P>|z|     [95% Conf. Interval]
-----+-----
1          | (base outcome)
-----+-----
2          |
  1.ninsat_d |  1.178665   .1063272     1.82   0.068     .9876518   1.406622
    _cons |  .1592469   .006017    -48.63   0.000     .1478799   .1714877
-----+-----
3          |
  1.ninsat_d |  .8404351   .0829964    -1.76   0.078     .6925396   1.019915
    _cons |  .1716023   .0062793    -48.17   0.000     .1597261   .1843615
-----+-----

.
. mlogit smental509n i.ninsat_d i.homens i.religiao i.jovem i.idoso i.convive
i.brancos i.chefe, rrr

Iteration 0: log likelihood = -5896.9006
Iteration 1: log likelihood = -5801.411
Iteration 2: log likelihood = -5799.6653
Iteration 3: log likelihood = -5799.6636
Iteration 4: log likelihood = -5799.6636

Multinomial logistic regression              Number of obs =      8042
LR chi2(16) = 194.47
Prob > chi2 = 0.0000
Pseudo R2 = 0.0165
Log likelihood = -5799.6636

-----+-----
smental509n |          RRR   Std. Err.      z    P>|z|     [95% Conf. Interval]
-----+-----
1          | (base outcome)
-----+-----
2          |
  1.ninsat_d |  1.213457   .1105097     2.12   0.034     1.015091   1.450585
  1.homens |  .7439806   .0845895    -2.60   0.009     .5953623   .9296981
  1.religiao |  1.024345   .075922     0.32   0.746     .8858435   1.1845
  1.jovem |  .9432436   .1031892    -0.53   0.593     .761209    1.16881
  1.idoso |  1.30867    .1030016     3.42   0.001     1.121592   1.526954
  1.convive |  .8091357   .0984783    -1.74   0.082     .6374165   1.027116
  1.brancos |  1.151475   .1161458     1.40   0.162     .9449227   1.403177
  2.chefe |  1.148763   .1655108     0.96   0.336     .8661472   1.523595
    _cons |  .1544108   .018509    -15.58   0.000     .1220802   .1953034
-----+-----
3          |
  1.ninsat_d |  .9042252   .0904546    -1.01   0.314     .7432351   1.100087
  1.homens |  .5021525   .0589961    -5.86   0.000     .3988697   .6321792
  1.religiao |  .8657571   .0631361    -1.98   0.048     .7504494   .998782
  1.jovem |  .7041206   .0855464    -2.89   0.004     .5549211   .8934348
  1.idoso |  1.320347   .101364     3.62   0.000     1.135902   1.534743
  1.convive |  .8001976   .1026252    -1.74   0.082     .6223444   1.028878
  1.brancos |  1.077919   .1063215     0.76   0.447     .8884378   1.307811

```

```

2.chefe | .8866604 .1326008 -0.80 0.421 .6613928 1.188653
_cons | .241202 .0275871 -12.43 0.000 .192764 .3018115
-----+-----

```

```

. margins ninsat_d

```

```

Predictive margins                                Number of obs =      8042
Model VCE    : OIM

```

```

Expression   : Pr(smental509n==1), predict()

```

```

-----+-----
              |              Delta-method
              |              Margin   Std. Err.      z    P>|z|    [95% Conf. Interval]
-----+-----
ninsat_d |
0 | .7528858 .0051763 145.45 0.000 .7427405 .7630311
1 | .7430619 .012378 60.03 0.000 .7188015 .7673222
-----+-----

```

```

. mlogit smental509n i.multidim_d, rrr

```

```

Iteration 0: log likelihood = -5898.9739
Iteration 1: log likelihood = -5892.5062
Iteration 2: log likelihood = -5892.4799
Iteration 3: log likelihood = -5892.4799

```

```

Multinomial logistic regression                    Number of obs =      8043
LR chi2(2) = 12.99
Prob > chi2 = 0.0015
Pseudo R2 = 0.0011
Log likelihood = -5892.4799

```

```

-----+-----
smental509n |              RRR   Std. Err.      z    P>|z|    [95% Conf. Interval]
-----+-----
1 |              (base outcome)
2 |
1.multidim_d | 1.271694 .0989093 3.09 0.002 1.091888 1.481109
_cons | .1541756 .0061728 -46.70 0.000 .1425396 .1667615
3 |
1.multidim_d | .885918 .0739782 -1.45 0.147 .752167 1.043453
_cons | .1719486 .0065689 -46.08 0.000 .1595439 .1853178
-----+-----

```

```

. mlogit smental509n i.multidim_d i.homens i.religiao i.jovem i.idoso i.convive
i.branco i.chefe, rrr

```

```

Iteration 0: log likelihood = -5898.9739
Iteration 1: log likelihood = -5799.9281
Iteration 2: log likelihood = -5798.1399
Iteration 3: log likelihood = -5798.1383
Iteration 4: log likelihood = -5798.1383

```

```

Multinomial logistic regression                    Number of obs =      8043
LR chi2(16) = 201.67
Prob > chi2 = 0.0000
Pseudo R2 = 0.0171
Log likelihood = -5798.1383

```

```

-----+-----
smental509n |              RRR   Std. Err.      z    P>|z|    [95% Conf. Interval]
-----+-----
1 |              (base outcome)
2 |
1.multidim_d | 1.296933 .1014724 3.32 0.001 1.112549 1.511874
1.homens | .7427367 .084437 -2.62 0.009 .5943841 .9281165
1.religiao | 1.024774 .0759571 0.33 0.741 .8862093 1.185004
-----+-----

```



pobresimp	1	0.210	0.828	0.013	0.249	0.817	0.013	0.160	0.011
0.005	2	0.040	0.828	0.067	-1.296	0.817	0.068	-0.831	0.011
0.028	-----								
smental509n	1	0.189	0.820	0.080	0.659	0.819	0.082	0.104	0.001
0.002	2	0.031	0.841	0.071	-1.447	0.725	0.064	-3.164	0.116
0.308	3	0.031	0.781	0.220	-2.601	0.757	0.207	2.534	0.024
0.197	-----								
sauden	1	0.147	0.821	0.122	0.921	0.821	0.125	-0.050	0.000
0.000	2	0.103	0.821	0.176	-1.324	0.821	0.180	0.071	0.000
0.001	-----								
bemestarn	1	0.050	0.921	0.017	0.603	0.874	0.018	0.762	0.047
0.029	2	0.025	0.961	0.017	0.893	0.954	0.020	0.432	0.007
0.005	3	0.054	0.889	0.025	0.704	0.867	0.027	0.611	0.022
0.020	4	0.040	0.737	0.005	0.340	0.727	0.005	-0.215	0.010
0.002	5	0.028	0.904	0.015	-0.711	0.751	0.014	-1.750	0.153
0.084	6	0.033	0.932	0.026	-0.903	0.834	0.027	-1.685	0.098
0.093	7	0.009	0.876	0.029	-1.796	0.854	0.031	-1.566	0.022
0.023	8	0.005	0.951	0.034	-2.794	0.931	0.039	2.272	0.021
0.026	9	0.002	0.837	0.018	-2.830	0.806	0.018	3.041	0.031
0.021	10	0.005	0.831	0.066	-3.690	0.767	0.063	5.815	0.064
0.156	-----								
--									

**Modelo 2-Necessidades básicas insatisfeitas, bem-estar mental, bem-estar físico e satisfação com a vida**

Multiple/Joint correspondence analysis      Number of obs      =      8042  
 Total inertia      =      .0286892  
 Method: Burt/adjusted inertias      Number of axes      =      2

Dimension	principal inertia	percent	cumul percent
dim 1	.0222282	77.48	77.48
dim 2	.0009762	3.40	80.88
dim 3	.0004483	1.56	82.44
dim 4	3.53e-07	0.00	82.45
dim 5	5.48e-33	0.00	82.45
Total	.0286892	100.00	

Statistics for column categories in standard normalization

dimension_2	overall	dimension_1
-------------	---------	-------------

Categories	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr
-----								
ninsat_b								
1	0.211	0.376	0.004	0.065	0.191	0.001	0.303	0.185
2	0.039	0.376	0.019	-0.349	0.191	0.005	-1.635	0.185
-----								
smental509n								
1	0.188	0.795	0.088	0.694	0.794	0.091	0.120	0.001
2	0.031	0.796	0.072	-1.418	0.663	0.062	-3.032	0.133
3	0.031	0.769	0.249	-2.763	0.747	0.240	2.251	0.022
-----								
sauden								
1	0.147	0.823	0.137	0.994	0.822	0.145	0.109	0.000
2	0.103	0.823	0.195	-1.418	0.822	0.207	-0.156	0.000
-----								
bemestarn								
1	0.050	0.697	0.022	0.628	0.696	0.020	-0.063	0.000
2	0.025	0.961	0.014	0.845	0.952	0.018	0.394	0.009
3	0.053	0.946	0.018	0.622	0.881	0.020	0.802	0.064
4	0.040	0.607	0.008	0.379	0.582	0.006	0.372	0.025
5	0.028	0.775	0.013	-0.625	0.673	0.011	-1.158	0.102
6	0.033	0.969	0.026	-0.898	0.801	0.026	-1.961	0.168
7	0.009	0.995	0.019	-1.575	0.961	0.023	-1.405	0.034
8	0.005	0.960	0.035	-2.865	0.933	0.043	2.345	0.027
9	0.002	0.930	0.015	-2.673	0.873	0.017	3.281	0.058
10	0.005	0.846	0.066	-3.750	0.770	0.066	5.622	0.076
-----								

### Modelo 3-Pobreza multidimensional, bem-estar mental, bem-estar físico e satisfação com a vida

Multiple/Joint correspondence analysis                      Number of obs                      =                      8043  
Total inertia                      =                      .0297299  
Method: Burt/adjusted inertias                      Number of axes                      =                      2

principal	cumul		
Dimension	inertia	percent	percent
-----			
dim 1	.022748	76.52	76.52

dim 2	.000921	3.10	79.61
dim 3	.0007145	2.40	82.02
dim 4	2.52e-07	0.00	82.02
dim 5	4.93e-32	0.00	82.02
dim 6	5.48e-33	0.00	82.02
dim 7	0	0.00	82.02
dim 8	0	0.00	82.02

-----+-----  
Total .0297299 100.00

Statistics for column categories in standard normalization

overall Categories	dimension_1				dimension_2				
	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib

-----+-----  
-----  
multidim\_b

1	0.192	0.458	0.009	0.137	0.317	0.004	0.456	0.142	0.040
2	0.058	0.458	0.029	-0.459	0.317	0.012	-1.525	0.142	0.134

-----+-----  
-----  
smental509n

1	0.188	0.797	0.086	0.689	0.797	0.089	0.083	0.000	0.001
2	0.031	0.780	0.072	-1.424	0.665	0.062	-2.939	0.115	0.265
3	0.031	0.762	0.241	-2.722	0.739	0.233	2.374	0.023	0.177

-----+-----  
-----  
sauden

1	0.147	0.827	0.132	0.987	0.827	0.143	0.042	0.000	0.000
2	0.103	0.827	0.189	-1.407	0.827	0.204	-0.061	0.000	0.000

-----+-----  
-----  
bemestarn

1	0.050	0.599	0.023	0.589	0.581	0.018	-0.525	0.019	0.014
2	0.025	0.986	0.014	0.857	0.965	0.018	0.637	0.022	0.010
3	0.053	0.922	0.020	0.638	0.846	0.022	0.952	0.076	0.048
4	0.040	0.645	0.008	0.394	0.613	0.006	0.451	0.033	0.008
5	0.028	0.576	0.013	-0.585	0.551	0.010	-0.619	0.025	0.011
6	0.033	0.967	0.025	-0.904	0.812	0.027	-1.967	0.156	0.127
7	0.009	0.989	0.019	-1.579	0.955	0.023	-1.485	0.034	0.021
8	0.005	0.950	0.037	-2.927	0.935	0.045	1.848	0.015	0.018
9	0.002	0.873	0.016	-2.721	0.844	0.017	2.494	0.029	0.014
10	0.005	0.807	0.068	-3.795	0.756	0.068	4.866	0.050	0.111

## Todas as perspectivas juntas

Multiple/Joint correspondence analysis  
Total inertia = .0584925

Number of obs = 7266

Method: Burt/adjusted inertias                      Number of axes        =            2

principal Dimension	inertia	cumul percent	percent
dim 1	.0338289	57.83	57.83
dim 2	.0075331	12.88	70.71
dim 3	.000292	0.50	71.21
dim 4	4.68e-06	0.01	71.22
dim 5	1.40e-07	0.00	71.22
dim 6	1.61e-10	0.00	71.22
dim 7	1.77e-32	0.00	71.22
Total	.0584925	100.00	

Statistics for column categories in standard normalization

overall Categories	mass	quality	dimension_1 %inert	coord	dimension_2 sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib
-----									
pobresimp									
1	0.140	0.965	0.014	0.408	0.954	0.023	0.090	0.010	0.001
2	0.027	0.965	0.073	-2.123	0.954	0.121	-0.468	0.010	0.006
-----									
multidim_b									
1	0.127	0.663	0.085	0.866	0.652	0.096	-0.246	0.012	0.008
2	0.039	0.663	0.274	-2.798	0.652	0.308	0.793	0.012	0.025
-----									
ninsat_b									
1	0.140	0.665	0.055	0.661	0.649	0.061	-0.217	0.016	0.007
2	0.027	0.665	0.287	-3.479	0.649	0.322	1.142	0.016	0.035
-----									
smental509n									
1	0.126	0.731	0.018	0.162	0.109	0.003	0.821	0.622	0.085
2	0.021	0.694	0.017	-0.634	0.286	0.008	-1.605	0.408	0.053
3	0.020	0.677	0.048	-0.362	0.032	0.003	-3.446	0.645	0.242
-----									
sauden									
1	0.098	0.753	0.028	0.288	0.169	0.008	1.132	0.583	0.126
2	0.068	0.753	0.040	-0.414	0.169	0.012	-1.629	0.583	0.181
-----									
bemestarn									
1	0.033	0.817	0.006	-0.182	0.112	0.001	0.966	0.704	0.031
2	0.017	0.849	0.004	0.263	0.178	0.001	1.083	0.671	0.020
3	0.036	0.928	0.007	0.444	0.616	0.007	0.669	0.312	0.016
4	0.026	1.034	0.003	0.411	0.987	0.004	0.191	0.047	0.001
5	0.018	0.584	0.004	-0.070	0.015	0.000	-0.920	0.569	0.016
6	0.022	0.818	0.006	-0.439	0.392	0.004	-0.970	0.426	0.021
7	0.006	0.775	0.006	-0.696	0.275	0.003	-1.987	0.500	0.025
8	0.003	0.845	0.008	-0.918	0.216	0.003	-3.319	0.629	0.037
9	0.002	0.720	0.004	-1.005	0.216	0.002	-3.257	0.505	0.016
10	0.003	0.744	0.016	-1.714	0.332	0.009	-4.047	0.412	0.050
-----									

**Scree plot**